



Senado Federal
Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho

Caderno Informativo
da Biblioteca do Senado

Reforma política
2005-2011
(Jornais)

Brasília
Fevereiro de 2011

SUMÁRIO

1. Reforma para gigantes crescerem ainda mais / Isabelle Torres.....	5
2. Política é caixinha de surpresas / José Roberto de Toledo.....	7
3. Com ‘Lei Tiririca’, começa reforma política ‘possível’ / Marcelo de Moraes.....	8
4. Projeto elimina o quociente eleitoral / Cristian Klein.....	10
5. “A Constituinte é o caminho para a verdadeira reforma” / Marco Maia; entrevista [por] Leandro Mazzini.....	11
6. Em busca do equilíbrio institucional / Flávio Dino; entrevista [por] Luiz Orlando Carneiro e Raphael Bruno.....	12
7. Um caminho para a reforma política / Ricardo Berzoini e José Genoíno.....	14
8. Reforma política: suas dificuldades / Michel Temer.....	15
9. Reforma política: uma transição necessária / Geraldo Magela.....	16
10. Por uma reforma na qualidade da política / Rodrigo Rollemberg.....	17
11. De braços dados na reforma política / Daniel Pereira.....	18
12. Reforma política: o caminho é o fortalecimento dos partidos / Pedro Cavalcante.....	19
13. Pressa de votar a “infidelidade” / Ricardo Brito, Daniel Pereira e Mirella D’elia.....	20
14. STF confirma pena a infiéis / Mirella D’elia.....	22
15. Base aliada critica reforma / Tiago Pariz.....	24
16. Governo planeja abrir nova janela para infiéis / Tiago Pariz.....	25
17. Planalto retoma a reforma política / Vasconcelo Quadros.....	27
18. Voto facultativo na pauta / Isabelle Torres.....	28
19. Ministros entregam ao Congresso o pré-projeto.....	30
20. Fichas-sujas na mira do governo.....	31
21. Não passa de brincadeirinha / Valdeci Rodrigues.....	32
22. Vice retoma Constituinte para reformas.....	33
23. Reforma política que nasce no Judiciário.....	35
24. Reforma sepultada / Mauro Benevides.....	36
25. Economia e social vão bem, já a política... / Renato Casagrande.....	37
26. Não à constituinte exclusiva / Michel Temer.....	39
27. CCJ pode votar hoje o voto distrital misto para grandes municípios.....	40
28. Prioridade esquecida / Sandro Lima.....	41
29. Reforma política remendada / Solano Nascimento e Daniel Pereira.....	43
30. Miniconstituinte, o caminho para a reforma política / Luiz Sérgio.....	44
31. Gasto menor nas cidades médias / Lúcio Vaz.....	45
32. Paulistas resistem à reforma / Solano Nascimento.....	46

33. Partidos menores saem no lucro / Solano Nascimento.....	48
34. “Proposta está desvinculada da realidade brasileira” / Liliana Lavoratti.....	49
35. Parlamentarismo em alta no Congresso / Ugo Braga.....	51
36. Economia moderna, política envelhecida / Marcos Seabra.....	52
37. Só caciques ganham.....	54
38. Sistema misto enfraquece lista / Solano Nascimento.....	55
39. Um Parlamento dividido / Manuela Borges.....	57
40. Lista “flex” na pauta / Manuela Borges.....	59
41. Proposta altera financiamento público de campanha / Fábio Zanini.....	60
42. Uma piora na qualidade da representação / José Aníbal; Racionalização do debate político / Luiz Sérgio.....	61
43. Uma lista não tão fechada.....	63
44. Ninguém quer a lista / Manuela Borges.....	65
45. Afronta à democracia / Manuela Borges.....	66
46. Plenário nega apoio a voto em lista / Sandro Lima.....	68
47. Na reforma política, PT vai apoiar lista fechada.....	69
48. Propostas não garantem menos corrupção / Marcos Seabra.....	70
49. É total falta de consenso entre partidos / Sérgio Pardellas.....	71
50. Berzoini defende controle da mídia durante eleição / Andreza Matais.....	72
51. Reforma zerada / Mauro Benevides.....	73
52. OAB entrega proposta a Chinaglia.....	74
53. Reforma política volta à estaca zero na Câmara.....	76
54. Tarso e OAB tentam influir no Congresso / Karla Correia.....	77
55. Coalizão sem colisão / Renato Casagrande.....	78
56. Lobby de prefeitos para reeleição / Fernanda Odilla.....	79
57. Judiciário começa a reforma política / Luiz Flávio Borges D’urso.....	81
58. Desafios para a reforma política / Marco Maciel.....	82
59. Reforma ou remendo político? / Oded Grajew.....	83
60. Barreira contra a democracia / Flávio Dino.....	84
61. Lista pré-ordenada e fidelidade partidária / Wladimir Gramacho.....	85
62. Pluralidade e voto proporcional / Wladimir Gramacho.....	86
63. Reforma Política como aprimoramento / Sigmaringa Seixas.....	87
64. A crise é institucional / Luiz Carlos Santos.....	88
65. Na última hora, o acordo nacional / Israel Tabak.....	89
66. Por onde começar a reforma? / Gaudêncio Torquato.....	90
67. A reforma das reformas / Roberto Busato.....	91

68. Juristas condenam Constituinte / Bruno Garschagen e Paula Barcellos.....	92
69. Conversa paralela abriu discussão / Luiz Orlando Carneiro.....	92
70. Que reforma política queremos / José Pimentel.....	93
71. Reforma política no Brasil hoje / Ricardo Wahrendorff Caldas.....	94
72. Tolerância zero na reforma política / Marcos Cintra.....	95
73. A reforma política deve esperar / Marco Maciel.....	96
74. Ampla e profunda reforma / Helio Jaguaribe.....	97
75. Uma reforma política radical (II) / Léo de Almeida Neves.....	98
76. Uma reforma política radical (I) / Léo de Almeida Neves.....	99
77. Reforma para consolidar a democracia / Ronaldo Caiado.....	100
78. A reforma política / Miguel Reale.....	101
79. Marmita eleitoral / João Almeida.....	102
80. Reformar a política pela base / Rubens Approbato Machado.....	103
81. Reforma fatiada / Mauro Benevides.....	104
82. Reforma política ou reforma da política? / Octaciano Nogueira.....	105



LEGISLATIVO / Propostas de mudança nas regras das eleições de deputados e vereadores favorecem os maiores partidos e deixam vários nanicos fora do Congresso. Estudo do Diap mostra quem ganharia com as modificações

Reforma para gigantes crescerem ainda mais

» IZABELLE TORRES

Tratada como prioridade do governo Dilma Rousseff e tema da agenda dos principais partidos, a reforma política, que começa a ser discutida na Câmara dos Deputados esta semana, terá como um dos principais alvos as mudanças no sistema eleitoral. Nunca houve tanto consenso sobre a importância de modificar os **critérios** usados para eleger ou não um deputado. A ideia da maioria dos parlamentares é acabar com a possibilidade de coligações. Outra ala de políticos, encabeçada pelo PMDB, defende a adoção do sistema majoritário, no qual são eleitos os políticos mais votados. O apoio às mudanças não é por acaso. Estudo do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) mostra que se o sistema eleitoral fosse outro na eleição do ano passado, teria desenhado um quadro partidário em que as grandes legendas estariam ainda maiores.

O PT ganharia cadeiras se as regras eleitorais determinassem a vitória dos candidatos pelo número de votos recebidos. A maior bancada eleita da Câmara pularia de 88 deputados para 91

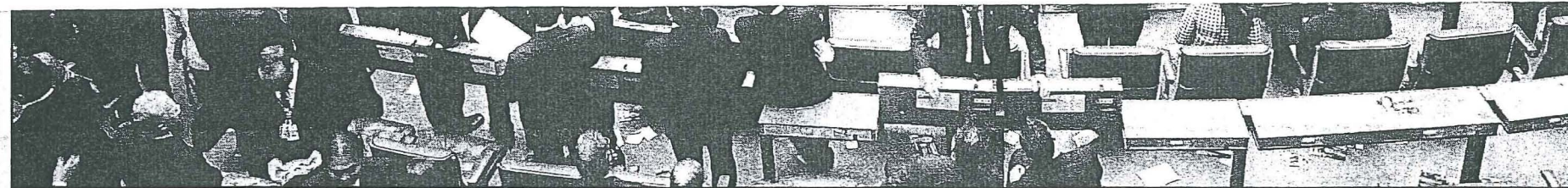
Edilson Rodrigues/CB/D.A Press - 1/2/11



número de votos recebidos. A maior bancada eleita da Câmara pularia de 88 deputados para 91 se o sistema majoritário fosse adotado. O crescimento do PT seria ainda maior se a mudança mantivesse o critério proporcional, mas proibisse as coligações com outros partidos. Nesse caso, seriam eleitos 108 deputados: 20 a mais do que possui a atual bancada. O líder da legenda, Paulo Teixeira, defende o fim das alianças e a lista fechada de candidatos. A bancada, no entanto, ainda não fechou questão sobre o tema.

O PMDB do vice-presidente da República, Michel Temer, seria o maior beneficiado na Câmara se houvesse a adoção do sistema majoritário, ou se as coligações fossem proibidas. No primeiro caso entrariam 10 deputados a mais do que o quadro de eleitos em outubro. Na segunda hipótese, a legenda saltaria dos atuais 78 parlamentares para 109 representantes. Na última sexta-feira, Temer reuniu peemedebistas para defender a adoção do sistema majoritário. Segundo ele, a eleição de políticos "na carona" dos votos de outros é uma anomalia que deve ser corrigida. "O ideal é que vençam o pleito os candidatos que receberam a maior quantidade de votos. Isso já acontece no Senado e é o sistema mais adequado", disse.

As mudanças também interessam os partidos da oposição.



No sistema atual, candidatos com poucos votos podem ocupar a cadeira que seria de adversários com votação muito superior e, mesmo assim, não conseguiram se eleger

Sistema proporcional

Os critérios usados atualmente são os do sistema proporcional. Por ele, as vagas são distribuídas de acordo com o quociente eleitoral, que é a divisão do número de votos do partido ou coligação pelo número de vagas do Estado na Câmara dos Deputados. Dessa forma, cabe ao partido tantas vagas quantas vezes a legenda atingir o quociente eleitoral. A regra permite que um político bem votado de um partido dê um mandato aos deputados da coligação ou da legenda sem votos suficientes para se eleger.

Depois de sofrerem redução significativa das suas bancadas, a adoção dos novos sistemas daria um novo fôlego tanto ao DEM quanto ao PSDB. Os tucanos passariam dos atuais 53 para 65 deputados eleitos em qualquer alternativa de mudança. Já os democratas, hoje com 43 deputados, teriam 50 se as regras elegeassem os parlamentares mais votados. No entanto, perderiam quatro integrantes se não pudessem fazer coligações.

De acordo com o diretor do Diap responsável pela pesquisa, Antônio Augusto de Queiroz, o estudo sobre o cenário que as mudanças no sistema eleitoral desenhariam na Câmara mostra que o fim dos sistemas proporcional reduziria ainda mais os nanicos e ajudaria grandes legendas a incharem. "É um debate interessante. Mas nas duas hipóteses mais discutidas, o fim das coligações e o voto majoritário, apenas grandes partidos poderiam crescer. Os pequenos encolheriam ainda mais", analisa.

Perdedores

Enquanto as maiores legendas discutem possibilidades de mudanças em um quadro otimista em todas as hipóteses, os partidos nanicos podem ser condenados à extinção a depender das regras aprovadas. Com dois deputados eleitos em outubro, PHS e PRP ficariam sem nenhum se fossem proibidos de se coligar ou se as regras determinassem a vitória pelo critério do número de votos recebidos por cada candidato. O sumiço também ocorreria com o PSL, que hoje tem apenas um representante.

A adoção do sistema majoritário reduziria ainda mais o PRTB, que tem dois parlamentares e passaria para um. "O estudo mostra que entre os partidos muito pequenos, com menos de cinco parlamentares, ninguém ganharia com o fim das coligações. Perderiam nas duas hipóteses: o PTdoB, o PHS, o PRB, o PRB e o PSL", diz o analista político responsável pelo estudo do Diap.

As possibilidades de um novo cenário

Partido	Deputados eleitos em 2010	Eleitos se não houvesse coligação	Eleitos se a votação fosse majoritária
 PT	88	108	91
 PMDB	78	109	88
 PSDB	53	65	65
 DEM	43	39	50
 PP	44	37	41
 PR	40	37	35
 PSB	34	30	29
 PDT	26	24	22
 PcdoB	15	10	14
 PTdoB	4	1	1
 PHS	2	0	0
 PRP	2	0	0
 PRTB	2	0	1
 PSL	1	0	0
 PTC	1	0	1
 PTB	22	14	22
 PSC	17	11	17
 PSol	3	3	4
 PPS	12	7	12
 PRB	8	3	8
 PMN	4	0	4
 PV	14	15	8

Tentativa de acabar com as caronas

Carlos Moura/CB/D.A Press - 3/2/11



Com o 1,3 milhão de votos que teve, Tiririca elegeu mais três candidatos

A discussão e o consenso para enterrar o sistema proporcional tem como pano de fundo a ideia de evitar que puxadores de votos levem ao parlamento políticos que passaram longe da preferência dos eleitores. Graças ao atual sistema, os mais de 1,3 milhão de votos do palhaço Tiririca (PR-SP) emplacaram três candidatos mal votados: Otoniel Lima (PRB-SP), Vanderlei Siraque (PT-SP) e Protógenes Queiroz (PC do B-SP).

O maior exemplo do que os políticos de grandes legendas consideram o erro do atual sistema eleitoral aconteceu em 2002,

quando o falecido deputado Enéas Carneiro conseguiu obter mais de 1,5 milhão de votos pelo Prona e deu um mandato para Vanderlei Assis, que obteve apenas 275 votos.

Apesar de defenderem as mudanças, os deputados que vão votar a reforma política se beneficiaram do atual sistema. Dos 513 eleitos, 478 ganharam um mandato graças aos votos dos outros. Se a ideia e a pressão dos grandes partidos funcionar, em alguns anos haverá um quadro novo das figuras que compõem o poder no Brasil. (IT)

JOSÉ ROBERTO DE TOLEDO

blogs.estadao.com.br/vox-publica / twitter.com/zerotoledo



Política é caixinha de surpresas

O PC do B reivindica ser a agremiação política mais antiga do Brasil, herdeira do Partido Comunista fundado em 1922. Tradição ele tem. Organizou a maior guerrilha rural contra a ditadura militar, na qual morreram dezenas de seus militantes.

Mas isso é passado. No século 21, o partido finalmente chegou ao poder. Não pela revolução, mas pela coligação. Trocou a linha albanesa pela esportiva.

Com o PT no governo – em São Paulo ou em Brasília – os comunistas sempre abocanham a pasta dos Es-

portes. Reportagem de Leandro Colon publicada ontem e que prossegue hoje no **Estado** dá pistas do motivo dessa preferência.

O ministério distribui milhões a ONGs de aliados e correligionários. Se os critérios são técnicos, os dividendos são políticos. E, embora o dinheiro já tenha saído de Brasília, alguns programas ainda não entraram em campo.

É que treino é treino e jogo é jogo. Com a Copa e a Olimpíada pela frente, o orçamento esportivo vai bater recordes. O PC do B quer compartilhar esse momento histórico. Alguns comunistas nem olham a cor da camisa dos parceiros.

O diretório paulistano do partido chegou a aderir ao governo Kassab (DEM). Ganharia a Secretaria Especial da Copa de 2014. Mas o politburo nacional vetou. Vai esperar o prefeito aderir a um partido que apoie Dilma Rousseff. Depois disso, é jogo jogado.

Essa decisão prova que é injusta a blague que chegou a circular pelo Twitter após a intempestiva adesão a Kassab. Dizia que o PC do B passaria a atender pelo nome de Partido Comum do Brasil. Bola pra frente.

Deixa como está. O repórter Marcelo de Moraes informa, no **Estado**, que os

congressistas pretendem aprovar uma reforma política restrita, enxuta, com poucos cômodos. Quase um “puxadinho”. Só com coisas importantes.

Corrigir a distorção do voto para a Câmara dos Deputados? Aquela que faz um paulista que é eleitor em Roraima valer 11 roraimenses que votam em São Paulo? Nem pensar. Implementar uma cláusula de barreira que dificulte a existência de legendas de aluguel e apare os 27 partidos registrados hoje? Bobagem. Voto distrital? Facultativo? Esqueça.

Em compensação, se há alguma coisa com chance de ser aprovada é a chamada “Lei Tiririca”. Pelo nome já se vê que não é brincadeira. Trata-se do fim do voto de legenda e do voto proporcional. Só se elegem os mais votados. Ponto.

Ou seja, o partido não servirá mais para nada, a não ser montar a lista de candidatos. Serão todos adversários entre si, até dentro dos partidos. O modelo é inspirado em democracias tão avançadas quanto o Afeganistão.

O principal argumento de defesa da “Lei Tiririca” é que os fenômenos eleitorais, a exemplo do palhaço, não empesariam seu “excesso” de votos para eleger candidatos menos votados. E isso diminuiria o número de partidos.

Lógico, cristalino e antimatemático. O repórter Daniel Bramatti submeteu o argumento à prova dos nove e descobriu que, se tivesse sido aplicada na eleição passada, a regra ainda manteria 20 partidos com deputados na Câmara. Por absoluta coincidência, a conta mostra que a legenda que mais se beneficiaria, em tese, com o novo sistema seria o PMDB, partido do maior defensor da “Lei Tiririca”, o vice-presidente Michel Temer.

Outro efeito possível do voto intransferível é que os partidos procurem cada vez mais Tiriricas e Romários, para aumentar suas bancadas. Não deixa de ser um jeito de aumentar a popularidade do Congresso.

A alternativa a essa proposta é a lista fechada, defendida pelo PT. Por ela, o eleitor vota só no partido, não nos candidatos. A ordem preferencial de quem se elege ou não é definida pelos sábios da burocracia partidária. Difícil saber qual é melhor.

Só mesmo cabeças arejadas e renovadoras, como as que formam a comissão de reforma política do Senado, poderiam tomar essa decisão: Itamar Franco, Fernando Collor e José Sarney.

Projeto eleitoral faz PT-SP cobiçar mais cargos no Estado

Em busca de se fortalecer para a disputa nas urnas, partido mira segundo escalão federal em São Paulo e cria atrito com os aliados

Julia Duailibi

O PT planeja aumentar o seu espaço e influência na máquina federal do Estado de São Paulo como forma de tentar romper a hegemonia da aliança PSDB-DEM na prefeitura da capital paulista e no Palácio dos Bandeirantes. Para se fortalecer, os petistas querem controlar a maior parte da estrutura orçamentária da



MARCIO FERNANDES/AE - 18/10/2010

feira passada, a expectativa é que haja uma definição em breve, pois a presidente Dilma Rousseff determinou o congelamento das negociações até que a votação seja concluída pelo Congresso. Nesta semana, a valor de R\$ 545 será submetido ao Senado.

O presidente do diretório estadual do PT-SP, Edinho Silva, deve fazer uma reunião com integrantes da bancada paulista para discutir a questão. Depois, as de-

QUEM MANDA NO 2º ESCALÃO EM SÃO PAULO

● PT e PMDB articulam nos bastidores a manutenção dos cargos no principal Estado do País

Verbas de R\$ 11 bilhões Cargos 39 mil Mais de 660 Comissionados

Como é a ocupação de cargos hoje

PT

● CEAGESP

Mantém a maior rede pública de armazéns de São Paulo e um complexo de 13 centrais atacadistas, que abastecem grande parte do Estado

● SPU

Integra a estrutura do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

● INCRA

Autarquia federal criada em 1970, tem a missão de realizar a reforma agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União

● IBAMA

Autarquia federal ligada ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), exerce controle e fiscalização sobre o uso dos recursos naturais

● CORREIOS

Vinculada ao Ministério das Comunicações, a empresa atua em todo o território brasileiro

lo. O posto estava com José Furian Filho, que foi indicado pelo PMDB para assumir a diretoria comercial do órgão em Brasília. O deputado João Paulo Cunha acabou indicando o sucessor, Wilson Abadio de Oliveira, sem submeter a nomeação aos demais integrantes da bancada paulista. Deputados do PT se sentiram traídos, já que a orientação era para que as decisões sobre os cargos fossem tomadas em conjunto pela bancada.

Pontos de atrito. Na discussão sobre a divisão dos cargos em São Paulo, deputados petistas temem a ampliação do poder de fogo do PSB e do PMDB, agora fortalecido pelo controle do vice-presidente Michel Temer do diretório estadual, antes nas mãos de Orestes Quêrcia, morto no final de 2010.

O PMDB também já definiu que pretende aumentar sua participação na divisão do bolo. A direção do partido em São Paulo avalia ter ficado muito tempo em “segundo plano”. O PMDB controla a Funasa. Desde 2007, o diretor é Raze Rezeck, irmão do deputado estadual Uebe Rezeck, aliado de

DIRETO DE BRASÍLIA JOÃO BOSCO RABELLO

✉ joao.bosco@grupoestado.com.br



Força do segundo escalão

A vitória na votação do salário mínimo na Câmara não serve como sustentação para medir a força política do governo Dilma Rousseff, no sentido mais permanente da expressão. Apesar de significativo, o resultado — maior que os obtidos por Fernando Henrique Cardoso e Lula nos primeiros testes de seus mandatos —, ocorreu dentro do período de trégua normalmente concedido a todo governo recém-empossado.

A rigor, não é exatamente uma concessão. Assim os partidos ávidos por cargos sofismam a submissão estratégica a um governo ainda fortalecido por centenas de cargos a preencher. Serve mais para confirmar que, sendo de continuidade, não começa fraco, do que para medir sua força política,

que precisará ser constante.

O PMDB teve o pragmatismo absoluto (votou 100% com Dilma) que faltou ao seu principal parceiro na aliança governista e, de forma mais contundente, ao PDT. Este faltou ao governo com praticamente 40% de sua bancada, enquanto aquele exibiu unidade de ocasião, de olho nos cargos de segundo escalão com os quais espera compensar as perdas ministeriais.

O tratamento a pão e água anunciado por fontes palacianas aos dissidentes trabalhistas é mais terrorismo que realidade. O governo só perderia com isso. O que parece claro ao Planalto é que o ministro do Trabalho, Carlos Lupi, não lidera o partido e inverteu a ordem das coisas ao sustentar que tem deveres com sua base eleitoral e não como base política do governo.

“Daqui a pouco teremos de falar em 140 caracteres.”

Aloysio Nunes, no twitter, contra Marta Suplicy, QUE CORTOU SUA FALA NA TRIBUNA



Veto de Sarney...

Não partem necessariamente do Planalto os vetos aos cargos de segundo escalão cobiçados por aliados derrotados nas urnas. Na complexa aliança montada por Lula para eleger Dilma, sobram adversários nos partidos da base. O presidente do Senado, José Sarney, por exemplo, vetou a nomeação do ex-deputado Flávio Dino (PCdoB) para um posto no Ministério da Justiça e, agora, impede sua acomodação na vice-presidência, com Michel Temer. Ele foi adversário de Roseana na disputa pelo governo do Maranhão. Na Justiça, Dino seria o inimigo dentro de casa. Com Temer, menos, mas para Sarney, é melhor prevenir que remediar.

... de Requião

Já o senador Roberto Requião (PMDB-PR) veta o ex-governador do Paraná Orlando Pessutti (PMDB) para a vice-presidência de Agronegócios do Banco do Brasil. Pessutti renunciou à candidatura à reeleição a pedido de Dilma Rousseff para apoiar Osmar Dias (PDT). Mas Requião o acusa de ter feito campanha contra ele e votado em José Serra.

...e de Wagner

E o governador da Bahia, Jaques Wagner (PT), luta para impedir a nomeação do ex-ministro Geddel Vieira Lima (PMDB) à vice-presidência de Governo e Loterias da Caixa, já praticamente acertada. Geddel enfrentou Wagner na eleição para governador no ano passado.

Prestígio abalado

Pela primeira vez em mais de 20 anos, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) fica fora da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a mais importante do Senado. Punição pela independência em relação ao partido, mas só possível agora, no rastro do arranhão à imagem causado pelo pedido de aposentadoria retroativa de governador.

Foi Temer

O governo credita a Michel Temer, e não a Henrique Alves, a união do PMDB pelo mínimo de R\$ 545.

estadao.com.br

Blog. Agnelo Queiroz fala sobre herança maldita de Arruda
blogs.estadao.com.br/joao-bosco/

Com ‘Lei Tiririca’, começa reforma política ‘possível’

Adoção de sistema majoritário para eleição de deputados, pondo fim aos puxadores de votos, faz parte da restrita pauta em debate

Marcelo de Moraes / BRASÍLIA

A proposta de reforma política que começa a ser debatida no Congresso, a partir de terça-feira, deve aprovar uma mudança radical na eleição de de-

Em debate

MICHEL TEMER

VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA
E DEFENSOR DO FIM DO SISTEMA
PROPORCIONAL

incluindo Vanderlei Assis de Souza, com ínfimos 275 votos.

“É um pouco chocante. Alguém que teve 128 mil votos não pode decidir em nome do povo, e quem teve 275 votos pode”, diz



CELSO JUNIOR/AE-16/2/2011

A proposta de reforma política que começa a ser debatida no Congresso, a partir de terça-feira, deve aprovar uma mudança radical na eleição de deputados. Há uma grande chance de os partidos condenarem à morte o atual sistema proporcional, baseado em coeficiente eleitoral. No lugar entraria o voto majoritário simples. Traduzindo: quem tem mais votos é eleito.

Hoje, as vagas são distribuídas conforme o número de votos recebidos pela legenda ou coligação. Levando em conta esse resultado, o partido tem direito a um número de eleitos, mesmo que alguns tenham menos votos que outros candidatos.

A mudança tornará inútil a figura do candidato puxador de votos, geralmente representado por algum político importante ou por celebridades. Tanto que a proposta do voto majoritário simples foi, ironicamente, apelidada de “Lei Tiririca” – ela impedirá justamente a repetição do fenômeno provocado pela eleição do palhaço, deputado pelo PR de São Paulo.

Tiririca teve 1,35 milhão de votos e ajudou a eleger candidatos bem menos votados, como Van-

● Em debate

MICHEL TEMER

VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA E DEFENSOR DO FIM DO SISTEMA PROPORCIONAL

“O partido vai verificar quem tem condições de um desempenho político e eleitoral adequado e vai levá-los à candidatura”

“Você não pode fazer reformas políticas quilométricas, como tem sido proposto. Daí, não avança”

VALDEMAR COSTA NETO

DEPUTADO (PR-SP) E PRINCIPAL ARTICULADOR DO PARTIDO

“Se vierem poucos pontos, pode sair. Caso contrário, não”

derlei Siraque (PT-SP), que somou 93 mil votos, menos que outros dez candidatos não eleitos.

Em eleições passadas, outros puxadores levaram a Brasília uma bancada de candidatos nani-cos, como Enéas Carneiro e Clodovil Hernandez, ambos já falecidos e campeões de votos em 2002 e 2006, respectivamente. Há nove anos, Enéas foi escolhido por 1,5 milhão de eleitores e puxou mais quatro deputados,

metamundo valdemar costa de

Souza, com ínfimos 275 votos.

“É um pouco chocante. Alguém que teve 128 mil votos não pode decidir em nome do povo, e quem teve 275 votos pode”, diz o vice-presidente Michel Temer (PMDB), defensor do voto majoritário simples. “Os partidos não vão mais buscar nomes que possam trazer muitos votos, nem vão procurar um grande número de candidatos para fazer 2,3 mil votos ou menos, só para engordar o coeficiente eleitoral.”

Se aprovada, a “Lei Tiririca” vai gerar um imediato efeito colateral: tornará inúteis as coligações partidárias nas eleições proporcionais. Hoje, os partidos se aliam para formar chapas para somar forças e produzir um alto coeficiente. Na nova regra, uma aliança partidária não produz qualquer efeito.

Unificação. Outra mudança em debate é a unificação das eleições e a coincidência de mandatos. A proposta é de consenso difícil, mas tem alguma chance de ser aprovada se entrar em vigor para eleições futuras, sem afetar os direitos de quem tem mandato e pode se reeleger.

Se houver consenso, os próximos prefeitos e vereadores serão eleitos em 2012 para manda-

podariam ocupar na base de apoio da presidente Dilma Rousseff, seja por meio de cargos ou de liberação de recursos federais.

Na prática, a oposição já tinha se tornado alvo preferencial desse processo de atração de novos parlamentares. A hemorragia política da oposição só foi contida por conta da interpretação dada pela Justiça de que o mandato eleitoral pertence ao partido e não ao candidato.

Agora, com a maioria do Congresso apoiando a criação da janela para trocas, passou a ser questão de tempo o início dessa movimentação. Vários políticos apenas aguardam a aprovação da proposta para trocar de legenda. A mudança mais clara envolve o prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab (DEM). O prefeito quer legenda para concorrer ao governo do Estado, em 2014, e sabe que seu atual partido planeja apoiar a candidatura do governador Geraldo Alckmin (PSDB) à reeleição.

Assim, para poder enfrentá-lo,



Distorção. O 1,3 milhão de votos de Tiririca elegeu deputado que ficou atrás de 10 candidatos

to de dois ou de seis anos. No primeiro caso, menos provável, as eleições unificadas ocorreriam já em 2014. Se for um mandato de seis anos, a unificação ficaria para 2018.

Apesar da complexidade da proposta e do lado pouco prático – criaria uma supereleição em um único dia –, a ideia da reforma política, desta vez, é que ela não cometa o erro de sempre: uma debate inchado de propos-

tas que, apesar de defendida como prioritária por todos os políticos, sempre acaba patinando. Pior: alterações significativas, como fidelidade partidária, verticalização das alianças e seu fim, acabaram sendo decididas por ordem do Poder Judiciário.

Por isso, veteranos do debate acreditam que a reforma só tem chance de passar se for restrita a poucos pontos. Em 2009, o Senado aprovou um texto que a Câma-

ra ignorou, por não ter sido negociado em comum acordo. “Se vierem poucos pontos, pode sair. Caso contrário, não”, diz o deputado Valdemar Costa Neto (PR-SP), principal líder político do partido que, no passado, ajudou a derrubar o projeto que criava a cláusula de barreira para legendas que não somassem 5% do total de votos para a Câmara Federal, o que praticamente inviabilizaria a atividade desses partidos.

‘Janela de infidelidade’ deixa oposição mais vulnerável a assédio

Temor de oposicionistas é que mudança na lei de fidelidade facilite adesão, à base aliada, dos que buscam cargos no governo

BRASÍLIA

O debate da reforma política levanta uma desconfiança: no plano nacional, pode se transformar em duro golpe contra os partidos de oposição. A maioria dos deputados e senadores quer aprovar a alteração da regra que estabelece a fidelidade partidária, para criar uma espécie de “janela” para que

os parlamentares possam trocar de partido seis meses antes da votação seguinte. Nesse caso, poderiam mudar de legenda apenas uma vez.

Para PSDB, DEM e PPS, partidos de oposição, a proposta é uma ameaça real. Longe do poder federal desde a posse do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2003, esses partidos se tornaram vulneráveis ao assédio de legendas da base governista, interessadas em engordar seus quadros, caso seja aprovada a brecha na regra da fidelidade partidária.

No novo modelo, o grande mecanismo de atração seria o espaço político que os novos filiados

LISTA DE TAREFAS

● Sistema majoritário

Acabaria com a regra da proporcionalidade, que distribui as vagas dos deputados por meio do coeficiente eleitoral

● Fim das coligações

Coligações proporcionais não seriam vantajosas para os partidos que as fizessem

● Fidelidade partidária

Deve ser mantida.

● Unificação das eleições

Em vez de pleitos a cada dois anos, as eleições seriam feitas

no mesmo ano, coincidindo as nacionais, estaduais e locais.

● Reeleição no Executivo

Será discutida. A tendência é que a regra seja mantida

● Cláusula de barreira

Para atuar no Congresso, ter fundo partidário e tempo de propaganda, partido terá de ter 5% dos votos para a Câmara. Proposta deve ficar fora

● Financiamento público das campanhas

Difícilmente será aprovado

● Posses no Executivo

Com exceção da posse presidencial, outras devem ser alteradas

● Suplentes de senador

Vaga de suplente será preenchida pelo segundo mais votado

● Votos em lista fechada e no sistema distrital

Por falta de consenso mínimo, dificilmente entrarão no debate

● Voto facultativo

Voto obrigatório deve ser mantido, e com direito a ampla justificativa da ausência, como é hoje

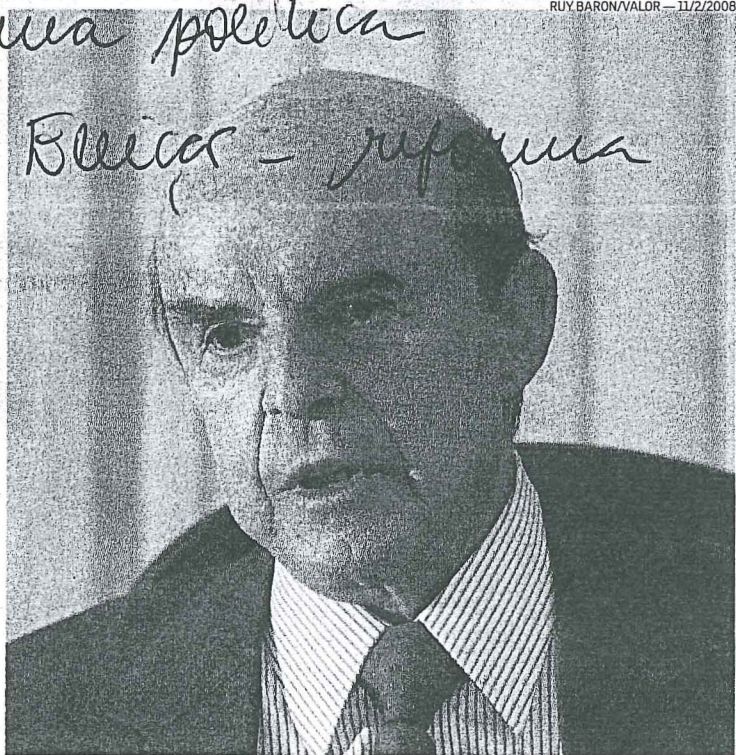
governador de Santa Catarina, Raimundo Colombo, que já foi sondado pelo presidente do PSB e governador de Pernambuco, Eduardo Campos, para se filiar aos socialistas. “É claro que para

nós o ideal é que a regra permaneça a mesma”, afirma o presidente do DEM, deputado Rodrigo Maia (RJ). “Mas não adianta manter pessoas que querem sair. Isso só enfraquece o partido.” / M.M.

Projeto elimina o quociente eleitoral

Cristian Klein
De São Paulo

Reforma política



Dornelles: "O distrital puro causaria divergências enormes, não haveria consenso"

A presidente Dilma Rousseff retrocedeu na pretensão de aprovar uma reforma política enviada pelo Executivo, mas mudanças no sistema eleitoral brasileiro continuam mobilizando os partidos e devem entrar na pauta da legislatura que se inicia a partir de amanhã.

A novidade é que ganha força no Congresso a proposta de emenda constitucional (PEC), de autoria do senador Francisco Dornelles (PP-RJ), apelidada de "distritão".

O projeto foi apresentado em 2007, na esteira da polêmica votação sobre o assunto — que derrotou a lista fechada — e começou a germinar aos poucos, a ponto de agora ser abraçado como modelo preferido da cúpula do PMDB. O vice-presidente Michel Temer já demonstrou entusiasmo pela ideia. O vice-líder do partido na Câmara, Eduardo Cunha (RJ), é um defensor ferrenho.

Embora possa parecer simples e lógico — como a relação de aprovados num vestibular — o distritão seria um raríssimo sistema eleitoral. Enquanto o modelo clássico de voto distrital — predominante nos países anglo-saxões — elege apenas um representante por circunscrição, o distritão elegeria quantos deputados ou vereadores os Estados e os municípios tiverem.

Em São Paulo, por exemplo, na eleição para a Câmara, ganhariam vaga os 70 candidatos mais votados — independentemente do total alcançado pelo partido ou coligação.

Essa seria a principal diferença para o modelo atual, em que o primeiro critério de distribuição das cadeiras leva em conta a votação proporcional dos partidos e coligações, medida pelo quociente eleitoral.

O maior objetivo da proposta é acabar com a chance de um candidato bem votado ficar de fora enquanto outro, de baixa votação, se elege devido ao quociente eleitoral alcançado pelo partido detentor de grandes puxadores.

O caso mais radical dessa distorção ocorreu em 2002, quando cinco candidatos do Prona chegaram à Câmara com votação pífia — quatro deles com menos de 673 votos — graças à marca extraordinária de Enéas Carneiro: 1.573.642 votos.

Essa possibilidade não existiria no distritão. Os votos passariam a ser apenas dos candidatos. Isso, no entanto, poderia tornar o sistema mais personalista. O modelo, que caiu no gosto de líderes do PMDB, está no extremo oposto ao que o PT insiste em aprovar — a lista fechada, pela qual os eleitores votariam só em partidos e não mais em candidatos.

Eduardo Cunha argumenta que o sistema não é necessariamente

incompatível com o fortalecimento dos partidos. "Basta aprovar mecanismos de fidelidade partidária", afirma Cunha, embora ele mesmo tenha sido autor de uma proposta, em 2009, que previa a redução do prazo mínimo de filiação partidária de um ano para seis meses, exigido dos candidatos nas eleições.

Para o deputado, uma das principais vantagens do distritão seria o enxugamento do número de candidatos. "Não vou lançar mais candidatos de 2 ou 3 mil votos. É muito desgastante para o dirigente do partido ter de ficar à procura de pessoas sem qualquer expressão política e incluí-las na lista apenas para crescer o bolo de votos", diz.

Eduardo Cunha considera que a primazia do critério partidário na distribuição das cadeiras, como é hoje, não fortalece as legendas porque seria artificial. O mecanismo de agregar votos em torno do partido estaria baseado nessa cooptação de candidatos sem vínculos com a agremiação. "Se você quer linha partidária vai para a lista fechada. Mas aí o primeiro nome da lista será o da mulher do líder do partido; o segundo, o do filho dele; o terceiro, o do sobrinho; e assim por diante", critica.

O deputado — conhecido pelos imbrólios em negociações de cargos — afirma que "ninguém vota em mim porque estou no PMDB, mas porque são meus eleitores".

Autor da proposta, Dornelles considera que o sistema "nem fortalece, nem enfraquece" os partidos, mas sugere em seguida que a tendência seria mais de fortalecimento, por meio da redução do quadro partidário.

A lógica, argumenta o senador, é que o distritão acabaria automa-

ticamente com as coligações, pois as tornariam sem sentido. Com a disputa baseada apenas nos votos dos candidatos, não haveria necessidade de os partidos ultrapassarem o quociente eleitoral. Como as coligações são, essencialmente, trampolins para que legendas nanicas superem o quociente e consigam emplacar seus candidatos, elas ficariam desamparadas, extinguindo-se naturalmente.

Inversamente, o distritão poderia gerar incentivos à fragmentação partidária, já que um político poderia abrir sua própria sigla e obter o mandato exclusivamente com seus votos. Dornelles discorda: "Ele não mudaria para um partido pequeno porque não teria direito a comissão, voto de liderança, relatoria. Um político de expressão eleitoral só recorre à legenda pequena em último caso."

Sobre a origem da ideia do distritão, o senador afirma que sempre foi um entusiasta do voto distrital clássico, uninominal, que elege um representante por circunscrição. Mas como a criação de pequenos distritos seria muito complexa, imaginou um modelo que aproveitasse os distritos brasileiros como eles já são — coincidindo com os Estados (nas eleições para deputados) e com os municípios (vereadores). "O distrital puro causaria divergências enormes, não haveria consenso", afirma Dornelles.

O senador do PP admite que sua proposta é mais uma rejeição ao sistema proporcional em vigor no Brasil há décadas do que um modelo de preferência. "E porque só temos debatido o sistema de lista fechada, ao qual sou totalmente contrário", diz.

Para integrantes do PT, a adesão

ao distritão é vista como uma reação que pretende prejudicar os partidos de esquerda. "Precisamos fazer um diálogo com o PMDB, porque parte dele sempre foi a favor da lista fechada", afirma Paulo Teixeira (SP), próximo líder da bancada do PT na Câmara, ao reconhecer que o apoio do aliado ao distritão dificulta as pretensões de seu partido.

Teixeira considera que "a reforma política é uma prioridade do país" e uma tarefa urgente do Parlamento. Ao citar uma pesquisa recente na qual 80% dos parlamentares do Congresso se disseram favoráveis à reforma, o deputado afirma que o próximo presidente da Câmara — o favorito, Marco Maia, é do PT — deve formar uma comissão especial para debater e votar o tema. "O ponto de partida poderia ser o projeto do governo de 2009. A bancada do PT está empenhada", diz.

Paulo Teixeira ressalta que a reforma do sistema eleitoral deve vir acompanhada de uma reforma partidária, para consolidar um conjunto de normas que acabaram sendo criadas pelo Judiciário.

O petista critica o distritão por fortalecer muito a visão do voto pessoal. Essa característica, porém, é amenizada no mais novo projeto que embala integrantes do PSDB.

O partido — que sempre teve uma posição recalcitrante em relação ao tema e já apoiou o voto distrital, o distrital misto alemão e até a lista fechada do adversário PT — se empolga agora por um modelo que vem sendo chamado de "distritão misto". Apresentado em 2009 pelos deputados paulistas Mendes Thame e Emanuel Fernandes, o projeto é uma espécie de mistura do modelo atual, proporcional, com o distritão de Francisco Dornelles. O objetivo é aproximar a relação entre os eleitos e seus eleitores. A ideia é que num Estado como São Paulo, que tem 70 deputados, fossem criados, por exemplo, 10 distritos de sete representantes, ou 14 que elegessem cinco cada.

"Resolveria uma distorção absurda. Em São Paulo, um deputado tem que se reportar a 30 milhões de pessoas, enquanto no Reino Unido ele responde a um eleitorado de 200 mil", compara Mendes Thame.

Para o deputado, uma das vantagens de sua proposta em relação à PEC enviada pelo senador Dornelles, é que não mudaria o sistema brasileiro de proporcional para majoritário, o que implica mudança da Constituição e a difícil obtenção de uma maioria de dois terços.

"O nosso projeto é imensamente melhor, mais simples", defende Thame, que não vê problema na complexidade de criação dos distritos, afirmando que ela se daria "apenas na primeira eleição".

ENTREVISTA | MARCO MAIA

"A Constituinte é o caminho para a verdadeira reforma"

Vice-presidente da Câmara angaria apoio no esforço de encerrar em 2011 polêmica sobre reforma política

Leandro Mazzini
BRASÍLIA

É tão evidente a força suprapartidária na ideia que, até a quinta-feira à noite, dos 289 endossos de deputados, só quatro petistas haviam assinado a Proposta de Emenda Constitucional que convoca uma Assembleia Constituinte Ex-

clusiva para tratar de Reforma Política — os outros 74 da bancada seriam procurados em caso de necessidade para se completar as 171 assinaturas obrigatórias. A PEC será protocolada na terça-feira.

A proposta, do deputado Marco Maia (PT-RS), vice-presidente da Câmara, ganhou ampla adesão de parlamentares da base e oposição.

Para Maia — que tem a aprovação dos líderes partidários para colocar em votação — houve o bom senso das bancadas de que, só por uma Constituinte com 180 eleitos especialmente para debater o assunto, a partir de 2011, os cerca de 150 projetos em tramitação poderão sair do papel e o Congresso, enfim, dar uma resposta à sociedade.



OTIMISMO — Maia diz que a iniciativa já é um avanço. Falta a aprovação

O senhor está apresentando PEC para uma Constituinte que pode ser a primeira depois da aprovação da Carta. É preciso isso para termos uma reforma política? Não dá para fazer um esforço concentrado de votação de um pacote?

— A nossa experiência na Câmara tem nos demonstrado que o tema da reforma política é polêmico e que acaba suscitando um debate forte onde são levantadas outras questões, não apenas da reforma política, com elementos, muitas vezes, divergentes para votação de projetos desta natureza. Já foram feitas duas ou três tentativas e não se conseguiu avançar em um projeto global de reforma política. Se avançarmos em temas pontuais. Por outro lado, o parlamentar, também eleito para exercer seu mandato como parlamentar, ele se elege para uma plataforma maior do que apenas um tema específico. Ele é eleito a partir de outros pressupostos que não apenas o de votar, discutir e debater a reforma política.

Seriam 180 os constituintes...

— Esta ideia trabalha com esta visão. Aquele cidadão que for eleito para esta Assembleia Constituinte exclusiva estará sendo eleito para votar a reforma política. Portanto, ao se candidatar, ele vai expressar também as suas posições, porque o eleitor, ao votar, vai querer saber em quem ele está votando e quais as propostas que este candidato defende para a reforma política. Isto, na minha avaliação, traz duas vantagens. Primeiro, porque é uma Constituinte exclusiva para votar apenas reforma política com prazo estabelecido e, portanto, com pessoas que virão aqui com esta responsabilidade.

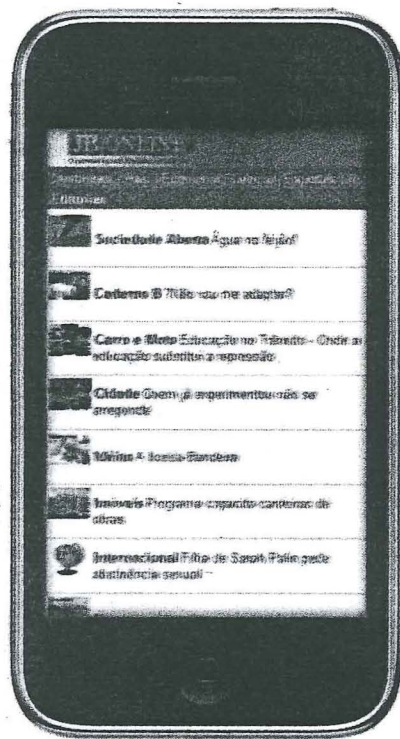
Qual será o prazo?

— São oito meses. Segundo, a Constituinte vai permitir à sociedade discutir a reforma política, porque ao votar estarão votando em pessoas que irão representá-los para votar e para debater a reforma política, e não sobre outros temas.

E os interesses dos partidos?

— Sem disputa partidária, sem a defesa de outros interesses que não apenas o debate da reforma política. Vou dar meu exemplo. Eu sou deputado federal que representa os trabalhadores e que portanto tenho uma pauta maior. Represento os interesses dos agricultores familiares, dos trabalhadores da metalurgia, dos aposentados. Nesse debate da Constituinte exclusiva, você vai ter candidato que vai dizer "eu quero ser candidato porque sou favorável ao voto em lista, o financiamento público de campanha, sou favorável ao processo eleitoral de voto distrital,

Jornal do Brasil Mobile.
Agora, o JB vai com você para qualquer lugar.



Acesse m.jb.com.br do seu celular e confira.

sou candidato porque defendo um modelo de mandatos de quatro anos, ou de cinco, ou de seis".

O rito de PEC já é demorado no Congresso. Além disso, é a proposição de uma Constituinte, um assunto que foge ao consenso em muitos casos.

— Vai requerer um grau de acordo e de sensibilidade dos parlamentares maior do que a média dos projetos. Mas eu não poderia me furtar de propor alternativa como esta para ser discutida pela Casa, pela sociedade, pela relevância do tema. O Brasil avançou muito na área social, é outro país na área econômica, a nossa relação com o mundo é diferente, o Brasil tem se destacado. E a reforma é um instrumento de fortalecimento da democracia. E se nós fizermos bem, aqui, esta lição de casa, seremos uma referência para a América Latina e para o mundo. O Brasil pode ser vanguarda nesta área, também. Vai ser difícil, a tramitação é complexa, talvez não se possa fazer isso no prazo, na velocidade que se desejaria, mas na minha compreensão, se não produzirmos um debate desta natureza, não produziremos uma reforma política adequada para o país. Vamos fazer pequenas mudanças no processo eleitoral.

É o que está acontecendo agora nessa minireforma que o Flávio Dino está tocando?

— Na verdade, essa é uma votação de projetos de questões pontuais.

São algumas questões pontuais mas que não mexem no centro da questão, que é financiamento público...

— ... e o tempo dos mandatos, voto distrital, voto em lista, fidelidade partidária... Não mexe na essência do que nós estamos falando, que é reforma política.

Se a Constituinte vier, a mudança vai valer para quando?

— Pode ser para 2012, mas pode para 2014, também. É uma decisão que esse grupo constituinte vai tomar, a partir de quando começa a valer.

Em entrevista recente ao JB, o presidente da Casa, Michel Temer, disse que a reforma seria melhor para 2014.

— Não conversei com o presidente Michel Temer sobre esse tema. Ele fez alguns comentários com alguns líderes sobre o assunto, todos eles falaram no aspecto "vamos tramitar, bota para andar, põe esse projeto em tramitação que ele pode vingar". Se o Congresso, no seu caminho normal e natural não consegue, uma Constituinte exclusiva pode ser um

>> Perfil

Marco Maia

Nascido em Canoas (RS), em 1965, casado e pai de um filho. É um dos fundadores da CUT no estado e estreou na política como secretário estadual de Administração. Está deputado em segundo mandato, eleito pelo Rio Grande do Sul. Ganhou notoriedade como relator da CPI do Apagão Aéreo. Foi destaque como parlamentar nas votações do Diap e do site Congresso em Foco.

A reforma política é um instrumento de fortalecimento da democracia. Se fizermos bem esta lição de casa, seremos uma referência para o mundo

caminho para buscar uma verdadeira reforma política no país.

Isso porque há um jogo de empurra do grupo que está no Congresso?

— Acho que também há muita dúvida por parte dos parlamentares. Como este Parlamento não foi eleito com esta finalidade, com a visão de fazer uma reforma política, ele também não se sente responsável por construir uma reforma política. Às vezes é mais fácil, na dúvida, manter do jeito que está, porque ninguém tem muito claro como é que serão as eleições num modelo novo. Por isso o fato de eleger uma Constituinte exclusiva vai permitir também que a sociedade discuta com exclusividade esse tema. No projeto proponho, inclusive, tempo de televisão, específico, para discussão da reforma política. Porque aí os candidatos terão condições de expressar a sua posição. Acho também que nós corremos o risco, no próximo Parlamento, de ter um Parlamento mais conservador do que este.

Por quê?

— A conjuntura política, na minha avaliação, está levando um pouco para isso. Teremos uma eleição, no próximo ano, talvez das mais tranquilas do ponto de vista eleitoral do que em anos anteriores. Na última

eleição tivemos o problema do mensalão, que causou uma avalanche na conjuntura política. Tudo indica que nas próximas eleições nós teremos um clima mais ameno, mais calmo, onde as pessoas irão se posicionar para votar baseadas muito mais nos fatores locais, na conjuntura do estado, na do município, do que propriamente pelas grandes questões nacionais. Então nós corremos o risco de termos um Parlamento que estará muito mais vinculado aos interesses das regiões, do município, dos estados, do que propriamente dos temas dos grandes interesses nacionais. Isso, na minha avaliação, pode ser um elemento adicional para impedir que, num próximo Parlamento, se possa votar uma reforma política nos moldes que a gente acredita que deva ser votada no país.

Há muitos projetos sobre fidelidade, financiamento público, sobre lista fechada. Não houve ainda um apensamento, não foi possível fazer um pacote?

— Esses projetos seriam para esse novo Parlamento Constituinte, para serem votados de forma exclusiva.

Enumere o que pode mudar.

— Lista fechada ou lista aberta, financiamento público, tempo de mandato, fidelidade partidária, voto distrital, conjunção das eleições numa eleição só, de todos os níveis. Nós teremos a discussão do sistema eleitoral como um todo, como o voto se daria em cada uma das regiões. Nós discutiríamos aqui, por exemplo, o sistema de financiamento das campanhas olhando para todos os aspectos. Ou seja, nós pegariamos mais ou menos 150 projetos que estão tramitando na Casa sobre reforma política e colocaríamos na pauta.

Todos esses pontos que o senhor enumerou são polêmicos, é difícil ter consenso. E se a PEC não passar, haverá oportunidade de reforma?

— Acho que pode haver mudança em tudo. Agora, acho que o grande salto disso seria o seguinte: isso daria condições para que a sociedade discutisse o tema da reforma política. Então isso seria um avanço significativo. E dali é que se produziriam as mudanças, porque hoje também nós falamos em reforma política sem saber muito bem o que o cidadão está pensando sobre isso.

O senhor propõe um plebiscito para depois da PEC, se aprovada. Como será?

— O plebiscito é para buscar o apoio, se é contra ou a favor. Porque a sociedade pode dizer "olha não quero saber de reforma política, não é o momento".

ENTREVISTA | FLÁVIO DINO

Em busca do equil

Autor da proposta de reforma eleitoral, deputado explica que intenção principal do projeto é c

Luiz Orlando Carneiro
Raphael Bruno
BRASÍLIA

Derrotada, mais uma vez, a tão prometida proposta de reforma política que estabelecia o financiamento público exclusivo de campanhas e o voto em listas partidárias fechadas, os deputados, sob orientação do presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), se mobilizam para realizar uma última tentativa de aperfeiçoar a legislação eleitoral antes da disputa de 2010. Autor do anteprojeto de "minireforma eleitoral", como é chamada a iniciativa, o deputado Flávio Dino (PCdoB-MA) detalha nesta entrevista exclusiva concedida ao JB que o objetivo

primordial, agora, é retirar da Justiça Eleitoral parte dos poderes reguladores que ela, segundo Dino devido à "omissão" dos parlamentares, exerceu sobre os últimos pleitos.

O deputado também garante que a flexibilização das regras de campanha na internet, de pré-campanha e de divulgação de faixas e cartazes nos espaços urbanos não configura uma espécie de "liberou geral", mas sim uma tentativa de evitar eleições com candidatos clandestinos e um clima de cemitério entre os eleitores.

De acordo com o deputado, que manteve na semana que passou longas conversas com Temer sobre a proposta, a ideia é colocar a reforma para votação na Câmara ainda no final

de junho. A reforma sugerida por Dino prevê, entre outros pontos, a manutenção, pelos partidos, de sites dos pré-candidatos, divulgação de prévias em site, a liberação do uso da internet no período eleitoral, a autorização de propaganda com faixas, placas e cartazes que não excedam o tamanho de quatro metros quadrados em espaços privados, o uso de broches e adesivos no dia das eleições, a divulgação de opinião favorável a candidato ou coligação na imprensa escrita, a impossibilidade da Justiça Eleitoral de estabelecer sanções não previstas em lei, a proibição de doações eleitorais por parte de pessoas jurídicas e a criminalização do "caixa-dois", ou seja, da contabilidade paralela e indevida de doações.

O senhor acha que ainda há tempo para a minireforma eleitoral ser aprovada a tempo de valer para as eleições de 2010?

— Há tempo por duas razões: a primeira é que nós temos aí, três meses. Mesmo que na Câmara, nesse primeiro momento, nós consumíssemos todo o mês de junho, ainda teríamos agosto para o Senado apreciar e eventualmente, se houver emendas no Senado, como é natural que ocorra, retornar para a Câmara para que a gente vote as emendas até setembro. Além disso, em 2006 o Congresso votou algo similar, que é a lei 11.300, e aí havia uma controvérsia se ela se aplicaria à eleição daquele ano, uma vez que tinha sido votada menos de um ano antes. E ainda assim o TSE considerou que sim, que se aplicava. Tanto que foi essa lei que extinguiu os chamados showmícios. Se não der para votar tem esse precedente.

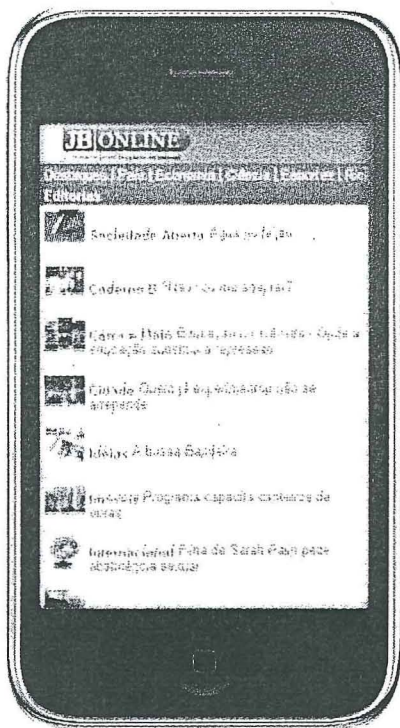
Qual proposta que gerou mais polêmica, nos trabalhos da Comissão?

— Na verdade há um tema que já foi definitivamente abandonado, que é o tema da chamada lista fechada. Esse é o mais polêmico de todos e isso foi abandonado. Em segundo lugar, e tão polêmico também, é o do financiamento de campanha. Cada um tem um modelo na cabeça. Foi em razão disso que a gente inverteu o procedimento que vinha sendo observado até aqui. Ou seja, em vez de buscar medidas de maior impacto e reunir forças políticas para aprová-las, como isso se revelou frustrado em 2005 e em 2007, e mais recentemente também, quando tentamos reintroduzir o debate sobre lista fechada, agora o Michel Temer (presidente da Câmara) inverteu. Ele fez uma reunião do colégio de líderes, nessa reunião eu apresentei essa proposta metodológica de consenso progressivo, começando dos temas que mais unem indo até os os temas que mais dividem a Casa e a sociedade. Então nós estamos tratando, em primeiro lugar, dos temas referentes a campanha eleitoral, propaganda eleitoral, e aí abrangendo um conjunto de tópicos, como por exemplo o que pode, o que não pode, se pode ter placa, se pode pintar muro, se pode ter cavelete, se pode fazer carreta na véspera da eleição, se pode usar internet, como pode usar internet, se pré-candidato pode dar entrevista, se pode ter blog, se podem existir prévias partidárias.

A questão do financiamento público não estaria necessariamente atrelada à da lista fechada?

— Essa é uma teoria que eu chamo, brincando, da goiabada com queijo

Jornal do Brasil Mobile.
Agora, o JB vai com você para qualquer lugar.



Acesse m.jb.com.br do seu celular e confira.

“ Eu sempre encaro a reforma política como um processo e não como um momento. Nós temos uma reforma política em curso

— uma coisa só funciona com a outra. Quando na verdade você pode comer goiabada e comer o queijo e ambos são bons. Não existe esse casamento em lugar nenhum, nem no Brasil.

Como o financiamento público seria viabilizado sem a lista fechada?

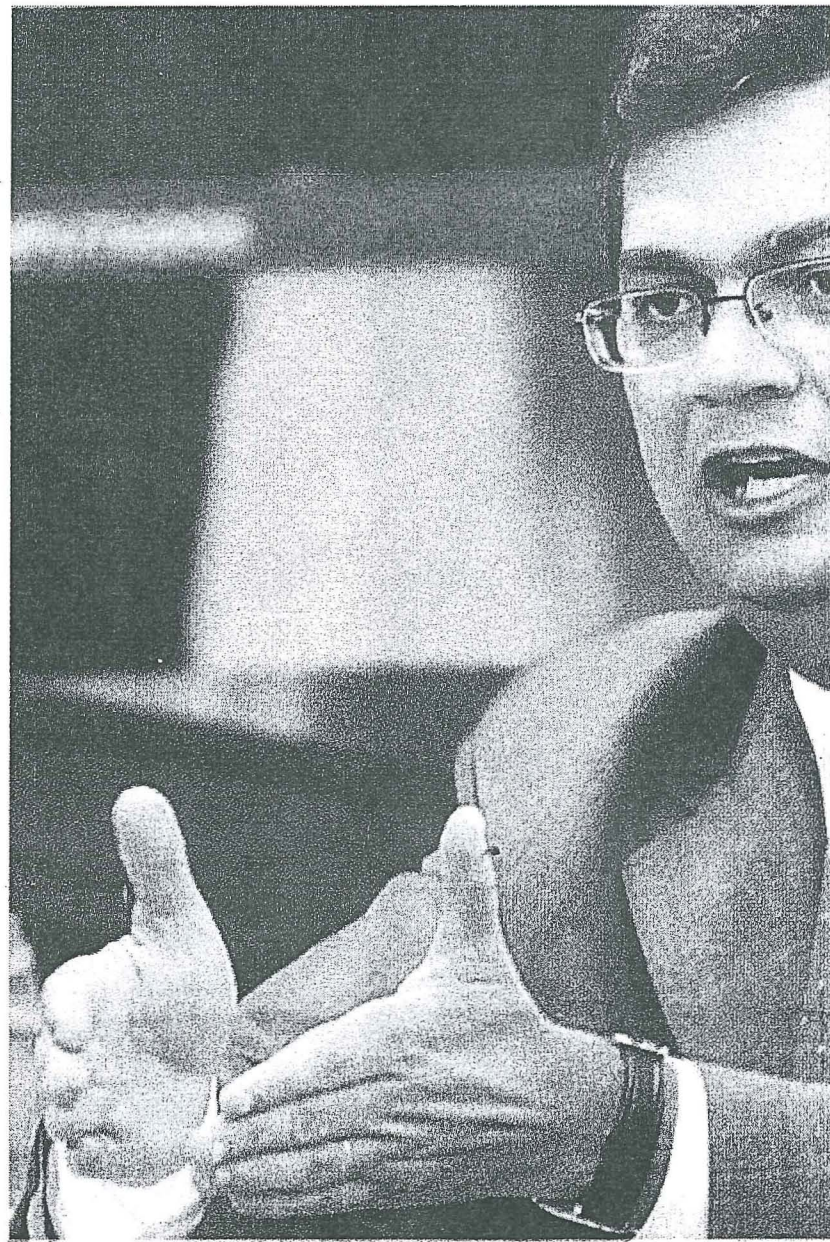
— Como já é hoje. Nós já temos financiamento público de campanha com lista aberta. Só que não existem normas para esse financiamento público. O financiamento no Brasil já é misto. Você tem o financiamento público representado pelo fundo partidário e pelo horário eleitoral gratuito e você tem o financiamento por empresas e o financiamento por pessoas físicas. Então como é que você calibra isso?

“ Há uma percepção do Congresso de que, em razão das omissões nossas, o TSE acabou agigantando a sua função normativa

No fundo partidário hoje são mais de R\$ 200 milhões por ano. O fundo partidário é usado, sim, no financiamento de campanhas eleitorais — e eu te digo que fortemente. Só que não tem critérios. Ninguém sabe exatamente como é feita a distribuição entre os estados, entre os candidatos. Nós precisamos olhar as realidades brasileiras, comparar com modelos internacionais e encontrar um ponto de calibragem.

É possível impedir totalmente o financiamento por empresas?

— Hoje é uma medida necessária porque o modelo está saturado. Primeiro, hoje, o cerco ao chamado caixa 2, as doações ilegais, é crescente, em razão do aprimoramento dos mecanismos de fiscalização e controle por parte da Justiça Elei-



FORMATO IDEAL — Segundo Dino, Temer e os líderes partidários decidirão se a prop

toral, cruzamento com dados da Receita Federal. Agora, recentemente, o TSE fez um convênio com o Tribunal de Contas da União. Então as doações ilegais, felizmente, tendem a minguar. As doações legais sempre enfrentam problemas, sejam políticos, sejam jurídicos. Politicamente, vou dar um exemplo recente — a CPI da Petrobras. Vocês próprios e outros jornalistas e outros veículos levantaram que senador tal recebeu dinheiro da empreiteira “X”, que presta serviço para a Petrobras. Logo ele tem interesses pessoais, digamos assim, na CPI. Então se for feito um esquadrinhamento do mundo político a partir dos seus doadores, isso cria uma espécie de suspeição, ainda que todos digam “não, eu recebi dinheiro da empresa, mas a empresa não manda em mim”, mas aos olhos da sociedade não funciona assim. Esse é o problema político maior que eu vejo. No jurídico, recentemente o Ministério Público instaurou procedimentos e representações contra mais de 4 mil empresas que fizeram doações declaradas em 2006 e 2008. Ora, a tendência é que essas representações indo adiante, o empresário recue, porque diz “vou contribuir para isso aí e ter a minha empresa, depois, metida em confusão, sendo questionada, sendo apontada, sendo investigada”. Então qual é o quadro que se projeta? E que serão cada vez menos empresas e somente as muito grandes, grandes bancos, grandes empreiteiras, que irão se dispor a participar do jogo eleitoral. E isso, evidentemente, tem uma implicação gravíssima, que é poucas empresas definirem, de modo substantivo, o perfil da representação política no Brasil.

Não existe o receio de que essa minireforma, principalmente se não vingar o financiamento público exclusivo, se ficar restrita às regras de campanha, seja vista como uma maquiagem superficial, tendo em vista que essas mudanças mais profundas, previstas na reforma política, foram descartadas?

— Esse risco, há, mas eu não concordo com essa leitura. O Brasil não é um país de ruptura, é um país, pelo contrário, de grandes transições. Não que eu goste disso, é uma constatação sociológica histórica. Então, eu sempre encaro a reforma política como um processo e não como um momento. Nós temos uma reforma política em curso e muito importante. Se nós olharmos, no passado os candidatos não prestavam contas, não existia uma eletrônica, não existia um cadastro de eleitores confiável. Isso tudo vem dos anos 90 para cá.

Não se joga mais urnas nas lagoas e rios...

— Conheço um caso no Maranhão que a urna foi aberta e foi encontrado um crustáceo dentro — para ver como é que as urnas eram manipuladas. Em 1995 foi votada a lei dos partidos, em 1997 a lei geral das eleições, em 1999, a lei chamada de captação lícita de sufrágio para compra de votos, em 2006 foi votada a Lei 11.300, que pôs fim à distribuição de brindes — camisas, bonés, showmícios, etc. Eu sempre tenho uma visão otimista a partir dessa leitura de que nós temos aprimorado as regras eleitorais no Brasil. E também o Poder Judiciário veio dar uma contribuição importante, muito especialmente com a aprovação da fidelidade partidária,

Íbrio institucional

devolver ao Legislativo atribuições reguladoras exercidas nos últimos pleitos pelo Judiciário

Jorge Campos/Agência Câmara



» Perfil

Flávio Dino

Juiz federal de 1994 a 2006, ex-presidente da Associação de Juizes federais, deixou a magistratura - na qual ingressou com 36 anos - para disputar e conquistar o atual mandato de deputado federal pelo PCdoB-MA. Atualmente, é titular da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara.

“Não pode ser uma festa sem regras, mas também não pode ser um cemitério. Você tem que ter um ponto de equilíbrio. Um dos objetivos do projeto é descriminalizar os candidatos, porque também se você impõe muitos limites fica parecendo que eleição é uma coisa ruim, e na verdade foi uma conquista difícil para os brasileiros

osta de reforma será apresentada na forma de um ou mais projetos de lei

agora em 2007. Então nós temos uma reforma política em curso, com todos os seus problemas.

O ponto principal da minirreforma é a questão da liberação de campanhas na internet?

— Acho que esse é um grande tema, sem dúvida, porque não é apenas a questão da atualização das regras às novas mídias. É o impacto que essas novas mídias tem no barateamento das campanhas e na democratização da circulação de ideias. Qual é a grande virtude da internet? É que ela

é um meio substantivamente mais barato de campanha do que qualquer outra mídia, ela é de acesso praticamente universal. Hoje nós temos cerca de 40 milhões de computadores. Quer dizer, a exclusão digital no Brasil está se reduzindo, portanto é um meio que possibilita que o candidato tenha uma relação direta com o eleitor. Ela cria um laço de interação entre representante e representados que qualifica a democracia. A partir da internet, cada candidato terá a sua televisão, terá o seu canal de rádio e vai ter as suas

redes sociais de relacionamento. Sem dúvida esse é um grande tema. Agora, nós temos outras questões, também, que estamos regulando que não são desimportantes. Por exemplo, o modo como a Justiça Eleitoral aprecia os pedidos de registros de candidaturas. Se você for hoje ao TSE, decorrido um ano da fase de registros da eleição de 2008, ainda existem milhares de processos, lá, discutindo registros de candidaturas. Então nós temos que encontrar um mecanismo processual para que agilize os pedidos de registro de can-

didaturas. Os direitos de respostas não podem — que são um mecanismo de controle fundamental no debate sob intermédio das mídias, eles devem ser agilizados. Então nós estamos tratando de direito de resposta, tratando do pedido de registro de candidatura, tratando dos meios de propaganda, visando diminuir, inclusive, a judicialização do debate político durante a campanha, que fica aquele debate eterno, que parece menor, mas num processo eleitoral concreto ele é de grande importância. É uma temática que também acho interessante é a chamada pré-campanha. Hoje existe, na prática, a chamada pré-campanha, que todo mundo sabe que a Dilma é pré-candidata, que o José Serra é pré-candidato, o Ciro é pré-candidato, mas não há regras legais para isso. Fica um jogo mais ou menos de faz de conta. Então nós estamos regrando, esclarecendo que pode, sim, haver prévias partidárias, que sejam divulgadas para a sociedade, que sejam realizados encontros, seminários, congressos, em ambiente fechado, tratando, inclusive dos processos eleitorais, de planos de governo, de alianças. Os pré-candidatos podem dar entrevista em programas, em rádio, em televisão, na internet, inclusive expondo o esboço dos seus projetos políticos. Só não pode pedir voto.

Isso diminui bastante o poder de regulação do TSE e a proposta claramente trabalha com esse viés. Existem especulações de que um grupo de deputados teria receio de uma atuação mais rigorosa em relação as campanhas do ministro Joaquim Barbosa, que é quem deve presidir o tribunal em 2010, nas eleições. Em que medida essa redução do escopo de atuação do TSE pode ser relacionada a esse receio dos deputados?

— Esse debate da chamada judicialização da política e da excessiva interferência do TSE já vem de alguns anos, com alguns episódios de alta voltagem, como a história da verticalização, a própria questão da fidelidade. Há uma questão institucional acerca de quem comanda o estabelecimento das regras do jogo do processo eleitoral e há uma percepção do Congresso de que, em razão das omissões nossas, o TSE

acabou agigantando a sua função normativa. Uma coisa é a função regulamentar. Essa, sim, pertence ao TSE, que é a dimensão do como fazer. Mas o que fazer quem tem que estabelecer é o Congresso, em razão do princípio da legalidade. Como o Michel Temer tem insistido em nós fazermos uma legislação que detalhe as regras do jogo, exatamente para diminuir os vazios, e ao mesmo tempo, esclarecendo, regrando melhor o eixo chamado poder regulamentador do TSE, dizendo, em primeiro lugar, o óbvio de que o TSE não pode inovar na ordem jurídica, não pode criar regras novas, não pode criar sanções, punições onde a lei não prevê. Então não é uma questão fulanizada, mas é uma questão, sim, institucional. É um debate democrático, aberto, com um outro poder, para que a gente encontre um ponto de equilíbrio adequado.

A propaganda em faixas e cartazes volta, com algumas limitações, a ser autorizada. Isso não pode significar um retorno àquelas campanhas marcadas pela sujeira nas cidades, pelo excesso de material ocupando cada metro quadrado dos espaços públicos?

— Nós estamos mantendo a proibição de que em bens públicos de todas as espécies é proibida a propaganda eleitoral. Antigamente você olhava um poste de iluminação pública, na época da campanha, existiam placas fixadas nele inteiro, quase até a altura do fio. Isso vai continuar proibido. Nós estamos estendendo uma proibição que está na resolução relativa a árvores, jardins, que é proibido também. Agora, você permite algumas coisas, no caso faixas, placas, cartazes, em bens particulares. Eu diria que há um equilíbrio. Nós estamos liberando determinados meios de campanha, porque você não pode clandestinizar candidaturas. Repito, não pode ser uma festa sem regras, mas também não pode ser um cemitério. Você tem que ter um ponto de equilíbrio aí para que você não não esconda os candidatos. Um dos objetivos do projeto é descriminalizar os candidatos, porque também se você impõe muitos limites fica parecendo que eleição é uma coisa ruim, e na verdade foi uma conquista difícil para os brasileiros.

Tendências | Debates

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo. debates@uol.com.br

Um caminho para a reforma política

RICARDO BERZOINI e JOSÉ GENOINO

AS DIFICULDADES de resolver as tratativas para uma ampla reforma política que vigore nas eleições de 2010 suscitam reflexão sobre como superar as debilidades do sistema político e eleitoral atual.

No Congresso Nacional, o impasse nasce de fortes resistências individuais que se sobrepõem ao interesse coletivo. Não se resolve o problema só por lei infraconstitucional nem há condições de votar uma emenda constitucional, que exige três quintos das duas Casas.

As complicações, no entanto, não podem ser obstáculo permanente para que tenhamos um novo e moderno sistema político e eleitoral, com base numa nova organização dos Poderes.

Precisamos aprofundar a natureza democrática do sistema, começando pela redução dos custos das campanhas eleitorais e por dar sentido programático às disputas eleitorais.

O caminho é a aprovação de proposta de emenda constitucional que obrigue os congressistas eleitos em 2010 a realizar, entre março e novembro de 2011, uma ampla reforma.

Um Congresso revisor é o meio eficaz de pavimentar as reformas acima dos interesses individuais e momentâneos dos mandatos. A mudança pode se materializar por emenda aglutinativa de plenário, que incorporará todas as iniciativas — da situação e da oposição — relacionadas ao assunto em tramitação na Câmara. Há uma emenda constitucional (nº 157-B) pronta para ser votada em plenário.

O Congresso a ser eleito faria a revisão constitucional focada nos artigos constitucionais referentes à organização dos Poderes e ao sistema político e eleitoral. Veda-se qualquer ampliação da revisão constitucional para dispositivos fora desses temas.

O Congresso revisor funcionaria paralelamente à Câmara e ao Senado, nos moldes da Constituinte de 87/88, e com sessões unicamerais e aprovação das propostas por maioria absoluta. Todos os temas aprovados só valerão a partir de 2014, depois de referendados pela população em 2012, junto com as eleições municipais.

Essa é a via para um debate estratégico sobre o sistema partidário e eleitoral. É preciso resgatar a política no seu sentido nobre, porque ela está no cerne do princípio democrático de que todo o poder emana do povo.

E esse princípio que exige, entre



Um Congresso revisor é o meio eficaz de pavimentar as reformas acima dos interesses individuais dos mandatos

outras coisas, o financiamento público de campanha, a fidelidade partidária e a votação em lista. Esse ponto, entretanto, geram divergências insuperáveis no momento.

No Brasil, não há bicameralismo com Casa revisora. Esse papel ora é da Câmara, ora do Senado. Instala-se uma confusão, pois o Judiciário, muitas vezes, torna-se a Casa revisora.

Diante da confusão, tudo é motivo para ações, e o Judiciário se converte em recurso banal para quem perde votação ou eleição. A balbúrdia nem sequer permite ao eleitor saber em que programa partidário está votando — nem mesmo o real destino do seu voto, já que este é contado para a proporção de vagas do partido. O eleitor pode eleger quem não escolheu.

A mudança deve dar alternativa à política, enobrecendo-a, transformando-a em meio da construção de sujeitos. A titularidade dos sujeitos é a razão de ser do Estado democrático. Por isso os direitos e as garantias individuais são razões fundantes do Estado democrático de Direito. É esse o norte para enfrentar a crise da política. É preciso adotar medidas corretas,

que busquem definir o que é lícito ou não. A política não pode se transformar num objeto que só se manifesta por meio do espetáculo do escândalo.

Nesse cenário conturbado, é necessário construir instituições políticas que possam dignificar o princípio de que todo o poder emana do povo e só pode ser exercido pelos seus representantes ou diretamente, para que a representação múltipla dos ordenamentos políticos possa se concretizar como ação nas esferas do poder representativo. A representação vista como poder exercido por mandatos, dentro da pluralidade e da especificidade do Parlamento.

Os partidos favoráveis às mudanças devem debater o tema, em consonância com o avanço da consciência da necessidade das mudanças. O sistema político atual, forjado com a Constituição de 88, deve dar lugar a outro, eficaz e democrático, pois está decrépito, exaurido. Precisa ser oxigenado para superar suas patologias.

É preciso perceber que corrupção e impunidade têm estreita ligação com o sistema político-eleitoral. Os resultados dos defeitos do atual sistema eleitoral são conhecidos: um Legislativo desmoralizado e uma difícil governabilidade para qualquer Executivo. Precisamos de reformas estruturais. Congresso revisor já!

RICARDO BERZOINI, 49, é deputado federal pelo PT-SP e presidente nacional do partido. Foi ministro da Previdência Social (2003) e do Trabalho (2004-2005).

JOSÉ GENOINO NETO, 63, é deputado federal pelo PT-SP e vice-líder do partido na Câmara. Foi presidente nacional do PT (2002-2005).

Tendências | Debates

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo. debates@uol.com.br

A3

Reforma política: suas dificuldades

MICHEL TEMER

LISTA FECHADA. Lista fechada com voto proporcional. Voto distrital. Misto ou puro. Voto majoritário para eleger deputado (distrito). Deixar como está, ou seja, voto proporcional, mediante quociente eleitoral? Sobre nenhum deles há acordo.

Financiamento público? Também há divergência. Sustenta-se que só é possível com a lista partidária fechada. Ou financiamento público com privado apenas permitido para as pessoas físicas? Financiamento público apenas para cargos majoritários? Ou tudo deve ficar como está, quero dizer, financiamento privado autorizado às pessoas físicas e jurídicas? Também não há convergência.

Coincidência de eleições para todos os cargos, incluindo o prefeito? Divergências, mais uma vez. Fim da reeleição, com período maior de governo? O tamanho do desacordo leva alguns a pensar na re-reeleição.

Eleição de suplentes de senador pelo voto ou como chapa? Nem se toca no assunto.

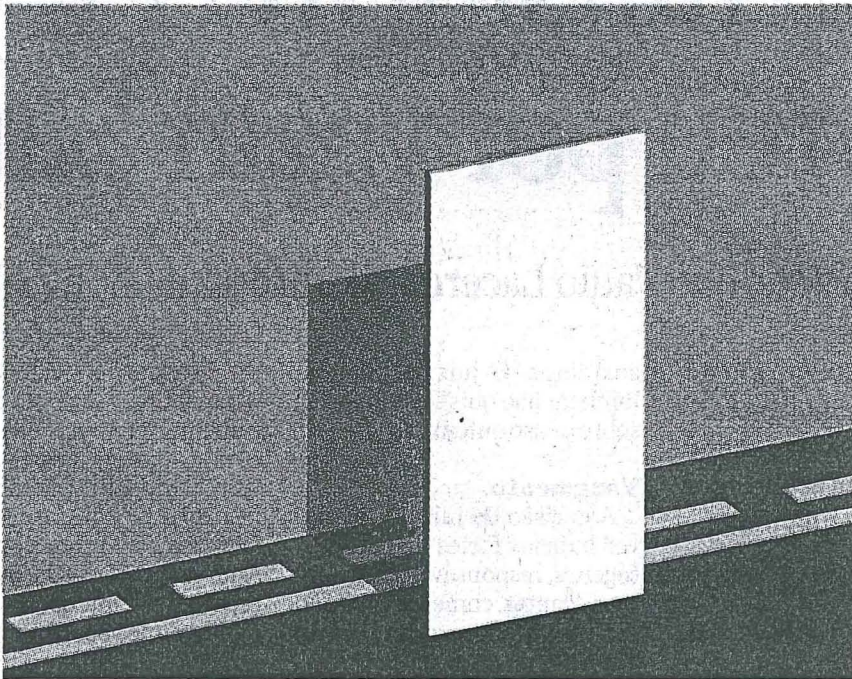
Todos esses temas fazem parte do que se convencionou chamar reforma política. Pelas várias opções apresentadas, defendidas e acusadas, pode-se avaliar a dimensão da divergência.

Por isso, talvez, a reforma política é a matéria mais apregoada durante as eleições, sendo o primeiro tema esquecido logo após. Não é porque não se a queira fazer. É pelas dificuldades para realizá-la.

Ainda agora, quando alguns líderes partidários querem pedir urgência para o projeto da lista fechada com financiamento público de campanha, outros partidos iniciam, legitimamente, obstrução na Câmara dos Deputados para nada votar.

Tudo isso após interpretação constitucional que dei, segundo a qual medida provisória somente tranca a pauta de algumas espécies de leis ordinárias, o que nos tem permitido votar temas construídos no Legislativo e de interesse do país.

Pessoalmente, e para tomar posição, sou a favor do voto majoritário para eleição de deputado. Se São Paulo tem 70 vagas, os mais votados seriam os eleitos. Isso acompanhado de uma rígida fidelidade partidária para enaltecer os partidos nas suas campanhas para os cargos majoritários. É medida de fácil compreensão para o eleitor. Mas sei que esse tema também não é pacífico e enseja muita controvérsia.



Pelas várias opções apresentadas, defendidas e acusadas, pode-se avaliar a dimensão da divergência a respeito da reforma política

Aqui, deve-se perguntar: isso tudo deve fazer com que desistamos? Absolutamente não! Deve-se ainda indagar: do que não vamos desistir? Da discussão. Esta há de ser levada até o fim, buscando um mínimo de consenso entre os partidos políticos e as bancadas. E, ao final, submeter as propostas a votos. Para mudar ou para ficar como está. Uma ou outra hipótese significa decisão. É do que estamos precisando neste momento: decidir para que o Congresso não seja permanentemente questionado.

O tempo é curto. Para aplicar modificação na próxima eleição, impõe-se que a decisão da Câmara e do Senado seja proferida e promulgada até o final de setembro. Daí a necessidade da discussão quase em tempo integral.

De qualquer forma, tenho sustentado que é mais fácil realizar reformulação política para vigorar em 2014. É mais tranquilo aplicar a modificação no futuro do que logo, na eleição de 2010.

Convenhamos, discute-se intensamente a reforma política desde 1998. Houvéssemos legislado na legislatura

1998-2002, já poderíamos tê-la utilizado na eleição de 2006, sem aplicá-la em 2002. Estaria em vigor. Esse raciocínio deve guiar nossos passos com o objetivo de produzirmos modificações, ainda que aplicáveis no futuro.

O que o Congresso não pode deixar de fazer, agora, para orientar as eleições de 2010, é uma lei minuciosa a respeito dos procedimentos eleitorais. Tal fato dará segurança às eleições, com o que impedirá inúmeras ações em que se disputam judicialmente mandatos eletivos. Tais procedimentos são, no geral, objeto de resoluções do TSE.

Penso que o Congresso tem condições de ingressar nas minudências eleitorais, disciplinando-as. Essa função é muito mais do Congresso que do TSE. Este, legitimamente, expede resoluções em face de ausência de normas legais disciplinadoras.

Note-se que faço distinção entre a reforma política, que é mais estrutural, dizendo respeito à maneira de chegar ao Poder Legislativo, e a lei eleitoral, que se refere ao processo das eleições.

Em síntese, precisamos da compreensão e do entusiasmo de todos para exercer a nossa função. Reforma política e lei eleitoral são indispensáveis para o reconhecimento da atividade parlamentar.

MICHEL TEMER, 69, advogado e professor de direito constitucional da PUC-SP, deputado federal pelo PMDB-SP, é presidente da Câmara dos Deputados e presidente nacional (licenciado) de seu partido. Foi secretário da Segurança Pública (governos Montoro e Fleury) e de Governo (gestão Fleury) do Estado de São Paulo.

Reforma política 16757

CB 06/05/09

p. 17

Reforma política: uma transição necessária

GERALDO MAGELA

Deputado federal (PT-DF)

Hoje, há grande consenso de que a reforma política é imprescindível e inadiável. No entanto, esse entendimento começa a ruir quando se inicia o debate sobre qual modelo deve ser adotado. O importante, então, é buscar formas de superar as dificuldades e os impasses. O caminho deve ser a construção de uma transição entre o modelo atual, já falido, e o novo e definitivo, que desejamos ser o ideal. Essa transição se torna mais necessária, ainda, se levarmos em conta que qualquer reforma política ensejará uma mudança profunda da cultura hoje existente tanto na sociedade quanto nos partidos políticos. Atualmente, salvo exceções, predomina o personalismo, a falta de compromisso programático e a pouca transparência.

A transição deve levar em conta a necessidade de adaptações da sociedade e dos políticos, e prever que é preciso um tempo mínimo de pelo menos duas eleições consecutivas. Para cada ponto da reforma a ser

mudado, deveremos adotar uma forma e um período para chegarmos ao modelo mais democrático, mais transparente e mais moderno, que possa ser entendido e aceito pela sociedade e pela classe política.

Muitas das mazelas do campo político atual têm origem no modelo de financiamento das campanhas. Mesmo com os avanços já conseguidos com o combate à compra de votos e ao abuso do poder econômico, o financiamento das campanhas por empresas gera vícios que devem ser eliminados definitivamente. O ponto de chegada deve ser o financiamento exclusivamente público, com limitação de gastos de acordo com o tipo de mandato a ser disputado e o número de eleitores existentes. Para sairmos do modelo atual e chegarmos a esse novo patamar, proponho que adotemos, por duas eleições seguidas, um modelo misto, com financiamento público e privado, unicamente de pessoas físicas. Os recursos devem vir do fundo partidário e de cidadãos, possíveis contribuintes individuais, que terão um limite de contribuição.

Da mesma forma, o voto hoje

dado ao candidato individualmente, independentemente do partido, no futuro deverá chegar ao voto na lista partidária. Mas seria pura hipocrisia pensar que os atuais parlamentares, eleitos no modelo vigente, mudariam o modo de eleição sem vislumbrar o mínimo de segurança para suas reeleições. Portanto, uma transição do atual modelo de voto nominal para o voto partidário, em lista, é absolutamente necessária. A sociedade também precisa ter tempo para mudar a sua cultura e passar a ver nos programas dos partidos o referencial para o seu voto. Deve também se acostumar a cobrar das instituições partidárias coerência e compromisso com os projetos apresentados nas eleições. Para as duas próximas eleições, o voto deve ser dado inicialmente no partido, que apresentará uma lista de candidatos em que o eleitor poderá escolher um deles para deputado ou vereador, quando for o caso. Assim, os próprios eleitores poderão influenciar na ordem dos eleitos dentro de cada partido.

Da mesma forma deve-se tratar os temas do fim das coligações para as eleições de deputados e

vereadores e da cláusula de barreira. Hoje, existem vários partidos que sobrevivem em função das coligações eleitorais. Ao se aliarem a siglas eleitoralmente mais fortes, eles ganham o direito de existir. Isso é democrático e garante a representação das minorias. No entanto, esse artifício acaba iludindo o eleitor, que vota num determinado candidato e acaba elegendo outro, de outro partido, inclusive. A forma de reduzir o número de partidos sem suprimir o direito das minorias é instituir a possibilidade da existência da federação de partidos, com período definido de duração.

A reforma política é fundamental para o aprimoramento da democracia no país, e é inadiável. Ela só será discutida e votada se houver um empenho das lideranças no Congresso Nacional. O momento é agora: quem tiver compromisso com a reforma a construirá. Quem não tiver, a impedirá. E uma das formas de realmente concretizá-la é debater um período de transição do atual modelo para o definitivo. Assim, os partidos poderão construir o melhor para a nossa democracia e o país.

Por uma reforma na qualidade da política

RODRIGO ROLLEMBERG

Deputado federal
Líder da bancada do PSB na Câmara

E indisputável a necessidade de mudanças na política brasileira. No entanto, algumas medidas apresentadas pelo Executivo, como parte de uma proposta de reforma política, apontam para uma sensível piora do quadro partidário e eleitoral do país. Uma delas, a imposição de listas fechadas, transfere para os partidos políticos parte substantiva do direito do cidadão de escolher seus representantes por meio do voto. Outra, o fim das coligações proporcionais, atenta contra o princípio do pluralismo político, inscrito no artigo 1º da Constituição, como fundamento da República Federativa do Brasil.

A instituição das listas fechadas de candidatos aos cargos proporcionais é um tremendo absurdo. Caso aprovada, ao eleitor, além do voto nulo ou em branco, caberia tão-somente ratificar a lista partidária. Nessa lista, os candidatos já estariam hierarquicamente dispostos, de modo que o primeiro da lista ficaria com a primeira vaga conquistada pelo partido. Caso o partido conquistasse outras vagas, estas seriam preenchidas segundo a ordem dos candidatos estabelecida na lista.

A medida constituiria, assim, evidente mutilação dos direitos eleitorais dos brasileiros. O voto seria convertido em meio voto, o eleitor em meio eleitor e o partido em superpartido, autorizado a invadir parcela considerável do campo de uma escolha que é direito pleno e inalienável dos cidadãos.

A proibição de coligações proporcionais, por sua vez, representaria golpe fatal para os pequenos e médios partidos. Essas agremiações, muito embora sufragadas por milhões de eleitores em todos os pleitos, ano após ano Brasil afora, tenderiam a se extinguir rapidamente, uma vez que apresentam dificuldades de atingir o quociente eleitoral, quando concorrem sozinhas. Em pouco tempo, o eleitor brasileiro se veria obrigado a votar somente nos grandes partidos atualmente em ação no país.

Alguns sustentam o argumento tosco de que a existência de um número menor de partidos dificulta as barganhas espúrias e o tráfico de influência, nas esferas do poder público. Não há, contudo, qualquer relação entre uma coisa e outra: práticas políticas inescrupulosas

podem florescer em qualquer sistema, seja unipartidário, bipartidário ou pluripartidário.

O único caminho eficaz para fortalecer o espaço da ética na política é a combinação entre educação, prevenção e punição, expressas no aumento da fiscalização e da transparência, no fim da impunidade e na recusa categórica dos cidadãos de eleger candidatos que adotam condutas ilícitas.

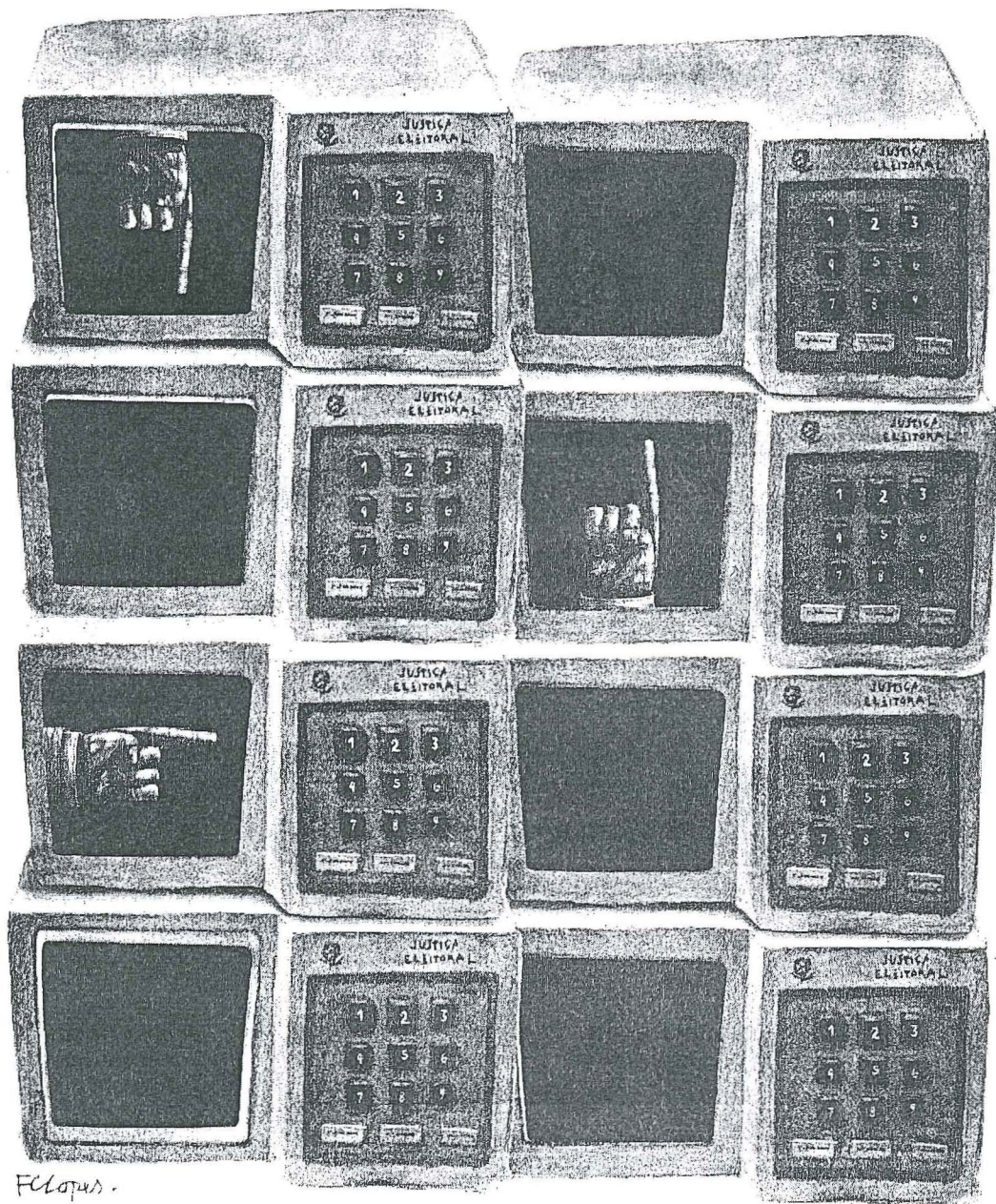
Por isso, mais que uma ênfase nas regras do jogo, o esforço em prol de mudanças na política deve incidir primordialmente sobre a atuação dos jogadores. A esse respeito, é forçoso reconhecer que os protagonistas da luta política em nosso país sofrem de acentuado déficit programático: a mídia prioriza as questões éticas, o que é correto, mas relega a segundo plano outros temas

essenciais, o que é incorreto; os técnicos e pesquisadores na maioria das vezes não conseguem transcender uma abordagem restrita a um limitado âmbito do conhecimento; os sindicatos, associações e movimentos sociais dificilmente superam o viés da corporação ou segmento e mais reivindicam do que propõem; a tarefa de articular em um projeto abrangente as diversas contribuições específicas caberia aos partidos, que, entretanto, não têm estado à altura de seus desafios programáticos.

Os partidos alternam momentos de formulação de propostas relevantes com outros de verdadeiro vazio de ideias. Quando isso ocorre, os discursos políticos se convertem em meros ajuntamentos de rótulos e clichês, o que contribui para a criação de rivalidades rígidas e improdutivas.

A falta de um autêntico diálogo entre as forças políticas foi denunciada por Fareed Zakaria, em seu livro *O mundo pós-americano*, como uma das principais ameaças que pairam sobre o futuro dos Estados Unidos. Para ele, o excesso de divergências estereis entre republicanos e democratas debilita o papel da esfera política daquele país, como espaço de elaboração concertada de soluções.

O alerta serve para o Brasil. As mudanças de que o país precisa estão relacionadas com a melhora na qualidade do debate e da ação política. Embutidas na proposta do Executivo, tanto a diminuição do poder de escolha do eleitor quanto a redução do quadro partidário a quatro ou cinco grandes partidos empobreceriam ainda mais a vida política nacional.



FCL/Agência

De braços dados na reforma política

DANIEL PEREIRA

DA EQUIPE DO CORREIO

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva acertou com os novos comandantes do Senado, José Sarney (PMDB-AP), e da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), a realização de uma nova ofensiva pela aprovação de pontos da reforma política. As propostas defendidas pelo governo serão apresentadas ao Congresso na terça-feira pelo ministro de Relações Institucionais, José Múcio Monteiro. As metas imediatas são reduzir o número de legendas existentes no país e criar uma brecha para a infidelidade partidária, a fim de engordar a bancada governista e facilitar a chamada governabilidade.

Também haverá uma tentativa de votar regras controversas, como o financiamento público de campanha e o voto em lista fechada. Ambos empacaram no plenário da Câmara no ano passado por falta de acordo. Serão ressuscitados por sugestão de Sarney, defensor da lista fechada. "O nosso sistema está fatigado", declara Múcio. Para o ministro, a análise tem de ser feita ponto a ponto. O primeiro deles seria a "janela da infidelidade", que abre a possibilidade de um parlamentar trocar de sigla sem correr o risco de ter o mandato cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Uma proposta nesse sentido quase foi aprovada no fim de 2008. Esbarrou na resistência do DEM, que teme perder filiados em massa, e na disposição dos

Gustavo Moreno/CB/D.A Press - 2/2/09



TEMER E SARNEY ACORDARAM COM O PRESIDENTE LULA UMA ESTRATÉGIA CONJUNTA PARA APROVAR A REFORMA

então candidatos a presidente da Casa em não desagradar ao partido opositorista. "Será que nunca na vida o cidadão poderá mudar de partido?", pergunta Múcio. Uma das sugestões é que a janela seja aberta em setembro do ano anterior às eleições. PT, PSDB e PMDB, que têm perspectiva de poder, já emitiram sinais de que abençoam a proposta. Além dis-

so, tendem a marchar juntos no caso da cláusula de barreira.

O governo defenderá que só tenham direito a exercer mandato de deputado federal, estadual ou distrital as siglas que receberem 1% dos votos na eleição para a Câmara dos Deputados. Das 27 legendas registradas no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), só 12 atingiram tal meta em 2006. Se a

regra já estivesse em vigor, as outras 15 não teriam assento na Câmara. Entre elas: PCB, PMN, PRB, PSTU, PTdoB e PTC. "Tem partido que vive de vender o tempo de televisão", critica Múcio.

União

Para votar a reforma política, o Planalto sabe que precisará cicatrizar as feridas abertas na base

A PROPOSTA DO GOVERNO

"Janela de infidelidade"

✓ Autoriza os parlamentares a trocarem de partido durante determinado período de tempo sem que haja o risco de perderem o mandato como punição. Uma das ideias é permitir a mudança de legenda em setembro do ano anterior à realização das eleições.

Cláusula de barreira

✓ Garante o direito de exercer mandato de deputado federal, estadual ou distrital só aos partidos que receberem 1% dos votos na eleição para a Câmara dos Deputados, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação. Das 27 legendas registradas no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), só 12 atingiram tais metas em 2006.

Mudança na propaganda eleitoral

✓ Em eleições majoritárias, a coligação terá unicamente o tempo destinado ao maior partido da chapa, ao contrário do que ocorre hoje, quando se somam os minutos de cada sigla aliada.

Financiamento público de campanha

✓ Legalmente, os partidos só receberão recursos do governo, a fim de evitar relações promíscuas com os empresários.

Voto em lista fechada

✓ Os eleitores não votarão mais em candidatos isolados, mas em relações de políticos definidos por cada legenda.

devido à disputa pelas presidências das duas Casas do Congresso. Lula já assumiu essa missão. Nesta semana, o presidente ligou para os candidatos derrotados na Câmara, Ciro Nogueira (PP-PI) e Aldo Rebelo (PCdoB-SP), e do Senado, Tião Viana (PT-AC). Daqui a duas semanas, receberá no Planalto os novos líderes das legendas que inte-

gram a coalizão governista. No encontro, o anfitrião também pedirá ajuda dos parlamentares no combate aos efeitos da crise econômica.

A fim de facilitar a execução da tarefa, deputados e senadores ouvirão uma exposição do ministro da Fazenda, Guido Mantega. "Será um ano difícil", afirma Múcio.

Reforma política: o caminho é o fortalecimento dos partidos

PEDRO CAVALCANTE

Doutorando em ciência política (UnB)

A configuração do sistema eleitoral-partidário é determinante para o enfraquecimento das instituições partidárias e o excessivo personalismo na política brasileira. De forma distinta, países de democracia mais madura, como a Espanha, valorizam os partidos como principal mecanismo de representação política. Com efeito, estudos recentes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (Bird) demonstram a relação direta entre a prevalência de partidos nacionalmente institucionalizados e programáticos e políticas públicas eficientes e de qualidade.

Sendo assim, a reforma política em debate no Congresso Nacional deve necessariamente atacar a debilidade dos nossos partidos. As propostas em voga sobre o fim da reeleição, mandato de cinco anos ou terceiro mandato são casuísmos que não alteram de fato o sistema. Por outro lado, a aprovação das propostas de voto na legenda e em lista fechada preordenada, sem coligações e com cláusula mínima de desempenho, no médio prazo culminará na redução do número de partidos e no fortalecimento interno das legendas. Tais mudanças tendem a facilitar a seleção dos representantes, reduzir os custos das campanhas, tornar factível a fiscalização da Justiça Eleitoral, além de criar condições para a qualificação da atuação parlamentar.

Atualmente, o eleitor tem dificuldade em escolher o seu candidato diante da excessiva quantidade de pretendentes. Logo, os políticos não têm

espaço apropriado para exporem suas opiniões e propostas. O excesso de candidaturas também inviabiliza a efetiva apuração e fiscalização da contabilidade da campanha. As campanhas eleitorais no Brasil são extremamente caras e consideradas a principal semente da corrupção. Embora o país tenha uma Justiça Eleitoral atuante, na prática é matematicamente impossível o monitoramento e a auditoria das contas de todos os candidatos em tempo hábil. A unificação das campanhas no partido reduziria os custos e também facilitaria o acompanhamento efetivo dos gastos e dos financiamentos pela Justiça Eleitoral e pela sociedade civil.

Quanto ao controle dos representantes, o sistema atual dispersa o poder e prejudica a capacidade de fiscalização pelos contribuintes. O voto no partido tende simplificar essa relação e também ampliar a preocupação dos partidos com a seleção de seus integrantes, haja vista que a pressão da opinião pública por políticos com passado probó refletirá no momento da formação da lista de candidatos.

Por fim, a estrutura vigente distorce a atuação parlamentar. Na prática, os parlamentares são reféns do Poder Executivo que controla as suas emendas orçamentárias e indicações para cargos públicos e também dependem dos financiadores, dado o alto custo das campanhas. O voto na legenda reduziria a preocupação dos parlamentares em cortejar o Executivo e ainda diminuiria a excessiva influência do poder econômico. Com efeito, os legisladores se dedicariam ao exercício das suas atividades precípuas, ou seja, participar

de forma efetiva da produção legislativa e da fiscalização do Executivo.

Os críticos alegam que tradicionalmente no Brasil vota-se em pessoas e que o novo arranjo induziria à concentração do poder nos líderes partidários. O primeiro argumento é verdadeiro, mas não necessariamente positivo. Ao contrário, o voto personalista tem fortes conexões com conhecidos ismos da política brasileira: clientelismo, populismo, fisiologismo, entre outros — além de desviar a capacidade de controle social sobre a atuação do parlamentar dentro das casas legislativas. No Brasil, o eleitor esquece em quem vota, logo dificilmente fiscaliza. Acerca da tese de oligarquização, o fenômeno já ocorre na maioria dos partidos brasileiros. Cabe à legenda se ajustar às demandas dos seus integrantes e/ou eleitores. Em outras palavras, a executiva do partido pode definir a lista de candidatos ou realizar prévias com sua militância e, assim, o eleitor poderá optar entre partidos com decisões mais centralizadas ou mais participativas.

Nos últimos 20 anos, inúmeras propostas foram debatidas e perderam fôlego diante da indiferença do Poder Executivo e da perspectiva de curto prazo dos legisladores. Não há preocupação em relação ao sistema político como um todo, o olhar se restringe ao próximo pleito. A adoção dessas mudanças não é uma panacéia. Logicamente, diversos problemas persistirão e novos surgirão. Todavia, a reforma deve caminhar para o fortalecimento das instituições partidárias e, dessa forma, contribuir para aperfeiçoamento democrático do país.

Reforma política

CB
23/03/2009
p. 13

CORREIO BRAZILIENSE

23 MAR 2009

Reforma — POLÍTICA

PARTIDOS

Projeto que permite a troca de legenda um ano antes das eleições está pronto para ser analisado em plenário. Governo e PSDB querem agilidade

Pressa de votar a “infidelidade”

Karlus Geromy/O Imparcial - 26/10/08



FLÁVIO DINO, DO PCDOB: “O CAMINHO É VOTAR LOGO. O MEU PROJETO TEM MAIORIA PARA SER APROVADO”

RICARDO BRITO,
DANIEL PEREIRA E
MIRELLA D'ELIA
DA EQUIPE DO CORREIO

A proposta de se abrir uma “janela” para que políticos possam mudar de partido antes das eleições de 2010 entrará na agenda política da Câmara na próxima semana. À exceção do Democratas, contrária à medida, a base aliada e o oposicionista PSDB são simpáticos à proposta e querem votá-la o quanto antes. “O caminho é votar logo”, afirmou o deputado Flávio Dino (PCdoB-MA), autor da proposta. “Meu projeto tem maioria para ser aprovado”, completa Dino.

O deputado comunista é autor de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) e um projeto de lei complementar que possibilitariam a mudança de legenda para políticos a um ano e um mês antes das eleições. Para valer para o próximo pleito, portanto, qualquer das duas propostas tem que virar lei até setembro de 2009.

Por cautela, e para que não seja futuramente contestada judicialmente, a bancada do PMDB na Câmara deseja aprovar a PEC, que precisa de três quintos dos votos de parlamentares. O líder do partido na Casa, Henrique Eduardo

LINEA

CONECTADO COM VOCÊ

FAZER UM BOM NEGÓCIO NÃO É OPCIONAL.
FIAT LINEA. O CARRO MAIS COMPLETO DA CATEGORIA.



MOTOR 1.9 16V FLEX

CÂMBIO DUALOGIC
AUTOMÁTICOAIR BAG DUPLO
+ FREIOS ABSRÁDIO CD PLAYER
COM MP3RODAS DE
LIGA LEVE

CONTEÚDOS DE SÉRIE:

LINEA 1.9 16V / 1.9 16V DUALOGIC

- MOTOR 1.9 16V FLEX
- AIR BAG DUPLO E FREIOS ABS

- VIDROS LATERAIS LAMINADOS
- VIDROS VERDES ESCURECIDOS VÊNUS 35

mente, a bancada do PMDB na Câmara deseja aprovar a PEC, que precisa de três quintos dos votos de parlamentares. O líder do partido na Casa, Henrique Eduardo Alves (RN), e o presidente do PMDB e candidato a presidir a Câmara no próximo ano, Michel Temer (SP), comandam a operação no partido em favor da proposta. "Defendemos a aprovação de uma proposta de emenda constitucional a fim de eliminar qualquer chance de o Judiciário derrubar amanhã a janela para a troca de partido. Queremos aumentar a segurança jurídica da medida", afirmou o líder peemedebista.

Supremo

Outro presidenciável da Câmara, o segundo-secretário Ciro Nogueira (PP-PI), também prefere a aprovação da emenda. "A emenda (constitucional) demora mais, mas não trará problemas com o Supremo novamente", afirmou Ciro Nogueira. Entretanto, Flávio Dino defende a votação do projeto de lei complementar. Para ele, ao confirmar esta semana a resolução que impõe a fidelidade partidária absoluta editada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no ano passado, o STF não declarou que mudanças a essa matéria têm de ser reguladas por PEC. Ele defendeu seu projeto. "Imoral é se não tivesse a janela", disse Dino, ao observar que, sem ela, se deixarão questões de mudança partidária para a "ditadura" dos partidos ou para a Justiça Eleitoral. "Isso é responsabilidade dos políticos", observa.

Indiferentemente de se será por PEC ou por projeto de lei, o próprio líder tucano da Câmara, José Aníbal (SP), sabe que, apesar de pessoalmente contrário, sua bancada tende a apoiar a medida. "Eu reconheço que, no meu partido, há uma maioria que não tem essa posição", admite.

No Judiciário, a proposta de janela é vista com cautela. "Ninguém vai subtrair do Congresso a competência constitucional para dispor sobre o tema. Aguardemos que a lei seja aprovada para julgarmos a constitucionalidade", disse o presidente do TSE, Ayres Britto. O presidente do Supremo, Gilmar Mendes, vai na mesma linha. "É claro que o Congresso pode e deve formular uma lei de procedimentos sobre essa questão. Se essa lei extrapolar determinados limites, ela poderá ser objeto de impugnação perante o STF."

LINEA 1.9 16V / 1.9 16V DUALOGIC

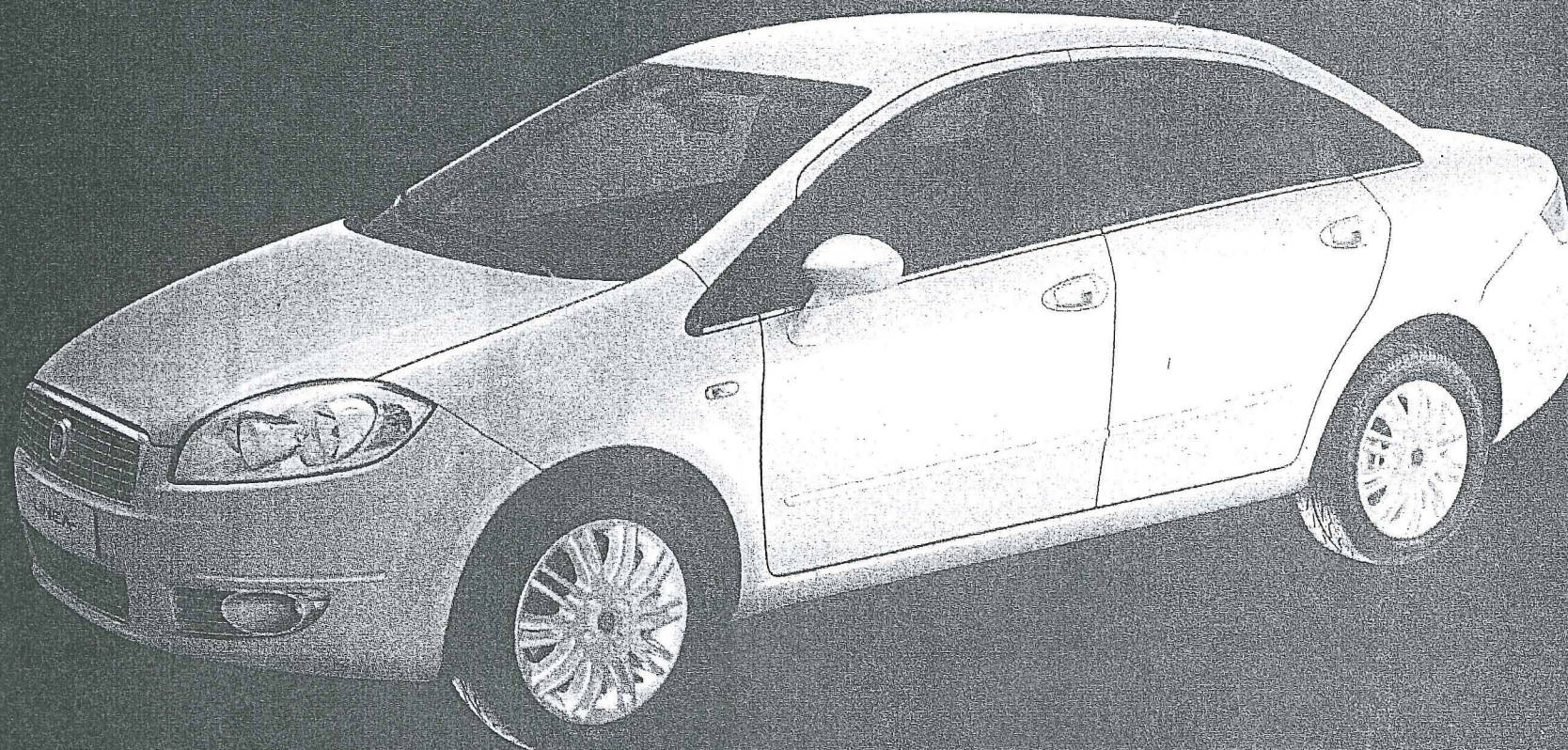
- MOTOR 1.9 16V FLEX
- AIR BAG DUPLO E FREIOS ABS
- FREIO A DISCO NAS QUATRO RODAS
- CÂMBIO DUALOGIC* AUTOMÁTICO E PILOTO AUTOMÁTICO NA VERSÃO 1.9 16V DUALOGIC
- AR-CONDICIONADO COM SAÍDA DE AR PARA O BANCO TRASEIRO
- DIREÇÃO HIDRÁULICA
- CD PLAYER COM MP3
- VOLANTE REVESTIDO DE COURO COM COMANDOS DO RÁDIO
- RODAS DE LIGA LEVE
- COMPUTADOR DE BORDO E MY CAR FIAT

- VIDROS LATERAIS LAMINADOS
- VIDROS VERDES ESCURECIDOS VÊNUS 35
- VIDROS ELÉTRICOS DIANTEIROS E TRASEIROS COM ONE TOUCH E ANTIESMAGAMENTO
- TRAVAS E RETROVISORES ELÉTRICOS
- CHAVE TIPO CANIVETE COM TELECOMANDO
- BANCO DO MOTORISTA COM REGULAGEM DE ALTURA
- VOLANTE COM REGULAGEM DE ALTURA E PROFUNDIDADE
- APÓIA-BRÇOS DIANTEIRO E TRASEIRO COM PORTA-OBJETOS
- BANCO TRASEIRO BIPARTIDO
- BANCOS REVESTIDOS DE VELUDO
- DETALHES EXTERNOS CROMADOS
- FARÓIS DE NEBLINA

A partir de

R\$ 59.900,00

com taxa de 0,99%*.



VENHA CONHECER NAS CONCESSIONÁRIAS FIAT E FAZER UM TEST-DRIVE.

*FIAT Linea 1.9 16V Flex 4P 2008-2009, básico com pintura lisa e frete incluso, com preço promocional a partir de R\$ 59.900,00 à vista ou taxa de juros de 0,99% a.m. e 12,55% a.a., financiado em até 24 vezes com entrada mínima de 50% do valor do veículo, através do Banco Fiat. CET correspondente será informado previamente à negociação, contemplando TC e IOF. As condições financeiras poderão sofrer alterações sem prévio aviso, em face de possíveis e significativas mudanças ocorridas na política econômica no período. Estoque disponível de 235 unidades. Oferta válida até 30/11/2008 para todas as Concessionárias FIAT por todo o país. Consulte as condições de garantia no site www.fiat.com.br. Todos os modelos disponíveis com alguns itens opcionais. Central de Relacionamento Fiat: 0800 707 1000.

Banco Fiat
O melhor caminho entre você e seu Fiat.



FIAT FINANCIAMENTO é uma marca do Banco Fiat, que atua no mercado de crédito e financiamento de veículos e bens móveis, com foco em oferecer soluções financeiras personalizadas para cada cliente.



Esave
2195 2111
esave.com.br

Estação
3403 6363
estacao.fiat.com.br

Tecar
2196 2900
tecar.com.br

Bali
3362 6230
bali.com.br

CVP
3451 2040
cvpveiculos.com.br



**CONCESSIONÁRIAS
BRÁSILIA**

POLÍTICA

PARTIDOS

Supremo considera válida regra aprovada pelo Tribunal Superior Eleitoral que prevê perda de mandato para políticos que trocarem de legenda

STF confirma pena a infiéis

MIRELLA D'ELIA
DA EQUIPE DO CORREIO

Em um recado ao Congresso Nacional, o Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou ontem resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que proíbe o troca-troca partidário. Por maioria, o tribunal considerou constitucionais as regras fixadas pelo TSE para punir políticos "infiéis" com a perda de mandato e decidiu que as normas valerão até que os parlamentares aprovem lei específica. O Supremo rejeitou duas ações propostas contra a resolução do TSE. Dos 11 ministros, apenas Eros Grau e Marco Aurélio Mello votaram de forma contrária. "Enquanto não vier a lei (aprovada pelo Congresso), a decisão do Supremo está em vigor e a decisão do Tribunal Superior Eleitoral está plenamente em vigor", explicou o presidente do Supremo, Gilmar Mendes.

O ministro evitou atacar diretamente a tentativa de criar uma janela, na reforma política, flexibilizando as normas para as mudanças de partido — que ganhou força no Congresso entre governo e oposição, já de olho nas articulações para as eleições de 2010. No entanto, lembrou que a Corte poderá derrubar uma lei que "extrapole limites". "É claro que o

LINK

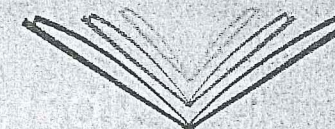
José Cruz/ABr - 27/10/08



AYRES BRITTO, PRESIDENTE DO TSE: "A URNA TEM VOZ, E ESSA VOZ HÁ DE ECOAR PELO MENOS POR QUATRO ANOS"

O DOBRO DAS VAGAS NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS.

A qualidade do Ensino Superior no Distrito Federal agora é para todos.



PDE | REUNI

REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO
DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

força no Congresso entre governo e oposição, já de olho nas articulações para as eleições de 2010. No entanto, lembrou que a Corte poderá derrubar uma lei que “extrapole limites”. “É claro que o Congresso Nacional pode e deve formular uma lei de procedimentos sobre essa questão. Se essa lei extrapolar determinados limites, ela poderá ser objeto de impugnação perante o STF”, declarou.

Durante a sessão, o relator dos processos, Joaquim Barbosa, aproveitou para criticar o que chamou de “silêncio” do Legislativo, que, para ele, obrigou o TSE a agir. Ele disse que o Poder Judiciário está “mal equipado” para resolver a questão da fidelidade partidária, mas rejeitou as ações porque o Congresso ainda não se pronunciou. “O debate legislativo é o adequado para resolver essa e outras questões, que são eminentemente políticas”, declarou.

Defensor ferrenho da fidelidade partidária, o ministro Carlos Ayres Britto disse, após o julgamento, que o partido político “não pode ser abandonado sem mais nem menos pelo candidato eleito”. “A urna tem voz, e essa voz há de ecoar pelo menos por quatro anos. Não cabe ao candidato eleito, com a tesoura da infidelidade, podar esse tempo”, afirmou o ministro, que preside o TSE. Ele lembrou que a Câmara dos Deputados deve cumprir a decisão que obriga o deputado Walter Brito Neto (PB) a devolver o mandato ao DEM. Ele foi o primeiro “infel” cassado. “Não tem o que esperar. Eu já comuniquei (à Câmara) três vezes que é para dar posse ao suplente.” Com base em um parecer aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a Câmara resiste a cumprir a determinação.

Devolução

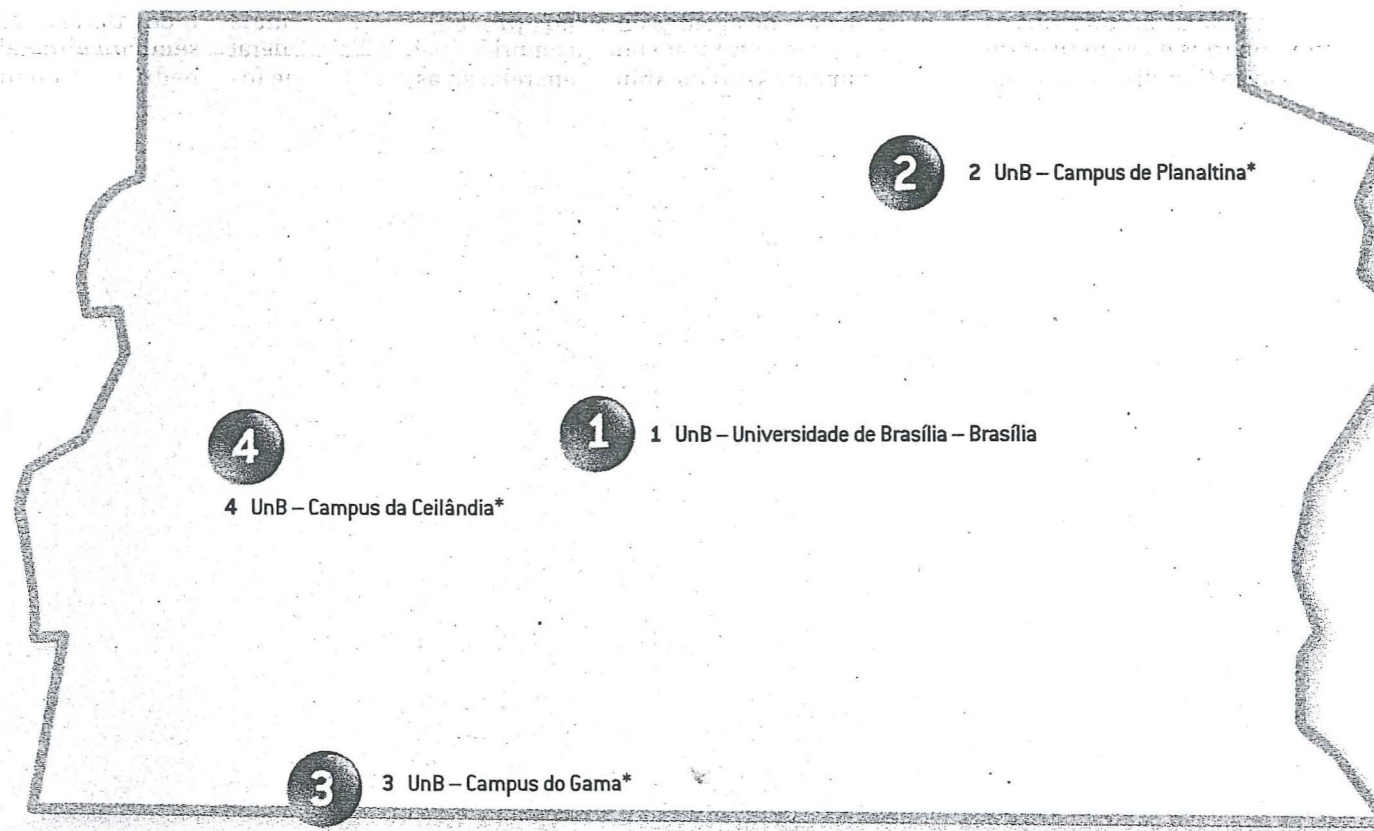
A Resolução 22.610 foi aprovada em outubro de 2007 pelo TSE. O texto diz que vereadores, deputados estaduais e federais que mudaram de partido depois de 27 de março de 2007, sem motivo, têm de devolver os mandatos às legendas pelas quais foram eleitos. O mesmo vale para senadores que trocaram de partido após 16 de outubro do mesmo ano.

correlobrazilense.com.br



Na Internet:

ouça entrevistas com os ministros Gilmar Mendes e Ayres Britto



* Em implantação.

O REUNI NO DISTRITO FEDERAL

6.072 vagas para o vestibular 2009 | Contratação de 290 novos docentes | Contratação de 50 novos técnicos

O Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) garantiu as melhorias necessárias para que as instituições de ensino superior do país seguissem gerando o conhecimento que sempre ajudou o Brasil a crescer. E dobrar o número de vagas, ampliando as oportunidades para milhares de brasileiros que não conseguiam ingressar nas universidades, é uma das mais importantes conquistas geradas pelo Reuni. Aqui no **Distrito Federal** não é diferente. Com os investimentos oferecidos pelo Reuni, as universidades federais realizam uma indispensável reestruturação acadêmica, que proporciona as condições ideais para a democratização do acesso dos **brasilienses** ao ensino superior de qualidade. E isso é uma conquista de todos nós.

REUNI. A QUALIDADE DA UNIVERSIDADE FEDERAL AGORA É PARA TODOS.

Fique atento às chamadas dos vestibulares e aos editais de convocação de professores e técnicos. Conheça mais o Reuni. Acesse www.mec.gov.br ou ligue 0800 616161.

**Ministério
da Educação**



REGRAS POLÍTICAS
Reforma Política

Base aliada critica reforma

TIAGO PARIZ
DA EQUIPE DO CORREIO

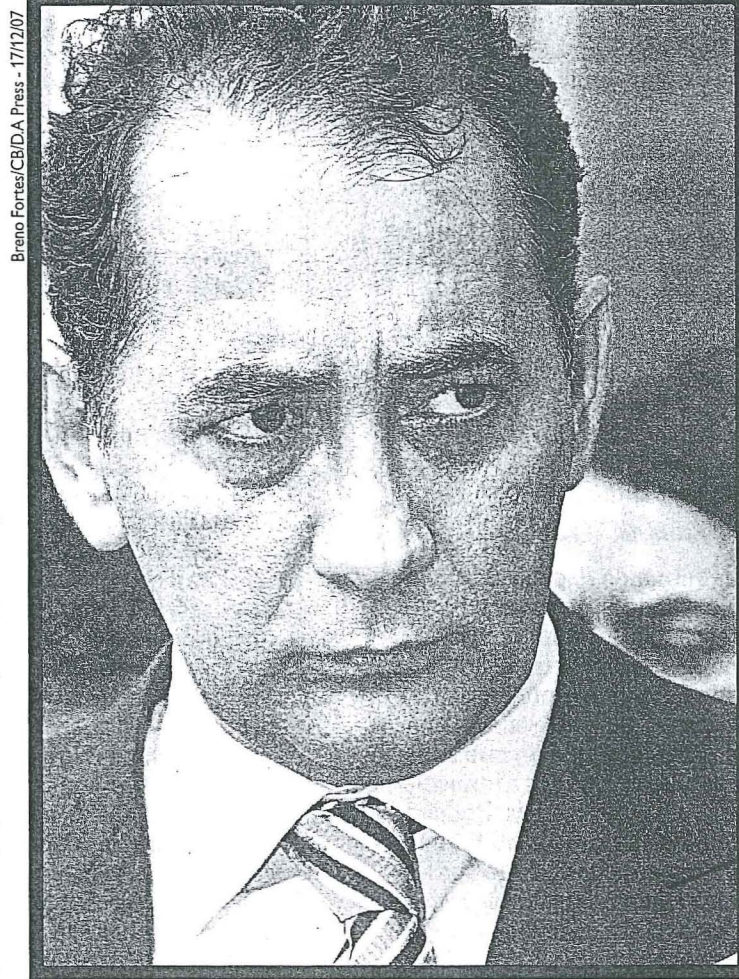
07 NOV 2008

A idéia do Palácio do Planalto de priorizar a aprovação da fidelidade partidária no Congresso e chamar isso de reforma política vem causando desconforto até na base aliada. A estratégia dos ministros da Justiça, Tarso Genro, e das Relações Institucionais, José Múcio, é vista com desconfiança e classificada de pouco ousada.

O porta-voz da insatisfação é o relator da reforma na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, deputado João Paulo Cunha. Defensor de amplas mudanças no sistema político e do engajamento do presidente Luiz Inácio Lula da Silva nas articulações, ele está cético em relação às intenções do Planalto.

O relator acredita que quando a proposta estiver na ordem do dia, haverá maior engajamento das figuras do governo. Apesar disso, critica a atual posição ecoada do governo. "É uma pobreza muito grande limitar a reforma política somente à fidelidade partidária. Temos que fazer uma ampla mudança em todo o sistema político."

A reforma, acredita, deve ser pautada com "ousadia" e envolver o presidente nas articulações.



JOÃO PAULO CUNHA, RELATOR DA REFORMA POLÍTICA NA CCJ: INSATISFAÇÕES

Lula teria capital político suficiente para bancar as alterações no sistema político e amainar resistências impostas, pelo menos, por aliados. O obstáculo maior, no entanto, é a fidelidade partidária como está posta. Ela atende aos interesses de quem comanda o Executivo e do sistema de cooptação de parlamentares da oposição para a base aliada e há poucos interessados na real mudança disso.

Sob a máscara de fidelidade, a proposta abre uma janela que permite o troca-troca de partidos. Um ano e um mês antes da eleição, o político poderá mudar

de legenda para concorrer a outro cargo desde que não seja o que ocupa. A fidelidade já foi aprovada pela CCJ da Câmara.

Resistência

Satisfeito, o Planalto poderá relegar ao segundo plano propostas como cláusula de barreira, votação em lista fechada, inelegibilidade e até financiamento público de campanha. As resistências ao uso exclusivo do orçamento do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) nas campanhas, no entanto, têm diminuído no Congresso.

João Paulo Cunha pretende

VISÕES DE UM PROJETO

Fidelidade partidária

Os políticos poderão trocar de partido, no período de 30 dias, um ano e um mês antes da eleição. Essa é a idéia com mais fôlego dentro do governo pois atenderá ao desejo de manter a cooptação de parlamentares.

Lista fechada

O eleitor deixa de votar nominalmente no candidato e vota só no partido. As vagas serão preenchidas de acordo com a ordem de registro dos candidatos. Essa é considerada a iniciativa mais sensível e, pelo governo, se aprovada, valeria para daqui duas ou três eleições.

Financiamento

As campanhas serão abastecidas com dinheiro do orçamento do Tribunal Superior Eleitoral. Não está

necessariamente vinculada à proposta da "lista fechada" e tem um pouco mais de aceitação dos parlamentares.

Inelegibilidade

Impede o político que tiver alguma condenação de concorrer a uma vaga eleitoral. A proposta inclui, entre outros, crime contra a economia popular, a fé pública, a administração pública, o patrimônio público, o mercado financeiro e o tráfico de entorpecentes.

Cláusula de barreira

Estabelece um desempenho eleitoral mínimo para que os partidos políticos exerçam mandatos nas câmaras de deputados, estaduais e distrital. Essa proposta é rejeitada pelos partidos menores, como PSB e PCdoB, por temerem ficar sem representação.

encontro com parlamentares aliados, o petista disse estudar aglutinar as eleições para os 513 deputados e 81 senadores em um só pleito. Além de acabar a reeleição e fixar todos os mandatos eletivos em cinco anos. João Paulo também quer extinguir a figura de suplentes de senador e de deputado.

correiobraziliense.com.br

Ouçã na internet:
áudio com o deputado
João Paulo Cunha

Morte de deputado

O deputado federal Mussa Demes (DEM-PI) morreu na noite de quarta-feira em Fortaleza. O parlamentar, que sofria de câncer no pulmão, tinha 68 anos e era um dos mais antigos da Câmara dos Deputados — estava em seu sexto mandato parlamentar. Por causa do falecimento de Demes, a Câmara suspendeu ontem as atividades legislativas, como sessão do Plenário e das comissões, transferindo-as para a próxima semana.

Advogado e técnico em contabilidade, Mussa Demes foi deputado constituinte e atualmente era integrante da Comissão Especial da Reforma Tributária, dentro da Comissão de Finanças e Tributação. O velório do parlamentar, ocorrido ontem no cemitério Parque da Paz, em Fortaleza, contou com a presença do presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP), e os deputados ACM Neto (BA), líder do partido de Demes na Câmara, e Ciro Nogueira (PP-PI), candidato a suceder Chinaglia. A Secretaria-Geral da Mesa Diretora informou que a vaga dele será ocupada pelo suplente José de Andrade Maia Filho (DEM-PI).

CONGRESSO

Projeto do Planalto prevê a troca de partido até um ano antes das eleições. Pontos controversos da reforma política ficam para depois

Governo planeja abrir nova janela para infiéis

TIAGO PARIZ

DA EQUIPE DO CORREIO

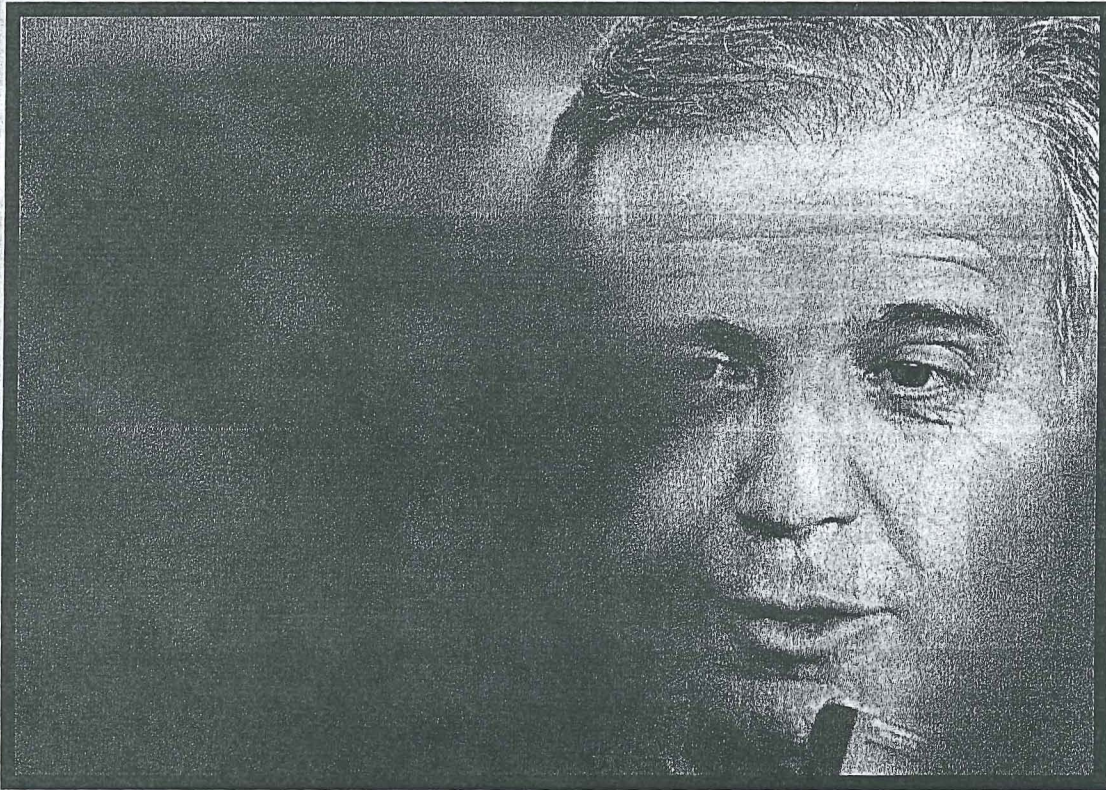
O governo colocou como prioridade a aprovação da fidelidade partidária que abre uma janela permitindo o troca-troca de legendas um ano antes das eleições. E deixou em segundo plano pontos classificados como polêmicos, como cláusula de barreira, financiamento público e votação em lista fechada. Essa é a nova idéia de reforma política do Palácio do Planalto.

Dessa forma, os governistas atenderiam ao próprio interesse para continuar atraindo parlamentares da oposição para partidos aliados. Além disso, driblariam dificuldades impostas pelo Congresso ao colocar uma data para além da próxima eleição a fim de que outras iniciativas passem a vigorar, numa forma de vencer a resistência de parlamentares contrários a mudar regras que os prejudiquem.

"Algumas propostas podem não ter vigência imediata, possam começar (a valer) num momento posterior para que o deputado ou senador não vote ansioso motivado pela próxima eleição", afirmou o ministro da Justiça, Tarso Genro. Ao lado do ministro das Relações Institucionais, José Múcio Monteiro, Tarso recebeu parlamentares pró-reforma e representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), entre outros, para discutir a reforma política.

A idéia é que esses representantes, os parlamentares e o governo discutam maneiras de tornar mais afáveis propostas

Iano Andrade/CB/D.A Press



MÚCIO MONTEIRO: "PODE SER PRECISO PROJETAR (A REFORMA) PARA QUE OS ATORES NÃO SE SINTAM PREJUDICADOS"

ásperas da reforma, como a votação em lista fechada. "Combinamos uma extensa agenda até 20 de novembro para lapidar o projeto que o governo já enviou ao Congresso. Acredito que não haverá maior problema porque as propostas atendem a maioria das demandas", sustentou o ministro da Justiça.

Aprovação

O governo também reafirmou não ver problema em fazer a reforma para facilitar a aprovação. "Em vez de analisar o projeto como um todo, poderá ser analisado ponto a ponto. Para haver avanço numa legislatura, pode ser preciso projetar isso para daqui duas ou três eleições para que

os atores da reforma não se sintam prejudicados", explicou José Múcio Monteiro.

Essa é uma forma também de deixar até os governistas contrários à reforma mais confortáveis com a votação das iniciativas do Executivo. "(Na votação) as maiorias serão decididas em cima de cada tema, dividindo inclusive oposição e governo porque é natural que as pessoas sejam influenciadas pelas suas condições regionais", reforçou Tarso Genro.

É também um caminho encontrado para retirar a urgência da reforma política, já que há resistência em relação a pontos polêmicos, como, por exemplo, a cláusula de barreira. Os partidos menores, como PCdoB, PSB e

PDT, são os mais afetados porque dependeriam do desempenho eleitoral para continuar existindo.

A deputada Luiza Erundina (PSB-SP) mostrou satisfação com agenda e proposta apresentadas pelo governo. Para ela, o tema volta a ser urgente por conta de distorções apresentadas nesta eleição municipal. "Em 2009, é preciso fazer uma reforma, pelo menos básica, para corrigir problemas do sistema político", disse a deputada.

correiobraziliense.com.br

Ouçá entrevistas:
com Luiza Erundina e Tarso Genro

ALTERAÇÕES

Veja os principais pontos da reforma política:

lista fechada

● O eleitor deixa de votar nominalmente no candidato e vota só no partido. E as vagas nas câmaras de vereadores, deputados e assembleias serão preenchidas de acordo com a ordem de registro dos candidatos

financiamento

● As campanhas serão abastecidas com dinheiro do orçamento destinado

Operação Supervenda
Ford Alvorada
O momento certo de comprar seu carro é agora.

Cobrimos qualquer oferta anunciada

Fiesta Hatch 1.6
R\$ 34.990,00

Taxa de 0.99% a.m.

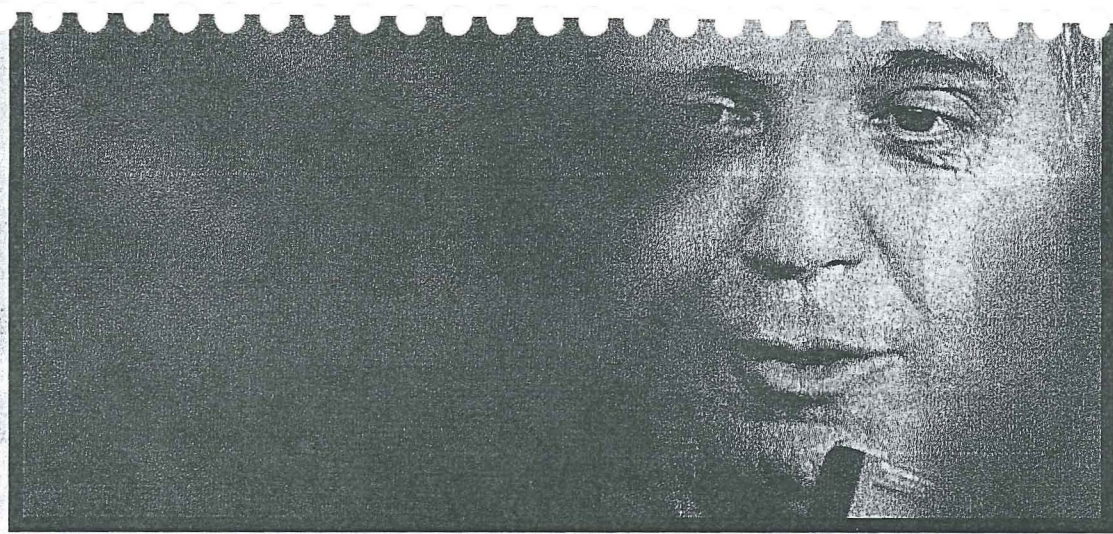
Fiesta Sedan 1.0
R\$ 29.900,00

...e os pontos classificados como polêmicos, como cláusula de barreira, financiamento público e votação em lista fechada. Essa é a nova idéia de reforma política do Palácio do Planalto.

Dessa forma, os governistas atenderiam ao próprio interesse para continuar atraindo parlamentares da oposição para partidos aliados. Além disso, driblariam dificuldades impostas pelo Congresso ao colocar uma data para além da próxima eleição a fim de que outras iniciativas passem a vigorar, numa forma de vencer a resistência de parlamentares contrários a mudar regras que os prejudiquem.

"Algumas propostas podem não ter vigência imediata, possam começar (a valer) num momento posterior para que o deputado ou senador não vote ansioso motivado pela próxima eleição", afirmou o ministro da Justiça, Tarso Genro. Ao lado do ministro das Relações Institucionais, José Múcio Monteiro, Tarso recebeu parlamentares pró-reforma e representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), entre outros, para discutir a reforma política.

A idéia é que esses representantes, os parlamentares e o governo discutam maneiras de tornar mais afáveis propostas



MÚCIO MONTEIRO: "PODE SER PRECISO PROJETAR (A REFORMA) PARA QUE OS ATORES NÃO SE SINTAM PREJUDICADOS"

ásperas da reforma, como a votação em lista fechada. "Combinamos uma extensa agenda até 20 de novembro para lapidar o projeto que o governo já enviou ao Congresso. Acredito que não haverá maior problema porque as propostas atendem a maioria das demandas", sustentou o ministro da Justiça.

Aprovação

O governo também reafirmou não ver problema em fazer a reforma para facilitar a aprovação. "Em vez de analisar o projeto como um todo, poderá ser analisado ponto a ponto. Para haver avanço numa legislatura, pode ser preciso projetar isso para daqui duas ou três eleições para que

os atores da reforma não se sintam prejudicados", explicou José Múcio Monteiro.

Essa é uma forma também de deixar até os governistas contrários à reforma mais confortáveis com a votação das iniciativas do Executivo. "(Na votação) as maiorias serão decididas em cima de cada tema, dividindo inclusive oposição e governo porque é natural que as pessoas sejam influenciadas pelas suas condições regionais", reforçou Tarso Genro.

É também um caminho encontrado para retirar a urgência da reforma política, já que há resistência em relação a pontos polêmicos, como, por exemplo, a cláusula de barreira. Os partidos menores, como PCdoB, PSB e

PDT, são os mais afetados porque dependeriam do desempenho eleitoral para continuar existindo.

A deputada Luiza Erundina (PSB-SP) mostrou satisfação com agenda e proposta apresentadas pelo governo. Para ela, o tema volta a ser urgente por conta de distorções apresentadas nesta eleição municipal. "Em 2009, é preciso fazer uma reforma, pelo menos básica, para corrigir problemas do sistema político", disse a deputada.

correiobraziliense.com.br

Ouçá entrevistas:
com Luiza Erundina e Tarso Genro

Operação Supervenda

Ford Alvorada

O momento certo de comprar seu carro é agora.

Cobrimos qualquer oferta anunciada

Fiesta Hatch 1.6
R\$ 34.990,00

Taxa de 0.99% a.m.

Fiesta Sedan 1.0
R\$ 29.900,00

Ar-Condicionado, Direção Hidráulica, Vidros e Travas Elétricas

www.fordalvorada.com.br

Novo Ford Focus
Pronta entrega. Preços Imbatíveis

CHEQUE-BÔNUS DE R\$ 2.000,00

Na compra do seu Ford 0 km.

EXCLUSIVIDADE FORD ALVORADA

Fiesta Hatch 1.6, completo catálogo FEG9, pintura sólida. Valor total à vista: R\$ 34.990,00. Entrada de 50% + 24 parcelas com taxa de 0,99% a.m. Cadastro sujeito à aprovação de crédito. Ofertas válidas até 05/11/2008 ou enquanto durar o estoque. Imagens ilustrativas. R\$2.000,00 em cheque bônus exclusivo Alvorada de serviços realizados da 1ª a 6ª revisão do veículo + tapetes + protetor de cárter + película. Bônus em serviços válido somente com as sequências das revisões feitas, válido na compra do seu Ford 0km na Ford Alvorada. Consulte regulamento no manual do proprietário.

ALTERAÇÕES

Veja os principais pontos da reforma política:

lista fechada

● O eleitor deixa de votar nominalmente no candidato e vota só no partido. E as vagas nas câmaras de vereadores, deputados e assembleias serão preenchidas de acordo com a ordem de registro dos candidatos

financiamento

● As campanhas serão abastecidas com dinheiro do orçamento destinado ao Tribunal Superior Eleitoral, que distribuirá os recursos na forma da lei. Não está necessariamente vinculado à proposta da lista fechada

fidelidade

● Os políticos poderão trocar de partido um ano e um mês antes da eleição. O deputado só poderá mudar de legenda para concorrer ao mesmo cargo — sem permissão para disputar Senado, prefeitura ou governos

cláusula de barreira

● Estabelece um desempenho eleitoral mínimo para que os partidos políticos exerçam mandatos nas câmaras de deputados, estaduais e distrital.

Eleições 2010

Presidente do TSE quer restrições para os "fichas sujas"

Página A10



O maior

Fortalecido, PMDB é o aliado favorito de quase todos

Página A11



Silêncio

Kassab, reeleito, tenta escapar do cerco de aliados

Página A7



DEPOIS DAS URNAS

Planalto retoma a reforma política

Consulta a entidades setoriais é ampliada. Mas de cem já se manifestaram favoravelmente

Vasconcelo Quadros
BRASÍLIA

Encerradas as eleições municipais, o governo vai agora se empenhar para viabilizar a reforma política já na sucessão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. As articulações estão sendo coordenadas pelo ministro da Justiça, Tarso Genro, que colocou na internet (www.mj.gov.br), para consulta pública, cinco anteprojetos de lei e uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que virariam do avesso o atual sistema político.

O governo quer financiamento público exclusivo para as campanhas eleitorais, lista partidária, fidelidade, inelegibilidade para candidatos com ficha suja condenados em segunda instância, mudanças nas regras de coligação e cláusula de barreira que avalie o desempenho dos partidos.

Prorrogada até 15 de novembro, a campanha da consulta pública aberta

pelo Ministério da Justiça já contou com sugestões de cerca de 100 entidades da sociedade civil – entre elas a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) – propondo alternativas aos projetos do governo, mas todas favoráveis à reforma política.

– Todos querem a reforma. A consulta tem a função de jogar o debate para a sociedade – diz o secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, Pedro Abramovai. – É a primeira vez que o governo apresenta um conjunto de propostas sem impor nada. As sugestões que temos recebido vão ajudar a melhorar os projetos e fortalecer o papel do Congresso Nacional.

O secretário diz que ao final da consulta, o Ministério da Justiça deverá alterar o texto das propostas do governo. Também poderá apresentar projetos para outras sugestões, como as que pedem o fim do atual modelo de escolha de suplentes de senador.

Há consenso de que a escolha dos chamados "senadores sem voto" – nomes são indicados pelo candidato e referendado pelos partidos, mas nem chegam a subir em palanque – está com os dias contados. As sugestões que chegam ao Ministério da Justiça e as propostas que tramitam no Congresso apontam para a necessidade de tomar suplentes os candidatos que perderam as eleições.

Colapso à vista

O ministro da Justiça, Tarso Genro, diz que se depender do governo, as eleições encerradas no domingo foram as últimas pelo atual sistema eleitoral. Segundo ele, a legislação atual entrou em colapso e não sobreviverá até 2010. Genro acha que a reforma é um imperativo e sua necessidade acabará se impondo pela necessidade dos próprios partidos políticos. Na visão do governo, as seis propostas submetidas a consulta pú-

blica fortalecem os partidos políticos e, ao brecar o abuso do poder econômico, vão acabar derrubando os altos índices de corrupção, o fisiologismo e o clientelismo.

– O empresário que financia um determinado candidato não faz isso por interesse político ou ideológico. Ele quer impor seus interesses econômicos – diz Abramovai. – A proposta do governo é simplesmente acabar com o financiamento privado de qualquer espécie.

A proposta deixa a definição de valores por conta do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), mas estabelece três patamares de distribuição dos recursos: 1% para todos os partidos, 19% entre os que tiverem representação na Câmara e 80% aos que proporcionalmente tiverem maior número de deputados.

Pelo voto em lista partidária, a população passa a votar na sigla e os nomes dos eleitos saem de conven-

ções com a participação de pelo menos 15% dos filiados. Na proposta de fidelidade, só há três hipóteses para se deixar um partido: perseguição interna, mudança radical no programa ou para fundar um novo partido. As coligações serão proibidas para eleições proporcionais para acabar com o uso de siglas de aluguel para aumentar o tempo de propaganda no rádio e na televisão.

Se depender do governo, 20% do tempo serão distribuídos entre todos os partidos e os outros 80% proporcionalmente ao número de deputados, mas nenhuma coligação poderá contar com espaço maior ao conquistado pela maior legenda. A cláusula de desempenho veda mandato ao partido que obtiver menos de 1% dos votos para a Câmara ou menos de um terço dos Estados e a inelegibilidade alcançará quem estiver condenado na segunda instância do judiciário.

POLÍTICA

ELEIÇÕES 2008

Reforma Política

Parlamentares esperam aprovar, durante a reforma política, projeto de realização de plebiscito para decidir sobre a manutenção da lei que obriga brasileiros a irem às urnas

Voto facultativo na pauta

IZABELLE TORRES

DA EQUIPE DO CORREIO

Quando o Congresso iniciar a discussão da proposta de reforma política que é elaborada pelo governo, um tema tão polêmico quanto o financiamento público de campanhas e o voto em lista deverá entrar na pauta. Isso porque o deputado Geraldo Magela (PT-DF) já prepara um projeto que propõe a realização de um plebiscito para decidir se país deve manter o voto obrigatório ou instituir o caráter facultativo. Apesar de a idéia dividir líderes partidários e especialistas, o autor da matéria acredita que o debate legislativo irá mostrar que o momento é ideal para modificar a regra, tendo em vista as transformações econômicas sofridas pelo Brasil nas últimas décadas. A proposta do deputado petista será a 17ª apresentada por parlamentares tratando sobre o tema. Apesar de duas delas terem evoluído na tramitação — e até incorporado as demais — ainda esperam há anos por apreciação.

Mesmo com exemplos claros de que o Congresso não se dispõe a discutir o assunto, Geraldo Magela acredita que o tema ganhará força se for tratado no bolo da reforma política. "Acho que esse debate tem de fazer parte da reforma que vai chegar ao Congresso. Por isso, vou

apresentar a proposta para tramitar juntamente com os itens do projeto do governo", diz o autor, cuja idéia recebeu o apoio de 130 parlamentares nos últimos 20 dias.

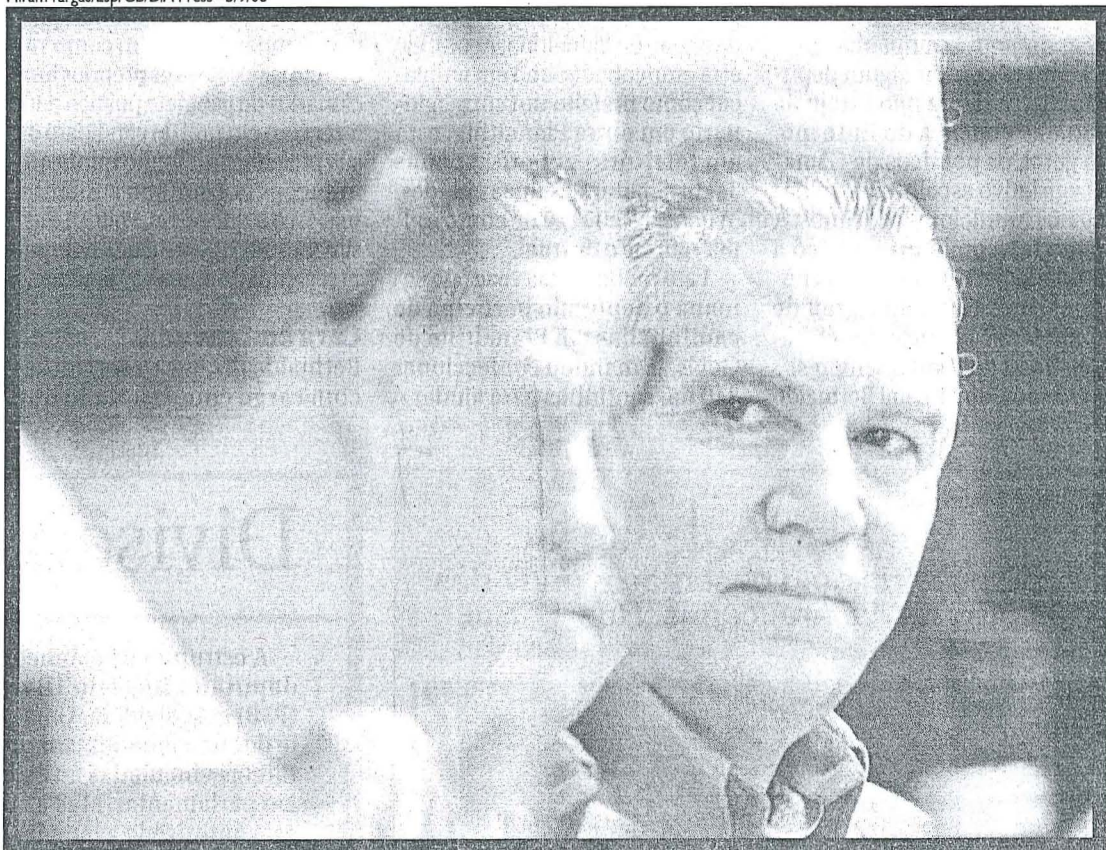
A proposta do parlamentar deve encontrar respaldo pelo menos para entrar na pauta de discussão, segundo o líder do PTB, Jovair Arantes (GO). Para ele, a necessidade de iniciar um intenso debate em torno do tema é indiscutível. No entanto, alguns integrantes do Congresso já se preparam para questionar se o eleitorado brasileiro está preparado para a mudança. "Pessoalmente defendo o voto facultativo. Mas sei que meu partido vai preferir que haja o aprofundamento das discussões antes de o assunto entrar na pauta", disse Arantes.

O líder do PR, Luciano Castro (RR), concorda com o adiamento do debate. De acordo com ele, o eleitor brasileiro ainda precisa chegar a um ponto de amadurecimento político, antes de lhe ser dado o direito de escolher se quer ou não votar. "Além disso, a reforma política já vem repleta de temas controversos e polêmicos. Mais um só vai dificultar as coisas. Acho que o voto deve ser uma proposta à parte", disse.

Argumentos

Para tentar convencer seus pares no Congresso sobre a ne-

Hiram Vargas/Esp. CB/D.A Press - 5/9/08



MAGELA: "ACHO QUE ESSE DEBATE TEM DE FAZER PARTE DA REFORMA POLÍTICA QUE VAI CHEGAR AO CONGRESSO"

cessidade de acabar com o caráter obrigatório do voto, Geraldo Magela vai alegar que, dos 193 países existentes, apenas 30 obrigam seus habitantes a votar. Segundo ele, países como Itália, Áustria e Holanda há anos entenderam a necessidade de abolir a obrigatoriedade do voto. "Essa obrigação per-

manece apenas na maior parte dos países da América do Sul. Estudiosos lembram que alguns deles têm sua história marcada por golpes de Estado e autoritarismo político, como o Brasil. Creio que a evolução da democracia já mostra que é hora de mudar", defende o deputado petista.

PONTO CRÍTICO /

O SENHOR É A FAVOR DO VOTO FACULTATIVO?

NÃO

"Na minha avaliação, o voto obrigatório não é nenhum demérito. O voto possui um duplo papel. Ao mesmo tempo em que é um dever, é também um direito cívico. Isso mostra uma virtude dupla que é benéfica para a democracia. Não acho que seja hora de mudar isso. Alguns autores americanos, inclusive, lamentam que o caráter facultativo do voto nos Estados Unidos torna o eleitor menos interessado. De repente acontece de apenas metade do eleitorado comparecer às urnas e um presidente ser eleito com pouco mais de 25% da preferência dos eleitores. O que os especialistas questionam é se

Asfalto e esgoto
onde antes só existiam
lama e poeira.



em lista deverá entrar na pauta. Isso porque o deputado Geraldo Magela (PT-DF) já prepara um projeto que propõe a realização de um plebiscito para decidir se país deve manter o voto obrigatório ou instituir o caráter facultativo. Apesar de a idéia dividir líderes partidários e especialistas, o autor da matéria acredita que o debate legislativo irá mostrar que o momento é ideal para modificar a regra, tendo em vista as transformações econômicas sofridas pelo Brasil nas últimas décadas. A proposta do deputado petista será a 17ª apresentada por parlamentares tratando sobre o tema. Apesar de duas delas terem evoluído na tramitação — e até incorporado as demais — ainda esperam há anos por apreciação.

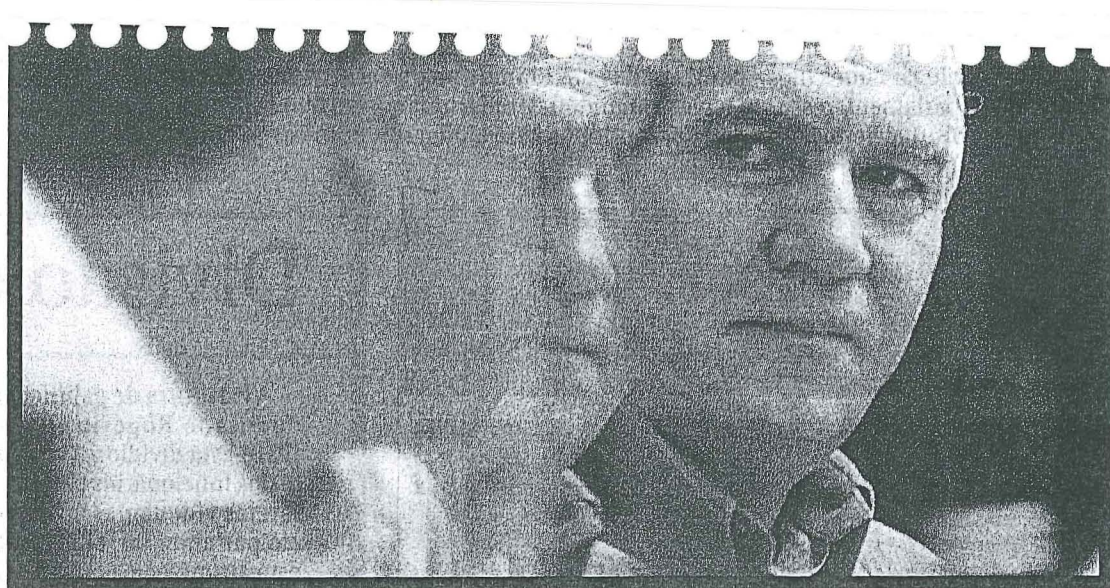
Mesmo com exemplos claros de que o Congresso não se dispõe a discutir o assunto, Geraldo Magela acredita que o tema ganhará força se for tratado no bolo da reforma política. "Acho que esse debate tem de fazer parte da reforma que vai chegar ao Congresso. Por isso, vou

discutir esse tema", disse Arantes. Para ele, a necessidade de iniciar um intenso debate em torno do tema é indiscutível. No entanto, alguns integrantes do Congresso já se prepararam para questionar se o eleitorado brasileiro está preparado para a mudança. "Pessoalmente defendo o voto facultativo. Mas sei que meu partido vai preferir que haja o aprofundamento das discussões antes de o assunto entrar na pauta", disse Arantes.

O líder do PR, Luciano Castro (RR), concorda com o adiamento do debate. De acordo com ele, o eleitor brasileiro ainda precisa chegar a um ponto de amadurecimento político, antes de lhe ser dado o direito de escolher se quer ou não votar. "Além disso, a reforma política já vem repleta de temas controversos e polêmicos. Mais um só vai dificultar as coisas. Acho que o voto deve ser uma proposta à parte", disse.

Argumentos

Para tentar convencer seus pares no Congresso sobre a ne-



MAGELA: "ACHO QUE ESSE DEBATE TEM DE FAZER PARTE DA REFORMA POLÍTICA QUE VAI CHEGAR AO CONGRESSO"

cessidade de acabar com o caráter obrigatório do voto, Geraldo Magela vai alegar que, dos 193 países existentes, apenas 30 obrigam seus habitantes a votar. Segundo ele, países como Itália, Austria e Holanda há anos entenderam a necessidade de abolir a obrigatoriedade do voto. "Essa obrigação per-

manece apenas na maior parte dos países da América do Sul. Estudiosos lembram que alguns deles têm sua história marcada por golpes de Estado e autoritarismo político, como o Brasil. Creio que a evolução da democracia já mostra que é hora de mudar", defende o deputado petista.

PONTO CRÍTICO /

O SENHOR É A FAVOR DO VOTO FACULTATIVO?

NÃO

"Na minha avaliação, o voto obrigatório não é nenhum demérito. O voto possui um duplo papel. Ao mesmo tempo em que é um dever, é também um direito cívico. Isso mostra uma virtude dupla que é benéfica para a democracia. Não acho que seja hora de mudar isso. Alguns autores americanos, inclusive, lamentam que o caráter facultativo do voto nos Estados Unidos torna o eleitor menos interessado. De repente acontece de apenas metade do eleitorado comparecer às urnas e um presidente ser eleito com pouco mais de 25% da preferência dos eleitores. O que os especialistas questionam é se esse número legitima a escolha de um presidente da República"

José Levy do Amaral
Constitucionalista

SIM

"Creio que é importante discutir o voto facultativo dentro da reforma política. Acho interessante esse debate sobre o papel do eleitor e o impacto que o fim da obrigatoriedade poderia resultar no que se refere à possibilidade de se ter um eleitorado mais consciente e crítico. Isso seria benéfico. No mundo já se discute isso. Enquanto na maioria dos países da América Latina o voto é obrigatório, os países de primeiro mundo da América Norte e da Europa adotaram o caráter facultativo. Na minha opinião, a análise sobre a liberdade que se dá aos eleitores deve constar na pauta de discussões do país. Não acho, sinceramente, que votar deve ser um dever"

David Fleischer
Cientista político

Asfalto e esgoto onde antes só existiam lama e poeira.



u a Itapoã, Estrutural, Vale do Amanhecer, Vila São José, Residencial Oeste em São Sebastião, Mestre D'Armas, entamento de Brazlândia, Telebrasília, Quadras 120, 121 Maria e vai chegar a todas as áreas carentes do DF. e de vida na porta de quem mais precisa.



REFORMA POLÍTICA

Ministros entregam ao Congresso o pré-projeto

Proposta será aberta a consulta pública antes de virar projeto oficial

Os ministros José Múcio (Relações Institucionais) e Tarso Genro (Justiça) entregaram ontem aos presidentes da Câmara, Arlindo Chianglia (PT-SP), e do Senado, Garibaldi Alves (PMDB-RN), um pré-projeto do governo para a reforma política. A intenção do Executivo é que seis temas sejam debatidos de forma independente na reforma. As propostas ficarão abertas a consulta pública e devem virar projetos de lei em dois meses.

O projeto do governo contempla seis pontos do sistema político: financiamento público de campanha, voto em listas partidárias fechadas, fim das coligações para eleições proporcionais (deputados e vereadores), fidelidade partidária, candidatura dos "ficha suja", e uma cláusula de desempenho, também conhecida como cláusula de barreira.

A idéia do governo é promover o financiamento público de campanha de forma exclusiva, acabando com as contribuições privadas. Os valores para o financiamento seriam



Foram retomadas as discussões sobre a reforma política

fixados pela justiça eleitoral. O objetivo é evitar comprometimento dos candidatos com interesses econômicos.

Sobre o voto em lista, a idéia é que o eleitor passe a votar somente nos partidos nas disputas por vagas de deputados e vereadores. Atualmente o sistema é proporcional, no qual os partidos oferecem uma lista de onde os eleitores escolhem seus candidatos. A idéia do governo é que o partido escolheria a ordem da lista. Outra proposta do governo quer impedir coligações nestas eleições para de-

putados e vereadores.

Na questão da fidelidade partidária, o governo deseja flexibilizar as decisões do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do Supremo Tribunal Federal (STF) que deram aos partidos os mandatos. A idéia é que se abra uma janela sete meses antes das eleições para que os detentores de mandatos possam trocar de legenda.

"A fidelidade não pode nem ser como estava e nem como está agora. Antes se mudava toda hora de partido e agora não pode nunca. Queremos abrir um janela, mas

sempre respeitando a decisão de que os mandatos são dos partidos", disse Múcio.

Sobre a inelegibilidade dos "ficha suja", o governo quer alterar a lei para que não seja mais necessário esperar condenações definitivas antes de impedir candidaturas. Pelo anteprojeto, os candidatos ficariam impedidos de disputar as eleições se tiverem condenações em decisões colegiadas de tribunais, ainda que caibam recursos posteriores.

A última das propostas quer impedir que partidos que obtenham menos de 1% dos votos para a Câmara dos Deputados tenham representantes no Legislativo. Pelo texto do governo, os representantes destes partidos pequenos sequer tomariam posse. Além da exigência de 1% no total de votos para a Câmara, as legendas precisam alcançar ainda a marca de 0,5% dos votos em nove estados diferentes.

O ministro Tarso Genro destacou que o governo ainda está na fase de sugestões e deseja colaboração do Congresso. "A intenção do governo é contribuir para o debate para que possamos desbloquear o sistema político. Esperamos que seja possível realizar as votações no primeiro semestre do próximo ano".

ELEIÇÕES PROPOSTA DE VETO ESTÁ NA REFORMA POLÍTICA

Fichas-suvas na mira do governo

VALTER CAMPANATO/ABR

O governo vai enviar ao Congresso proposta de reforma política que torna mais rígidas as regras para barrar o lançamento de candidatos com ficha-suva. A idéia, que entra em confronto com recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), abre caminho para que candidatos condenados tornem-se inelegíveis, mesmo que a sentença não tenha sido julgada em última instância. Não é só: pela cláusula de barreira em discussão no Planalto, partidos que não elegerem 10 deputados federais ficarão tão desidratados que praticamente deixarão de existir, pois perderão direito ao fundo partidário e ao tempo de TV na propaganda política.

Se a cláusula de barreira sugerida pelo governo estivesse em vigor hoje, por exemplo, partidos como o PSOL da ex-senadora Heloísa Helena — que tem apenas três deputados federais — não poderiam mais indicar líder nem ocupar cargos em comissões parlamentares. A versão preliminar da reforma política foi apresentada ontem ao presidente Lula, durante reunião de coordenação política, pelos ministros da Justiça, Tarso Genro, e das Relações Institucionais, José Múcio Monteiro.

A proposta será levada nesta semana ao presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP), e pode ser modificada até chegar ao plenário. Na tentativa de facilitar a votação, o governo pretende encaminhar o projeto "fatiado", em seis tópicos, depois as eleições municipais. Os pontos sugeridos pelo Planalto para destravar a reforma política são financiamento público de campanha,



■ TARSO E MÚCIO SÃO OS PAIS DA PROPOSTA ENTREGUE ONTEM AO PRESIDENTE NA REUNIÃO MINISTERIAL

voto em lista fechada, fidelidade partidária, fim da coligação proporcional, inelegibilidade e cláusula de barreira.

Os dois últimos itens prometem ruidosa polêmica e, além disso, o Planalto sabe que nada será votado antes das eleições de outubro. Lula entrará em campo para defender o projeto apenas quando houver consenso sobre os pontos que serão votados. "Não vamos estabelecer nenhuma queda-de-braço com o Legislativo", disse o ministro José Múcio.

O Supremo rejeitou, no último dia 6, pedido da Associação dos Magistrados Brasileiros para que candidatos envolvidos em

irregularidades fossem declarados inelegíveis, sob a alegação de que ninguém pode ser impedido de disputar enquanto o processo a que responde não tiver transitado em julgado. A lista dos fichas-suvas divulgada pela AMB incluía os principais candidatos em São Paulo, como Marta Suplicy (PT), em primeiro lugar nas pesquisas, o prefeito Gilberto Kassab (DEM), que concorre à reeleição, e o deputado Paulo Maluf (PP).

Na avaliação do governo, os casos devem ser examinados separadamente: há acusações graves que podem tornar candidatos inelegíveis antes da sentença definitiva, co-

mo o de crimes e tráfico de drogas, por exemplo. A proposta de reforma política preparada pelos ministérios da Justiça e de Relações Institucionais acata, porém, o princípio da fidelidade partidária estabelecido pelo STF, de que os mandatos dos parlamentares pertencem aos partidos.

Mesmo assim, o projeto concede anistia aos infiéis. Caso o texto receba sinal verde como está, os parlamentares serão liberados para trocar de legenda um mês antes das eleições depois de permanecerem em determinado partido por um período de três anos e quatro meses.

REFORMA POLÍTICA GOVERNO FINGE PRESSA E CONGRESSO NÃO TEM INTERESSE NO CASO

Não passa de brincadeirinha

Valdeci Rodrigues

As recentes movimentações de dois ministros para se aprovar uma reforma política esbarra no ceticismo de muitos deputados e senadores. Alguns acham que o assunto é exclusividade do Congresso Nacional. Há quem acredite que as modificações precisam ser encampadas pelo o Poder Executivo. No geral, existe a constatação de que os parlamentares não votarão alterações que possam prejudicá-los.

Os ministros da Justiça, Tarso Genro, e de Relações Institucionais, José Múcio Monteiro, defenderam urgência na aprovação da reforma política. Algo que eles esperam que aconteça em 2009. Múcio chegou a afirmar que a sociedade clama por essa reforma e que o País chegou ao limite, com dezenas de partidos, muitos deles transformados em legendas de aluguel.

David Fleischer, professor do Instituto de Ciências Políticas da Universidade de Brasília (UnB), afirma que o governo vai tentar "empurrar alguma coisa, o que for possível". Ele não acredita que seja feita uma reforma ampla, mas na aprovação de alguns



JOSÉ CRUZ/ABR

■ SIMON PÔE O DEDO NA FERIDA: NINGUÉM PRETENDE REFORMAR UM SISTEMA QUE FAVORECE OS POLÍTICOS

itens. O que aliás, os próprios ministros admitem quando falam em "fatiar a reforma".

■ Medo de mudança

O cientista político David Fleischer diz que a questão é simples: os parlamentares reclamam do atual sistema por que cerca de 50% não são reeleitos,

mas temem mudanças que possam dificultar ainda mais o retorno deles ao Congresso. Fleischer acredita que o mais difícil de aprovar será o financiamento público de campanhas eleitorais.

Para o senador Pedro Simon (PMDB-RS), a reforma política não sai porque o Congresso "não tem interesse". Ele diz que a

maioria dos parlamentares está gostando da situação atual. Simon também afirma que "os líderes não querem uma reforma séria". O senador diz ter uma certeza: "Se depender das cúpulas partidárias, a reforma não sai". Antes, acrescenta, "é preciso reformar as cabeças dessas lideranças do Congresso".

Jogando para torcida

O Congresso Nacional não quer aprovar a reforma política. Quem sentencia é o presidente do DEM, deputado Rodrigo Maia (RJ). "Uma reforma ampla eu gostaria, mas não há votos para isso", acrescenta.

Para o líder do DEM no Senado, José Agripino Maia (RN), "falta vontade política do governo". Ele exemplifica dizendo que "não interessa ao governo descontentar correligionários, votando cláusula de barreira e financiamento público de campanha".

O senador Renato Casagrande (PSB-ES) também acha que "falta vontade política". E que "todo mundo diz que é importante mas ninguém quer alterar as regras existentes". Casagrande lembra que "há seis anos" o Congresso está fragilizado.

A fragilidade, segundo Casagrande, é resultado de

problemas na Câmara ou Senado. Então, conclui o senador, o Judiciário toma o lugar do Legislativo estabelecendo normas eleitorais "e o Congresso não pode nem reclamar".

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) diz que se dependesse dele a reforma já estaria em vigor. Ele defende fidelidade partidária sem "janela" para permitir o troca-troca de partido, e financiamento público das campanhas eleitorais.

Já existe uma reforma paralisada na Câmara dos Deputados. Mas o governo pretende enviar até o final deste mês projetos que tratam da cláusula de barreira, lista fechada, financiamento público de campanha, inelegibilidade, fidelidade partidária e fim das ligações partidárias. É para pôr o assunto na pauta, segundo o ministros Tarso Genro e José Múcio. (VR)

FOLHA DE S. PAULO

18 OUT 2007

Vice retoma Constit

Presidente em exercício, José Alencar diz que governo estuda

Idéia, defendida por Lula em 2006, foi abandonada após críticas, mas este ano o Congresso Nacional do PT aprovou apoio à proposta

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA
DA REDAÇÃO

O presidente em exercício, José Alencar, disse ontem que entre as propostas em estudo pelo governo está a de convocar uma Assembleia Constituinte para deliberar sobre as reformas tributária e política.

Alencar discursava em um seminário para investidores, quando foi questionado sobre o sistema tributário, definido por ele como um "cipoal burocrático". Foi quando admitiu que o governo examina sugestões so-

bre convocação de uma assembleia constituinte exclusiva.

"Estamos também examinando determinadas sugestões de que, para que se faça reforma política e tributária em tempo hábil no Brasil, talvez seja necessária a convocação de uma assembleia constituinte exclusiva, que vai naturalmente trabalhar paralelamente aos trabalhos do Congresso Nacional", afirmou. "Daí a razão pela qual temos confiança absoluta de que estamos chegando ao fim do período de sistema tributário complicado."

A defesa de Alencar ecoa uma proposta que foi defendida pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2006. Durante a campanha presidencial, Lula debateu a idéia com representantes da OAB (Ordem dos Advogados

do Brasil). O então presidente da OAB, Roberto Busato, chegou a apoiar o projeto.

No dia 3 de agosto de 2006, Lula classificou de "genial"

Alan Marques/Folha Imagem



José Alencar no Senado, ontem

Reforma Política ituinte para reformas

uda convocar assembleia exclusiva para alterações tributária e política

residente
sato, che-
de 2006,
genial" a

Folha Imagem



o, ontem

proposta, que foi criticada pela oposição e especialistas. O resultado foi que o Conselho Federal da OAB rejeitou o tema.

No dia 8 de agosto, o Palácio do Planalto recuou publicamente e defendeu que a reforma fosse realizada pelos próprios deputados e senadores.

Este ano, no entanto, o projeto voltou a ser uma bandeira no 3º Congresso Nacional do PT, realizado no fim de agosto e começo de setembro. A proposta de convocação de uma Assembleia Constituinte para reforma política foi aprovada. "A reforma política não pode ser um debate restrito ao Congresso Nacional, que já demonstrou ser incapaz de aprovar medidas que prejudiquem os interesses estabelecidos de seus integrantes", diz o trecho da emenda.

Planalto dá 'roupa nova' a MPs revogadas

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

As cinco medidas provisórias que foram revogadas ou esvaziadas pelo Planalto nas últimas semanas tiveram o conteúdo retomado em projetos de lei que tramitam na Câmara mais lentamente, em versões menores e com propostas de alteração que podem resultar em desfalque nos cofres federais.

Para conseguir aprovar a prorrogação da CPMF na Câmara, o governo revogou

quatro MPs e esvaziou uma quinta. A saída foi tentar retomar a maioria das medidas por meio de projetos de lei, que não têm eficácia imediata como as MPs — eles só entram em vigor após a aprovação total pelo Congresso e a posterior sanção.

A nova roupagem das medidas mostra uma redução substancial em temas de interesse do ministro da Justiça, Tarso Genro. A Medida Provisória que cria o Pronas-ci (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania) perdeu na Câmara dos Deputados três bolsas que seriam destinadas, segundo o governo, à promoção da segurança pública.

REAÇÃO ■ Congresso ficou para trás na discussão

Reforma política que nasce no Judiciário

ROOSEWELT PINHEIRO/ABR

■ BRASÍLIA. O Supremo Tribunal Federal (STF) antecipou-se aos partidos e assumiu o papel de vanguarda da reforma política. A avaliação é de Valter Costa Porto, professor de Direito e ex-ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

– O julgamento mostra que o Supremo Tribunal Federal está à frente da reforma política. O Congresso demora. Talvez isso seja explicado porque são questões tão polêmicas que não encontram o consenso no Congresso para uma decisão – afirmou o professor, referindo-se ao entendimento do Supremo de que o mandato pertence ao partido, e não ao político.

Costa Porto está convicto de que a decisão vai afetar as eleições municipais do próximo ano.

– A partir dessa decisão, deve haver muitos pedidos em relação a deputados estaduais, a vereadores – previu.

A decisão, explica o jurista, pode demorar, e um exemplo concreto é o caso dos processos envolvendo deputados federais, cujo trâmite começa no Tribunal Regional Eleitoral (TRE), cabendo recurso no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e, finalmente, no Supremo.

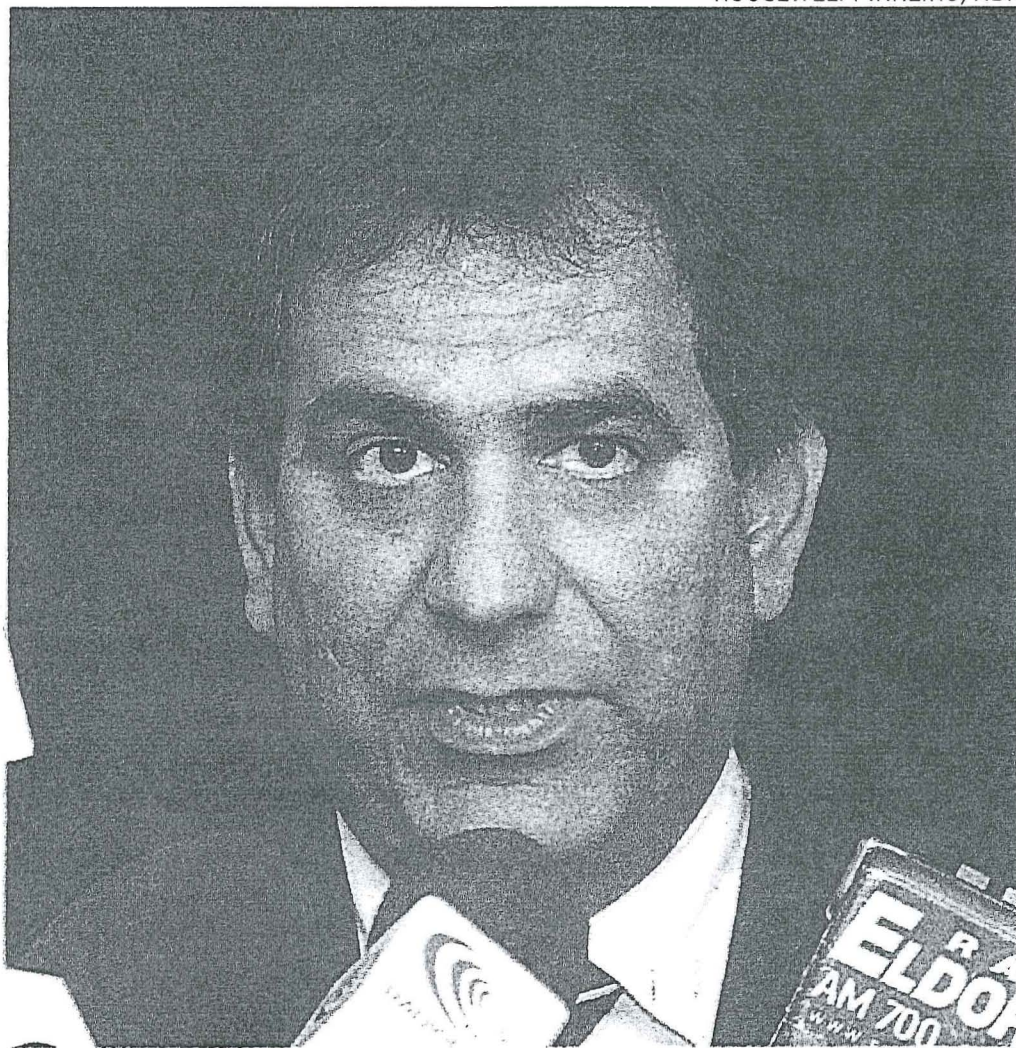
No julgamento de quinta-feira, os ministros do Supremo definiram que caberá ao TSE regulamentar a decisão sobre os parlamentares que mudaram de partido depois do dia 27 de março. Essa foi a data em que o próprio Tribunal Superior Eleitoral se posicionou a favor da fidelidade partidária.

De acordo com Costa Porto, o Supremo deixou uma porta aberta para que os políticos com mandatos ameaçados possam se defender da cassação.

– Já podemos adiantar que há dois motivos que levariam a que se aceitasse a troca de partido: perseguição imotivada e mudança pelo partido de seus ideais programáticos.

O cientista político Leonardo Barreto, da Universidade de Brasília (UnB), destaca a mudança no jogo de forças dentro dos partidos políticos a partir do entendimento do Supremo.

– Agora que os parlamentares



Para Britto, os ministros do Supremo cumpriram com o dever

não têm mais essa opção de sair do partido sem punição, quando entrarem em discordância é natural que busquem uma discussão dentro da legenda, se reposicionem – diz.

Para o especialista, as estruturas partidárias tendem a se modernizar e se democratizar “porque os parlamentares vão buscar construir suas carreiras dentro das legendas”.

Especialista e ex-ministro do TSE diz que há uma porta aberta para a defesa dos infieis

O cientista político lembra que qualquer decisão cabe agora ao TSE, mas considera que a simples ameaça deve conter as trocas de partido.

– Eles (os parlamentares) sabem o quanto é difícil obter o mandato, o quanto é caro – comenta.

Segundo Leonardo Barreto, o TSE tem se posicionado a favor dos partidos políticos em suas

decisões mais recentes.

– Se olharmos para a tradição do TSE nesses últimos anos, vamos perceber que grande parte das decisões sempre foram pró-partido.

Além disso, observa o professor, o tribunal “tem sido rápido em suas decisões”.

O presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Cezar Britto, afirmou que a decisão tomada pelo Supremo Tribunal Federal estabelecendo a fidelidade partidária “é o primeiro ato concreto da reforma política”.

– Sem fidelidade partidária, a política perverte-se, perde moral e confiabilidade e torna-se terreno propício à ação de corruptos e aventureiros. Com isso, perde também eficácia e põe em risco a estabilidade do Estado democrático de direito – disse Britto.

O STF, segundo o dirigente da OAB, cumpriu o seu dever, colocando-se acima de pressões e interesses obscuros.

– O país espera, agora, que os políticos façam o mesmo. E com urgência – apelou.

■ Leia e opine no **JB Online**.
www.jb.com.br/24horas

Reforma política

JORNAL DE BRASÍLIA 04 OUT 2007

Reforma sepultada

Mauro Benevides

Objeto de constantes debates no Congresso, a Reforma Política restou sepultada para as eleições de 2008, apesar dos esforços despendidos por líderes de expressão inquestionável. Reivindicaram posicionamento urgente, de senadores e deputados, infensos a uma temática de interesse para candidatos e partidos registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Arlindo Chinaglia esforçou-se para inserir a matéria na Ordem do Dia, o que não ocorreu em várias sessões, por falta do almejado consenso, capaz de viabilizar as inovações básicas sugeridas pela Comissão Especial, cuja relatoria coube ao deputado Ronaldo Caiado. Apenas um simplório projeto definindo algumas regras inerentes à fidelidade partidária prosperou, mas depende de deliberação da Casa Revisora, imersa em problemas de maior gravidade, o último dos quais, decorrente da rejeição de medida provisória, que criava a Secretaria de Longo Prazo, confiada ao professor Mangabeira Unger.

O financiamento público de campanha para reduzir a influência do poder econômico não obteve guarida, a partir do instante em que se procurou restringi-lo apenas aos aspirantes a cargos majoritários, de presidente da República, governador de Estado e prefeito municipal. Os mandatários proporcionais sentiram-se discriminados, sem a perspectiva de auferirem parcelas do erário,

atribuídas aos postulantes a cargos majoritários, mas inadmitidas em todos os níveis hierárquicos da estrutura dos Legislativos.

As regras, portanto, permanecerão irretocáveis, numa subestimação aos empenhos de próceres qualificados e desejosos de introduzir alterações moralizadoras na sistemática eleitoral e partidária. Em razão disso, pesquisa de opinião recente apontou o Legislativo com índices irrisórios, reveladores de um preocupante desprestígio, pelo descrédito que aferiu o desempenho dos deputados e senadores. O reposicionamento dos congressistas passou a ser imposto por essa realidade madrastra, que não comporta adiamento, sob pena de abalar o arcabouço legal, esfera cuja idoneidade cabe ser preservada criteriosamente.

Esta omissão deve ter influenciado o percentual humilhante em que se situou a classe política, na recente pesquisa, divulgada amplamente, de que o Congresso se coloca em derredor de 14% (Senado) e 12% (Câmara).

Diante da hierarquização registrada, é imperiosa a adoção de nova postura correcional, a fim de que não se repisem esses dados alarmantes, em condições de minar as bases de nossa estrutura democrática.

Mesmo o Senado, a braços com sua turbulência interna, ainda se acha melhor posicionado do que a outra Casa, da qual foram denunciados inúmeros ex-parlamentares, sob o pretexto de atuarem como mensaleiros, na legislatura anterior, com nítidos reflexos nessa fase de trabalho.

O presidente Arlindo Chinaglia tenta, empenhadamente, projetar uma outra fisionomia, de labuta incessante, prolongando discussões até a madrugada, como acontecem no caso da PEC de prorrogação da CPMF.

Ao lado disso, busca cortar despesas internas, embora de menor monta, com diárias extraordinárias de servidores, como anunciou ao término do primeiro período da atual sessão legislativa.

A constatação dos números divulgados gerou uma situação extremamente incômoda, que exige uma recomposição do Parlamento, para que não se desfigure um Poder que compõe, basilarmente, o alicerce da formatação democrática, implantado com muito sacrifício e luta da sociedade civil organizada.

Alguma coisa positiva deverá ser empreendida, numa tentativa de reconquistar-se a aura de respeitabilidade que, habitualmente, emoldura, numa redoma antes primorosa, a feição institucional do órgão.

Permanecer no nível ora apurado é alguma faceta que trará preocupação a quantos se debruçam diante da tendência popular, direcionada, no presente instante, para encargos relevantes, confiados aos nossos licurgos.

Com o intuito de recuperar o patamar do passado, torna-se indispensável um empenho articulado, a fim de que prevaleça sempre o interesse da sociedade, em detrimento de reivindicações personalistas.

■ Mauro Benevides é jornalista e deputado federal pelo (PMDB-CE)

P. 13

Economia e social vão bem, já a política...

RENATO CASAGRANDE

Senador (ES), líder do PSDB no Senado

O Brasil vive excepcional momento do ponto de vista do desenvolvimento econômico e social, com reflexo positivo na distribuição da renda e no poder de compra dos trabalhadores. A constatação se faz a partir dos últimos levantamentos da Pesquisa Nacional de Amostragem de Domicílios (Pnad), do IBGE, relativos a 2006, recentemente divulgados.

Em relação a 2005, houve, no ano passado, melhora significativa na renda média do trabalhador da ordem de 7,2%; no salário mínimo, 13%; a população ocupada subiu de 33,1% para 33,8%; aumentou o número de empregados com carteira assinada. Agora, para cada cinco trabalhadores, três estão cadastrados no INSS.

O Brasil está menos desigual. Melhorou a arrecadação da Previdência, aumentou o número de trabalhadores sindicalizados, cresceu a renda dos 50% mais pobres, do número de domicílios com água potável, esgoto e coleta de lixo, e da quantidade de residências com telefone e computador.

Em que pese o insuficiente investimento em educação, 96,7% das crianças entre 7 e 14 anos freqüentavam escolas em 2006. Na média nacional caiu o analfabetismo, mas quase 10% dos brasileiros ainda não sabem ler e escrever, percentual que sobe para 20% na Região Nordeste.

Outro dado auspicioso veio da parte da Fundação Getúlio Vargas. Indica que os reajustes do salário mínimo e do programa Bolsa Família ajudaram a derrubar, pela primeira vez em 15 anos, os indicadores de miséria no Brasil a um patamar, em 2006, de 19,31%, contra 22,7% do ano anterior. Mais de 6 milhões de pessoas saíram da miséria. A dívida pública recua, o PIB cresce acima de 5% e a inflação continua domada.

Os números são animadores, sem, no entanto, deixarem de representar longo caminho para que o Estado possa oferecer ao povo padrão de desenvolvimento que garanta plena cidadania. E mais: com estabilidade econômica, aumento do consumo e linha de crédito, os setores produtivos podem fazer sua parte expandindo os negócios, investindo em máquinas, equipamentos, novas tecnologias e geração de emprego.

Sob o efeito dos bons resultados da economia, o governo resgata aos poucos dívida social que remonta ao modelo de Estado que nos legou nossos colonizadores e que foi sobeja-

Sob o efeito dos bons resultados da economia, o governo resgata aos poucos dívida social que remonta ao modelo de Estado que nos legou nossos colonizadores e que foi sobejamente adotado pelas nossas elites. Vivemos num Estado que ainda sustenta aparelhamento político que — nas palavras tão atuais de Sérgio Buarque de Holanda — “se empenha em desarmar todas as expressões menos harmônicas de nossa sociedade, em negar toda a espontaneidade nacional”.

O Brasil muda para se inserir numa nova ordem mundial. Nessa direção, o passo que ainda não foi dado seria o de reorientar a relação dos políticos — e das instituições que fazem a política — com a sociedade. Escândalos, corrupção, fisiologismo, toma-lá-dá-cá, balcão de negócios, quebra de decoro são práticas recorrentes na vida política brasileira.

Personificando a política brasileira, o parlamento trilha o caminho da involução como instituição democrática. Precisamos chamar a sociedade à responsabilidade para construirmos nova ordem política. O distanciamento do cidadão atesta a perda da representatividade que nos assegura o mandato.

Nos médio e longo prazos, enfrentaremos questões cruciais para o nosso desenvolvimento. Cito alguns: o aquecimento global exigirá desenvolvimento sustentado e responsabilidade com o meio ambiente; a reforma tributária virá para desonerar a cadeia produtiva e reduzir a carga tributária; o pacto federativo objetivará o fortalecimento dos municípios. São ações que, necessariamente, passarão pelo crivo do Congresso Nacional, mas que correm o risco de ser contaminadas pelos procedimentos casuísticos que orientam a relação entre Legislativo e Executivo.

A reforma política representaria duro golpe na cultura do loteamento de cargos, do apadrinhamento, do fisiologismo, da chantagem, que insistem em pautar as relações entre os poderes. Seria a oportunidade de resgatarmos a imagem do nosso parlamento, desacreditado por mais de 80% da sociedade, sobretudo pelos efeitos dos últimos acontecimentos.

O financiamento público de campanha, o fim da reeleição em todos os níveis e a fidelidade partidária seriam, ao lado da extinção das sessões e das votações secretas, avanços importantes para melhorar as relações do Poder Legislativo com o cidadão.

A democracia direta é outra boa alternativa. Referendo, plebiscito, iniciativa popular são medidas, legitimamente constituídas, que deveriam ser mais utilizadas no Brasil. O exercício dessas instituições daria aos cidadãos o poder de interferir nas ações do Estado.

Se pudesse dissociar, diria que a economia e o social estão fazendo a sua parte, mas a política, não. O fato é que os agentes públicos que cuidam da economia e do social fazem parecer que eles andam distantes dos agentes públicos que promovem a política, o que é uma inverdade. Talvez o maior erro dos parlamentares seja o de admitir essa dissociação, legitimando o maniqueísmo que coloca, do lado do bem, os políticos do social e, do lado do mal, os outros.

Não à constituinte exclusiva

MICHEL TEMER

CONSTITUINTE significa rompimento da ordem jurídica. Romper a ordem jurídica significa desestabilizar as relações sociais.

Afinal, o direito existe para fixar as regras do jogo, tornando seguras as relações das mais variadas ordens: trabalhistas, comerciais, tributárias, cíveis, eleitorais. Quanto menos se modifica a estrutura normativa, maior estabilidade ganhará o país. Quanto mais estável a ordem jurídica, maior a segurança social. Uma constituinte torna instável a segurança jurídica porque ninguém saberá qual será seu produto.

Lamentavelmente, cultivamos a mania de legislar a todo instante e quase sempre de maneira provisória. Costuma-se entender que Poder Legislativo produtivo é aquele que fabrica grande quantidade de leis, como se fora um sistema fabril.

Por outro lado, uma constituinte só pode ser convocada para abrigar situações excepcionais. Somente a excepcionalidade político-constitucional a autoriza. Foi assim com a Constituinte de 87/88. Saímos de um sistema autoritário para um democrático, e a nova norma jurídica deveria retratar, como o fez, a nova moldura.

Sob essa configuração, é inaceitável a instalação de uma constituinte exclusiva para propor a reforma política. Não vivemos um clima de exceção e não podemos banalizar a idéia da constituinte, seja exclusiva ou não.

Seu pressuposto ancora-se em certo elitismo, porquanto somente pessoas supostamente mais preparadas e com maior vocação pública poderiam dela participar. O que, na verdade, constitui a negação do sistema representativo. Numa sociedade multifacetada como a nossa, multiforme há de ser a representação popular.

Quanto menos se modifica a estrutura normativa, maior estabilidade ganhará o país. Uma constituinte torna instável a segurança jurídica

Com todos os defeitos, o Congresso representa as várias classes sociais e os mais diversos segmentos produtivos do país. Para realizar a reforma política, não é preciso invocar uma representação exclusiva. Basta mexer com os brios dos atuais representantes, que se animarão a realizá-la.

Aliás, para fazer justiça ao atual corpo parlamentar, os debates sobre a reforma política se processam intensamente. Trata-se de uma das matérias mais discutidas dentre as que têm sido objeto das campanhas eleitorais.

Com erros e acertos, o fato é que ela prossegue. E certamente continuará a figurar na ordem do dia. Isso não quer significar que sejamos contra consultas populares, até porque, nos termos da Constituição atual, "o poder emana do povo, que o exerce diretamente" (grifo para "diretamente").

O que pode ser realizado, para exemplificar, é uma autorização popular, plebiscitária, para permitir a revisão do pacto federativo e de outras matérias que são imodificáveis no texto constitucional (as chamadas cláusulas pétreas). E, desde que, faço o alerta, não se pense em modificar os direitos e as garantias individuais e os direitos sociais.

Tudo indica que esse é o melhor caminho, até porque, convenhamos, há questões complexas a serem equacionadas: como realizar uma constituinte

te exclusiva? Os atuais parlamentares poderiam dela participar? Se participassem, teriam dois mandatos, um constituinte e um ordinário? Quem participa da constituinte exclusiva pode ver cerceado seu direito de cidadania para participar de uma legislatura ordinária? Não seria uma restrição à cidadania? Como funcionariam a constituinte exclusiva e a legislatura ordinária? Haveria concomitância de atividades?

Durante a Assembléia Constituinte de 87/88, lembro, só funcionou a atividade constituinte.

Em suma, uma constituinte exclusiva para a reforma política significa a desmoralização absoluta da atual representação. É a prova da incapacidade de realizarmos a atualização do sistema político-partidário e eleitoral.

Minha crença é a de que chegaremos a bom termo. Bem ou mal, a Câmara já tratou a questão da fidelidade partidária. E o Senado Federal já aprovou regra referente às coligações partidárias. Na pauta, persistem proposições sobre financiamento de campanha e o sistema de voto para eleição dos representantes. Nas últimas eleições, já se proibira certo tipo de propaganda dos candidatos.

Ou seja, muito já foi feito. É claro que resta incluir temas importantes, como o da suplência de senadores. Tudo isso, porém, continuará a ser debatido. Não há intenção de extinguir o debate na atual legislatura ordinária.

MICHEL TEMER, 66, advogado e professor de direito constitucional da PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), é deputado federal (PMDB-SP) e presidente nacional do partido. Foi presidente da Câmara dos Deputados e secretário da Segurança Pública (governos Montoro e Fleury) e de Governo (gestão Fleury) do Estado de São Paulo.

REFORMA POLÍTICA

CCJ pode votar hoje o voto distrital misto para grandes municípios

REDAÇÃO
SÃO PAULO

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara deve votar entre hoje e amanhã o projeto de lei que implanta o voto distrital misto nos municípios com mais de 200 mil eleitores, de autoria do deputado federal Silvio Torres (PSDB-SP). A proposta tem sido defendida não só pela bancada tucana no Congresso, mas como também em todas as instâncias da cúpula da legenda.

Na semana passada foi a vez do governador de São Paulo, o tucano José Serra, defender a implantação do sistema. Durante o encontro nacional dos tucanos, realizado em Curitiba, Paraná, o governador paulista argumentou que o voto distrital misto aumentaria a relação entre o cidadão e os vereadores. O governador destacou que essa modalidade reduziria em até dez vezes o custo de uma campanha na cidade de São Paulo, onde 55 vereadores irão disputar o voto de quase 10 milhões de paulistanos. Quando era senador, Serra apresentou projeto semelhante a de Silvio Torres, mas que acabou arquivado.

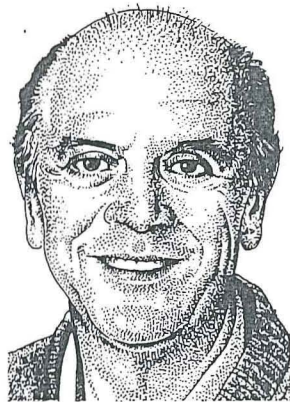
A matéria está na CCJ para ser votada desde o começo deste mês. Se aprovado, o projeto pode ser tomado como o marco inicial para a reforma política brasileira, pelo menos sob o ponto de vista da cúpula tucana.

COMPLEXIDADE

Complexo, o projeto do parlamentar tucano estabelece que cada eleitor terá dois votos, que serão apurados separadamente. O primeiro para a escolha de um dos candidatos registrados no distrito. O segundo seria destinado a uma das listas partidárias registradas no município. Ou seja, parte dos vereadores será escolhida no sistema distrital, sendo eleito o candidato mais votado em cada distrito. O restante dos representantes será eleito no sistema proporcional — o número de vagas disponíveis é dividido entre os partidos conforme a proporção de votos que obtiveram no total.

Para Silvio Torres, o novo modelo poderia ser testado nas eleições municipais de 2008. “Esse seria o primeiro passo para se tentar mudanças por etapas no atual sistema eleitoral brasileiro. Comprovadas as vantagens, estenderia o novo modelo de votação às demais casas legislativas do País”, argumenta o deputado.

Na semana passada, no momento em que o tema iria ser votado, incluindo o parecer favorável apresentado pelo deputado Bruno Araújo (PSDB-PE), vários parlamentares pediram vista do processo para um melhor estudo, o que adiou a votação da matéria para a próxima semana.



José Serra

POLÍTICA

REGRAS ELEITORAIS

Na última campanha, presidente Lula afirmou que reforma política teria tratamento especial no segundo mandato, mas promessa não foi cumprida

Prioridade esquecida

SANDRO LIMA

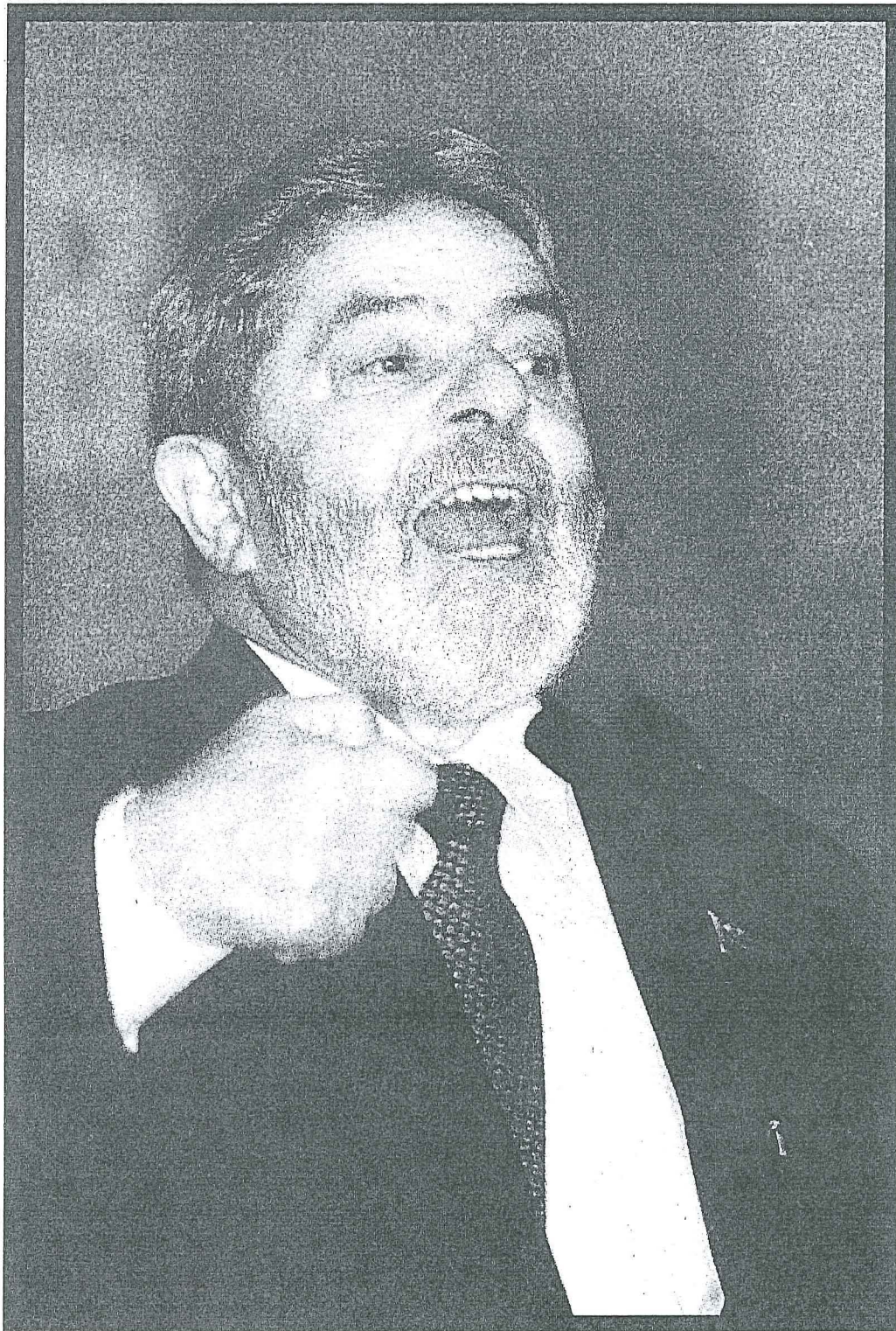
DA EQUIPE DO CORREIO

Em seu primeiro pronunciamento após a vitória no segundo turno das eleições de 2006, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que a reforma política seria uma das prioridades do segundo mandato. No discurso de posse, no Congresso, voltou a ressaltar a importância do assunto para o seu governo. "A reforma política deve ser prioritária no Brasil", assegurou. O que ocorreu, porém, foi totalmente distinto da promessa do presidente. O Palácio do Planalto não se engajou na reforma e o resultado foi pífio.

Até agora, a Câmara aprovou somente a fidelidade partidária, que na prática não funciona, pois prevê uma janela de 30 dias um ano antes das eleições para os parlamentares trocarem de partido conforme sua conveniência eleitoral. Sem a influência e a força do governo no Congresso para a realização de uma reforma ambiciosa, os partidos governistas se dividiram, e os da oposição também. O resultado disso é que propostas que modificavam a estrutura eleitoral, como o voto em lista fechada ou o voto distrital, ficaram em segundo plano e foram rejeitadas.

Além da fidelidade partidária, a Câmara decidirá nos próximos dias se estabelece o financiamento público exclusivo nas campanhas para cargos majoritários — senador, prefeito, go-

Paulo H. Carvalho/CB - 25/7/07



ANTES DE SE REELEGER, LULA PROMETEU ENGAJAR-SE NA REFORMA POLÍTICA

abateu sobre o país é a crise do sistema político em sua inteireza.

...a, a Câmara decidirá nos próximos dias se estabelece o financiamento público exclusivo nas eleições e presidente da República — e se limita o financiamento privado de campanhas a cargos proporcionais — vereador, deputados distrital, estadual e federal — tomando como base o gasto médio por cargo realizado nas eleições de 2006.

Compromisso

Em um dos debates da última campanha eleitoral, Lula deu tamanha importância à reforma política que chegou a propor sua realização no âmbito de um Congresso constituinte. “Precisamos discutir a reforma política assim que terminar a eleição e se houver a possibilidade da sociedade reivindicar uma constituinte, com parlamentares eleitos exclusivamente para isso, pode ficar certo que encaminharei ao Congresso”, disse.

Ainda na campanha eleitoral, Lula foi muito cobrado pelos escândalos de corrupção e financiamento ilegal de campanhas, prática conhecida como caixa 2, principalmente pelas denúncias envolvendo o PT. Como resposta, o presidente assegurava que a solução estava na mudança do sistema eleitoral. Em discurso no dia 24 de agosto de 2006, durante reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e

ANTES DE SE REELEGER, LULA PROMETEU ENGAJAR-SE NA REFORMA POLÍTICA

A CRISE ÉTICA QUE SE ABATEU SOBRE O PAÍS É A CRISE DO SISTEMA POLÍTICO. É FUNDAMENTAL UMA REFORMA POLÍTICA QUE SUPERE AS CONDUZAS INADEQUADAS



*Luiz Inácio Lula da Silva,
presidente da República,
em 24 de agosto de 2006*

Social (CDES), Lula afirmou que a crise ética foi resultado da crise do sistema político.

“Nós temos um projeto de nação que tem por base o desenvolvimento com inclusão social, o aprofundamento e melhoria das práticas democráticas e a inserção soberana do Brasil no mundo. Por isso, além das amplas reformas econômicas e sociais que estamos promovendo, temos um compromisso profundo com a reforma política. Não me canso de repetir, a crise ética que se

e não apenas de algumas pessoas ou de alguns partidos. Por isso, é fundamental uma reforma política bem desenhada, que supere o atraso e as condutas inadequadas nesse campo”, afirmou.

Segundo o cientista político Gaudêncio Torquato, da Universidade de São Paulo (USP), “mais uma vez Lula prometeu e não entregou”. Para ele, o projeto aprovado pela Câmara “foi um arremedo de reforma. Foi vendida como prioridade do governo, mas nada aconteceu. O que está sendo feito é mais um compadrio, uma manobra corporativa”, avaliou Torquato.

Para o professor Paulo Calmon, do Departamento de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB), “mesmo que o presidente Lula quisesse, seria difícil o governo mobilizar o Congresso a votar uma ampla reforma política”. Segundo Calmon, o tema é muito controverso e não depende só do Executivo. “Todo mundo diz que a reforma política é importante, mas não há consenso. É muito difícil que o Congresso aprove mudanças profundas no sistema político. A solução poderia estar fora do Congresso, com a convocação de um plebiscito sobre o tema”, avaliou o professor.

CDES reclamou da omissão

A ausência do Palácio do Planalto nos debates da reforma política não passou despercebida. Em 17 de julho deste ano, integrantes do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) cobraram uma atitude do presidente Lula a respeito da falta de empenho do governo em patrocinar a realização de uma ampla reforma política. Os conselheiros pediram ao presidente Lula uma ação mais incisiva no processo de elaboração da reforma política.

De acordo com o parecer do grupo de trabalho que cuidou

desse tema, a reforma política é um assunto que deve ser tratado pelo conjunto da sociedade, o que inclui o Poder Executivo. “O momento pede uma ação incisiva do presidente da República. A reforma política interessa a toda a sociedade e, principalmente, ao Executivo”, afirmou dom Demétrio Valentim, ex-presidente da Caritas, membro da Pastoral da Terra e integrante do conselho.

“Cabe também ao governo, e ao presidente da República em particular, a iniciativa”, diz o documento. “O processo de reforma política precisa de novo

impulso daqui para a frente, com incisiva participação de Vossa Excelência”, afirmou, em nome do grupo, dom Demétrio dirigindo-se a Lula. Em resposta, Lula falou que, na condição de presidente, tem certas restrições ao falar da reforma política. “Mas acho que ela é imprescindível para que a gente possa arrumar este país. É preciso acabar com a hipocrisia. Se queremos moralizar, precisamos ter coragem de discutir o financiamento público. É mais barato, mais fácil de controlar e o cidadão eleito não fica devendo favor a ninguém.” (SL)



Carlos Moura/CB - 3/4/07

2 POLÍTICA

CORREIO BRAZILIEIRO

BRASÍLIA, SÁBADO, 11 DE AGOSTO DE 2007
Editor: Alon Feuerwerker
Subeditores: André Garcia, Carlos Alberto
José Carlos Vieira e Leonardo Cavalca
e-mail: politica@correioweb.com
Tels.: 3214-1104/ 1186/ 12
fax: 3214-1111

66

ESTAMOS PROCURANDO, DE TODAS AS MANEIRAS,
TENTAR DESTRAVAR ESSA REFORMA

99

Deputado Henrique Fontana (PT-RS), vice-líder do governo

REGRAS ELEITORAIS

Partidos da base aliada fazem acordo para aprovar punição branda a quem trocar de legenda. Negociação envolve também votação sobre limite dos gastos em campanha e financiamento público opcional

Reforma política remendada

SOLANO NASCIMENTO
E DANIEL PEREIRA

DA EQUIPE DO CORREIO

Um acordo entre as legendas que apóiam o governo no Congresso poderá ressuscitar alguns dos princípios da reforma política, cuja votação fracassou mais uma vez nesta semana. O acerto prevê a inclusão na pauta da Câmara dos Deputados da próxima terça-feira de mudanças que criam punição branda para quem trocar de partido, definem o financiamento público opcional em eleições e estabelecem um limite para gastos em campanhas.

O acerto é, na prática, a concretização de uma negociação que foi tentada sem sucesso ainda na quarta-feira, durante a sessão que votaria a reforma política. A sessão foi encerrada depois que partidos governistas não conseguiram um acordo que envolvia a discussão da fidelidade partidária — do interesse de siglas médias — e o financiamento público de campanhas, bandeira do PT.

No dia seguinte, representantes das legendas se reuniram e articularam a nova proposta. Pelo acordo, será colocado em votação um projeto de lei do deputado Luciano Castro (RR), líder do PR. O projeto prevê que parlamentares, presidente, governadores, prefeitos, seus vices não poderão mudar de partido nos quatro anos posteriores à diplomação. Caso façam isso, serão inelegíveis nas eleições seguintes. A regra só deve valer a partir de 2008, e ficou acertado que o deputado Mendes Ribeiro Filho (PMDB-RS) fará um substitutivo para o projeto e irá apresentá-lo em plenário. Pelo acordo, esse substitutivo vai autorizar troca de partidos, sem inelegibilidade, nos 30 dias que antecedem as convenções das legendas para as eleições seguintes. "A questão da fidelidade partidária é tranqüila, mas

vou me reunir com líderes para discutir outros pontos", afirma o futuro relator.

A pressa de siglas médias de aprovar uma lei que trate da fidelidade partidária está ligada ao fato de o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ter decidido que os mandatos pertencem aos partidos, e não aos parlamentares. Assim, um deputado que trocar de legenda precisaria ser substituído. Se a regra for seguida, o PR, por exemplo, perde 17 deputados que atraiu só este ano. A decisão ainda depende de uma

manifestação do Supremo Tribunal Federal (STF). A aprovação de uma lei agora sobre a fidelidade não vai interferir de forma direta no julgamento do STF, cuja base deve ser a Constituição. No entanto, alguns deputados esperam que a aprovação de uma nova lei possa influenciar de forma indireta o STF, reforçando a tese de que os parlamentares não devem perder seus mandatos.

Na outra ponta do acordo, partidos da base do

governo que até agora tentavam impedir a votação da reforma política aceitam colocar alguns itens dela na pauta. "Estamos procurando, de todas as maneiras, tentar destravar essa reforma", diz Henrique Fontana (PT-RS), um dos vice-líderes do governo na Câmara. A proposta de financiamento público exclusivo para as eleições majoritárias, que está na última versão da reforma política, foi abandonada. A ideia agora é permitir que os partidos decidam, em nível nacional, se querem o financiamento público ou as doações privadas. É um sistema semelhante ao dos Estados Unidos e que vinha sendo defendido há tempo por Miro Teixeira (RJ), líder do PDT. "O partido, quando diz se prefere este sistema ou aquele, já está levando ao público a sua mensagem", diz o deputado.

Novidade

Também faz parte do acordo a colocação em votação de um teto máximo para campanhas, que leve em conta os gastos das últimas eleições. Para deputados, deverá ser usada como limite a média dos gastos dos eleitos em cada estado, exatamente como estava previsto na última versão da reforma. A novidade é que o teto vale também para as eleições majoritárias. Nesse caso, o limite passa a ser a média dos candidatos mais votados, não só dos eleitos.

A chance maior é de colocação em votação, primeiro, do tema da fidelidade. Luciano Castro diz que os partidos que defendem a reforma política não precisam temer o risco de, aprovada a questão da troca de legenda, seus correligionários interromperem a votação. "Temos o compromisso de votar o resto", garante o líder do PR. De qualquer forma, as maiores mudanças no sistema eleitoral só deverão ser definidas depois de um plebiscito, cuja convocação também faz parte do acordo da base do governo.



Carlos Moura/CB - 3/4/07

LUCIANO CASTRO: PROJETO DO LÍDER DO PR PREVIA RIGOR
PARA QUEM MUDASSE DE PARTIDO A PARTIR DE 2008

PRINCIPAIS PONTOS

Partidos da base do governo acertaram colocar em votação itens que envolvem troca de legenda e gastos em campanhas

FIDELIDADE PARTIDÁRIA

Chefes das três esferas do Executivo e parlamentares eleitos só poderão mudar de partido às vésperas das convenções para as eleições seguintes. Quem fizer isso antes o prazo fica inelegível. A regra só entrará em vigor no próximo ano

FINANCIAMENTO PÚBLICO OPCIONAL

Cada partido vai escolher, antes das eleições, se quer usar o financiamento público, com recurso do Orçamento da União, ou manter o sistema de doações privadas para bancar suas campanhas. Isso vale tanto para as eleições majoritárias — de presidente, governador, senador e prefeito —, quanto proporcionais

TETO DAS CAMPANHAS

Os gastos de candidatos, independentemente de serem financiamento público ou privado, serão limitados pela média das despesas das últimas eleições. No caso de deputados, por exemplo, a média de gastos dos eleitos em cada estado. No caso de prefeitos, vale a média de gastos dos quatro mais votados na última eleição

PLEBISCITO SOBRE SISTEMA ELEITORAL

Haverá um plebiscito em 2008 ou 2009 para a população dizer se quer ou não mudar o sistema eleitoral no país

Miniconstituente, o caminho para a reforma política

LUIZ SÉRGIO

Líder do PT na Câmara, é deputado federal pelo Rio de Janeiro

A derrota de uma proposta de reforma política no plenário da Câmara dos Deputados não elimina a necessidade de manter a luta por sua realização. No Congresso Nacional, falta consenso, pois o assunto desperta fortes reações individuais, que se sobrepõem ao coletivo e ignoram a importância da reforma. Cabe aos partidos favoráveis às mudanças retomar o debate interno e articular campanha que vise ganhar a maioria da sociedade para essa posição. O avanço da consciência da necessidade da reforma política requer, das forças que a apóiam, esforço para recolocá-la na pauta da sociedade e do Congresso.

O esforço, no limite, pode desembocar na convocação de uma miniconstituente exclusiva para fazer as mudanças necessárias, incluindo temas como o financiamento público exclusivo das campanhas para barateá-las e coibir o abuso do poder econômico; a introdução do voto em lista para emprestar racionalidade ao debate político; a proibição de coligações proporcionais para aferir, com clareza, as verdadeiras tendências políticas do eleitorado e a força de cada partido; e, finalmente, a introdução da fidelidade partidária para coibir a migração desenfreada de parlamentares entre legendas.

A miniconstituente exclusiva é meio eficaz de pavimentar as reformas acima dos interesses individuais e momentâneos dos mandatos. Essa via garante, em vez de um arremedo de reforma, mudanças reais, atualizando nossos sistemas político e eleitoral. Há quem considere que o fracasso da reforma política deveu-se à falta de articulação dos partidos e forças políticas que a apóiam. Mas o fato de que a introdução do voto em lista, principal ponto da reforma, tenha obtidos 180 votos, mostra que cresce a consciência de sua necessidade. As forças da inércia só venceram porque as forças da transformação não se articularam suficientemente.

No momento, é ocioso debater as responsabilidades de cada um na derrota da reforma. Serve apenas para alimentar ressentimentos e divulgar visões às vezes distorcidas de cada fração envolvida no processo. O PT poderia até ter feito mais, mobilizando sua base em articulação com outros setores da sociedade para pressionar pela reforma. Mas o partido votou unido no mérito da reforma.

No curso dos debates, transpareceu que as forças que querem manter o financiamento privado das campanhas, consagrando assim o abuso do poder econômico, se refugiaram atrás da demonização do voto em lista para melhor manter seus privilégios e um ralo importante para a corrupção. O sistema político atual apodreceu e continuará se deteriorando, pois a principal causa da patologia é o financiamento privado. A força crescente do poder do capital nas campanhas eleitorais solapa as instituições.

Reduzir a reforma a algumas medidas maquiadoras e túbias frustra a cidadania. Se a proposta original era uma Mercedes, o que restou foi apenas mera bicicleta velha, com pneus furados. E dificilmente o que sobrou da matéria será votado a tempo de valer para as eleições do ano que vem. Teremos, portanto, praticamente as mesmas regras para o pleito municipal de 2008, com a repetição dos vícios presenciados nos últimos anos.

É preciso perceber que corrupção e impunidade têm estreita ligação com o sistema político-eleitoral forjado com a Constituição de 1988 e que, depois de quase 20 anos, demanda atualização. Precisamos substituir o modelo decrépito por outro eficaz e democrático. Infelizmente, interesses de ocasião têm prejudicado o processo. Como tentativas de colocar temas passadistas

como parlamentarismo e voto distrital, que se constituem puro diversionismo e servem para disfarçar a vontade de obstruir qualquer tentativa de atualizar nosso sistema político.

O Brasil tem condições de levar a tarefa à frente. O sistema político brasileiro é portador de grandes virtudes, como a votação e a apuração eletrônicas. Entretanto, padece ainda de moléstias múltiplas, como o individualismo exacerbado dos candidatos, usufruto pessoal dos mandatos e a pior de todas, a dependência química de financiamento privado. Os resultados dos defeitos desse sistema eleitoral são conhecidos: Legislativo desmoralizado e difícil governabilidade para qualquer Executivo. Precisamos de reformas estruturais. Se algumas mudanças não são a panacéia para as patologias, seriam pelo menos grande passo.



REFORMA POLÍTICA

Levantamento do **Correio** mostra que candidatos a prefeito em municípios com até 300 mil eleitores teriam menos recursos em 2008 se a proposta de financiamento público fosse aprovada

Gasto menor nas cidades médias

LÚCIO VAZ

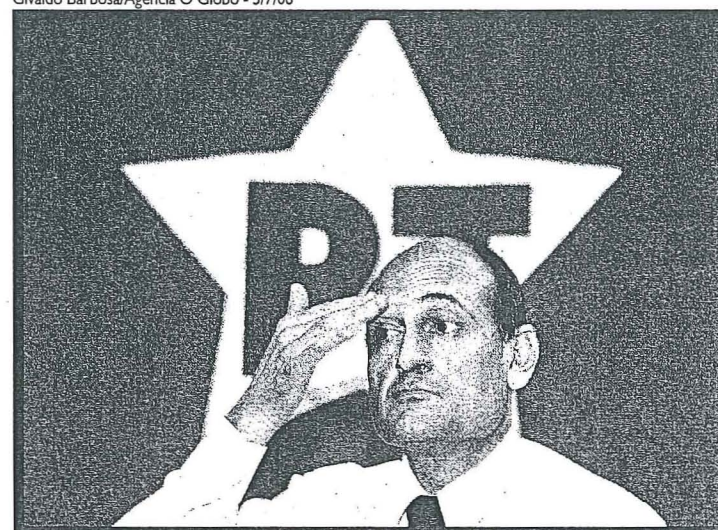
DA EQUIPE DO CORREIO

A aprovação do financiamento público de campanha resultaria em campanhas bem mais modestas nas eleições municipais do ano que vem. Além das capitais, como mostrou levantamento do **Correio**, também as cidades de porte médio teriam pouco dinheiro na propaganda de seus candidatos. Numa simulação de 10 cidades com eleitorado entre 200 mil e 300 mil pessoas, o caixa das campanhas cai de R\$ 10,8 milhões nas eleições de 2004, com as doações de empresas privadas, para R\$ 1,5 milhão nas eleições de 2008, quando haveria o financiamento público.

Nas capitais, incluindo grandes metrópoles como São Paulo e Rio de Janeiro, o custo cairia de R\$ 90 milhões para R\$ 14,8 milhões. Nas capitais dos pequenos estados, haveria casos de campanhas ao custo de R\$ 20 mil e até R\$ 5 mil. A simulação foi feita pelo **Correio** com base nas regras previstas na emenda 12, que obteve o apoio do PMDB, PT e DEM, e considerou os dois candidatos mais votados em cada município. Se fosse aprovada até 30 de setembro, a reforma política entraria em vigor já nas eleições do próximo ano. As campanhas dos vereadores continuariam sendo financiadas com doações de empresas e pessoas físicas.

Na simulação dos caixas de campanha, as maiores perdas em valores absolutos aconteceriam

Givaldo Barbosa/Agência O Globo - 5/7/06



O PREFEITO DE DIADEMA, JOSÉ DE FILLIPI: NOVA REGRA REDUZIRIA CAIXA EM 90%

em municípios de São Paulo. Em Jundiaí, o candidato do PSDB, Ary Fossen, teria a campanha reduzida de R\$ 1,1 milhão para R\$ 87 mil com as novas regras. Para o seu adversário, Pedro Bigardi (PT), a perda seria menor proporcionalmente: de R\$ 315 mil para R\$ 103 mil. Em Diadema, José Filippi Júnior (PT) veria o seu caixa cair de R\$ 1,36 milhão para R\$ 139 mil. O adversário, José da Silva Ramos (PSDB), teria uma perda de R\$ 560 mil para R\$ 98 mil.

Cálculo

Em termos proporcionais, uma das reduções mais expressivas seria a do prefeito eleito de Pelotas, Bernardo Souza (PPS). A sua campanha cairia de R\$ 579 mil para R\$ 32 mil. O prefeito renunciou ao mandato no primeiro ano de go-

verno por causa de problemas médicos. O baque seria menor para o segundo colocado, Fernando Marroni (PT), que faria campanha com R\$ 95,8 mil, em vez dos R\$ 519 mil que obteve em 2004.

O cálculo do caixa de cada campanha é feito a partir das bancadas estaduais e municipais e do eleitorado dos estados e dos municípios. Primeiro, é feita a divisão entre os partidos. Os grandes receberiam até R\$ 90 milhões. Depois, o dinheiro seria dividido entre os diretórios regionais, com base no tamanho do eleitorado do estado e das bancadas dos partidos no Congresso. Finalmente, viria a divisão entre os diretórios municipais. Os dados sobre os eleitorados e as bancadas de vereadores foram fornecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

CAMPANHAS MAIS MODESTAS

Veja a comparação entre o valor que candidatos a prefeito em cidades médias receberam em doações nas eleições passadas e quanto eles teriam caso o financiamento público fosse aprovado:

Município	Candidatos	Doações em 2004	Financiamento público em 2008
Petrópolis (RJ)	Rubens Bomtempo (PSB)	269 mil	122 mil
	Leandro Sampaio Fernandes (PMDB)	230 mil	135 mil
Canoas (RS)	Marcos Ronchetti (PSDB)	851 mil	56 mil
	Marco Spall Maia (PT)	100 mil	72 mil
Mogi das Cruzes (SP)	Junji Abe (PSDB)	810 mil	85 mil
	Luís Carlos Teixeira (PL)	871 mil	26,9 mil
Piracicaba (SP)	Barjas Negri (PSDB)	420 mil	85 mil
	Roberto Turchi de Moraes (PPS)	393 mil	28,7 mil
Maringá (PR)	João Ivo Caleffi (PT)	543 mil	74,1 mil
	Silvio Barros (PP)	764 mil	47,4 mil
Vila Velha (ES)	Max Mauro Filho (PDT)	675 mil	92,7 mil
	Vasco Alves Oliveira (PTB)	39 mil	13,3 mil
Pelotas (RS)	Bernardo Souza (PPS)	579 mil	32 mil
	Fernando Marroni (PT)	519 mil	95,8 mil
Mauá (SP)	Leonel Damo (PV)	637 mil	83,5 mil
	Francisco Carneiro (PSB)	109 mil	45,3 mil
Jundiaí (SP)	Ary Fossen (PSDB)	1,11 milhão	87,7 mil
	Pedro Bigardi (PT)	315 mil	103,1 mil
Diadema (SP)	José Filippi Júnior (PT)	1,36 milhão	139 mil
	José da Silva Ramos (PSDB)	560 mil	98 mil

Fonte: Levantamento do **Correio** a partir de dados do TSE sobre eleitorado e bancadas municipais

CÂMARA

Bancada de São Paulo é a que mais se opõe às alterações nas regras eleitorais, que voltarão à pauta. Um dos pontos discutidos é o financiamento público de campanhas

Paulistas resistem à reforma *Política*

SOLANO NASCIMENTO
DA EQUIPE DO CORREIO

Articuladores da reforma política tentarão esta semana, mais uma vez, colocar em votação na Câmara dos Deputados as mudanças nas regras eleitorais que incluem criação do financiamento público para eleições majoritárias e limite para gastos em campanhas. Deverão enfrentar resistência novamente, principalmente de deputados de São Paulo, que tentarão evitar a votação e, se isso não for possível, rejeitar a reforma. Levantamento feito pelo Correio sobre os dados da última vez em que o tema foi votado, no final do primeiro semestre, mostra estar entre parlamentares paulistas de diversos partidos a maior oposição à reforma política.

No dia 11 de julho, pouco antes do começo do recesso da Câmara, a reforma política era o primeiro item da pauta de votação do plenário. Naquele momento, o ponto mais polêmico — o financiamento público exclusivo para

Daniel Ferreira/CB - 4/10/05



meio item da pauta de votação do plenário. Naquele momento, o ponto mais polêmico — o financiamento público exclusivo para todas as campanhas — já havia sido rejeitado, mas os demais artigos do projeto da reforma ainda aguardavam deliberação. Um grupo de seis partidos — PSDB, PR, PTB, PP, PV e PDT — apresentou então um requerimento para fazer a chamada inversão da pauta, o que permitiria votar primeiro um outro projeto, somente sobre a fidelidade partidária. Havia uma chance grande, pelo comportamento do plenário, de se votar a fidelidade e esquecer o resto. O requerimento de inversão foi rejeitado, mas uma série de discursos de líderes esgotou o tempo da sessão, e não houve votação.

O posicionamento das bancadas na votação do requerimento — a última oportunidade em que a reforma política entrou na pauta da Câmara — ajuda a mapear a resistência às mudanças nas regras eleitorais. Levando-se em conta todos os partidos médios e grandes, que tiveram pelo menos 10 deputados votando em plenário naquele dia, São Paulo é o que demonstra a maior oposição às mudanças. Dos parlamentares paulistas, 59% votaram a favor da inversão da pauta, que poderia implicar no adiamento da votação da reforma. Só outros dois estados, Goiás e Rio de Janeiro, tiveram mais de metade de seus deputados contrários à votação imediata das mudanças nas regras eleitorais. No extremo oposto (ver quadro), o maior índice de apoio à reforma apareceu em Santa Catarina, onde somente 28% dos deputados endossaram o adiamento da votação.

Questão de ordem

Em parte, essa resistência paulista se deve ao fato de o PSDB — que dentre as grandes legendas é a que mais resiste à reforma política — ter muitos parlamentares em São

O DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP) É UM DOS PRINCIPAIS OPOSITORES DA PROPOSTA DE REFORMA POLÍTICA: "NÃO VOU DEIXAR VOTAR"

PARA DEPOIS

A última votação em torno da reforma política foi a de um requerimento que protelava a discussão do tema. Os deputados mais interessados no adiamento foram os paulistas

Estado	Pelo adiamento
São Paulo	59%
Goiás	53%
Rio de Janeiro	51%
Minas Gerais	47%
Maranhão	47%
Paraná	46%
Pernambuco	39%
Bahia	39%
Pará	37%
Rio Grande do Sul	37%
Paraíba	36%
Ceará	33%
Santa Catarina	28%

* O levantamento considera as bancadas de todos os estados que tiveram 10 ou mais votos

Paulo, mas isso não é suficiente para explicar a oposição. São do PSDB 26% dos deputados paulistas que votaram naquele dia, mas, em parte, isso se contrapõe à fatia de 18% dos petistas, que entre as legendas maiores é a que mais apóia a reforma. Além disso, votaram em peso contra a reforma deputados paulistas de outras siglas, como PTB, PP e PV. A bancada do

PDT na Câmara está dividida em relação à reforma, mas todos os deputados paulistas do partido votaram pelo adiamento da votação naquele dia.

Outro indício da resistência paulista são as estratégias usadas por deputados em plenário. Antônio Carlos Pannunzio, deputado paulista e líder do PSDB na Câmara, é o que tem comandado o maior grupo a resistir à reforma. Em seus discursos na Câmara, tem dito que seu partido quer reformas mais profundas — como o voto distrital misto —, que dependem de mudanças na Constituição, e não alterações superficiais. Adversários do PSDB argumentam que os tucanos acham que a reforma dará cativeiro para outros partidos — como o Democratas — lançarem candidatos à Presidência da República, por exemplo.

Também é de São Paulo o deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB), que dentro do plenário é quem mais tem conseguido barrar a votação. Antes do recesso, ele conseguiu suspender a votação ao apresentar uma questão de ordem, e ajudou em novo adiamento atrasando a discussão com um pedido de efeito suspensivo para uma decisão de Arlindo Chinaglia (PT-SP), presidente da Câmara. "Vou fazer uma nova questão de ordem e apresentar um requerimento para tirar a reforma de pauta", avisa o deputado. "Não vou deixar votar." Como os tucanos, Sá afirma ser necessária uma reforma constitucional para mexer nas regras. "Os paulistas estão ansiosos, e a tropa de choque deles é o Arnaldo Faria de Sá", diz o relator da reforma, Ronaldo Caiado (DEM-GO).

ENTENDA O CASO

Mudanças polêmicas

A reforma política é um tema que se arrasta desde a legislatura passada. No primeiro semestre, o assunto foi retomado, e o relatório do deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO) começou a ser votado. Até agora, foi apreciada — e rejeitada — somente a criação do sistema de eleição por listas, pelo qual os eleitores deixariam de escolher candidatos, mas optariam por partidos.

Do que resta da reforma política, o tema mais polêmico é o que proíbe as doações privadas para campanhas de candidatos a prefeito, governador, senador e presidente da República. Se for aprovado, o dinheiro sairá do Orçamento da União e será distribuído entre os partidos. No primeiro turno das eleições, o financiamento equivalerá a R\$ 5 por eleitor, o que representa um total de R\$ 636 milhões. No segundo turno, haverá valores distintos conforme o cargo disputado.

Outro ponto a ser votado é o teto para as campanhas nas eleições proporcionais. Se for aprovado, os candidatos a deputado e vereador

nas próximas eleições não poderão gastar mais que a média de gasto da última campanha para cada cargo. A média levará em conta as despesas dos parlamentares eleitos em cada município e em cada estado nas eleições de 2004 e 2006, respectivamente. Uma pessoa física poderá doar, no máximo, R\$ 100 mil, e uma empresa, R\$ 500 mil.

Também falta ser votada a ideia de que duas ou mais legendas só poderão fazer coligação nas eleições proporcionais caso se reúnam em forma de federação. Essas federações funcionarão, se a mudança passar no Congresso, como uma agremiação partidária por pelo menos três anos. Se algum partido quiser sair antes desse prazo, perderá a cota no Fundo Partidário e também o direito de ter estrutura para liderança de bancada na Câmara dos Deputados.

O ponto sobre o qual há mais consenso é o que trata da fidelidade partidária. Por ele, quem ocupa um cargo eletivo e se desliga ou for desligado de um partido não poderá, durante o mandato, entrar para outra legenda. As exceções são casos de criação de novos partidos ou filiações feitas às vésperas de eleições.

POLÍTICA

REFORMA POLÍTICA

Legendas de pequeno e médio porte, que foram contrárias ao sistema de votação em listas fechadas, deverão garantir votos para o financiamento público nas eleições majoritárias

Partidos menores saem no lucro

SOLANO NASCIMENTO
DA EQUIPE DO CORREIO

Os partidos que mais se mobilizaram no primeiro semestre para tentar aprovar a reforma política na Câmara dos Deputados não desistiram e pretendem retomar a votação do tema já na próxima terça-feira. O ponto mais polêmico das mudanças ainda em discussão, que é o financiamento público das campanhas majoritárias, está ganhando aliados dentro de partidos médios e pequenos, que no final do primeiro semestre ajudaram a rejeitar o carro-chefe da reforma, que era a criação do sistema de votação em listas fechadas.

O deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO), relator da reforma política, acredita que alguns partidos estão percebendo vantagens no financiamento público. Essas legendas teriam concluído que, com o dinheiro do Orçamento da União, conseguiriam lançar candidatos a prefeito, nas eleições municipais do próximo ano, em cidades onde não poderiam fazer isso se dependessem da arrecadação de recursos privados. Entre os grandes partidos, o financiamento público tem maior apoio no PT e no DEM, e maior oposição no PSDB. Para Caiado, a resistência ao financiamento está "perdendo simpatizantes".

Miro Teixeira (RJ), líder do PDT, diz que a bancada está dividida em relação ao financiamento público nas eleições majoritárias, mas não por "conveniência", e sim por haver entendimentos distin-

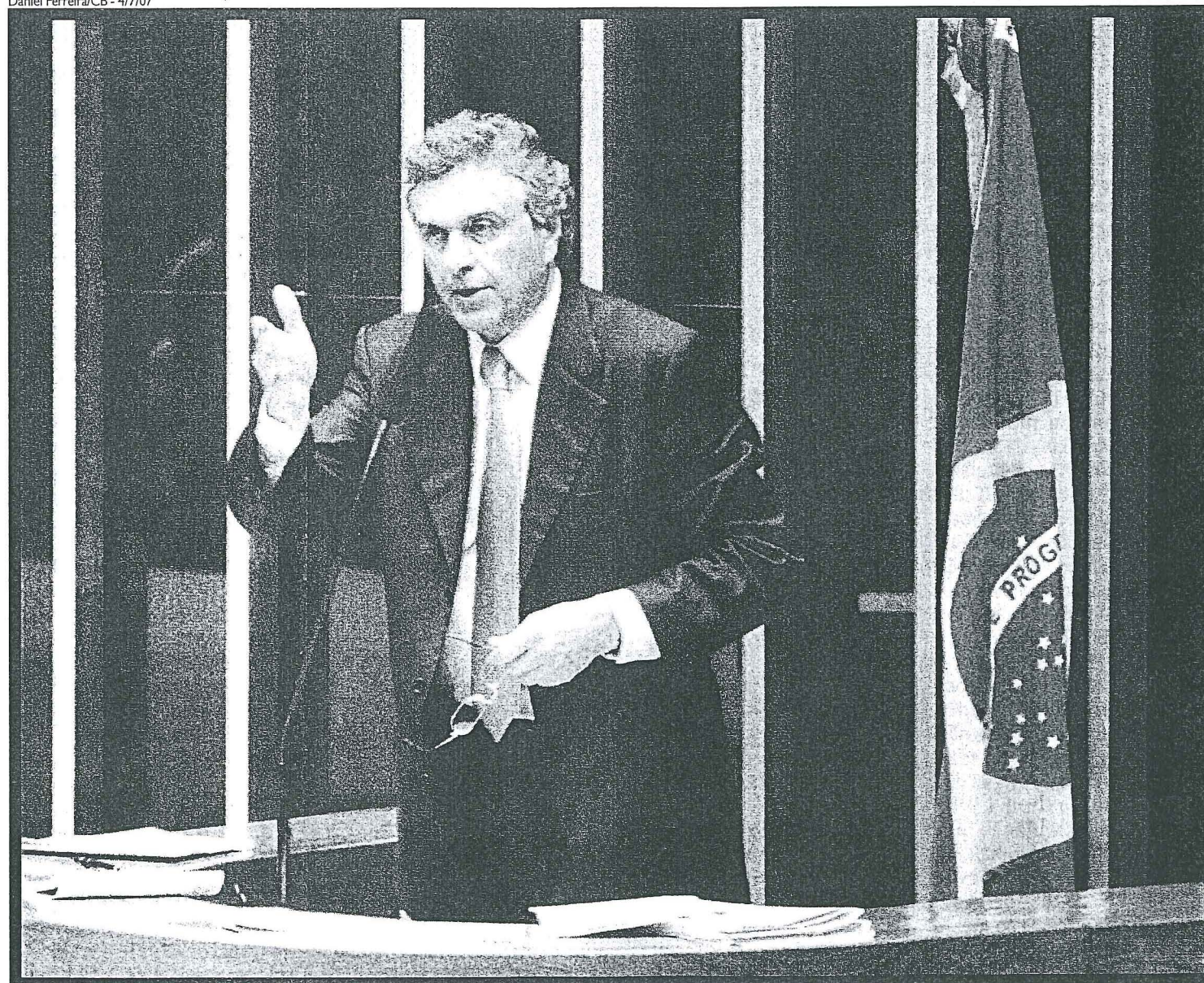
ciamento público, nas eleições majoritárias, com o privado, das proporcionais. "Não existe a intenção de aprovar o financiamento público, ainda que haja disposição de debater", afirma.

O PCdoB, que votou a favor da lista fechada, também é favorável ao financiamento público. "É um começo de implementação do modelo", diz Flávio Dino (MA), negociador do partido para o tema. Para efetivamente estar em vigor nas eleições de 2008, a reforma precisa ser votada na Câmara com rapidez. Se forem aprovadas, as mudanças precisarão ainda ser analisadas no Senado e votadas até o fim de setembro, já que normas eleitorais não podem ser alteradas nos 12 meses que antecedem uma eleição.

Acordo

Antes do recesso de julho, as tentativas de aprovação das mudanças fracassaram. Foi rejeitado em plenário o sistema de listas, que era o ponto mais polêmico da reforma política. Caso tivesse sido aprovado, os eleitores passariam a votar em listas de candidatos elaboradas por partidos, e não diretamente no nome de candidatos específicos. Depois dessa rejeição, as tentativas de votar outros pontos da reforma não evoluíram, com a interrupção dos debates em plenário. A última versão da reforma política é uma emenda que tem o apoio das lideranças do PT, PMDB, DEM e PCdoB e o endosso de Ronaldo Caiado. Além do financiamento público para as eleições majoritárias, a emenda prevê também um teto de gastos para candi-

Daniel Ferreira/CB - 4/7/07



CAIADO: PARTIDOS MÉDIOS PODERÃO LANÇAR CANDIDATOS EM CIDADES ONDE NÃO PODERIAM FAZER ISSO SE DEPENDESSEM DE DOAÇÕES PRIVADAS

POLÍTICA

Reforma Política

REFORMA PARTIDÁRIA

“Proposta está desvinculada da realidade brasileira”

Segundo professor da PUC-Rio, mudanças em debate também não reduzem corrupção

LILIANA LAVORATTI
SÃO PAULO

Toda vez que aparece um escândalo envolvendo governantes e congressistas, a idéia de reforma política e partidária é ressuscitada e apresentada como a solução para os males de desvio de conduta e prática de corrupção eleitoral. Ao mesmo tempo, o debate produz propostas que, além de inviáveis politicamente — mexem com os interesses ainda muito divergentes dos partidos —, também são equivocadas como instrumento de mudança concreta, na opinião de José Márcio Camargo, professor do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro e sócio da Tendências Consultoria.

“A emenda é pior que o soneto”, afirma o analista, em entrevista a este jornal, ao referir-se à proposta de emenda constitucional (PEC) em tramitação no Congresso. A introdução do voto em lista fechada — com a ordem dos candidatos definida pelos partidos —, o financiamento público de campanha eleitoral, a fidelidade partidária e o fim das coligações para as eleições proporcionais são os principais pontos da proposta, cuja votação foi adiada para o segundo semestre deste ano por falta de consenso entre as legendas.

Na avaliação de José Márcio Camargo, a lista partidária fechada, fidelidade partidária e fi-

partidos repletos de uma realidade histórica, fruto de embates políticos e ideológicos duros entre grupos sociais antagônicos, com visões de mundo totalmente diferente entre si. Em nenhum momento de sua história o Brasil teve uma luta ideológica forte. Ou seja, nossos partidos são organizações políticas não ideológicas, ao contrário dos europeus que são organizações políticas ideológicas.

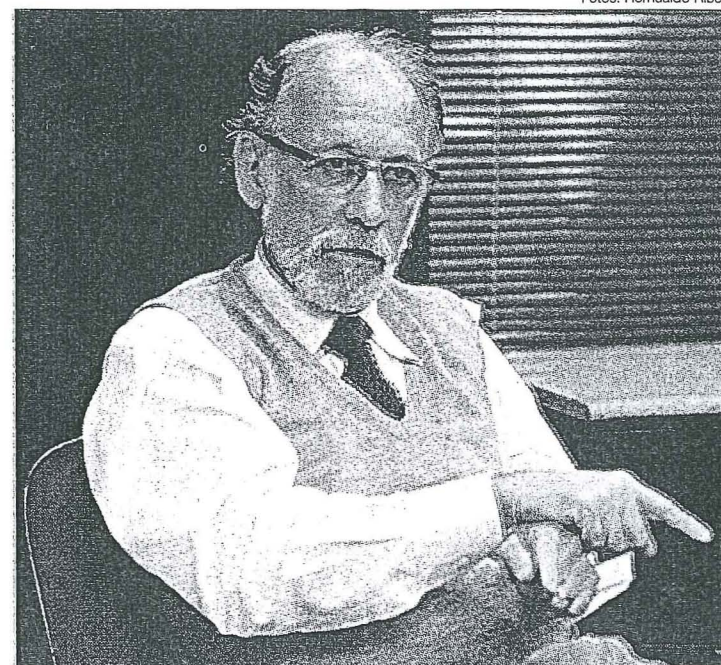
Gazeta Mercantil - Dos nossos, quais os mais ideológicos?

José Márcio - O Brasil só teve dois partidos ideologicamente fortes: um era a UDN, que representava a classe média urbana, ícone político dos anos 50 e que muito a ver com o processo de urbanização e com o regime militar. E nos anos 80, o PT, que agora está em plena mutação, tornando-se cada vez menos ideológico. Há uma tendência do PT se tornar um partido de caráter eminentemente político, sem definição ideológica clara. E como os demais, terá por objetivo principal a conquista do poder político.

Gazeta Mercantil - Depois de tantas crises, é comum manifestações tipo “os partidos servem apenas para enriquecer alguns políticos”. O que o senhor pensa disso?

José Márcio - Em uma democracia, o partido é importante para organizar os interesses políticos da sociedade. Se qui-

“Esse modelo é condizente com sistemas eleitorais europeus, onde os partidos resultaram de



José Márcio Camargo: modelo europeu não combina com o Brasil

geraria uma tendência à redução do número de partidos ao longo do tempo, facilitando a governabilidade e induzindo maior fidelidade partidária.

Gazeta Mercantil - Por que a fidelidade partidária também pouco ajudaria a melhorar o atual sistema político?

José Márcio - Não conheço nenhum país no mundo que proíba a troca de partidos. Naqueles onde os partidos são ideológicos, quando alguém troca de legenda, isso equivale quase a mudar de vida. A vida inteira alguém defendeu um conjunto de idéias e, de repente, muda completamente o discurso. Os eleitores dos dois partidos ficarão desconfiados. É uma mudança radical porque as duas siglas representam ideologias coerentes e diferentes, coisa que não acontece com os partidos brasileiros. Isto não

da República concentre muito poder. A idéia de fortalecer os partidos é boa, mas existem interesses específicos. O PT tem muita personalidade própria, independentemente dos seus métodos. É curioso que o PT e o DEM (ex-PFL) sejam os maiores defensores da introdução do voto em lista fechada. Exatamente os dois extremos de perfil ideológico. Tanto democratas quanto petistas têm pouca definição ideológica se comparados com os partidos europeus, mas em relação a seus pares brasileiros têm um viés ideológico forte. Para o PT e DEM, ter lista é melhor do que não ter. Seus simpatizantes vão votar neles. Só os partidos que têm uma estrutura ideológica mais forte adorariam o voto em lista fechada. Os

bito de legislação infraconstitucional, sem necessidade de aprovação de emenda constitucional no Congresso.

Gazeta Mercantil - Então é ilusão pensar que a reforma política acabará a corrupção, como propagam os próprios políticos?

José Márcio - Os políticos são apanhados em transações corruptas e não acontece nada com eles. Como o custo é zero, continuam praticando a corrupção. Portanto, os sucessivos escândalos envolvendo os políticos não têm nada a ver com a estrutura político-partidária. Isto vai continuar acontecendo por causa da impunidade. Não aconteceu nada até agora com os responsáveis pelo mensalão em termos de punição. O voto em lista fechada vai dificultar ainda mais uma cobrança, por parte do eleitor, aos responsáveis pela má conduta na política. Haverá uma lista de candidatos, o eleitor vai conhecer mais os que estarão no topo, mas desconhecerá os demais. Então vai ocorrer o contrário. O candidato ficará ainda mais invisível para o eleitorado, o que tornará ainda mais difícil qualquer tentativa de punição, por exemplo, não votando mais no candidato na eleição seguinte.

Gazeta Mercantil - E o voto distrital, onde a representação

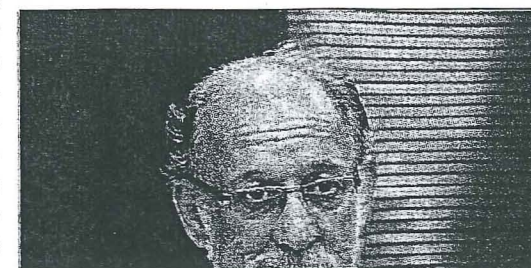
próprio distrito do que no país como um todo.

Gazeta Mercantil - O voto distrital seria mais adequado para eleição de vereadores e deputados estaduais?

José Márcio - Certamente. O Brasil já teve voto distrital, em 1930. Isto não é uma novidade na nossa história. A mudança ocorreu com a reestruturação eleitoral depois da eleição de 30. A partir de 1945 passamos a ter voto proporcional.

Gazeta Mercantil - Com todo o vai-e-vem desta reforma, o que será possível ter de diferente nas eleições de 2010?

José Márcio - Se o Congresso aprovar o fim da coligação nas eleições proporcionais já será um avanço enorme, ao contrário do que parece. A maior parte dos problemas decorre da possibilidade de coligação em eleições proporcionais. Por que vai mudar? Eu estou em um partido pequeno, faço uma coligação com um grande. Basta eu ser o candidato mais bem votado no partido pequeno para ser um candidato eleito, não precisa de muito voto. Pego uma carona no partido grande. Mas se eu pego a sobra dos votos do meu partido, aí a coisa muda. Aí eu só vou querer sair em partido pequeno se eu efetivamente tiver votos. Caso contrário, é melhor estar em legenda maior. E mais: vou depender do partido maior para me eleger. O partido passa a ser muito importante para mim. Então, as diretrizes partidárias passam a fazer sentido para quem não tem muito voto. Faz a maior diferença em termos de incentivo para o



chada, fidelidade partidária e financiamento público de campanha estão totalmente fora da realidade do Brasil e são instrumentos equivocados para alcançar os objetivos aos quais a reforma política se propõe, como inibir a corrupção no meio político-partidário. “Esse modelo é condizente com sistemas eleitorais europeus, onde os partidos resultaram de embates políticos e ideológicos profundos, algo que não aconteceu aqui. Os partidos brasileiros são organizações políticas, sem definição ideológica clara”, argumenta o acadêmico e consultor.

Segundo ele, o País precisa, antes de proibir a troca de partidos e doações privadas às campanhas, tornar os partidos instituições representativas vigorosas, ao contrário de hoje. Embora acredite que esse processo seja longo, defende que todos os cidadãos deveriam participar desse debate — como ele próprio. Embora economista e não tendo as ciências políticas no centro de sua formação, tem um olhar atento para a estrutura política, pelas implicações disso nos demais aspectos da vida do País.

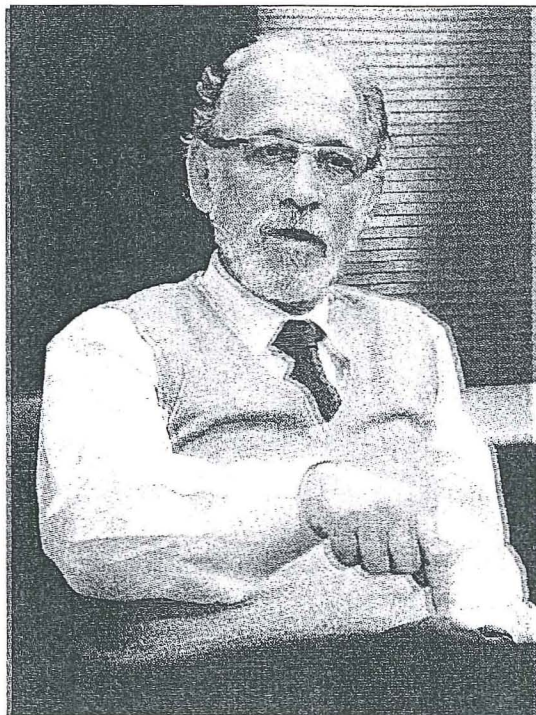
A seguir, os principais trechos da entrevista.

Gazeta Mercantil - O senhor afirma que a reforma política em discussão no Congresso é “uma emenda pior que o soneto”. Por quê?

José Márcio Camargo - O Brasil nunca foi um país com características ideológicas sólidas. O tipo de mudanças que estão sendo propostas — e que, aliás, uma parte, a lista fechada, já foi derrotado na Câmara — está muito relacionado a grupos ideológicos específicos formados ao longo da história dos países. Grupos que depois passaram a ser representados por partidos políticos com ideologias muito claras. Por exemplo, o partido socialista francês tem uma ideologia; o trabalhista inglês é uma outra coisa, bem como o conservador inglês. São

partidos resultaram de embates ideológicos”

sermos fortalecer um partido, a forma de fazer isto é acabar com as coligações nas eleições proporcionais. Hoje, votamos no João do partido “X” e elegemos o Pedro do partido “Y” porque o partido “X” e o partido “Y” estão coligados e a soma dos votos das duas legendas acaba beneficiando alguém da sigla “Y”, em quem não votamos. Portanto, para que os partidos tenham alguma coesão e confluência de interesses políticos, é preciso acabar com a coligação nas elei-



ções proporcionais, de deputados e senadores.

Gazeta Mercantil - Quais os resultados práticos do fim dessas alianças?

José Márcio - Os candidatos teriam mais interesse em concorrer pelos partidos grandes, que têm mais votos, aumentando a probabilidade de vitória, especialmente naqueles casos em que individualmente não sejam tão bons de votos assim. Outro detalhe: o incentivo para trocar de partido permaneceria, mas só para os candidatos eleitos por legendas menores. Trocar para um partido grande, com mais poder de votos, poderia garantir a eleição seguinte. Isso

os partidos brasileiros. Isto não significa que temos de proibir a troca de partido, mas criar estruturas que induzam os candidatos a permanecerem no mesmo partido.

Gazeta Mercantil - Na sua opinião, o financiamento público de campanha é outro equívoco.

José Márcio - É um absurdo pensar que proibir o financiamento privado de campanhas políticas acaba com a corrupção eleitoral. É o mesmo que proibir o caixa um para eliminar o caixa dois. Se isto for aprovado, as empresas e doadores individuais não poderão mais financiar um partido legalmente. Isso significa que elas poderão financiar ilegalmente, como muitas empresas já fazem hoje, via caixa dois. Na verdade, seria proibido só o caixa um. Alguns países realmente proibem o financiamento privado de campanha, como a Alemanha, e nem por isto a corrupção nos cartórios eleitorais foi eliminada lá. Melhor seria instituir regras muito claras para o financiamento privado. Ao lado disso, também é fundamental criar uma punição efetiva para quem ultrapassar os limites. No Brasil, temos regras mas não punição. A aplicação de penalidades demora tanto tempo que o mandato do cara já acabou e daí não tem muito o que discutir.

Gazeta Mercantil - Então os objetivos da proposta em discussão pelos congressistas são nobres, mas os instrumentos inadequados?

José Márcio - Os interesses políticos ainda são divergentes, mas o fundamental é que todo mundo está desconfortável pela forma como os partidos políticos brasileiros funcionam. O desconforto está essencialmente no fato de nossos partidos serem muito pouco ideológicos. Os políticos são eleitos muito mais por si próprios do que pelos partidos. Isto torna muito difícil governar, embora o presidente

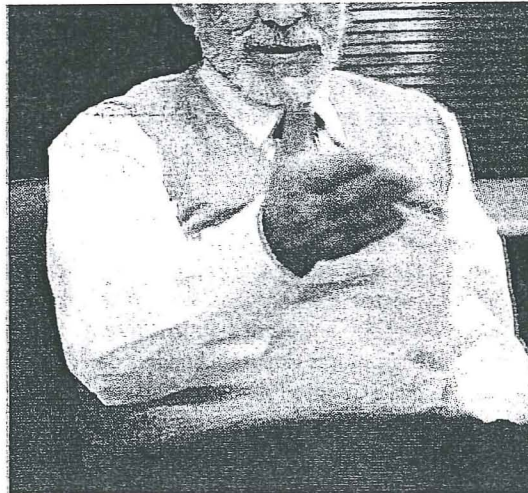
em lista fechada. Os demais não.

Gazeta Mercantil - Haveria o risco de os candidatos darem um jeitinho de comprar um lugar melhor na lista?

José Márcio - A luta hoje entre os partidos seria transferida para dentro dos partidos. É inválida a idéia de que o voto em lista fechada acaba com a corrupção. Os candidatos vão comprar o seu lugar na lista. A corrupção estará dentro dos partidos. Não vamos acabar com os desvios de conduta simplesmente mudando de pessoa para lista. Uma mudança de fato requer um processo muito mais lento. Primeiro é necessário criar partidos fortes. Nossa experiência histórica não registra lutas ideológicas profundas, apenas alguns episódios, onde o Estado dominou por muito pouco tempo. Por isso, criar partidos fortes é muito difícil. Como não temos uma cultura ideológica, isso leva muito tempo. O PMDB simboliza bem essa situação: é um partido que agregou setores sociais contra a ditadura, um objetivo nobre mas não ideológico. Quando a ditadura acabou, o PMDB se transformou em um partido de interesses regionais petrificados. E por que continuam juntos? Por interesses políticos e não por causa de uma identidade ideológica.

Gazeta Mercantil - Tudo começa na construção de partidos fortes?

José Márcio - Temos de fortalecer os partidos por razões políticas e depois desenvolver regras a partir dessa nova realidade. Mas criar regras artificiais para proibir os políticos de mudar de partido, proibir o financiamento privado de campanha, tudo isso representa um processo lento que deve ser experimentado devagarzinho ao longo do tempo. Proibir as coligações nas eleições parlamentares é super-importante e poderia acontecer sem grandes complicações, pois está no âm-



é geográfica? Tem algo de bom?

José Márcio - No voto distrital, cada partido apresenta um candidato que vai concorrer por um distrito. Em alguns países, quem tiver mais voto, leva. Em outros, tem segundo turno com os dois mais votados. A tendência é diminuir o número de partidos porque ninguém vai querer ser candidato em partido pequenininho, não seria eleito nunca. Em países com voto distrital, como na Inglaterra, existem dez par-

“Quanto menos proibição e mais indução, melhor para a democracia. É preciso criar os incentivos certos”

tidos, dos quais dois com peso maior e um terceiro menos importante. Nos Estados Unidos, são dois os que realmente contam. Distrito é uma região pequena e o eleitor sabe exatamente em quem vota. Se o eleito fizer uma bobagem, a população ficará sabendo e desistirá de votar nele. Isto induz a uma conduta melhor, mas existem desvantagens. Uma delas é a dificuldade de derrotar quem foi eleito uma vez, portanto, esse modelo resulta em baixa renovação. Outro problema: deputados federais tendem a se tornar muito mais paroquianos do que já são. Como é eleito pelo distrito, defenderá aquele local. A maior parte dos eleitores está mais interessada com o seu

maior diferença em termos de incentivo para o político na hora em que escolhe o partido. Se ele vai querer ficar ou não no partido. Hoje não há o menor incentivo para o cara permanecer no mesmo partido.

Gazeta Mercantil - Se os eleitores votam nas pessoas e não nos partidos, então a série de escândalos não alterou a imagem dos partidos e sim dos políticos?

José Márcio - Os políticos estão com a imagem desgastada. Mas como é possível mudar de partido, muda-se de partido. O PT se desgastou porque vendia uma imagem de partido ideológico. Como fez coisas que estavam em total desacordo daquilo que a legenda pregava, o PT perdeu consistência e votos. Teve 12% menos de voto em 2006 em relação a 2002. Uma perda impressionante. Afinal de contas, o presidente eleito é do PT. Isto nunca tinha acontecido no Brasil antes: um partido ter feito o presidente da República e perder votos nas eleições proporcionais. É a primeira vez na nossa redemocratização que isto acontece. Sempre que um partido elegia um presidente, vencia na eleição proporcional. A elevada popularidade de Lula comprova a tese de que o eleitor brasileiro vê o político, não o partido.

Gazeta Mercantil - A sociedade sobrevaloriza o peso da reforma política enquanto instrumento de mudança?

José Márcio - As pessoas gostariam que fosse assim. A democracia brasileira é cheia de paradoxos. É surpreendente que apesar de ser tão jovem ela seja tão forte. Mas vai amadurecer somente ao longo do tempo. Não adianta acreditar que construiremos uma democracia robusta tornando obrigatórias regras específicas. Isto não funciona. Teremos de gerar os incentivos corretos. Quanto menos proibições, melhor. Quanto mais indução, melhor para a democracia.

Comente esta reportagem no portal www.gazetamercantil.com.br

REFORMA POLÍTICA

No momento em que Câmara e Senado vivem crise de credibilidade pelas denúncias de corrupção, pesquisa mostra que a maioria dos entrevistados defende o sistema parlamentar de governo

Parlamentarismo em alta no Congresso

UGO BRAGA

DA EQUIPE DO CORREIO

Pesquisa de opinião, saída há poucos dias do forno do DataSenado, obtida com exclusividade pelo Correio, traz um dado surpreendente: num universo de 1.094 pessoas nas 27 capitais do país, 56% dos entrevistados se disseram favoráveis à revisão do sistema de governo na direção do parlamentarismo. O dado fica ainda mais inusitado quando completo. Porque os indiferentes ao tema são 14%. E apenas uma minoria de 23% respondeu ser contrária a qualquer mudança, isto é, prefere o presidencialismo sem discussão.

Os ventos pró-parlamentarismo captados na biruta do DataSenado surgem num momento de especial debilidade do Congresso, o que é contraditório. A última legislatura fulminou a imagem da Câmara dos Deputados com dois grandes escândalos, o mensalão e a máfia dos sanguessugas. Na atual, a lama atravessou o prédio e instalou-se no Senado. O presidente da Casa é acusado de ter contas pessoais pagas por uma empreiteira, um senador renunciou após ver-se envolvido em denúncias de desvio de dinheiro num banco público e o presidente do Conselho de Ética responde a inquérito por corrupção e formação de quadrilha.

O paradoxo da situação provoca cautela entre os analistas. Professor do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), o cientista político Luiz Werneck Vianna acha que a informação colhida pela pesquisa do Senado deve receber importância apenas relativa. Parlamentarista e defensor da adoção da tese pelo seu partido, o PT, o deputado paulista Cândido Vacarezza também torce o nariz para a novidade revelada pelo DataSena-

Paulo H. Carvalho/CB - 10/4/07



FERNANDO COLLOR QUER FAZER CAMPANHA A FAVOR DO PARLAMENTARISMO

do. "Defendo o governo de gabinete, mas sei que o povo é contra, quer votar no cidadão", diz, em franca desconfiança em relação aos dados da pesquisa.

Há cinco meses, o parlamentarismo chegou a ser mencionado entre petistas como caminho viável para manter o presidente Luiz Inácio Lula da Silva no poder, após terminado o segundo mandato, em 2011. A idéia chegou a ser lançada publicamente, numa entrevista ao Correio dada pelo deputado Devanir Ribeiro (PT-SP).

Esclarecimento

O plano era converter o PT ao parlamentarismo — o partido é

estatutariamente presidencialista desde o plebiscito de 1993 — e, ancorado na instância partidária, plantar o argumento no Congresso, por intermédio de um projeto de lei. Um plebiscito seria feito junto com as eleições municipais do próximo ano e, aprovado o novo regime, estaria aberta a porta para o principal líder do PT, Lula, permanecer na chefia do governo por anos a fio. Divergências internas abortaram a articulação.

Quem gostou dos números da pesquisa foi o ex-presidente Fernando Collor de Mello, senador pelo PTB alagoano. Depois de passar pela experiência de ser apeado do poder num processo de impeachment, Collor retomou

a carreira convicto de que o parlamentarismo é o melhor regime de governo. Apresentou uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que tramita na Comissão de Constituição e Justiça do Senado e começará a percorrer o país em agosto, propagandeando suas teses. Diz já ter convidado o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, também parlamentarista, para palestrar a respeito numa audiência pública.

"Se fizermos uma campanha de esclarecimento, aposto que a população votaria a favor", aposta Collor. Ele mantém sempre à mão os resultados dos dois últimos plebiscitos sobre a forma de governo. Em 1963, o parlamentarismo obteve 12% dos votos. Trinta anos depois, avançou para 24,6% — em 93, o presidencialismo foi mantido no Brasil ao receber 55,4% dos votos. "A preferência só fez crescer", entusiasma-se o ex-presidente.

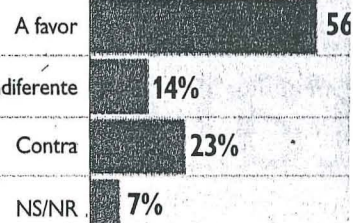
A pesquisa do DataSenado, feita entre os dias 21 e 28 de maio, tem grau de confiança de 95% e margem de erro de três pontos percentuais para mais ou para menos. As entrevistas foram feitas por telefone, com pessoas maiores de 16 anos, sorteadas aleatoriamente. Foram selecionados os perfis que reproduzem as cotas de gênero nas diversas regiões do país.

Reeleição

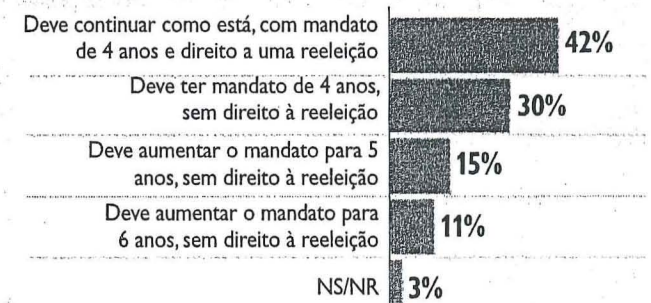
A pesquisa mostrou que os brasileiros estão divididos sobre a reeleição do presidente da República, governadores e prefeitos. Para 42%, a legislação deve continuar como está, com mandatos de quatro anos e direito a uma reeleição. Por outro lado, 30% defendem a manutenção do tempo dos mandatos mas o fim da reeleição. Outros 15% defendem mandatos de 5 anos e 11% de seis anos, sempre sem o direito a disputar um novo mandato.

REFORMA POLÍTICA

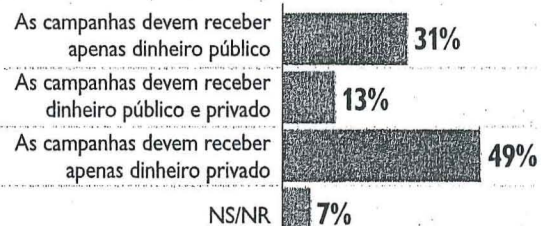
O senhor é a favor, indiferente ou contra a revisão do sistema de governo, envolvendo o parlamentarismo?



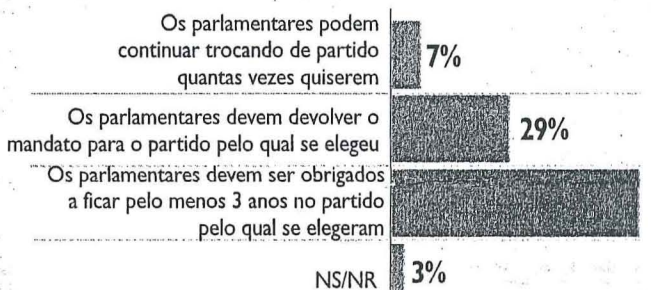
Qual é a sua opinião a respeito do tempo de mandato e o direito à reeleição do presidente da República, governadores e prefeitos?



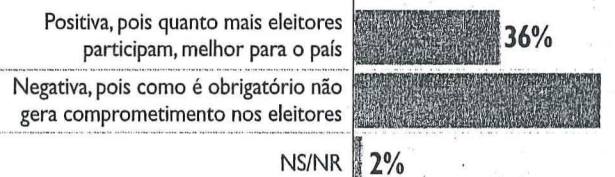
Nos últimos anos, a imprensa noticiou muitos problemas a respeito da forma de financiamento das campanhas políticas. A esse respeito, o (a) senhor (a) acha que:



Qual a sua opinião sobre a troca de partido dos deputados e senadores depois de eleitos?



No Brasil, o voto é obrigatório nas eleições. Em sua opinião, esta obrigatoriedade é:



POLÍTICA

Reforma Política
REFORMAS

Economia moderna, política envelhecida

Segundo analista, políticos deveriam preparar novas possibilidades para o crescimento

MARCOS SEABRA
SÃO PAULO

O desenvolvimento do Brasil ainda está intimamente ligado ao sistema político brasileiro. Por menos que o mercado goste de pensar assim, o professor e cientista político do Ibme/SP, Carlos Mello, defende essa idéia. "Acho que o melhor exemplo de dependência entre os políticos e a economia é a falta de marcos regulatórios para alguns setores da economia. Não temos um Estado ajustado para fazer esse marco regulatório, então essa coisa de dizer que a economia se autonomiza em relação à política é balela", defende Mello.

Embora o quadro atual seja de

uma economia em crescimento por alguns anos seguidos, em breve as possibilidades serão esgotadas, analisa Mello. "A política teria que estar preparada para abrir novas possibilidades para esse crescimento, mas ela não está", acrescentou. Mello acredita que o momento econômico é bom para reformas, mas o "ambiente político não".

Até mesmo o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) terá seus limites no que diz respeito ao desenvolvimento. "Na prática, o PAC seria apenas um acessório importante. Nós precisaríamos de um PAC do Estado", diz. Para o professor do Ibme/SP, outro sintoma da dependência da economia e da política está

na crise que envolve o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), e outros senadores. "Hoje as coisas estão paradas no Congresso por

Romualdo Ribeiro



Mello: Falta o "PAC do Estado"

que o Renan está tendo que explicar como ele pagou a pensão para a ex-namorada. Além de que atualmente todo mundo no Congresso se transformou em baixo clero", diz.

Mello debita boa parte da impossibilidade de uma reforma no sistema político

brasileiro à falta de capital humano. "Hoje não temos mais lideranças políticas com credibilidade suficiente para capitalizar as reformas necessárias, não temos quadros políticos em nenhum partido, da situação ou oposição. Existe uma ausência total de capital humano para a política", definiu.

Para o cientista político, o Estado deixou de ser interessante como carreira, o que acabou empobrecendo a área política. "No passado tudo convergia para o Estado, essas lideranças, de alguma forma, se transformavam em agentes do Estado. Hoje as pessoas convergem para o sentido contrário, ou seja, para a iniciativa privada." Ou seja, com as mudanças econômicas perdemos qualidade na política de uma forma geral. "O PT era um partido de jovens, hoje é de velhos. Os setores políticos envelheceram, o sentido da política se enfraqueceu e quando existe um momento econômico como o atual, as pessoas já não ligam para a política", acrescentou o professor.

Quando questionado se a atual situação foi uma "armadilha" correspondida com uma renovação da classe política". A modernização econômica, segundo ele, deveria ser acompanhada de uma modernização política. "Quando privatizamos aquelas empresas estatais que não tinham viabilidade, tínhamos que ter feito também uma reforma do Estado", defende.

A verdadeira armadilha está no fato de a economia não ter total autonomia. "Ela precisa da política para promover uma remoção de uma série de gargalos, para criar infra-estrutura, criar garantias jurídicas, cuidar das instituições. O investidor tem medo, ele quer garantias e segurança. E quem faz essas mudanças é a política que negocia e promove as modificações", finaliza Mello.

O estabelecimento de ferramentas necessárias para o pleno desenvolvimento econômico, como os marcos regulatórios por exemplo, são considerados pelo professor do Ibme/SP como incompatíveis com o atual sistema político brasileiro. "Como podemos estabelecer uma marco regulatório transparente, por exemplo, na questão da energia? Isso vai significar acabar com cabides de empregos e cargos políticos, e, provavelmente modificações nos sistemas de licitações", acredita.

O gargalo está no nosso sistema político. "É um regime político que está pondo a perder várias oportunidades de negócios. É um momento que podemos dizer que é extraordinário se tivermos sistema político para isso." Mas a culpa não é só dos políticos. "O sistema não é próximo do ideal não só por culpa dos políticos. Quando a sociedade começa a dizer que a política é coisa de malandro, os malandros agradecem. Damos uma

destruiu a candidatura dele em uma entrevista na televisão, além dos problemas familiares surgidos com o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso", cita o analista para exemplificar os efeitos de uma mesma causa que não está sendo atacada.

Em livro lançado recentemente (Collor: o ator e suas circunstâncias, editora Novo Conceito), Melo explica os fatos que marcaram a curta estadia de Fernando Collor de Mello no Palácio do Planalto. É desta época o início das tentativas de efetivar reformas no País. "O Collor foi um exemplo da soberba e FHC e o Lula são exemplos da timidez. Portanto, não podemos ser tímidos e nem exageradamente ou-

Desgaste do Congresso e partidos reduziu chances de novos avanços

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva não tem mais tempo hábil para realizar a reforma política que o País necessita, inclusive para dar fôlego ao crescimento econômico proposto por seu governo. Na avaliação do cientista político e professor do Ibme/SP, Carlos Mello, o presidente perdeu a oportunidade, ainda nos primeiros meses de 2003, no início de seu primeiro mandato. "Ele não soube aproveitar o crédito político obtido pelos milhões de votos que o elegeram, conseguidos nas urnas em 2002, para colocar em prática mudanças estruturais na política brasileira", avaliou.

O desgaste dos políticos com os sucessivos escândalos esgotaram a chance de reformas respeitadas pela sociedade. "As reformas deviam ter acontecido no primeiro mandato, apesar de agora termos condições econômicas até melhores. Mas o grau de diálogo de Lula com a sociedade já não é tão bom como no primeiro mandato."

Além das mudanças nos setores tributário e previdenciário, alterações profundas no sistema político estão muito longe de acontecerem, ainda que diversos segmentos da sociedade reclamem a sua realização. "A reforma política que está aí não é o suficiente, é o esboço apenas de uma reforma eleitoral. Sabemos que precisamos de uma reforma muito mais ampla, não só de lista fechada de candidatos ou não. Precisamos de uma reforma do Estado brasileiro, mas isso vai gerar desconforto inclusive dentro de casa", acrescentou.

Para Melo, além de vontade política, falta material humano

leiros, acusado de receber dinheiro da construtora Mendes Júnior para pagar despesas pessoais. É a mesma história de outras tantas que já aconteceram e vão acontecer", acrescentou o professor do Ibme/SP.

Nem mesmo o envolvimento do irmão do presidente Lula — Genival Inácio da Silva, o "Vavá" —, em denúncias de corrupção é qualificado como uma novidade na crise política. "Temos também de lembrar do irmão do Collor, na tia de Guilherme Afif Domingos, então candidato alternativo à dobradinha Brizola (Leonel Brizola e Lula), que

"Collor foi exemplo da soberba; FHC e Lula são exemplos da timidez. Não podemos ser tímidos e nem muito ousados"

Ao povo, o Bolsa Família; para o mercado, perspectivas

SÃO PAULO

Desde a era Fernando Collor de Mello no Palácio do Planalto a política se digladiava com a economia. "Existe um processo de modernização do País que já acontece há quase duas décadas e esse processo é custoso", avaliou o cientista político e professor do Ibme/SP, Carlos Mello. As mudanças e transformações necessárias teriam que, obrigatoriamente, confrontar interesses. "Na hora de reestruturar o Estado brasileiro e reordenar agentes econômicos, esse enfrentamento se acirrará", acrescenta Melo.

Estado brasileiro, a retirada das decisões das mãos das grandes corporações, fazer reformas como a da Previdência, a tributária, rever o pacto federativo. Ou seja, mais enfrentamentos.

Gazeta Mercantil - A situação mudou com a chegada do Lula?
Melo - Quando vem o Lula a impressão que muitos agentes econômicos tinham é que seria um retrocesso. Até para se viabilizar, o Lula teve que dar alguns passos à frente e, bem ou mal, sinalizou que não faria loucuras. Fez pequenas reformas nos âmbitos previdenciário

acrescenta Melo.

O real sucessor de Collor, Fernando Henrique Cardoso, foi qualificado como tímido por Melo na hora de enfrentar os interesses políticos arraigados no País. “O mesmo podemos dizer o presidente Lula”, avalia. Veja a seguir as principais comparações de Carlos Melo entre os três presidentes quando o assunto é reformas.

Gazeta Mercantil - Foi o Collor que começou as reformas?

Carlos Melo - As reformas vêm acontecendo ao longo desses anos, do começo dos anos 90 para cá. Mas é um stop and go. Bem ou mal, de uma forma atabalhoada, o Collor dá um impulso. Esse processo, porém, sofre uma interrupção diante da resistência e da inabilidade dele. Portanto, ele dá um impulso nas transformações e em seguida adota um ritmo lento. Logo depois veio o FHC e dá um salto, inegavelmente, embora não consiga fazer tudo, o que teria de ser feito. Mas enfrentar o desafio da estabilidade foi um tremendo passo adiante.

Gazeta Mercantil - Faltou fazer alguma coisa?

Melo - Teríamos outros desafios, como o da eficiência do

mas nos âmbitos previdenciário e tributário, nada significativo, mas fez. Mas, sobretudo, consolidou a idéia de estabilidade que ainda não estava consolidada. O mesmo fez com o câmbio flutuante e, em alguma medida, ainda com contenções, a idéia de ter superávit, algo muito importante.

Gazeta Mercantil - Isso tudo para viabilizar seu governo?

Melo - A conjuntura, a pressão e a dinâmica política fizeram algumas reformas interessantes, talvez menos o Lula e mais a história. Por exemplo, uma certa autonomia ao Banco Central, que eu não acho que foi o Lula, mas as circunstâncias.

Gazeta Mercantil - Quais?

Melo - Na verdade foi o mercado que falou o que queria. O que o Lula teve que fazer para se manter? Para a massa, deu crédito e o Bolsa-Família, e para o mercado teve que dar perspectiva de investment grade. Ele, portanto contentou dois setores que poderiam ser variáveis de pressão muito grande para ele. De alguma forma, portanto, houve um progresso, mas que é lento e enfrenta muita resistência.

(M.S.)

atual situação foi uma “armadilha” da globalização, Mello é direto: “Não acho que foi uma armadilha porque, na verdade, essa globalização deveria ser

espécie de reserva de mercado para eles”, acrescenta.

Comente esta reportagem no portal www.gazetamercantil.com.br

política, para material humano para capitanear as mudanças necessárias. “A nossa crise política é muito mais profunda do que esse caso do senador e presidente do Senado, Renan Ca-

uos e nem exageradamente ousados. Temos que ser políticos, temos que exercer a liderança não só para fazer política interna, mas para a sociedade.”

(M.S.)

REFORMA POLÍTICA

JORNAL DE BRASÍLIA

DEPUTADO CONSIDERA "BALELA" A PROPOSTA DE REFORMA POLÍTICA QUE ESTÁ SENDO VOTADA NA CÂMARA

01 JUL 2007

Só caciques ganham

NILSON CARVALHO/25.06.2006

Em meio às discussões emperradas da reforma política na Câmara dos Deputados, o deputado federal Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) tem defendido pelos corredores da Casa uma reforma alternativa. São medidas que ele considera a "essência" para uma transformação no sistema político brasileiro.

"O atual texto que está sendo discutido é balela. Só tem benefícios para a cúpula dos partidos, fortalece as oligarquias", disparou Rollemberg.

A proposta do deputado prevê: fim do foro privilegiado para autoridades e a rejeição ao projeto que garante foro privilegiado a ex-autoridades; limite na edição de medidas provisórias; mudanças na elaboração do Orçamento de forma a torná-lo impositivo; redução drástica nos gastos de campanha, eliminando material de rua como cartazes, carros de som, limitando a campanha a programas de TV, sem cenas externas, rádio, internet e reuniões públicas para debate político; fim da reeleição para cargos executivos; apenas uma reeleição para cargos eletivos (deputado federal, estadual, ve-

"O atual texto que está sendo discutido é balela. Só tem benefícios para a cúpula dos partidos, fortalece as oligarquias"

DEPUTADO RODRIGO ROLLEMBERG (PSB-DF)

reador e senador); supressão da figura do suplente de senador; e uso mais freqüente das consultas populares.

Alguns desses pontos foram apresentados pelo deputado como emendas ao texto atual da reforma. Para formular essas alterações, Rollemberg chegou a contratar uma empresa de consultoria política que também analisou o teor da reforma em discussão. Os analistas avaliaram que o texto ideal da reforma tem que buscar melhorar a representação e a valorização do

Congresso e do parlamentar.

O principal ponto do atual texto que incomoda Rollemberg é o voto em lista fechada. Para o deputado, se aprovada, "o eleitor votará no escuro". O sistema da lista fechada estabelece que o eleitor não vota em candidatos, mas no partido, e a ordem é decidida por mecanismos internos de cada legenda. Uma das principais críticas a esta fórmula é o anonimato do parlamentar, porque toda a campanha se faz em torno de algumas escolhidos do partido ou do candidato a presidente. E o Congresso acaba sendo composto por figuras desconhecidas do eleitor.

"Como o cidadão vai saber em quem votar com as listas feitas por burocracias partidárias? Quais serão os critérios de escolhas dos partidos?", disse.

O deputado explica, ainda, que o financiamento público de campanha pode ser uma saída, mas se não for alterada a forma como são feitas as campanhas eleitorais, não vai ter efeito.

"Reduzir gastos com campanhas precisa ser uma prioridade. Não é preciso carro de som nem outdoor. Isso corrrompe o sistema".



ROLLEMBERG ACHA ATUAL PROJETO DE REFORMA ANTIDEMOCRÁTICO

Dias de pouco trabalho

Os escândalos políticos que envolvem congressistas estão refletindo na pauta de votação da Câmara e do Senado. E preocupam o Palácio do Planalto. O Executivo espera a aprovação de medidas importantes, como a prorrogação da Desvinculação de Arrecadação da União (DRU) e da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

Os deputados aprovaram apenas duas medidas provisórias e um projeto de lei sobre estágios. No Senado não foi diferente: apreciou-se quatro MPs e as emendas da Câmara para o Projeto de Lei sobre Zonas de Processamento de Exportação.

Há ainda no Planalto a preocupação de que as investigações atrasem a votação Lei de Diretrizes Orçamentárias pelo Congresso. A LDO tem de ser votada até 17 de julho. Nos próximos dias, o ministro das Relações Institucionais, Walfredo dos Mares Guia, convocará os líderes para cobrar rapidez na votação.

REGRAS ELEITORAIS

Critérios previstos para o caso de um partido ter direito a uma única vaga em determinado estado ou a um número ímpar de cadeiras favorece a votação direta no nome dos candidatos

Sistema misto enfraquece lista

SOLANO NASCIMENTO
DA EQUIPE DO CORREIO

Na quinta-feira, um grupo de 12 partidos apresentou emenda para substituir o projeto de reforma política que prevê um sistema misto. Metade das vagas de parlamentares será para eleitos por meio de lista fechada de partidos. A outra metade será escolhida pelo voto direto no candidato. Na prática, no entanto, a divisão não será meio a meio, por causa da predominância do voto direto em dois casos: quando um partido elege apenas um parlamentar no estado e quando o número de vagas é ímpar. Se os atuais deputados federais tivessem sido eleitos pelo sistema proposto na emenda, 337 deles — o equivalente a dois terços da Câmara — teriam sido escolhidos pelo voto direto, e não em listas.

O projeto de reforma que tramita na Câmara prevê o sistema de lista fechada. Por ele, antes da eleição, cada partido elabora uma relação de candidatos. Na eleição, o eleitor vota no nome do partido, e não no candidato. Elegem-se os primeiros candidatos da lista, no número correspondente às cadeiras que o partido conquistou. A nova proposta protocolada na quinta por um grupo de legendas da base do governo e da oposição — como PT, PMDB, DEM e PPS — prevê um híbrido entre a lista fechada e a lista aberta.

Pela nova proposta, o eleitor vota duas vezes. Primeiro escolhe o partido e depois, da lista desse partido, opta por um candidato. Anunciados os votos, metade das

Ronaldo de Oliveira/CB - 20/6/07



O PRESIDENTE DA CÂMARA, ARLINDO CHINAGLIA (PT-SP), FECHOU ACORDO COM LÍDERES PARTIDÁRIOS VOTAR REFORMA POLÍTICA NA PRÓXIMA TERÇA-FEIRA

ocorre com seis dos oito deputados. Também são comuns situações em que, pelo quociente eleitoral, um partido tem direito a um número ímpar de vagas. No Rio Grande do Sul, por exemplo, hoje há cinco deputados do PP e três do PTB.

A proposta dos 12 partidos

seus estados. O restante do desequilíbrio ocorre por conta dos desempates em casos de número ímpar de vagas.

Quociente

Esses números servem para mostrar o que pode ocorrer com o novo sistema, caso seja aprovado.

De olho em 2010

Dois presidenciáveis — Ciro Gomes (PSB) e José Serra (PSDB) — trabalham contra

cidade de São Paulo em colégios de 150 mil eleitores e cada um elegeria seu vereador. O K

Disputa interna

SANDRO LIMA
DA EQUIPE DO CORREIO

Planejada para ser um remédio eficaz contra os males do sistema eleitoral brasileiro, a reforma política em discussão no Congresso caminha para tornar-se um placebo, ou seja, uma substância que não tem ação específica na doença do paciente. Os escândalos do mensalão e, mais recentemente, da Operação Navalha deixaram claro que a origem da corrupção está no financiamento privado das campanhas políticas. Foi justamente para tentar evitar que novos escândalos desse tipo ocorram que 12 partidos conseguiram maioria em torno de um projeto de reforma política que injeta dinheiro público nas campanhas. Mas todos admitem que ele ainda mantém brechas que estimulam o uso do capital privado e a formação de caixa 2.

O projeto original, do deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO), que tem como ponto principal a lista fechada, na qual o eleitor vota em uma lista de candidatos definida pelo partido, foi rejeitado por quase

partido, opta por um candidato. Apurados os votos, metade das vagas será ocupada pelos primeiros colocados na lista fechada. A outra metade fica com os candidatos que receberam mais votos diretos.

São comuns, no entanto, situações em que o quociente eleitoral permite que um partido eleja um único candidato em determinado estado. Hoje, por exemplo, cinco dos oito deputados do Acre são os únicos representantes de seus partidos na bancada estadual na Câmara. No Amapá, isso

hoje na cinco deputados do PT e três do PTB.

A proposta dos 12 partidos prevê que, nesses casos, prevalece o voto direto em candidatos. Ou seja, se um partido tiver uma única vaga, o eleito será o candidato que tem o maior número de votos, não o primeiro da lista partidária. Se um partido tem direito a três vagas, duas serão para os candidatos com maior número de votos, e uma para o primeiro de sua lista partidária. Na prática, isso desequilibra muito o sistema misto. Dos atuais 513 deputados, 118 são os únicos representantes de seus partidos em

esses números servem para mostrar o que pode ocorrer com o novo sistema, caso seja aprovado. É preciso lembrar, no entanto, que muitos dos atuais parlamentares foram eleitos em coligações, o que influencia no quociente eleitoral. Ou seja, em determinado estado pode haver um único candidato de um partido, mas na verdade ele foi um dos representantes de um grupo de partidos coligados. Ocorre que a emenda, da mesma forma que o projeto da reforma política, dificulta em muito as coligações nas eleições para deputados e vereadores. Elas só são autorizadas em casos de formação de federações de partidos, que precisam ficar juntos por pelo menos três anos. Por isso, é provável que os casos de coligação se tornem bem mais raros.

Dois presidenciais — Ciro Gomes (PSB) e José Serra (PSDB) — trabalharam contra a adoção da lista fechada. Os tucanos ficaram fora do acordo entre os principais partidos da Câmara em torno da reforma política. Eles vão insistir na aprovação do voto distrital misto. Serra defende o modelo distrital, em que o eleitor escolhe o candidato a partir de uma lista fornecida pelo partido, mas também de acordo com sua origem, por região do estado.

Serra propõe que o voto distrital seja introduzido no ano que vem em São Paulo e nas grandes cidades. Municípios com mais de 200 mil eleitores teriam voto distrital nas eleições proporcionais de 2008. Isso significaria dividir a

cidade de São Paulo em colégios de 150 mil eleitores e cada um elegeiria seu vereador. O líder do PSDB na Câmara, Antonio Carlos Pannunzio (SP), defendeu a aprovação da PEC 523/06, de autoria do deputado Silvio Torres (SP). A proposta adota o sistema distrital misto nas eleições de vereadores nos municípios com mais de 200 mil eleitores.

Ciro Gomes, ainda discreto nos debates na Câmara, desta vez mobilizou a bancada do PSB e de outros partidos contra a lista fechada, alegando que os únicos beneficiados seriam os grandes partidos. Ciro é cotado para ser o candidato à presidência em 2010 pelo bloquinho, agrupamento partidário liderado por PSB, PDT e PCdoB. (SL)

ta em uma lista de candidatos definida pelo partido, foi rejeitado por quase todos os partidos. PMDB, PT, DEM, PSB, PPS e PCdoB vão apoiar a lista flexível. Pela proposta, doações privadas a partidos ou campanhas acabariam. Haveria material de campanha unificado e padronizado, mas deputados poderiam pedir voto individualmente. O projeto não deixa claro quem pagará despesas individuais na campanha, como combustível e alimentação.

Caixa 2

“É um erro grave e preocupante para o futuro. O dinheiro público vai servir para maquiagem o caixa 2. A disputa interna agravará o processo autofágico. Os candidatos no fim da lista serão incentivados a utilizar o caixa 2”, avaliou Caia. Nas eleições proporcionais de 2008, o custo da eleição para os cofres públicos será de aproximadamente R\$ 1 bilhão, levando-se em conta que o gasto por eleitor seria de R\$ 7, mas a despesa pode ser maior, pois os deputados pretendem retirar do projeto menção a um valor fixo por eleitor, abrindo assim a possibilidade de mais gastos.

Segundo o professor de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB) Paulo Calmon, a proposta “ameniza”, mas não resolve o problema. “É preciso implementar mecanismos para garantir a prestação de contas e a transparência na divulgação dos gastos. Não vejo nada disso em discussão no Congresso”, afirma.

Para o cientista político César Romero Jacob, da PUC do Rio, para sanear o sistema político “é saudável propor uma mudança, mas isso exige cuidado e regras claras, pois em um primeiro momento o eleitor não vai entender o uso de dinheiro público para financiar as campanhas”.

OS DIVERSOS SISTEMAS

Há vários sistemas de listas partidárias para a escolha de parlamentares. Estes são os principais:

❶ **Lista aberta** — é o sistema que vigora hoje no Brasil. O eleitor vota diretamente no nome de qualquer candidato inscrito pelos partidos, e os mais votados são os eleitos. É possível votar também no partido (é o chamado voto de legenda), mas a maioria dos eleitores brasileiros não faz isso. Esse sistema permite, por exemplo, que o eleitor escolha um candidato a deputado federal de um partido e um candidato a deputado estadual ou distrital de outra legenda.

❷ **Lista fechada** — é o sistema proposto no projeto da reforma política que está por ser votado na Câmara. Cada partido elabora uma lista de candidatos. Na hora de votar, o eleitor vota no partido, e não em um candidato específico. Os eleitos são os que ocupam os primeiros lugares da lista do partido, de acordo com a votação obtida

por cada legenda. Por esse sistema, não é possível votar em candidatos a deputado federal e distrital de partidos distintos, a não ser que as duas legendas estejam coligadas ou reunidas em uma federação.

❸ **Lista flexível** — é o sistema que existe na Bélgica e na Suécia, por exemplo. Os partidos elaboram as listas de candidatos. Na votação, o eleitor escolhe se vai votar na lista do partido ou se prefere votar em candidatos específicos. Conforme o número de votos que o candidato recebe, ele pode então ‘furar’ a lista e ser eleito mesmo que não ocupe os primeiros lugares da relação elaborada por seu partido. Na lista flexível clássica, a votação no candidato é uma opção do eleitor, não uma obrigação.

❹ **Lista livre** — é o modelo adotado na Suíça. O eleitor tem duas opções: pode votar

só no partido ou em muitos candidatos, com o número limitado pelo número de cadeiras que caberá a cada unidade da federação. Em um estado com direito a 10 vagas na Câmara dos Deputados, por exemplo, o eleitor pode votar em 10 candidatos, desde que do mesmo partido. Os eleitos são os que recebem maior número de votos em um cálculo que leva em conta tanto os votos dados aos partidos quanto aos conferidos aos candidatos individualmente.

❺ **Lista mista** — é o sistema que foi proposto na quinta-feira por um grupo de 12 partidos, com uma emenda ao projeto de reforma política. Os partidos montam as listas de candidatos. Na hora da votação, o eleitor vota primeiro no nome do partido. Aí a urna eletrônica abre a relação de candidatos desse partido, e o eleitor escolhe um

deles. Os votos dados ao partido são usados para eleger os primeiros nomes das listas, que ocuparão metade das vagas às quais o partido terá direito. A outra metade caberá aos candidatos que não são eleitos por meio das listas, mas recebem o maior número de votos diretos. Assim a votação no candidato não é opcional, é obrigatória, e não é possível eleger candidatos de partidos distintos, salvo casos de coligação ou federação. Dentro da Câmara, alguns deputados estão chamando esta lista também de flexível.

❻ **Lista múltipla** — sistema proposto, com versões distintas, em emendas de três deputados — um do PT, um do PSDB e um do PDT — ao projeto da reforma política. Pelo sistema, conforme a vontade dos convencionais, cada partido pode montar mais de uma lista de candidatos. O eleitor escolhe a

lista que prefere, e os votos dados para todas as listas de determinado partido são somados para a legenda. São eleitos os candidatos da lista que recebe o maior número de votos.

❼ **Lista paralela** — foi proposta por três deputados — dois do PSDB e um do DEM — que assinaram uma emenda ao projeto da reforma política. Prevê o sistema de lista fechada, mas com uma ressalva: com 10% dos votos dos convencionais, um candidato pode concorrer de forma independente, fora da relação do partido. Os votos que ele receber, de forma isolada, valem também para a legenda. Conforme o número de votos que conseguir, o candidato independente garante uma vaga.

Fonte: Siqueira Castro, conselheiro da OAB.

DOMINGO
BRASÍLIA, 24 DE JUNHO DE 2007

Política

Editor: Fabio Grecchi
E-mail: fabiogrecchi@jornaldebrasilia.com.br
Telefone: 3343-8152

REFORMA POLÍTICA | DEPUTADOS TRAVARÃO BATALHA EM TORNO DA PROPOSTA QUE CRIA A LISTA FLEXÍVEL DE VOTAÇÃO NAS ELEIÇÕES. DISCUSSÃO COMEÇA NESTA SEMANA

Um Parlamento dividido

Manuela Borges

O plenário da Câmara dos Deputados deve travar uma queda de braço nesta semana para aprovar a reforma política. De um lado, estão os defensores do relatório do Projeto de Lei 1.210/07, do deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO), que prevê o financiamento público de campanha, a cláusula de barreira, a fidelidade partidária e a lista fechada pré-ordenada — principal ponto de discórdia entre os partidos — e, de outro, os parlamentares que vêem como opção a Emenda Substitutiva 345, proposta pelo vice-líder do governo, Henrique Fontana, (PT/RS) e que apenas substitui a lista fechada pela flexível dentro do pacote da reforma política.

Pela lista fechada, a população passa a votar no partido por meio de uma lista de candidatos estipulada pela legenda e não mais no candidato propriamente dito. Já na lista flexível, 50% dos candidatos eleitos o são pelo sistema de voto direto, como já acontece atualmente, e os outros 50% pela lista fechada pré-ordenada. Se o partido conseguir eleger apenas um candidato, a vaga será ocupada pelo representante da lista aberta, ou seja, pelo candidato que obtiver o maior número de votos diretos.

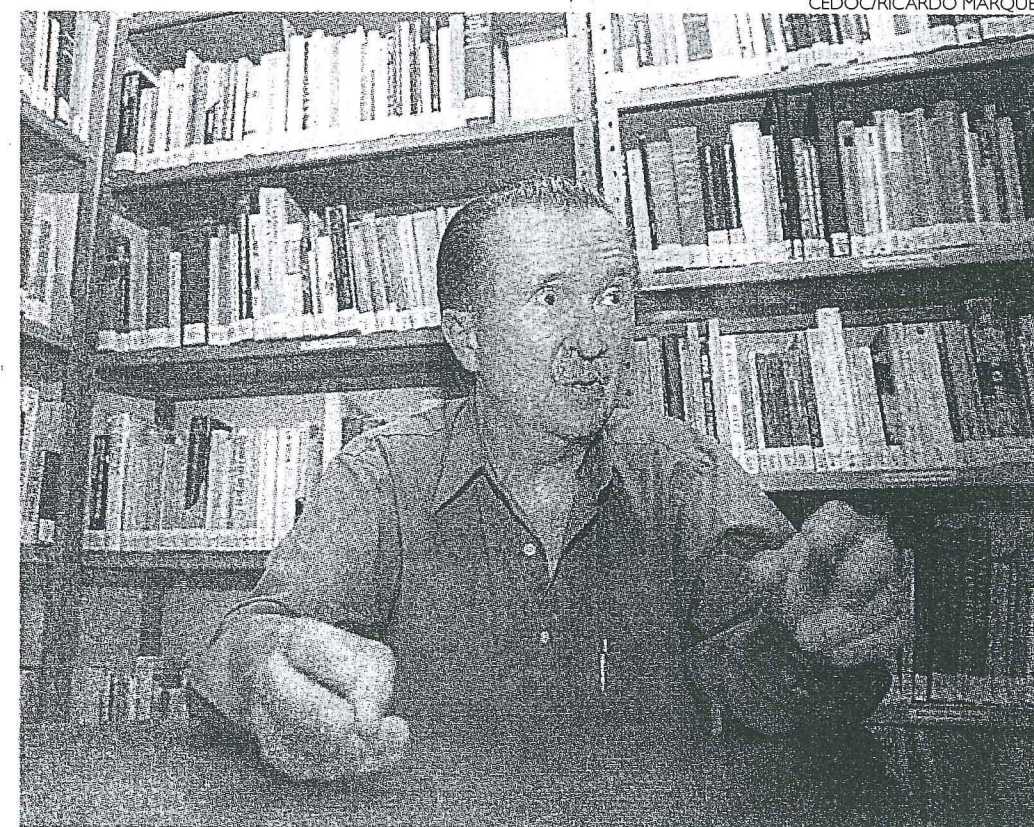
"Pelas minhas contas, apenas metade dos deputados do PPS votam a favor da lista flexível"

FERNANDO CÔRUJA, LÍDER DO PPS NA CÂMARA

toral de fiscalizar os gastos de campanha.

O deputado Felippelli concorda com Coruja. "A única forma de disciplinar o financiamento público de campanha é por meio da lista fechada. O sistema flexível pode ficar vulnerável à entrada de recursos privados", afirma.

O líder do PPS explica que, na hora da votação, o eleitor deverá escolher primeiro o partido de sua preferência, então uma nova janela se abrirá com a sequência dos candidatos. Se o eleitor desejar, ele poderá votar no nome do seu interesse, se não, seu voto irá apenas para o partido. "Se o partido conseguir dez vagas, por exemplo, os cinco



O CIENTISTA POLÍTICO DÁVID FLEISCHER DIZ QUE A LISTA FLEXÍVEL "É PÉSSIMA PARA A REFORMA"

O QUE PODE VIRAR LEI

Voto Flexível

Com esta proposta, 50% dos candidatos serão eleitos pelo voto direto, como já é feito atualmente e os outros 50% serão eleitos pela chamada lista fechada, por meio da qual os partidos ficam responsáveis por elaborar uma lista pré-ordenada dos principais nomes da legenda. Ou seja, se o partido conseguir 20 cadeiras para ocupar na

multiplicado por R\$ 7. Para as eleições de 2008, foram calculados R\$ 910 milhões. Esta rubrica deverá constar na lei orçamentária. O Tribunal Superior Eleitoral fica responsável por fazer a distribuição dos recursos. Segundo a proposta, 1% é igualmente dividido entre todos os partidos, 14% igualmente divididos entre os partidos e federações com representação na Câmara e 85% dividido entre as entidades

Projeto recebe muitas críticas

A Câmara dos Deputados vem recebendo diversas críticas pela forma como está conduzindo a discussão em torno da reforma política. O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, por exemplo, comentou, na semana passada, que a reforma política vai ser "um desastre, uma lambança" e defendeu o voto distrital (o Estado é dividido em áreas ou distritos, onde cada indivíduo escolhe apenas um candidato para representá-lo politicamente).

O vice-líder do governo, Henrique Fontana, não gostou do comentário de FHC. Ele informou que o voto distrital não está em pauta e disse estranhar a posição conservadora do ex-presidente. Para ele, "lambança" é o sistema de financiamento privado, o abuso do poder econômico e um conjunto de relações promíscuas entre a democracia e as decisões de governo, que acabam sendo determinadas pelo poderio econômico no sistema político vigente.

Segundo Fontana, a proposta apresentada não é perfeita, mas melhora em muito o sistema político brasileiro. "Pior lambança e desastre é manter o sistema político como está, pro-

o maior número de votos diretos. O relator do PL 1.210/07, deputado Ronaldo Caiado, já se posicionou contrário a esta mudança e, mesmo com toda a resistência contra a lista fechada, ele lutará pela aprovação.

O líder do PPS na Câmara, Fernando Coruja, e o presidente do PMDB-DF e deputado federal, Tadeu Filippelli, dizem que as bancadas estão divididas e que os partidos não fecharam consenso sobre o assunto. "Pelas minhas contas, apenas metade dos deputados do PPS votam a favor da lista flexível. Mas há uma maioria na Câmara com interesse de votar e aprovar a matéria. A votação será muito disputada", acredita o líder do PPS.

■ **Prós e contras**

Para ele, a lista flexível tem prós e contras. Uma das vantagens, segundo Fernando Coruja, é que o sistema "flex" fortalece os partidos; a desvantagem é que esta lista pode abrir brechas para que se formem os caixas dois, dificultando o trabalho do Tribunal Superior Elei-

vez vagas, por exemplo, os cinco primeiros da lista são eleitos e os outros cinco mais votados entram também", diz Coruja.

■ **Custo**

Para o cientista político David Fleischer, a lista flexível é péssima para a reforma política. "A lista flexível não combina com o financiamento público. Isso porque, a partir do momento em que se abre para a candidatura individual, aumenta consideravelmente o custo de campanha."

Segundo ele, embora os defensores da lista flexível aleguem que não haverá financiamento individual de campanha, Fleischer diz que isso é impossível. "Estão tentando tampar o sol com a peneira para conseguir aprovar a todo custo a reforma política. Como o cidadão votará em um candidato individualmente se ele não conhecer pelo menos o seu número de campanha?", indaga. De acordo com Fleischer, se o Congresso aprovar a lista flexível, será necessário fazer uma campanha para ensinar a população a votar.

Câmara dos Deputados, são eleitos os primeiros dez nomes da lista e, na sequência, os outros dez mais votados.

Fim das coligações partidárias

■ Para substituir as coligações, se propõe que sejam constituídas as federações partidárias. A federação permite que os partidos com maior afinidade ideológica se unam para disputar de maneira uniforme em todo o País. Durante três anos, as legendas deixam de atuar como partidos isolados e passam a agir como se fossem um único partido. Hoje, um partido pode se coligar com outro para uma eleição e desfazer a união logo em seguida.

Financiamento público de campanha

■ É o povo quem paga. O número do eleitorado registrado em 31 de dezembro do ano anterior à lei orçamentária, deverá ser

Câmara e 85% dividido entre os partidos e federações proporcionalmente ao número de representantes que elegeram na última eleição para a Câmara dos Deputados.

Cláusula de Barreira

■ Limita o funcionamento parlamentar nas casas legislativas apenas aos partidos que alcançarem o apoio mínimo de 2% dos votos apurados em todo o País, distribuídos em pelo menos nove estados. A legenda também tem a obrigatoriedade de eleger, no mínimo, um representante em cinco estados.

Fidelidade Partidária

■ Se trocar de partido perde o mandato como parlamentar. O prazo para filiação partidária também é aumentado. Para concorrer às eleições, é preciso estar filiado ao partido pelo menos um ano antes da eleição.

sistema político como está, provocando todos esses estragos que temos visto nos últimos anos", afirmou.

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) criticou o sistema de lista fechada. Para a instituição, o modelo usurpa dos eleitores o direito de escolher seus próprios representantes.

Para votar a matéria nesta semana, o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, já determinou a utilização de seis sessões extraordinárias ainda no mês de junho. Antes de começar a discussão, os deputados deverão votar duas medidas provisórias (358/07 e 369/07) que trancam a pauta e um projeto de lei com urgência constitucional (PL 993/07).

Lista "flex" na pauta

ANTONIO CRUZ/ABR

Manuela Borges

O vice-líder do Governo na Câmara, Henrique Fontana (PT-RS), passou a tarde de ontem recolhendo assinaturas para dar entrada a Emenda Substitutiva ao relatório do Projeto de Lei 1210/07 do deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO), que institui a reforma política. A única alteração prevista no substitutivo é a retirada da lista fechada pré-ordenada, na qual os cidadãos passam a votar em uma lista organizada pelos partidos e não mais no candidato propriamente dito, pela lista chamada flexível.

Pela proposta, a lista "flex" será dividida meio a meio. Ou seja: 50% dos candidatos passam a ser eleitos pela lista fechada, nas quais os partidos escolhem os candidatos; e os outros 50% serão escolhidos pela voto direto, como é feito atualmente.

A idéia é fechar um consenso na Câmara dos Deputados. Na semana passada, a reforma política foi rejeitada pelos líderes partidários justamente porque previa a lista fechada e pré-ordenada.

Para Fontana, este novo modelo fortalecerá os partidos, além de garantir o direito

do eleitor de votar no candidato de sua preferência.

"O mais importante é que a campanha passará a ser feita por meio do financiamento público, que visa acabar com os caixas dois. Esta emenda tem diversas amarras que dificultam qualquer ilícito. Para quem burlar a lei, a pena será a perda do mandato", explica o vice-líder do Governo.

No entanto, Fontana sabe que o substitutivo não é à prova de bala. "Se no atual modelo existem mil possibilidade de fraudes, no sistema de lista flexível com financiamento público a possibilidade de fraudes será de 100", analisa.

Segundo Fontana, o projeto do substitutivo já tem a adesão do PT, PSB, DEM, PPS, PC do B e alguns deputados do PMDB. A expectativa é de que na próxima terça-feira a matéria seja analisada e votada no plenário da Câmara.

Segundo Fontana, mesmo com a lista flexível, os candidatos não poderão fazer campanhas isoladas e nem com recursos privados. "A campanha é partidária, nada poderá ser feito individualmente".

■ Questão em aberto

Já o presidente do

PMDB-DF, deputado Filippelli diz que os deputados da bancada podem até ficar favoráveis à lista flexível, mas o partido não fechará questão a respeito do assunto. "Esta é uma tentativa de chegar a um ponto de equilíbrio. Na minha opinião, a lista fechada seria a melhor opção para disciplinar o sistema eleitoral por meio do financiamento público. Mas a idéia não foi bem recebida, porque há prós e contras".

Para o deputado, de um lado a lista fechada fortalece o partido, mas de outro tira da sociedade o poder de votar em um candidato da sua preferência.

"A Câmara sepultou de vez a lista fechada. Já a lista flexível é um arranjo para que a reforma seja aprovada no Congresso, mas não é o ideal", acredita Filippelli.

Os principais pontos da reforma política são: a fidelidade partidária, com penas para aqueles parlamentares que tentarem trocar de partido; a cláusula de barreira, que exige aos partidos alcancarem o apoio mínimo de 2% dos votos apurados em todo País para ter representatividade; e o financiamento público de campanha, pelo qual a população pagará pelos custos das campanhas eleitorais.



■ FONTANA PROPÕE 50% PARA LISTA FECHADA E 50% PARA ABERTA

Proposta altera financiamento público de campanha

Reforma Política

Novo projeto dá poderes ao Executivo e ao Congresso de decidir os recursos públicos que serão destinados aos partidos políticos

FÁBIO ZANINI
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Uma nova versão da reforma política, fruto de acordo encaixado por PT, PMDB e DEM, dá poderes à Presidência da República e ao Congresso Nacional de fixar, a cada eleição, o montante de recursos públicos que poderiam ser destinados às campanhas.

A proposta, assinada também por PC do B, PPS e PSB, está prevista para ir a voto na semana que vem. Ela foi apresentada como "substitutivo" ao projeto do deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO), que trami-

ta há quase cinco anos na Câmara dos Deputados.

O projeto de Caiado é rejeitado pelos partidos porque prevê o voto em lista "fechada", um sistema pelo qual o eleitor votaria numa lista de candidatos apresentada pelas legendas.

O projeto anunciado ontem, que deverá ser votado no lugar do de Caiado, cria uma lista "mista", pela qual o eleitor terá dois votos para deputado: primeiro numa lista partidária e depois, se quiser, em um candidato. Metade da Câmara seria eleita com base na ordem da lista partidária e metade segundo os candidatos mais votados.

A lista é acompanhada da introdução do financiamento público de campanhas. O texto de Caiado fixa um fundo para o financiamento, cujo valor seria o número de eleitores multiplicado por R\$ 7. Hoje, o fundo teria R\$ 880 milhões.

Mas o novo projeto, ao retirar menção a um valor fixo, abre a possibilidade de cifras bem maiores serem aprovadas pelo Congresso, sempre no ano anterior à eleição. O Executivo, mediante consulta à Justiça Eleitoral, fixaria um valor para o fundo e incluiria na proposta para o Orçamento do ano seguinte, que envia ao Congresso.

Os deputados e senadores, muitos dos quais disputariam a eleição, votariam o valor do fundo, podendo alterá-lo. O Executivo, que também seria parte interessada, sancionaria ou não a proposta.

O valor fixo teria sido retirado por um receio de que pudesse ser questionado judicialmente, com base na Lei de Responsabilidade Fiscal. A lei proíbe criação de despesa permanente sem a contrapartida orçamentária.

"Vai prevalecer a democracia. Se o valor aprovado for exorbitante, o eleitor vai se rebelar", disse Flávio Dino (PC do

B-MA), um dos redatores da proposta apresentada ontem, ao lado de Michel Temer (PMDB-SP) e Pepe Vargas (PT-RS).

Pela proposta, doações privadas a partidos ou campanhas acabariam. Haveria material de campanha unificado e padronizado, mas deputados poderiam pedir voto para si, verbalmente, na expectativa de se elegerem pelo critério do voto nominal.

Mas a proposta é omissa num ponto crucial: não fica claro quem pagará despesas individuais de candidatos em campanha, como combustível e alimentação.

PROPOSTA DOS PARTIDOS

PT, DEM, PMDB, PC do B, PPS e PSB alteraram a reforma

A NOVA VERSÃO DA REFORMA POLÍTICA

LISTA FLEXÍVEL

Os partidos apresentarão listas para seus candidatos ao Legislativo. O eleitor primeiro vota no partido e depois tem a opção de votar em um candidato. Metade das vagas será preenchida pela ordem na lista e metade pelos mais votados

PREFERÊNCIA PARA REELEIÇÃO



Deputados federais e estaduais e vereadores que desejarem se reeleger terão preferência na lista do partido, na ordem decrescente da votação obtida na eleição anterior. Mas os partidos poderão ignorar a regra, se quiserem, e adotar uma forma própria de ordenação da lista

FINANCIAMENTO PÚBLICO



As campanhas eleitorais serão financiadas por um fundo formado por recursos do Orçamento da União. O valor do fundo será arbitrado em lei um ano antes de cada eleição pelo Executivo e pelo Congresso. Acaba o financiamento privado para partidos e campanhas

CAMPANHAS



Serão feitas exclusivamente pelos partidos políticos, com material unificado. Fica proibida a confecção de material próprio de campanha pelos candidatos, mas os partidos poderão fazer "santinhos" individualizados para que eles utilizem nas eleições

COLIGAÇÕES



Acabam as coligações partidárias para eleições proporcionais (deputados federais e estaduais e vereadores). No entanto, continuam valendo para os cargos majoritários (presidente, governador, prefeito e senador)

FEDERAÇÃO DE PARTIDOS



Duas ou mais legendas poderão se "federar", desde que pelo prazo mínimo de três anos, para disputar eleições e atuar no Congresso. O objetivo dessa medida é dar condições de partidos pequenos fortalecerem-se atuando conjuntamente

CLÁUSULA DE BARREIRA



Fica eliminado o dispositivo que exigia o patamar mínimo de 2% dos votos para que o partido pudesse funcionar no Congresso

CONSULTA POPULAR

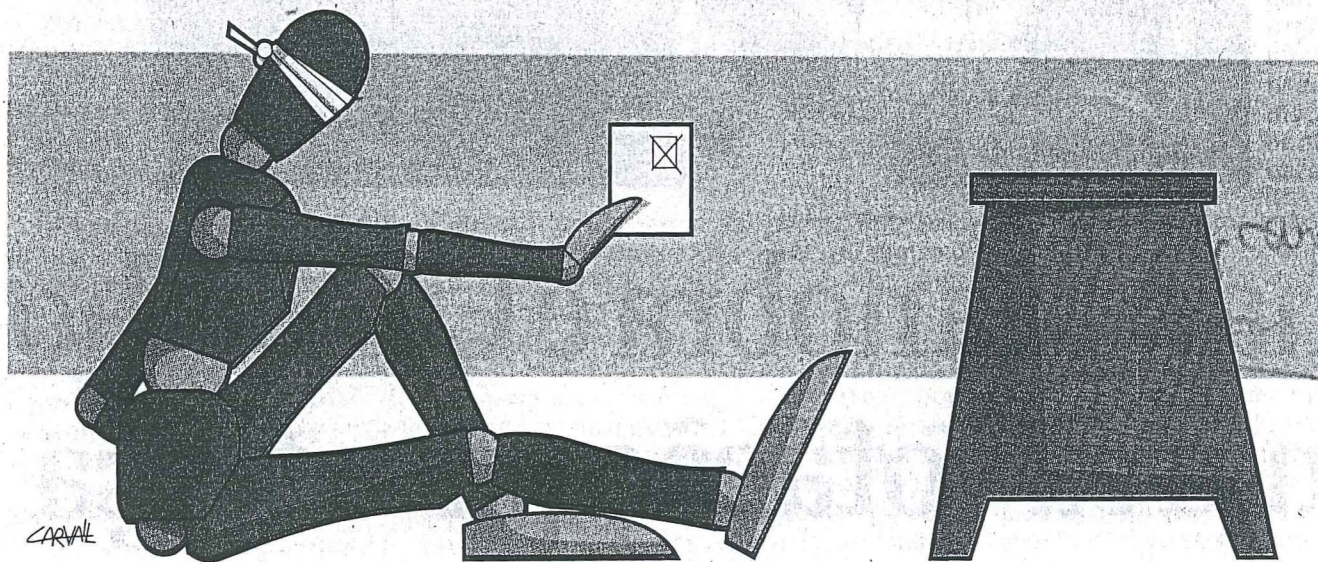


O sistema será submetido a um referendo em 2015, quando poderá ser revogado

Tendências | Debates

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo. debates@uol.com.br

A Câmara dos Deputados deve aprovar o voto em lista fechada para eleições proporcionais?



» NÃO

Uma piora na qualidade da representação

JOSÉ ANÍBAL

NESSES DIAS de início de votação da reforma política, ouvimos com frequência que nosso sistema eleitoral proporcional, "pior do que está, não pode ficar". Pode! Basta adotarmos o sistema de lista fechada ou qualquer outro atalho — como lista flexível — com o propósito de restringir ainda mais a representatividade dos parlamentares.

Também foi frequente ouvir nesses dias a respeito do desgaste dos parlamentares quanto à obtenção de recursos para financiamento das campanhas. Criou-se uma indevida relação entre aprovar as listas e ter o financiamento público de campanha.

Cabe perguntar, como diria Ulysses Guimarães: como Sua Excelência, o eleitor, foi tratado nesses dias em Brasília? Para dizer o mínimo, como

de o eleitor reconhecer o seu deputado e fiscalizá-lo, punindo-o ou premiando-o na eleição seguinte.

Reforçar a qualidade da representação e, dessa forma, fortalecer a própria democracia deve ser o ponto principal da reforma política, que é defendida por 11 entre dez parlamentares. Se assim é, o objetivo central será construir uma relação mais estreita entre a população e o eleito, e não escondê-lo numa lista.

A tramitação da reforma política começou com uma tentativa enviesada e totalmente equivocada, para dizer o mínimo, de estabelecer o voto em lista como condição para combater outros males de nosso remendado sistema eleitoral.

É óbvio que podemos votar a fidelidade partidária e fim das coligações

dém com o que pensa a sociedade, impunidade, corporativismo etc. têm várias origens, mas, sem dúvida, a principal é a escassa possibilidade de o eleitor fiscalizar o parlamentar. Para isso, é imprescindível o voto distrital, que não só aproxima o eleitor do eleito como propicia a fiscalização.

A lista fechada retira do eleitor a possibilidade de escolher seu candidato e, dessa forma, faz piorar ainda mais a qualidade da representação, afastando o eleitor do eleito.

É equivocado dizer que a aprovação da lista fechada facilitaria o caminho para o voto distrital. A única certeza do voto em lista fechada é que o poder das burocracias partidárias seria eternizado. Os debates dessa semana mostram que é possível avançar, na Câmara, para um sistema eleitoral

o n. a. jv. a. is. se. ei. n.

nanciamento público de campanha. Cabe perguntar, como diria Ulysses Guimarães: como Sua Excelência, o eleitor, foi tratado nesses dias em Brasília? Para dizer o mínimo, como pano de fundo, longe, muito longe de ser o personagem principal que representa correntes, tendências, esperanças e desejos que devem ser resgatados pelos parlamentares em sua função de representação.

O que está em pauta, no atual estágio do debate, é se o eleitor vai escolher entre uma multidão de candidatos, votando num e, muitas vezes, elegendo outro — inclusive de outro partido —, como é atualmente, ou se as direções partidárias oferecerão uma lista com os nomes dos candidatos preordenados para ser sufragada.

Os dois modelos não contemplam um aspecto vital do aprimoramento e da progressiva melhora da representação popular, ou seja, a possibilidade

zer o mínimo, de estabelecer o voto em lista como condição para combater outros males de nosso remendado sistema eleitoral.

É óbvio que podemos votar a fidelidade partidária e o fim das coligações proporcionais imediatamente. E abrir um procedimento acordado entre todos os partidos para decidir sobre o novo modelo para constituição da representação popular. Inclusive — e inevitavelmente, se quisermos fazer uma verdadeira reforma — com mudança constitucional para tratar do voto distrital. Caso contrário, a reforma não vai andar, se restringindo a um jogo de conveniências que, no limite, pode comprometer nossa democracia e o Parlamento, que já está debilitado, perdendo vitalidade e a confiança da população.

Os males da nossa representação não se resolvem com lista fechada ou aberta. Corrupção, mensalão, des-

para o voto distrital. A única certeza do voto em lista fechada é que o poder das burocracias partidárias seria eternizado. Os debates dessa semana mostram que é possível avançar, na Câmara, para um sistema eleitoral que resgate a legislatura atual de seu precoce envelhecimento, prenunciador de crise que podemos evitar.

É necessário colocar a votação do voto distrital na ordem do dia da Câmara. O debate no Parlamento e na sociedade definirá se o sistema será puro ou misto. Não há outro caminho para construir a centralidade de Sua Excelência, o eleitor, como recomendado por Ulysses. Aliás, esse processo de reforma pode — e seria bom se assim fosse — engendrar ampla participação popular, como nas Diretas-Já. O Brasil precisa.

JOSÉ ANÍBAL PERES DE PONTES, 59, economista, é deputado federal pelo PSDB-SP. Foi líder do PSDB na Câmara (1995-97) e presidente nacional do partido (2001-03).

» SIM

Racionalização do debate político

LUIZ SÉRGIO

NÃO HÁ sistema eleitoral perfeito. À luz dessa compreensão, a comissão especial encarregada de discutir a reforma política elaborou proposta do voto em lista. Para tanto, considerou a excessiva personalização do voto, induzida por um sistema que fragiliza as instituições partidárias e exacerba o individualismo, tanto dentro quanto fora dos partidos, ao mesmo tempo em que contribui para pulverizar de maneira artificial as forças políticas.

O voto em lista tem a virtude pedagógica de racionalizar o debate político e permitir ao eleitorado conhecer o programa que está escolhendo. O atual sistema não permite um debate racional. A cada eleição, é uma balbúrdia de siglas, materiais diversos e propostas desconexas que invadem ruas e lares, produzindo muito barulho, pouco esclarecimento e nenhuma politização. Tudo resulta em bancadas fragmentadas, eleitos exóticos e ingovernabilidade.

Os adversários do voto em lista alegam que sua adoção tira do eleitor o direito de escolher seu candidato. Pura embromação, pois ignora que hoje o eleitor pode votar num candidato e contribuir para eleger outro do mesmo partido ou de outra sigla coligada.

A lista permite construir um partido mais solidário, coletivo e que possa nos unificar no processo das campanhas políticas. Cria condições de oportunidades mais igualitárias. Aquilo que é antipartido e anticoletivo é o individualismo, prática que o PT nega na sua essência. A lista pro-

cura assegurar ao eleitor o direito de optar por um programa e uma orientação ideológica clara.

Tem-se o excesso de poder nas direções partidárias e nos chamados caciques. Ora, nada impede a aprovação de legislação específica com regras democráticas para reger a confecção das listas, como a consulta ao conjunto dos filiados aos partidos. Estes podem estabelecer as normas. Se incorrerem em métodos autoritários, certamente serão punidos pelas urnas.

A lista preordenada — ou um derivativo dela, que não descaracterize o esqueleto da proposta — viabiliza o financiamento público de campanha, que dará dignidade a parlamentares e partidos políticos, além de independência ao exercício do mandato.

O financiamento público unifica as campanhas, que serão conduzidas unicamente pelos partidos, facilita o controle e a fiscalização e, acima de tudo, barateia as campanhas, cujo custo crescente chega a agredir a dignidade do nosso povo. O atual modelo de financiamento está esgotado. Favorece escandalosamente candidatos com acesso aos donos do dinheiro, encarece absurdamente as campanhas, torna os candidatos e os eleitos reféns do poder econômico. É a matriz da prática da corrupção e contribui para a desmoralização da atividade política e da democracia.

Quem, como alguns tucanos, propõe voto distrital é porque não quer fazer nenhuma reforma. O sistema distrital, em todas as suas variantes, é

uma aberração antidemocrática que sufoca as minorias. A Inglaterra padece do mal desde 1945. Lá, o Partido Liberal é freqüentemente prejudicado, pois o percentual de cadeiras que recebe é sempre inferior ao seu percentual de votos. Com uma média de 12,4% dos votos, obtém uma média de 1,9% das cadeiras. Em 1983, recebeu 25,04% dos votos e elegeu apenas 3,5% dos representantes.

Na Alemanha, dadas as deformações do sistema distrital, se adotou um sistema de listas para eleger a metade do Parlamento. Dir-se-ia que a elite alemã, consciente de seu passado nada exemplar em matéria de democracia, resolveu permitir que pelo menos metade do seu Parlamento fosse eleita de forma democrática.

Qualquer versão do sistema distrital é antidemocrática e inviável, até porque requer reforma constitucional que depende da aprovação de 308 deputados. Ninguém consegue construir essa maioria. Precisamos, sim, discutir com sinceridade os pontos que estão na pauta da Câmara: voto em lista, proibição de coligações proporcionais, financiamento público e fidelidade partidária. A reforma precisa reafirmar, acima de tudo, a democracia, a transparência, o controle sobre os gastos, a moralização da campanha e a dignidade para o exercício do mandato.

Ainda há tempo e esperança.

LUIZ SÉRGIO, 49, metalúrgico especializado em construção naval, é deputado federal pelo PT-RJ e líder do partido na Câmara. Foi prefeito de Angra dos Reis (1993-1996).

REFORMA POLÍTICA

APÓS IMINENTE DERROTA, PARLAMENTARES ESTUDAM CAMINHOS PARA QUE UM DOS PONTOS MAIS POLÊMICOS DA PROPOSTA TENHA MAIOR FLEXIBILIDADE

Uma lista não tão fechada

Depois da derrota da votação da lista fechada, principal ingrediente de discórdia dentro da Reforma Política, a articulação dos partidos a partir de agora é para que o plenário discuta semana que

a maioria do parlamento aprove", acredita Panunzio.

Para o deputado Ricardo Barros (PP-PR), a Reforma Política precisa ser bem estruturada para que, no futuro, não fique sujeita à interpretação da Justiça. "A lista

ELTON BOMFIM/AGÊNCIA CÂMARA



Chinaglia: monstro, não

Diante do impasse na Câmara dos Deputados para a votação da Reforma Política, o presidente da Casa, Arlindo Chinaglia (PT-SP), disse acreditar na formulação de uma proposta "híbrida" capaz de criar consenso entre os partidos sobre as chamadas listas fechadas — item mais polêmico da reforma.

Apesar de admitir mudanças no texto da reforma para que ela seja aprovada na semana que vem, Chinaglia disse que o projeto não pode sofrer mudanças que o desfigurem.

"Não pode haver uma proposta que não tenha uma coerência sistêmica. Você não pode fazer uma reforma Frankens-

de discórdia dentro da Reforma Política, a articulação dos partidos a partir de agora é para que o plenário discuta, semana que vem, fórmulas alternativas que permitam que a lista não seja tão fechada assim.

O vice-líder do Governo, Henrique Fontana (PT-RS), acredita que ainda há clima para a votação da reforma política com a lista fechada tal conforme foi apresentada. Para ele, basta que os partidos se organizem e cheguem a um consenso, "Todos querem o financiamento público. Agora temos que decidir sobre um projeto que possa ser implementado nesta linha", afirma.

Para o líder do PSDB na Câmara, Antonio Carlos Panunzio (SP), o atual sistema eleitoral está exaurido e não funciona mais. "Sou a favor do financiamento público, seja por meio de uma lista fechada, mista ou flexível. Em um primeiro momento, qualquer que seja o sistema implantado, haverá problemas de ajustes iniciais", avaliou.

Segundo ele, esta semana foi uma das mais ricas de todo este mandato parlamentar. "Pela primeira vez, a Câmara se mobilizou para discutir a Reforma Política antes da eleição. Este é um passo importante. Na quarta-feira, todos os parlamentares opinaram sobre o assunto. Agora é preciso encontrar um modelo comum que

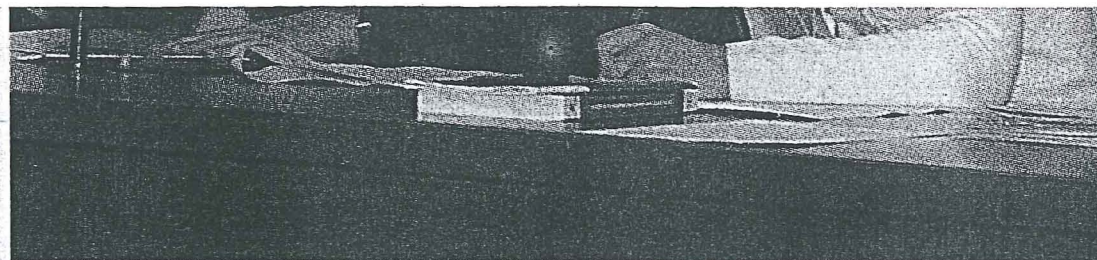
para o deputado Ronaldo Barros (PP-PR), a Reforma Política precisa ser bem estruturada para que, no futuro, não fique sujeita à interpretação da Justiça. "A cláusula de barreira é um exemplo. O Supremo (Tribunal Federal) decidiu pela inconstitucionalidade da questão", lembra Barros. Para ele, a lista fechada também pode vir a ser considerada inconstitucional, uma vez que a Constituição diz que o voto é direto. Logo, a matéria deveria ser alterada mediante uma emenda constitucional.

■ Alternativas

Entre as propostas alternativas à lista fechada que estão entre as emendas apresentadas pelos deputados estão: a lista flexível, o voto distrital e a lista mista. A lista flexível, ou "total-flex" — como já vem sendo chamada pelo parlamentar —, os eleitores podem votar tanto no partido como no candidato.

O voto distrital prevê que cada Estado seja dividido em circunscrições eleitorais (chamadas de distritos), de acordo com o número de vagas que dispõe na Câmara.

Já no modelo misto, o partido escolhe uma lista fechada de parlamentares e outra para o voto aberto. A diferença entre a lista mista e a flexível é que, com a última, o parlamentar que for mais bem votado pode ocupar o lugar de outro que esteja pré-ordenado na lista dos partidos.



■ A MANOBRA DE PICCIANI FOI MUITO MAL-RECEBIDA PELOS DEPUTADOS. FOI UNANIMEMENTE CRITICADO

Mesa frustra jogada da CCJ

O plenário da Câmara anulou a decisão da Comissão de Constituição e Justiça de rejeitar o projeto de Reforma Política em discussão na Casa. O deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE), que ocupava interinamente a presidência da Câmara, decidiu anular a decisão da CCJ depois dos intensos protestos de parlamentares favoráveis à reforma.

Os deputados acusam o presidente da CCJ, deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ), de "golpismo" ao decidir colocar a questão em votação na manhã de ontem com o plenário esvaziado na Comissão. Apesar de 41 deputados terem registrado presença na CCJ, cerca de dez deputados se encontravam presentes no momento em que foi votado parecer do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) que considerou a reforma inconstitucional.

Picciani foi acusado de

"imaturidade" e "golpismo" por diversos parlamentares, uma vez que é contrário à Reforma Política. "Em dois minutos fizeram essa manobra. Eu só tinha saído da sala enquanto esperava dar quórum e colocaram o parecer em votação. O presidente (da CCJ) decepção porque isso é golpe de quinta categoria", protestou o líder do PPS na Câmara, deputado Fernando Coruja (SC).

O líder do DEM na Casa, deputado Onyx Lorenzoni (RS), disse que o partido estudava ingressar com representação no Conselho de Ética contra a conduta de Picciani na CCJ. "Foi uma atitude imatura que se aproxima de molecagem", enfatizou.

Na opinião de Onyx, a CCJ não poderia ter colocado o parecer em votação uma vez que o projeto de reforma política já está em

tramitação no plenário da Casa. "O respeito ao trâmite é uma das primeiras regras que deve ser seguida na Câmara", disse.

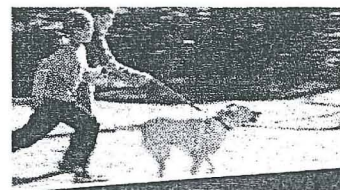
O deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP), integrante da CCJ que também não participou da votação, disse que Picciani agiu de má-fé porque o havia informado que "nada importante" seria votado na Comissão de manhã. "Câmara dos Deputados não é grêmio estudantil. Vou levantar questão na CCJ sobre a conduta dele", disse Cardozo.

Apesar das duras críticas à conduta de Picciani, o líder do PMDB na Câmara, deputado Henrique Eduardo Alves (RN), disse que o partido vai mantê-lo à frente da CCJ. "O partido não discute isso e não admite essa hipótese. Equívocos podem ser cometidos. Há sempre uma solução política para isso", afirmou.

postos que não tenham uma coerência sistêmica. Você não pode fazer uma reforma Frankenstein. Tem que ter uma lógica interna. Por isso eu creio que possa vir uma proposta que nós podemos apelidá-la de híbrida, um meio-termo".

O relator da reforma política na Câmara, deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO), explicou que a proposta "híbrida" pode conciliar os parlamentares contrários e favoráveis à mudança. "Podemos discutir a flexibilização desse modelo. Além de votar no partido, o eleitor poderia, por exemplo, colocar um candidato numa posição melhor na lista elaborada pela legenda. Na soma dos votos, o candidato poderia ganhar posições".

Chinaglia e Caiado participaram na manhã de ontem de seminário para discutir a reforma política com o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. O ministro Walfrido dos Mares Guia (Relações Institucionais), secretário-executivo do Conselho, defende a discussão sobre a reforma no âmbito do Congresso — sem a interferência do Palácio do Planalto. "O Governo não vai apresentar projeto, nem proposta, mas está envolvido", afirmou. Além das listas fechadas, a proposta de Reforma Política prevê a fidelidade partidária e o financiamento público das campanhas eleitorais.



VIA TERRAZZO
RUA 28 SUL, LOTES 6 E 8 - ÁGUAS CLARAS

Mãe premiada sob o nº 489.383 no Cartório do 3º Ofício de Registro de Imóveis do DF

O mais moderno e completo residencial de Brasília 3363-4901

www.viaterrazzo.com.br

Por até 50% do preço do Plano Piloto.



Jornal de Brasília • 9

Política

QUINTA-FEIRA

BRASÍLIA, 14 DE JUNHO DE 2007

Editor: Fabio Grecchi
E-mail: fabiogrecchi@jornaldebrasilia.com.br
Telefone: 3343-8152

REFORMA POLÍTICA

DEPUTADOS EMPERRAM E ADIAM VOTAÇÃO DE DISPOSITIVO QUE CASSA DIREITO DO ELEITOR DE ESCOLHER O PARLAMENTAR QUE BEM ENTENDER

Ninguém quer a lista

Manuela Borges (com agências)

Em meio a divergências na maioria das legendas e reclamações de muitos deputados contra as direções partidárias, a Câmara não conseguiu iniciar ontem a votação da reforma política. Em votação preliminar, às 18h30, os defensores da lista fechada, que acreditavam ter maioria, sofreram uma derrota, com a dissidência no PT contra sua direção e a decisão do PSDB de se opor à mudança. Com medo de nova derrota, os líderes favoráveis à lista acertaram que não haveria votação.

A lista fechada é o ponto mais polêmico da reforma e foi o primeiro a entrar em votação. Pela proposta, os eleitores passam a votar nos partidos, que apresentam listas de candidatos.

A disputa entre os dois lados foi exposta na votação do requerimento para encerrar a discussão e de início da votação do projeto. A intenção dos contrários à lista fechada era prorrogar ao máximo a sessão. Os líderes de DEM, PMDB, PT e

PC do B queriam votar logo. Mas 245 deputados se posicionaram contra o fim da discussão e 194 a favor. Houve quatro abstenções.

Foram decisivos os votos de 27 petistas e 46 tucanos contra o início da votação. Depois de mais de 9 horas de sessão, nenhum ponto da reforma tinha sido votado. "Acabou a lista, rasga a lista", comemorou Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), contrário à lista fechada. "Esta foi uma preliminar importante, porque mostra que a lista fechada vai ser derrotada", apostou um dos vice-líderes do Governo, Beto Albuquerque (PSB-RS), também contrário à mudança na lei.

Contrariedade geral

A discussão mostrou que a posição sobre a lista fechada não depende do partido, do Estado ou de ser governista ou oposicionista. Tanto que se juntaram a favor da lista o oposicionista DEM e os governistas PT, PMDB e PC do B.

O principal argumento dos contrários à lista é o fato de que

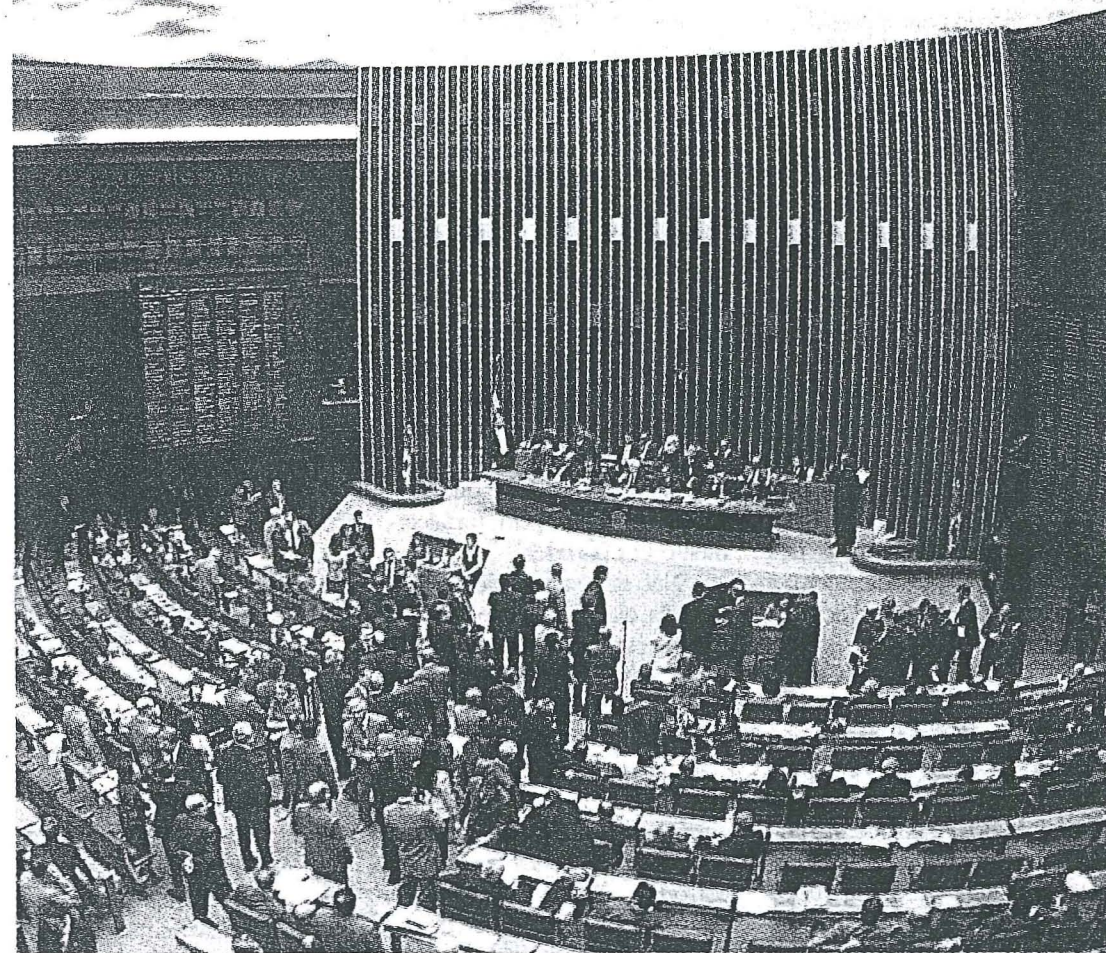
ela ficará concentrada nas mãos dos dirigentes partidários, o que fortalecerá esses grupos, já que os primeiros das listas — portanto, os que devem ser eleitos — passarão a ser seus aliados.

Até o começo da tarde, os partidos que estavam fechados sobre a lista pré-ordenada eram os Democratas, o PMDB e o PT. De acordo com os cálculos do deputado Júlio Delgado (PSB-MG), poderia ser aprovada no plenário da Câmara por 235 votos contra 222. "Os votos estão apertados. Se os deputados do PT e alguns do PSDB que são favoráveis recuarem, fica muito difícil a matéria ser aprovada", previa o deputado.

E foi justamente isto que aconteceu. Em manobra para averiguar se a lista conseguiria a aprovação da maioria, por volta das 19h os deputados votaram pelo fim da discussão da matéria.

Mais de 350 emendas foram adicionadas ao texto original do Projeto de Lei 1.210/07, que prevê a reforma política, cujo relator é o deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO).

LAYCER TOMAZ/CÂMARA



VÁRIOS DEPUTADOS SE REVOLTARAM CONTRA A DETERMINAÇÃO DE SUAS BANCADAS DE VOTAR PELA LISTA

REFORMA POLÍTICA

JURISTAS SE INSURGEM CONTRA LISTA FECHADA E DIZEM: UMA USURPAÇÃO DO DIREITO DO ELEITOR. DEFENSORES ADMITEM QUE DEPURA OS PARTIDOS

Afronta à democracia

Manuela Borges

Uma usurpação da soberania popular. Foi como definiu o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil sobre o voto em lista fechada ou pré-ordenada, que esteve para ser votada dentro da chamada reforma política, na Câmara dos Deputados.

De acordo com o presidente da Comissão Nacional de Defesa da República e da Democracia do Conselho Federal da OAB, Fábio Konder Com-

chada a uma restrita parcela de caciques da política.

"Muitos parlamentares querem aprovar a lista porque precisam se esconder do eleitor atrás do partido. Eles querem ser deputados sem ter responsabilidades com o povo brasileiro", alfineta.

Já o líder do DEM na Câmara, Onyx Lorenzoni (RS), rebate às críticas afirmando que o interessante da lista fechada são os ideais partidários. "Para ser candidato na lista fechada, é preciso ter vida partidária, compactuar dos mesmos ideais do



DIVULGAÇÃO MCT

De acordo com o presidente da Comissão Nacional de Defesa da República e da Democracia do Conselho Federal da OAB, Fábio Konder Comparato, a lista pré-ordenada só reforça o poder oligárquico dos partidos, que passariam a escolher apenas a cúpula e os amigos da legenda. "Isto é um afronto à democracia. O eleitor deixa de ter o direito de escolher seu próprio representante", indigna-se o jurista.

Dentro da reforma política, que está na pauta do plenário da Câmara, o voto em lista fechada é a principal divergência dos parlamentares que discutem a proposta. O Projeto de Lei 1210/07, relatado pelo deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO), gerou muita discussão e bate-boca ontem, no plenário da Casa. O Projeto estabelece, entre outros pontos, a instituição do financiamento público de campanha, o voto em lista fechada elaborada pelos partidos, a cláusula de barreira e a proibição de coligações nas eleições proporcionais para deputado e vereador.

Para a grande maioria dos partidos, já há consenso com relação à fidelidade partidária e à criação de uma cláusula de barreira que limita a quantidade de partidos que disputariam nas próximas eleições.

■ Eternização dos caciques

Para o vice-líder do Governo Beto Albuquerque (PSB-RS), a lista fechada não deve ser aprovada na Câmara. Ele defende que muitos partidos no Brasil têm "donos"; logo, ficaria fe-

o interessante da lista fechada são os ideais partidários. "Para ser candidato na lista fechada, é preciso ter vida partidária, compactuar dos mesmos ideais do partido. Quem não gosta de participar das reuniões e da vida partidária, não conseguirá ser eleito na lista. Assim os eleitores votam nos ideais da legenda e não em um nome", defendeu.

O ministro do Supremo Tribunal Federal e presidente Tribunal Superior Eleitoral, Marco Aurélio Mello, acredita que a reforma política tem que começar primeiro pelo fortalecimento dos partidos.

"Não sei se a solução é a lista fechada ou mista. Hoje os partidos já escolhem quem vai concorrer nas eleições, mesmo sem existir a lista pré-ordenada propriamente dita. Agora, o financiamento público é essencial para moralizar a política brasileira", afirmou. Segundo ele, a injeção de recursos privados na política corrompe os parlamentares e funciona como moeda de troca.

"O financiamento público sai mais barato para os cofres públicos. Mas é necessário se criar regras rigorosas para o político que for pego fazendo caixa dois", enfatizou.

A aprovação da reforma política sem a lista fechada implica diretamente no fim do financiamento público. Isto porque, se a população começar a arcar com as despesas de campanha, os recursos serão administrados pelos partidos. "Os materiais de campanha serão comuns e o dinheiro vai para o partido como um todo", explicou Onyx Lorenzoni.



■ COMPARATO É UM CRÍTICO FERÓZ DA PROPOSTA. SEGUNDO ELE, UMA INICIATIVA OLIGÁRQUICA, QUE DÁ O CONTROLE DO PARTIDO A UNS POUCOS

SAIBA O QUE MUDA PARA O ELEITOR

■ Voto em lista fechada ou lista pré-ordenada

Os eleitores não escolherão mais seus candidatos individualmente para vereador, deputado estadual e federal, mas nas listas previamente ordenadas pelas legendas. Os partidos políticos ficarão responsáveis por escolher o equivalente a uma vez e meia o número de vagas em disputa e os nomes dos candidatos que concorrerão às eleições. Os parlamentares que detêm mandatos terão prioridade na lista. Em seguida, vêm os mais votados.

■ Financiamento público de campanha

É o povo quem paga. O número do eleitorado registrado em 31 de dezembro, do ano anterior à lei

orçamentária, deverá ser multiplicado por R\$ 7. Para as eleições de 2008, foram calculados R\$ 910 milhões. Esta rubrica deverá constar na lei orçamentária. O Tribunal Superior Eleitoral fica responsável por fazer a distribuição dos recursos. Segundo a proposta, 1% é igualmente dividido entre todos os partidos; 14% igualmente divididos entre os partidos e federações com representação na Câmara; e 85% dividido entre os partidos e federações proporcionalmente ao número de representantes que elegeram na última eleição para a Câmara dos Deputados.

■ Cláusula de Barreira – Limita o funcionamento parlamentar nas casas legislativas. Apenas aos partidos que

alcançarem o apoio mínimo de 2% dos votos apurados em todo o País, distribuídos em pelo menos nove estados. A legenda também tem a obrigatoriedade de eleger, no mínimo, um representante em cinco estados. No fim de 2006, o Supremo Tribunal Federal considerou inconstitucional a cláusula de barreira por entender que o Artigo 17 da Constituição assegura a livre criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos.

■ Fidelidade Partidária – Se trocar de partido perde o mandato como parlamentar. O prazo para filiação partidária também é aumentado. Para concorrer às eleições, é preciso estar filiado pelo menos um ano antes da eleição. (MB)

POLÍTICA

Em nova demonstração das dificuldades que enfrenta para mudar a lei eleitoral, a Câmara empacou ontem diante da proposta que pretende obrigar o eleitor a escolher partidos e não candidatos em eleições legislativas

Plenário nega apoio a voto em lista

SANDRO LIMA
DA EQUIPE DO CORREIO

A instituição do voto em lista fechada para eleições legislativas não passou no primeiro teste no plenário da Câmara. Devido à falta de consenso sobre a proposta, a votação foi adiada para a próxima semana. O relator da reforma política, deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO), recebeu mais de 250 emendas ao projeto e pediu prazo de 24 horas para elaborar um novo substitutivo.

Entre os defensores da lista fechada, o adiamento da votação foi visto como uma derrota. Eles apresentaram um requerimento para encerrar a discussão e iniciar a votação da proposta. O objetivo era aprovar ainda ontem a lista fechada, mas o resultado foi adverso — 245 deputados votaram contra o requerimento e 194 a favor. O resultado inviabilizou a votação do projeto, pois havia mais de 100 deputados inscritos para falar.

"Acabou a lista fechada", lamentou o deputado ACM Neto (DEM-BA), após o resultado. Os líderes do PT, do DEM, do PPS e do PCdoB, favoráveis à lista fechada, optaram por uma nova

tentativa na próxima semana. "Vamos nos reagrupar e buscar alternativas. Vamos analisar com mais calma", disse o líder do DEM, Onyx Lorenzoni (RS). "Vamos adiar por prudência e retomaremos na semana que vem", disse o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP).

Na avaliação de Caiado, a decisão do PSDB contrária à lista fechada prejudicou a aprovação do projeto. "Foi uma puxada de tapete. A retirada do apoio do PSDB alterou o resultado. Estávamos a 100 quilômetros por hora e o PSDB colocou um quebra-molas no caminho", afirmou. "(A votação) é um sinal contra a lista. Não está tão fácil assim aprová-la", disse o deputado Arnaldo Madeira (PSDB-SP).

Segundo o líder do governo na Câmara, José Múcio (PTB-PE), "seria uma surpresa que um assunto tão polêmico, que se arrasta há anos, fosse resolvido numa tarde". Pela proposta, o eleitor deixa de votar diretamente no candidato a vereador, deputado estadual e deputado federal e passa a votar no partido, que fica responsável por organizar uma lista pré-ordenada de candidatos.

Daniel Ferreira/CB



MIRO TEIXEIRA, PAULINHO DA FORÇA E CIRO GOMES DEBATEM REFORMA, NA SESSÃO MARCADA PELA RESISTÊNCIA, SOBRETUDO DO PSDB, AO VOTO EM PARTIDOS

Chamariz para as mudanças

SOLANO NASCIMENTO
DA EQUIPE DO CORREIO

O líder da bancada do DEM na Câmara, Onyx Lorenzoni (RS), confirmou ontem que a inclusão, na proposta de reforma política, de uma cláusula

que garante preferência aos atuais deputados no sistema de listas fechadas, foi uma forma de tentar assegurar votos para as mudanças no processo eleitoral. "Se não garantirmos pelo menos o que o deputado já conquistou na urna, por que ele vai votar a favor da reforma?", indagou Lorenzoni.

Apelidado de cláusula de transição, o artigo estabelece que os atuais detentores de cargos no Legislativo serão os

primeiros nomes das listas partidárias. Isso faz com que, na prática, eles sejam os primeiros a serem eleitos. Assim, não precisarão disputar, com os demais pré-candidatos, os votos dos convencionais de seus partidos para conseguir integrar as listas.

O deputado Roberto Magalhães (DEM-PE) acredita que um detalhe incluído no projeto vai impedir que o Supremo Tribunal Federal (STF) derrube o

dispositivo. Trata-se da ressalva segundo a qual, se quiserem, os partidos poderão derrubar, em convenção, a prerrogativa dos atuais deputados, tirando deles a preferência nas listas. Na avaliação de Magalhães, isso impede que o dispositivo seja considerado uma "candidatura nata". Em 2002, o STF considerou inconstitucional e tornou inválido um artigo da então legislação eleitoral que criava a candidatura nata.

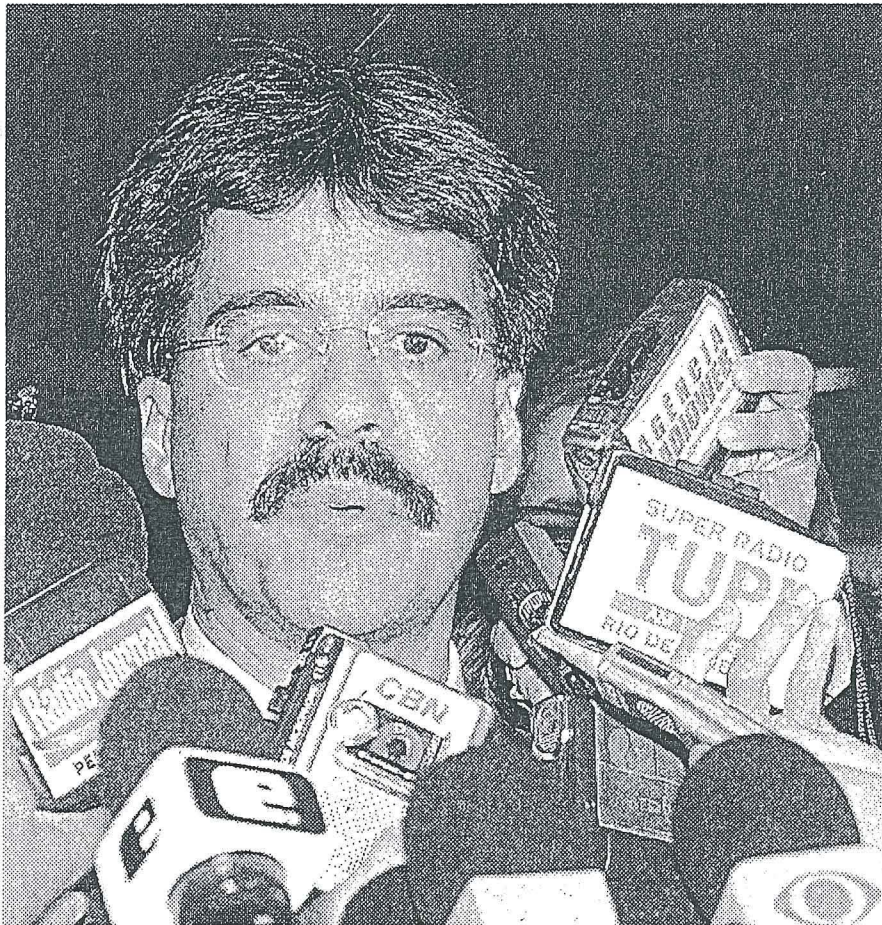
Na reforma política, PT vai apoiar lista fechada

JOSÉ CRUZ/ABR

A Executiva do PT fechará questão a favor da mudança no sistema eleitoral na qual o eleitor passa a votar numa relação de candidatos elaborada pelos partidos em substituição ao voto dado diretamente ao candidato de escolha, a chamada lista fechada ou pré-ordenada. Os primeiros do rol terão mais chances de serem eleitos. Com uma bancada de 80 deputados, a decisão do partido reforça bastante a possibilidade de aprovação desse ponto do projeto de reforma política que está na pauta do plenário da Câmara.

Com o fechamento de questão, os parlamentares petistas terão de seguir a posição do partido ou, do contrário, poderão ser punidos. A lista fechada é polêmica na Câmara e as bancadas, independentemente de serem da base ou da oposição, estão divididas. Ontem, a executiva da legenda reuniu as bancadas dos deputados e dos senadores para discutir a reforma. Além de debater os temas, a reunião cumpre uma formalidade para que a executiva, formada de 21 integrantes, possa fechar questão na próxima reunião.

"O PT vai fechar questão no voto em lista fechada na quinta-feira", afirmou o secretário de Comunicação da executiva da sigla, Gleber Naime. "O PT não libera a bancada nesta questão. O partido tem de ter uma opinião clara sobre a reforma política", completou. Naime ressaltou que, para a agremiação, os mandatos são do



■ LUIZ SÉRGIO DISCORDA DA IMPOSIÇÃO DA LISTA FECHADA

partido e as bancadas, órgãos partidários.

Como argumento, ele lembrou que, dos 82 deputados petistas eleitos em 2006, apenas dois, Walter Pinheiro (BA) e Nelson Pellegrino (BA), obtiveram votos suficientes para se elegerem sem contar com os dados aos outros candidatos. Na Câmara, dos 513 eleitos, apenas 31 tiveram voto para se eleger sozinhos. "Atualmente, o eleitor vota num candidato e elege outro que nem sabe quem é", afirmou Naime.

Além da lista pré-ordenada, a Executiva do PT também deverá fechar questão a favor do financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais, a fidelidade partidária e o fim das coligações para as eleições proporcionais com a possibilidade de criar as fe-

derações de legendas. As propostas constam do projeto de mudança política na pauta de votação da Câmara. Esses pontos, porém, não encontram muitas resistências na bancada petista. Mas a lista fechada tem opositores.

"Na bancada, há um número crescente de parlamentares favoráveis à lista pré-ordenada. Para diminuir a tensão, estamos trabalhando com o convencimento", afirmou o líder da sigla na Casa, Luiz Sérgio (RJ). "Precisamos trabalhar na linha do convencimento e não a da imposição", completou. A vice-presidente nacional, deputada Maria do Rosário (RS), afirmou que a reunião discutiu uma alternativa de tornar flexível a listagem, mas outros integrantes da executiva mostraram que o PT terá uma posição clara.

POLÍTICA

REFORMA POLÍTICA

Propostas não garantem menos corrupção

Mudanças visam mais novo sistema eleitoral do que criar mecanismos de controle

MARCOS SEABRA
SÃO PAULO

As dezenas de propostas de reforma política que tramitam no Congresso — e que nesta semana ganharão a atenção de deputados e senadores —, não são suficientes para resolver problemas como a corrupção, o tráfico de influência e a impunidade no exercício do poder. “A reforma política é vista como uma forma de equalizar as disputas de poder pelos grandes partidos. Por isso, tem um caráter apenas da reforma do sistema eleitoral e não a reforma de quem exerce o poder, de como se exerce o poder, em nome de quem se exerce o poder e quais os mecanismos que se tem de controlar o poder”, avalia José Antônio Moroni, integrante do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) e do CDES (Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social).

Marcos Verlaïne, analista do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), vai mais longe. Para ele, entre uma crise e outra, o tema ganha status de urgência. “As recorrentes crises políticas no Brasil têm como pano de fundo a fragilidade dos partidos políticos e a influência que o poder econômico exerce sobre as eleições o que ficou mais evidente com as crises do chamado mensalão (2005/2006); das sanguessugas

(2006); e agora, com a Operação Navalha da Polícia Federal”, avaliou Verlaïne.

Na prática, sob a ótica dos dois analistas, as mudanças até agora propostas não inibirão a atuação dos lobistas desonestos ou o tráfico de influência dentro do parlamento brasileiro. “O que temos são propostas para modificar o sistema eleitoral, mas o comportamento dos deputados e senadores ainda vai depender de cada um; talvez o comportamento criminoso seja inibido pelo financiamento de campanhas com recursos públicos, mas nem isso impedirá que um deputado ou senador, e até mesmo vereadores, resolva receber alguma coisa em troca de uma emenda ao Orçamento, por exemplo”, acrescentou Verlaïne.

Todas as crises anteriormente mencionadas pelo analista do Diap têm origem na relação promíscua entre o poder econômico e o mandato parlamentar, que muitas vezes não é usado para representar o povo, como diz a Constituição. “Quando há o desvirtuamento das três funções fundamentais do Parlamento — fiscalizar os atos do Executivo, formular políticas públicas e representar a população — a consequência é o comprometimento da imagem da instituição e do próprio processo democrático”, acredita.

Para Moroni, a reforma política “deve ser a reforma do poder e não apenas do sistema eleitoral”. O integrante do CDES compartilha a ideia de Verlaïne sobre a o fisiologismo da crise. Ele acredita que a reforma entra na pauta do Congresso e do Executivo em momentos de escân-

dalos, crises políticas ou de “fragilidade da hegemonia do grupo que está no poder”. “Foi assim na ditadura militar quando o poder da Arena foi ameaçado pelo MDB que podia ter a maioria parlamentar; o poder de plantão resolveu a questão conseguindo novos deputados e senadores arenistas, através da criação de novos estados, seja por desmembramento dos existentes ou transformação dos territórios em estados, sem falar nos senadores biônicos”, lembrou Moroni.

Para ambos, o que está sendo chamado de reforma política não passa de uma reforma do sistema eleitoral, num momento de

Para analistas, a reforma política “deve ser a reforma do poder e não apenas do sistema eleitoral e partidário”

forte questionamento e desgaste da vida e da atuação política partidária. “A verdadeira reforma política não se reduz a reforma do voto, dos partidos ou da apresentação, mas sim a reforma das instituições políticas e do Estado, criando uma nova forma de se exercer o poder e com mecanismos de controle público do Estado”, acrescentou Moroni.

A reforma política é considerada por todos que militam na política como a “mãe” de todas as reformas. “Hoje há uma posição majoritária sobre a necessidade de, finalmente, fazê-la; entretanto, cada um dos 594 congressistas tem uma reforma na cabeça. Todos a querem, mas

há divergências insuperáveis sobre quase tudo”, diz Verlaïne.

O próprio presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP), reconhece que a divisão em quase todas as bancadas partidárias. Mas não coloca em dúvida a utilidade da reforma para por fim aos problemas do relacionamento dos parlamentares com o poder e a iniciativa privada. “É bom que a reforma política vá a voto, porque assim as divergências aparecerão. Isso amadurece a discussão e é democrático que a maioria prevaleça”, afirma.

A reforma que deve ir a voto nesta semana estabelece a eleição de parlamentares pela votação em listas preordenadas pelos partidos, com financiamento público de campanhas e regras de fidelidade partidária, mexendo apenas na legislação ordinária. “Isso não significa que em outro momento o Congresso não possa analisar propostas de emenda à Constituição sobre o tema.”

O deputado Arnaldo Madeira (PSDB-SP), autor de uma proposta para a adoção do voto distrital — também em análise na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara — afirma que, sem mexer na Constituição, não há reforma política. “O voto distrital aproxima representantes e representados. As pessoas passam a saber quem as representa na Câmara ou na assembleia legislativa e o deputado sabe que tem de prestar contas para o distrito dele.” Portanto, ele fica um pouco livre da pressão que o corporativismo tanto exerce na Câmara.

Comente esta reportagem no portal www.gazetamercantil.com.br

OS PONTOS DA DISCÓRDIA

Financiamento público exclusivo de campanha

O projeto determina que as eleições sejam financiadas exclusivamente com recursos públicos. Candidatos, partidos, coligações e federações estarão proibidos de receber, direta ou indiretamente, doações em dinheiro ou estimáveis em dinheiro, inclusive publicidade de qualquer espécie, para o financiamento de campanhas eleitorais.

Cláusula de barreira ou de desempenho

Desde 1997 a lei partidária instituiu uma cláusula de barreira que exige dos partidos, como condição para o funcionamento parlamentar, atingir a votação de 5% do eleitorado nacional, sendo 2% em pelo menos nove unidades da federação. Mas, o Supremo Tribunal Federal, por unanimidade, derrubou a regra por considerá-la inconstitucional. O projeto retoma a ideia da cláusula de barreira, mas reduz a exigência.

Fim das coligações nas eleições proporcionais

O projeto proíbe coligações nas eleições proporcionais — vereadores, deputados estaduais e distritais, no caso do DF, e deputados federais. A possibilidade de coligação ficará limitada à eleição majoritária — presidente da República, governador e prefeito.

Federação partidária

A instituição da federação partidária é, em certa medida, uma maneira de compensar o fim das coligações nas eleições proporcionais e a adoção da cláusula de barreira. A lei permitirá que duas ou mais agremiações partidárias se unam para disputar as eleições.

Poderão constituir federação partidária e terão direito ao funcionamento parlamentar os partidos (dois ou mais) que, na última eleição para a Câmara dos Deputados, tenham obtido apoio de, no mínimo, 2% dos votos válidos apurados nacionalmente, distribuídos em, no mínimo, um terço dos estados, elegendo, pelo menos, um representante em cinco desses estados.

Lista fechada e fidelidade partidária

Atualmente, o eleitor tem a prerrogativa de alterar a ordem da lista partidária, que é aberta. Ou seja, o eleitor vota em um partido, mas pode escolher o candidato. Pelo sistema, ao invés de votar no candidato o eleitor passará a votar no partido ou na federação partidária, em lista fechada e bloqueada organizada pelos partidos, sem, portanto, o poder de alterar a ordem estabelecida pelo partido ou federação. O partido ou federação elegerá, na ordem previamente estabelecida, tantos candidatos quantas vezes alcançar o quociente eleitoral, que corresponde à divisão entre o número de votantes e o número de vagas existente em cada estado.

Fundo Partidário

Uma nova lei foi aprovada neste ano (Lei 11.459/2007) alterando a distribuição de recursos públicos destinados ao Fundo Partidário. Pela lei, 95% das verbas do Fundo são distribuídos na proporção dos votos obtidos por cada partido na última eleição geral para a Câmara dos Deputados. A repartição dos outros 5% será feita igualmente entre todos os partidos registrados junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A única alteração proposta para o Fundo será a dotação destinada especificamente para o financiamento das campanhas eleitorais em anos de eleição.

Fonte: Congresso Nacional

É total a falta de consenso entre partidos

Considerada a tábua de salvação pela maioria dos parlamentares e ressuscitada, como uma espécie de antídoto para os males políticos, toda vez que uma crise ameaça as instituições do país, a reforma política subiu no telhado. Hoje, não há consenso entre os partidos em torno das sete propostas de mudanças na legislação eleitoral e partidária que compõem o texto.

Os motivos alegados são diversos. Há os que pregam uma reforma mais profunda, aqueles que pedem

mais tempo para discussão do tema e outros que condenam a maneira como o assunto está sendo conduzido no Congresso. A resistência, no entanto, decorre do simples fato de que, para os atuais titulares de mandato, mudar substancialmente a forma das eleições representa uma ameaça à situação de cada um em particular. Não à toa, as propostas foram aprovadas pelo Senado há mais de cinco anos, mas



José Aníbal

estão na gaveta da Câmara por mais de três. “Ou você muda de fato o modo como se constitui a representação política do país ou vai ficar essa conversa fiada com cada um defendendo o seu lado”, argumenta o deputado José Aníbal (PSDB-SP).

As maiores bancadas — DEM, PT, PSDB e PMDB — estão rachadas ao meio. O PTB, por exemplo, decidiu apresentar emenda propondo a adoção do financiamento público de campanhas. Mas o ministro de Relações Institucionais, Walfrido dos Mares Guia, que é do PTB, considera difícil a aprovação da proposta.

“Isso dependeria de mudanças maiores no sistema eleitoral.”

Para o relator da matéria, deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO), o financiamento público só terá condições políticas de passar na Câmara se os parlamentares aprovarem o voto em lista, considerado o principal pilar da reforma. O argumento é de que um assunto está umbilicalmente ligado ao outro. “Tem gente que

quer o impossível. Aceita o financiamento público de campanhas, mas não aceita o voto em lista”, faz coro o deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS).

Mas o tema é igualmente polêmico. Há um temor de a aprovação da lista preordenada legitimar a ditadura dos caciques. Os deputados do chamado baixo clero da Câmara fogem do tema como diabo da cruz. Pela lista fechada, o eleitor vota no partido, que ganha no Legislativo o número de cadeiras correspondente ao seu percentual de votos. Se o partido conquistar “x” vagas, são eleitos os “x” primeiros candidatos da lista montada pelos dirigentes do partido.

Os críticos do voto em lista dizem que as cúpulas partidárias vão se eternizar no Congresso sem ter nem que sair de casa para pedir o voto ao eleitor. Os entusiastas da idéia acreditam no fortalecimento dos partidos. “Fortalecimento nada, você vai é enfraquecer”, rebate o deputado Cândido Vacarezza (PT-SP). “Isso vai é incentivar a cizânia interna nos partidos.”

Tentativa de passar o voto em lista flexível

Na tentativa de evitar a aprovação de uma reforma meia-sola, limitada às regras de fidelidade partidária e ao fim das coligações nas eleições proporcionais, alguns deputados articulam o apoio a uma proposta da deputada Rita Camata (PMDB-ES). A emenda, apresentada pela parlamentar, prevê o voto em lista flexível.

Pelo texto, o eleitor votaria no partido mas a ele seria facultado o direito de votar também no candidato. A votação individual em cada candidato determinaria a ordem na lista.

A parlamentar lembra, no entanto, que, pela nova regra, continuariam proibidas a divulgação e distribuição de material publicitário por parte de cada candidato. “Isso caberia aos partidos”, disse.

O problema é que a solução híbrida também não é unanimidade. Para o deputado Cândido Vacarezza (PT-SP), seria o mais do mesmo. Já, na avaliação do deputado José Aníbal (PSDB-SP), a reforma deve começar com a aprovação do voto distrital. “Voto em lista é bobagem”, avalia. “O voto distrital é que é a satisfação ao eleitor.”

Para Aníbal, a adoção do voto distrital seria a medida que maior modificação traria ao sistema eleitoral brasileiro, daí a sua importância. Pelas regras atuais, o voto é proporcional. Um deputado pode se eleger com votos de qualquer lugar do seu estado. O que determina quantas cadeiras cada partido terá é a soma da votação de legenda e da votação nominal dos candidatos. Os

mais votados ocupam as vagas.

No sistema distrital, cada estado é dividido em um número de distritos equivalente ao de cadeiras no Legislativo. Os partidos apresentam os candidatos e ganha o mais votado em cada distrito. A condição básica para dividir o mapa é que cada área tenha um número equivalente de eleitores. Os distritos podem abranger vários municípios pequenos ou grandes, divididos em vários distritos. Estuda-se muito um sistema misto — os estados são divididos num número de distritos equivalente à metade do número de vagas no Legislativo. Metade dos deputados é eleita pelos distritos e metade, por listas de candidatos feitas pelos partidos.

(S.P.)



A rentabilidade que você quer com o atendimento que você merece. Invista no PanAmericano.

Você procura rentabilidade e segurança para seus investimentos. Mas, e se isso viesse acompanhado por um atendimento personalizado, feito por quem entende

do assunto, com dedicação e simpatia? Experimente investir no PanAmericano. Ligue 0800 725 8585 e fale com um de nossos gerentes.

 **PanAmericano**
www.panamericano.com.br

Berzoini defende controle da mídia durante eleição

Petista defende que 'poder dos meios de comunicação' durante campanhas seja um dos pontos discutidos pela reforma política.

Luiz Sérgio, líder do PT na Câmara, concordou com o presidente do partido e afirmou que há uma 'crise' quanto ao 'poder' do setor

ANDREZA MATAIS
DA FOLHA ONLINE, EM BRASÍLIA

O presidente nacional do PT, deputado Ricardo Berzoini (SP), defendeu ontem que a reforma política, que tramita no Congresso, também discuta mecanismos para discutir "o poder dos meios de comunicação no processo eleitoral".

Durante seminário que tinha como objetivo debater o "funcionamento dos sistemas políticos eleitorais do Uruguai, da Espanha e da Alemanha", ele disse que a reforma não pode se limitar ao financiamento público, à fidelidade partidária e ao voto em lista. "Há questões mais importantes, como discutir o poder dos meios de comunicação no processo eleitoral."

Berzoini também sugeriu que a Justiça Eleitoral poderia controlar os meios de comunicação, mas não disse de que forma isso seria feito. Para defender sua tese de que é preciso controlar a mídia durante as campanhas, Berzoini citou a disputa de 2006.

"Vários meios de comunicação abriram mão do bom jornalismo nas últimas eleições e fi-

zeram campanha declarada para a oposição", afirmou.

"Com um Judiciário mais atento com relação a isso", respondeu ele ao ser questionado como seria exercido o controle.

O partido sentiu-se perseguido pela mídia, sobretudo após o escândalo do dossiê contra tucanos, que teve como um dos protagonistas Berzoini.

O líder do PT na Câmara, Luiz Sérgio (RJ), e o deputado José Genoino (PT-SP) concordaram com Berzoini. "Temos crise no financiamento das campanhas, mas também te-

mos uma crise com o poder dos meios de comunicação. Muitos agem de forma partidária nas eleições, sem assumir suas posições", disse Luiz Sérgio.

Palestrante do evento, Genoino complementou: "Algumas pessoas do Judiciário, do Ministério Público e da mídia partem da idéia de que algumas instituições encarnam o bem e fazem um julgamento preconceituoso e elitista do que consideram o mal numa tentativa de tirar a legitimidade da política".

Colaborou FÁBIO ZANINI,
da Sucursal de Brasília

memória

Partido sugere 'democratizar as comunicações'

DA REDAÇÃO

Foi durante a reeleição do presidente Lula, marcada por críticas de integrantes do partido à mídia, que o PT intensificou a discussão interna sobre "democratizar as comunicações". O tema deve estar na pauta do seu 3º Congresso, em agosto deste ano.

Durante o primeiro mandato, o presidente teve rela-

ção tensa com os meios de comunicação. Deu poucas entrevistas e tomou atitudes como a tentativa de expulsão do país do jornalista Larry Rohter, do "New York Times" e a de criar um Conselho Federal de Jornalismo, para regulamentar e fiscalizar o exercício da profissão.

Dois dias após a reeleição de Lula, o PT divulgou o texto do programa que prometia medidas "vigorosas" para regulamentar e descentralizar a mídia. O partido deve discutir mudanças nos critérios para distribuição de publicidade oficial.

Reforma zerada

JORNAL DE BRASÍLIA

07 JUN 2007

Mauro Benevides

Na estratégia articulada pelo presidente Chinaglia, a Câmara nulificou as proposições alusivas à reforma política, a fim de elaborar-se iniciativa de consenso, em condições de obter os apoios, se possível, da totalidade do Plenário. Foram ingentes as articulações com esse objetivo, demandando reuniões seguidas, até que as opiniões convergiram para tal diretriz, como forma de viabilizar a reformulação na sistemática eleitoral e partidária.

Na quarta-feira, dia 30 de maio, o encontro prolongou-se por mais de duas horas, com questões de ordem suscitadas a cada instante, dirimidas pelo dirigente da Casa, num esforço hercúleo para diminuir as resistências de alguns, conhecidas por meio da tribuna.

Foram aguardadas, até quarta-feira, as emendas que comporiam a nova configuração da qual se incumbira o deputado Ronaldo Caiado, autor de uma das primitivas sugestões, originadas na legislatura passada. Todos entendem ser impostergável a idéia central, restando dúvidas em relação às listas pré-ordenadas, autênticas despersonalizações da intenção do eleitor, dirigindo sua manifestação, exclusivamente, para a legenda, e não para o candidato.

As agremiações discordam de algumas e patrocinam alterações constitucionais que requerem quórum qualificado de 3/5, ou seja, 308 "sim". O alcance desse elevado patamar torna imprescindível o comparecimento de, pelo menos, 420 representantes, pois muitos discreparão ante os itens mais polêmicos e controvertidos.

O deputado Paulo Renato, do PSDB paulista, preconiza o voto distrital puro, cuja aceitação transparece inviável, no contexto da atual composição da Câmara dos Deputados. Quanto ao financiamento público, as resistências são mais restritas, vez que as mesmas se contrapõem à influência do poder econômico nas competições, em todos os diversificados âmbitos.

Para os mais otimistas, confia-se em que, até 10 de julho, a proposta possa ser encaminhada ao Senado quando, ali, já terá sido equacionado o episódio Renan Calheiros, de enorme repercussão. Caso não ocorram fatos supervenientes, é provável que a reforma política se transforme em realidade, resgatando a respeitabilidade nas instituições democráticas.

O pleito de 2008 será palco experimental de algo que poderá restabelecer o prestígio dos políticos no Brasil.

Resta esperar para conferir o prognóstico, especialmente se as novas regras vierem a reorientar a manifestação do sufrágio popular, sem distorções que tornem ilegítima a representação dos parlamentares e executivos, em todos os graus hierárquicos.

Na terça-feira vindoura, o debate se acentuará na Câmara após as emendas originárias de todas as siglas, impregnadas do desejo de aprimorar o texto em elaboração.

Ninguém se absterá de oferecer o seu contributo pessoal à estruturação do novo diploma, escoimado das distorções capazes de continuar subvertendo a vontade do eleitorado.

O presidente Arlindo Chinaglia não concordará com qualquer tentativa de obstrução, garantindo que a matéria será votada até o início do recesso em julho próximo, a tempo de o Senado, igualmente, pronunciar-se a respeito.

A Reforma tornou-se, pois, inadiável, não prevalecendo artimanhas protelatórias, inajustadas à nossa realidade político-eleitoral.

Que venham as modificações e, com elas, a certeza de que a escolha será exercitada na plenitude de nossas franquias democráticas. As facções devem superar dissensões internas e reunir apoio com vistas a tornar efetivas as modificações, objeto de sucessivas discussões, tanto em 2006, como no presente exercício.

Se, por desventura, o Congresso omitir-se, mais uma vez, na condução de um procedimento vital para as atividades de seus componentes, o desgaste assumirá características imprevisíveis, que não deve interessar a qualquer cidadão, consciente de seus encargos em relação ao Poder Legislativo.

Não é de crer, pois, que o insucesso possa rondar essa derradeira tentativa de dotar o Brasil de algo que possa configurar um quadro de maior dignidade para todos quantos se integram a essa árdua tarefa de representar o povo brasileiro em nosso Parlamento.

■ Mauro Benevides é jornalista e deputado federal pelo PMDB do Ceará

POLÍTICA

REFORMA POLÍTICA

Projeto prevê, entre outras coisas, fidelidade partidária e a possibilidade de convocar plebiscitos para cancelar mandatos. Presidente da Câmara admite resistências, mas quer votar mudanças este semestre

OAB entrega proposta a Chinaglia

O presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP), recebeu ontem do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Cezar Britto, a proposta de reforma política elaborada pela entidade em conjunto com o ministro das Relações Institucionais, Tarso Genro. Entre os itens da proposta, estão a

fidelidade partidária, o voto em lista, o financiamento público de campanhas. Há pontos mais polêmicos, como a redução do mandato de senador para quatro anos e a possibilidade de a sociedade convocar plebiscitos para cancelar mandatos, o chamado recall.

“Mudanças como essas vão no sentido de uma sociedade

democrática. Do ponto de vista teórico acho boa a possibilidade, mas do ponto de vista real, é preciso um debate infinitamente mais aprofundado”, ponderou Chinaglia. O presidente da Câmara admitiu a dificuldade do Congresso em votar a reforma política: “Votar a reforma é difícil, pois cada partido chegou onde

chegou com as regras atuais. Quando você fala ‘vamos mudar tudo isso’, gera-se naturalmente uma insegurança”, disse.

No entanto, o petista se mostrou otimista quanto à aprovação da reforma, que pretende finalizar neste semestre. “Para algo que tramita aqui há mais de dez anos e nunca se conseguiu

aprovar, penso que uma demora de três ou quatro meses é um tempo adequado para incluir os novos deputados nas discussões”, afirmou.

Ao comentar as propostas entregues a Chinaglia, Cezar Britto destacou como mais urgentes aquelas que se referem à fidelidade partidária, ao fortalecimento

da democracia participativa — possibilidade de a população solicitar plebiscitos e referendos — e ao fim da reeleição. Ele informou ainda que a proposta de recall e de diminuição do mandato de senador já conta com o apoio do presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Marco Aurélio.



Debate pode ser reiniciado

A Presidência da Câmara está avaliando a possibilidade de reiniciar o debate em torno da reforma política para dar chances para que os deputados novatos “participem do debate”. Arlindo Chinaglia analisa a proposta de retirar de pauta o projeto de reforma política pronto para votação, que ele próprio havia incluído na semana passada. O petista disse que pode renunciar a proposta e recomendar as discussões. “A representação dos projetos vai dar a oportunidade dos parlamentares novatos participarem do debate e dos partidos fazerem sugestões”, disse o deputado, que pretende “bater o martelo” sobre o assunto na reunião de líderes da próxima semana.

Chinaglia afirmou que poderia ser criada até me-

...A
...EIRA
...EZ

Peugeot 206 Escapade 1.6L 16V Flex APENAS R\$ 43.990



...SES COM O BANCO PEUGEOT

... barato manter um Peugeot.



Peugeot usa e recomenda lubrificantes TOTAL.

Olympique

SPM EPIA Sul - Lote 2 - Saída Sul - Candangolândia - Brasília - (61) 3301 9000

Cabriolet. Peugeot 307 Sedan - motor 2.0L 16V - com câmbio automático tiptronic grátis. Peugeot 206 Escapade 1.6L 16V 72 meses. Exemplo de financiamento: Peugeot 206 Escapade 1.6L 16V Flex - 5 portas - pintura sólida. Plano CDC - Crédito R\$ 43.990,00. Entrada de R\$ 17.832,00 no plano de 72 meses sendo 72 parcelas fixas de R\$ 669,23. Taxas de juros 72 meses de financiamento anunciada inclui a taxa de abertura de crédito (T.A.C.) no valor de R\$ 590,00 para a Grande São Paulo. ...iro, sem aviso prévio. Todos os veículos são ano/modelo 06/07 e frete incluso. Fotos somente para fins ilustrativos. Alguns HB e SW - motor Flex 1.6L 16V, 100 unidades do Peugeot 307 Sedan 2.0L 16V, equipado de série com câmbio automático enquanto durarem os estoques. Não cumulativa com outras promoções. Para mais informações sobre preços e condições

DIRIJA ESSE PRAZER



poderia ser criada até mesmo outra comissão especial para analisar o assunto. Mas, em primeiro lugar, viria a idéia de integrar os novatos. O presidente da Câmara lembrou que as propostas da OAB são as primeiras de uma série, já que outras entidades também deverão apresentar sugestões. Segundo ele, a colaboração da sociedade civil com a Câmara caracteriza o permanente diálogo do Congresso com a população. Ele lembrou ainda que todas as propostas apresentadas serão encaminhadas para discussão pelas bancadas partidárias.

Repercussão

O vice-líder do PT, Walter Pinheiro (BA), que também participou do encontro, informou que o partido fará seminários internos para discutir a reforma política. Na opinião dele, não é mais possível esperar uma nova crise institucional para aprovar mudanças no sistema político. Ele cita, como exemplo dos problemas que precisam ser resolvidos com urgência, a troca sistemática de partidos pelos políticos, o que, em sua avaliação, interfere nos mandatos e na formalização coalizões.

Para o líder do PSDB, deputado Antonio Carlos Pannunzio (SP), há um consenso entre os partidos de que o atual sistema político é deficiente e precisa mudar. Pannunzio reafirmou o compromisso de aprovar a reforma ainda neste ano e considerou infundada a acusação de que os grandes partidos não querem aprová-la. "Não há como aprofundar a democracia sem o fortalecimento dos partidos políticos", disse. O petista também ressaltou que o atual sistema reforça a influência do poder econômico, já que não permite o financiamento público de campanha.

O líder do PCdoB, deputado Renildo Calheiros (PE), por sua vez, disse ser favorável às sugestões da OAB sobre democracia direta — possibilidade de a população solicitar referendos e plebiscitos — e financiamento público de campanhas.

Reforma política volta à estaca zero na Câmara

A reforma política deverá voltar a estaca zero na Câmara. Depois de pôr a proposta na pauta de votação do plenário na semana passada, o presidente da Casa, Arlindo Chinaglia (PT-SP), sinalizou ontem que a votação deverá ficar para daqui a três ou quatro meses e que o projeto deverá ser retirado para reiniciar a discussão novamente.

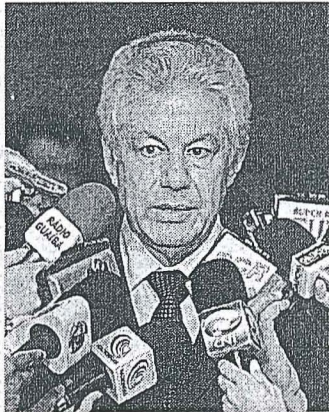
"É uma proposta equilibrada. Dá-se um prazo curto, reabre a discussão. Todos poderão participar e, ao final, vamos votar", disse o presidente da Câmara. Segundo Chinaglia, a idéia que será discutida com os líderes na próxima semana, é apresentar novamente o projeto que já foi aprovado pela comissão especial e pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), com nova numeração, para permitir que a tramitação tenha início com abertura de prazos e apresentação de novas propostas.

"Para algo que tramita aqui há mais de dez anos e nunca ninguém conseguiu aprovar, eu penso que três ou quatro meses é um tempo adequado", argumentou Chinaglia. O presidente da Câmara disse que, com a nova discussão, os deputados de primeiro mandato poderão interferir no processo.

"Não é justo que eles, inaugurando o mandato, querendo contribuir, tenham de votar aquilo que a Legislatura passada produziu", disse Chinaglia, completando que isso poderia ser entendido como cerceamento da Casa.

Na reunião dos líderes, deverá ficar definido se haverá uma nova comissão especial para discutir a reforma política ou se a proposta será analisada pelas comissões permanentes, informou Chinaglia.

O presidente da Câmara



JOSÉ CRUZ/ABR

■ CHINAGLIA: VOTAÇÃO SÓ DAQUI A QUATRO MESES

avaliou que a dificuldade em fazer a reforma política é que os parlamentares têm dificuldade em mudar as regras que os levaram a vencer as eleições.

"É público e notório que o Congresso tem problema, aqui no Brasil e em qualquer parte do planeta, quando se trata de mudar regras que nos trouxeram a todos aqui para a representação popular. Todo mundo preza isso", disse.

Chinaglia recebeu ontem sugestões de reforma política da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) entregues pelo presidente da entidade, Cezar Brito. Chinaglia, no entanto, já descartou um dos pontos: o dispositivo que permitiria que os eleitores retirassem o mandato do parlamentar, apelidado de recall. "Alteração dessa magnitude implicaria mudanças radicais no sentido de uma sociedade bastante democrática. Portanto, do ponto de vista teórico, acho uma boa possibilidade. Porém, do ponto de vista da vida real da disputa de poder, da construção do próprio poder, acho que é uma medida que vai encontrar aqui, não resistência natural, mas vai exigir um debate infinitamente mais aprofundado", considerou Chinaglia.

REFORMA ■ Chinaglia marca votação para lei eleitoral

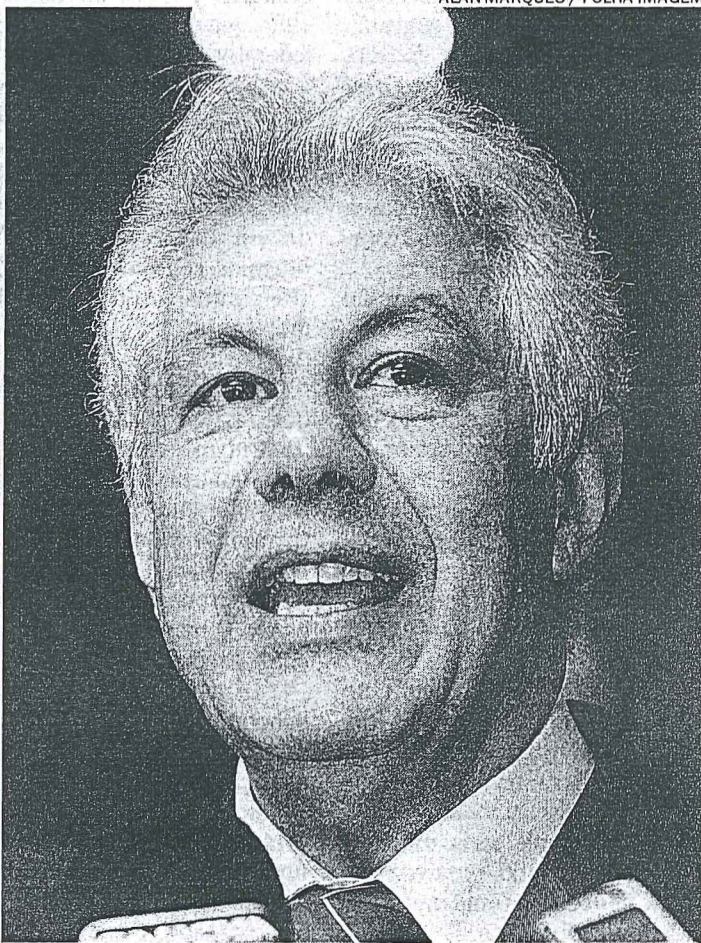
Tarso e OAB tentam influir no Congresso

Karla Correia

ALAN MARQUES / FOLHA IMAGEM

■ BRASÍLIA O Palácio do Planalto vai tentar, na próxima semana, emplacar no Congresso sua versão da reforma política. Na tentativa de tirar da proposta o carimbo do governo, o ministro da Coordenação Política, Tarso Genro, entregará aos presidentes da Câmara e do Senado não um projeto de lei, mas um "estudo" endossado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). O ministro chegou a incluir conversas com partidos de oposição na estratégia de descolar o Planalto da proposta, mas o Legislativo promete resistir à interpretação do governo sobre reforma política.

— Vamos nos orientar por aquilo que a Câmara produziu. Qualquer sugestão da sociedade será encarada como sugestão. Nunca esteve em questão pegar qualquer proposta e transformá-la em pro-



Arlindo Chinaglia pretende provocar debate sobre mudanças

Parceria da OAB com o governo está sendo festejada pelo presidente da República

jeto de lei — disse ontem o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP), ao anunciar que colocará na pauta da Casa, na próxima semana, projeto de reforma política de autoria do deputado Rubens Otoni (PT-GO).

O texto de Otoni inclui todos os pontos que o governo quer ver aprovados pelo Congresso: o financiamento público de campanhas, a fidelidade partidária, com punições para os políticos que trocarem de partido, e o voto em listas fechadas, que reserva

ao partido a prerrogativa de escolher os candidatos eleitos com os votos destinados à legenda. Com uma pequena modificação, para agradar aos colegas, o projeto de lei que será colocado em pauta na próxima semana assegura aos deputados os primeiros lugares na lista partidária, ordenados pelo número de votos obtidos na última eleição.

Ainda assim, Arlindo Chinaglia admite que dificilmente a reforma política será aprovada a curto prazo. A inclusão da matéria na pauta do plenário da Câmara servirá para reativar a discussão, cara ao governo. Dentro do Planalto, o debate já é considerado uma vitória do presidente Lula. Segundo interlocutores do presidente, Lula comemorou

a parceria com a OAB na elaboração do estudo sobre reforma política.

A Ordem, que esteve quase para enviar ao Legislativo pedido de impeachment contra Lula, agora é aliada do Palácio na discussão da reforma política — tema pregado na campanha presidencial como uma panacéia para os males éticos do governo e dos partidos. Quarta-feira, quando levará o documento aos presidentes da Câmara e do Senado, Tarso Genro terá a seu lado o presidente da OAB, Cezar Britto. No Planalto, essa proximidade é considerada como símbolo da *volta por cima* de Lula.

■ Leia e opine no **JB Online**.
www.jb.com.br/24 horas

Coalizão sem colisão

CB, 12/02/07

p. 13

RENATO CASAGRANDE

Líder do PSB no Senado

Concluído o processo de votação dos presidentes da Câmara e do Senado, as arestas que permeiam eleições dessa natureza vão aos poucos sendo aparadas. Portanto, é hora de o parlamento e o Executivo ganharem o ritmo que a sociedade exige. As agendas política e econômica para 2007 estão postas, e o seu foco é o desenvolvimento socioeconômico sustentado. Os setores produtivos da economia precisam gerar emprego e renda. Cabe ao Estado, como indutor do desenvolvimento, promover as reformas estruturais, o ajuste fiscal e incrementar políticas públicas de distribuição de renda com justiça social.

O primeiro mandato do presidente Lula criou o ambiente para que se desenvolva esse cenário. Foi alcançada a estabilidade econômica, com inflação baixa, redução gradual e sustentada das taxas de juros e das dívidas interna e externa. O governo adotou políticas públicas que resultaram na melhoria da qualidade de vida dos brasileiros mais pobres, como o Bolsa Família, e elevou a renda dos assalariados. Ampliaram-se os programas de complementação de renda, do micro-crédito, da agricultura familiar e do financiamento habitacional aos cidadãos situados na base da pirâmide social.

O segundo mandato se inicia, no entanto, sob a pressão da sociedade que clama por crescimento

do Produto Interno Bruto (PIB) menos tímido do que o registrado na média dos últimos anos, algo em torno de 2,5%. Para fazer crescer o PIB acima de 5% ao ano, são necessárias a reforma das políticas tributária e previdenciária. Junte-se a isso o incremento a políticas públicas, sobretudo na área de educação, saúde, segurança pública para ampliar as conquistas sociais e assegurar a estabilidade econômica e a governabilidade.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) é importante iniciativa do governo que poderá, ao mesmo tempo, tornar o Estado mais eficiente e atraente ao investimento privado. A discussão em torno do PAC exigirá o envolvimento do Congresso Nacional, dos governadores e dos prefeitos. Exigirá, como se vê, determinação política para a sua aprovação.

O ajuste fiscal é outra peça importante nessa engrenagem. Ele representa um elemento essencial para a promoção do crescimento acelerado. Além disso, puxa a redução mais célere do endividamento do setor público, abrindo espaço para a queda persistente e sustentada da Selic. Nada nos honra o título de campeões mundiais das taxas de juros.

A reforma tributária é primordial para alcançarmos a distribuição mais justa de recursos entre União, estados e municípios. A reforma política deverá atacar os gargalos da corrupção e o fortalecimento dos partidos políticos. É medida transparente a proposta do governo de retirar das contas da Previdência as políticas sociais, mas não é o

suficiente. É preciso avançar na melhoria da gestão e no aperfeiçoamento do modelo previdenciário.

Esse jogo político enseja a necessidade de o governo contar com uma base de apoio sólida no Congresso e no Executivo. A formação do Conselho Político é fundamental, pois os partidos devem desempenhar papel estratégico na formulação e execução de políticas, e não simplesmente entrarem na disputa por espaço e poder.

Mas é preciso avançar nessa relação. O PSB já se pronunciou favoravelmente à organização de um governo de coalizão. Essa aliança passa necessariamente pelo equilíbrio na composição do Executivo, via reforma ministerial. Uma reforma que foque a melhoria na qualidade da gestão administrativa e da produtividade nos serviços públicos, e não vise a acomodação de lideranças partidárias. Uma reforma que não represente — segundo Gramsci — o predomínio majoritário de algo (no caso PT e PMDB) sobre o resto (no caso os demais partidos da base de sustentação ao governo).

Aristóteles nos ensina que a democracia corrompida redunde em demagogia, para justificar a necessidade de “o poder frear o poder”. Entendemos com suas palavras que a democracia corre riscos quando há desequilíbrio de forças entre os poderes. E mais: que a engrenagem política só funciona bem num ambiente de harmonia e equilíbrio entre os partidos e os poderes, e destes com as aspirações da sociedade.

REFORMA POLÍTICA

Mobilização nacional tenta barrar emenda constitucional que acaba com renovação de mandatos. Em troca da manutenção do privilégio, aceitam se desincompatibilizar do cargo 90 dias antes das disputas nas urnas

Lobby de prefeitos pela reeleição

FERNANDA ODILLA
DA EQUIPE DO CORREIO

As próximas eleições estão marcadas para 2008, mas as articulações para definir as regras da disputa já começaram. Prefeitos não querem abrir mão da possibilidade de ter um mandato de quatro anos, renovados por mais quatro. A Associação Brasileira de Municípios colocou na pauta de projetos para 2007 o debate sobre a reeleição. Está disposta a defender a reforma política, propondo a manutenção de dois mandatos consecutivos desde que o candidato se descompatibilize do cargo 90 dias antes das eleições.

Na manga, postulantes a um mandato de oito anos guardam as estatísticas. A reeleição passou a ser permitida em 1998, depois que

uma emenda constitucional foi aprovada e promulgada no ano anterior. Beneficiou o presidente Fernando Henrique Cardoso e 14 dos 21 governadores que conseguiram renovar o mandato. Desde então, a cada pleito, aumenta o número de candidatos à reeleição vitoriosos. Levantamento da Consultoria Legislativa da Câmara revela que 66,6% dos governadores que tentaram conquistaram a reeleição em 98 obtiveram sucesso. No pleito seguinte esse número pulou para 71,4%. E, no ano passado, 19 governadores se candidataram e 73,7% — 14 deles — se reelegeram.

A mesma evolução é constatada no estudo quando são analisados os números das eleições municipais de 2000 e 2004. Na primeira oportunidade que tiveram de esticar os mandatos, 2.169

prefeitos se reelegeram (39,4% dos que tentaram). Nas eleições seguintes, o índice de sucesso pulou para 45,3%. A média é mantida entre os prefeitos das 26 capitais — Brasília não elege prefeito. Em 2000, 23 prefeitos tentaram e 16 conseguiram. Nas últimas eleições municipais, 19 disputaram e 16 seguiram no poder.

“De duas uma: ou as pessoas estão aprovando a gestão ou o uso da máquina é eficiente”, observa o ex-ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Valter Costa Porto. Ele pondera, contudo, que o homem do executivo desfruta de privilégios que deixam desigual a disputa com os adversários. “Além da visibilidade extrema pode incrementar programas pensando em votos”, avalia Costa Porto.

Foi exatamente o que fez Luiz

Inácio Lula da Silva, na avaliação de Roberto Romano, professor de ética e filosofia da Unicamp, “Lula se reelegeu graças ao Bolsa Família. Para mim, isso é usar o dinheiro e a máquina”, argumenta Romano. Outro especialista, o professor da USP Gaudêncio Torquato, também sustenta a tese de que a reeleição favorece principalmente os que têm “o poder da caneta”.

Gastos

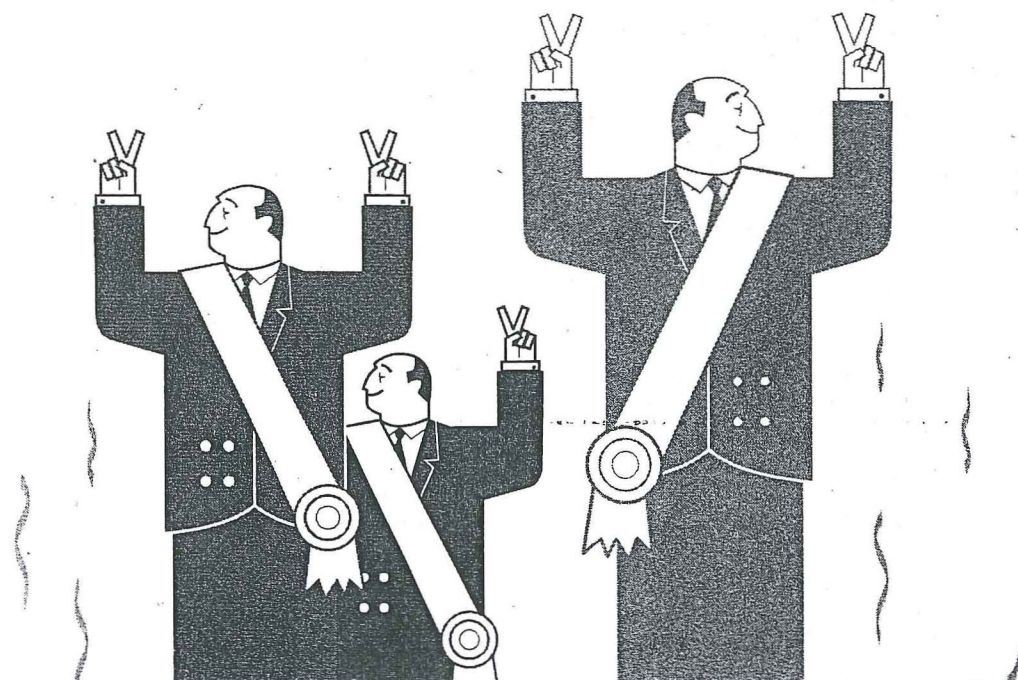
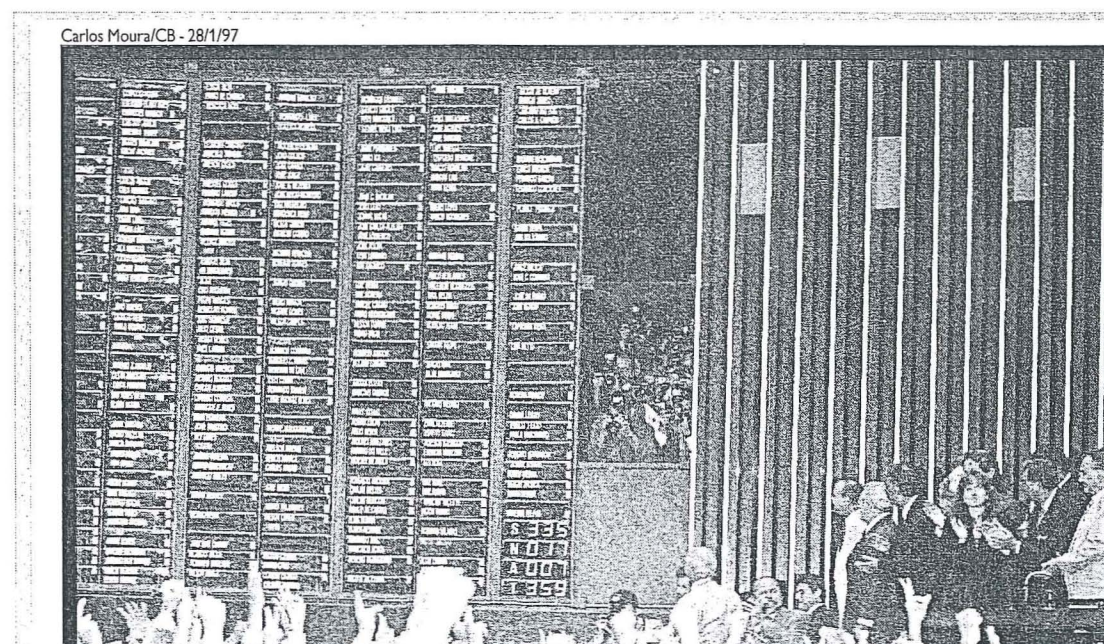
Gaudêncio Torquato fundamenta seu argumento lembrando quanto gastaram os candidatos à reeleição em outubro do ano passado. A diferença entre os gastos com as campanhas de 2002 e 2006 foi de 62,6%. Enquanto a soma das despesas de 12, dos 14 governadores reeleitos, foi de R\$ 57 milhões, nas

eleições passadas (valores corrigidos com base no IPCA de outubro de 2002 para cá), o total gasto agora chegou a R\$ 92,7 milhões. No cálculo, foram consideradas as despesas de Alcides Rodrigues (PP-GO), que em 2002 foi eleito vice-governador, e de Ottomar Pinto (PSDB-RR), cuja prestação de contas de 2002 não estava disponível no site do TSE.

De todos eles, apenas Blairo Maggi conseguiu reduzir despesas. Roberto Requião (PMDB-PR) foi quem mais elevou os gastos. Passou de R\$ 4,5 milhões em 2002 (valores corrigidos) para R\$ 12,9 milhões este ano. Um aumento de R\$ 8,4 milhões, ou seja, 86,7%. A campanha mais cara entre os 14 governantes reconduzidos ao cargo, entretanto, foi a do tucano Aécio Neves. Para pedir votos nos 853 municípios

mineiros, o governador de Minas Gerais — que conquistou 77% dos votos válidos no primeiro turno — gastou R\$ 18,9 milhões. Em 2002, o tucano apresentou à Justiça Eleitoral notas de gastos na ordem de R\$ 16,1 milhões.

Representantes dos prefeitos rebatem as críticas relacionadas às vantagens eleitorais de quem já está no cargo. “É maniqueísmo pensar assim”, argumenta o secretário geral da Associação Brasileira de Municípios, José Carlos Rassier. Prefeito eleito e reeleito do município gaúcho Arambaré, distante 136 quilômetros de Porto Alegre, Rassier avalia que “reeleição por si só não é um mal”. Para igualar as regras da disputa, ele sugere que qualquer um que deseje ocupar um cargo político — seja no Executivo ou no Legislativo — deve se licenciar.





CÂMARA APROVA EMENDA DA REELEIÇÃO EM JANEIRO DE 1997 PARA DAR MAIS UM MANDATO A FERNANDO HENRIQUE

Muitos projetos, poucos avanços

No Congresso, todos afirmam ser imprescindível dar início às discussões sobre a reforma política e, mais precisamente, sobre a reeleição. Mas, por enquanto, a preocupação de deputados federais e senadores é saber se Renan Calheiros (PMDB-AL) e Aldo Rebelo (PCdoB-SP) conseguirão garantir a renovação dos próprios mandatos dentro do Congresso. A reforma política depende dessa eleição interna para entrar na pauta das discussões.

“Passada a eleição da mesa, os líderes precisam sentar para discutir quais serão as prioridades”, avalia José Carlos Aleluia (PFL-BA), líder da minoria no Congresso. Na Câmara e no Senado tramitam projetos relacionados à reeleição. Quatro Propostas de Emendas Constitucionais (PEC) aguardam vontade política dos deputados e senadores para acabar com a possibilidade da renovação do mandato.

A maioria dos autores dessas propostas, como Renildo Calheiros (PCdoB-PE) e Geddel Vieira Lima (PMDB-BA), argumentam que a reeleição beneficia os que desfrutaram do poder público. Mas, curiosamente, o

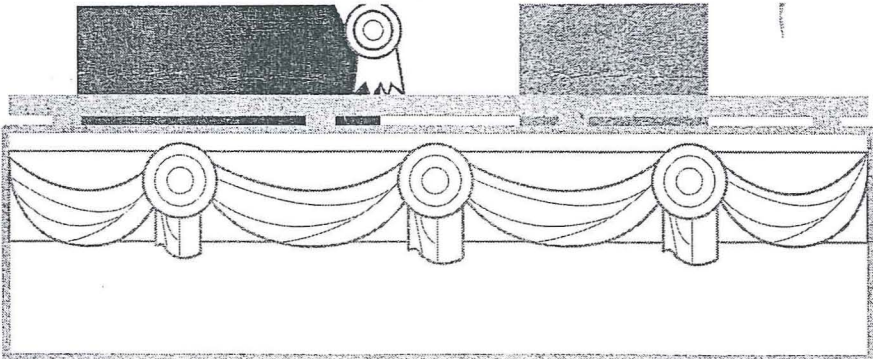
autor da emenda da reeleição, na década de 90, foi o então deputado federal José Mendonça Filho (PFL), que no ano passado disputou a reeleição para o governo de Pernambuco e perdeu para Eduardo Campos (PSB). Mendonça era vice do peemedebista Jarbas Vasconcelos, eleito em 1998 e reeleito em 2002, e assumiu o cargo para o peemedebista disputar o Senado.

Tudo indica que, para aprovar o fim da reeleição, o Congresso terá as mesmas dificuldades de 1997, quando ficou definido que os donos de cargos executivos podiam renovar os mandatos. “Muitos dos que quiseram a reeleição, antes, hoje querem extingui-la. Outros lutam para mantê-la. Isto só já demonstra como o tema continua controverso e sujeito a casuísmos”, afirma o professor da Unicamp, Roberto Romano.

No início do ano passado, o presidente do Senado, Renan Calheiros, retomou o debate sobre a reeleição com um encontro com o presidente da Câmara, Aldo Rebelo. Na ocasião, disse que a votação da proposta de emenda constitucional que acaba com a reeleição era prio-

ridade em 2006. Mais cauteloso, Aldo anunciou que não dedicaria tempo ao assunto. Ele lembrou que uma pesquisa histórica rápida mostra que homens legalistas, de convicções democráticas, como Floriano Peixoto e Deodoro da Fonseca, não quiseram a reeleição. Mas não foi por isso que ele se recusou a discutir o tema. Para Aldo, num ano eleitoral, negociações e votações ficam muito emperradas. Não haveria tempo.

“Emendas na Casa abrem a possibilidade para se discutir o assunto. Mas o presidente Lula precisa se dispor a contribuir. No discurso falou em reforma política, mas até agora nada fez. O Judiciário também poderia contribuir mais para a reforma”, observa José Carlos Aleluia. Ele argumenta que nem todo político está preparado para disputar a reeleição no cargo. “Aos poucos, as pessoas vão se posicionando. Só tenho dúvida se o fim da reeleição será de interesse num momento em que Lula não pode mais se reeleger e Minas Gerais e São Paulo já miram o Palácio do Planalto”, pondera Valter Costa Porto, ex-ministro do TSE e professor da UnB.



A VONTADE POPULAR

GOVERNADORES

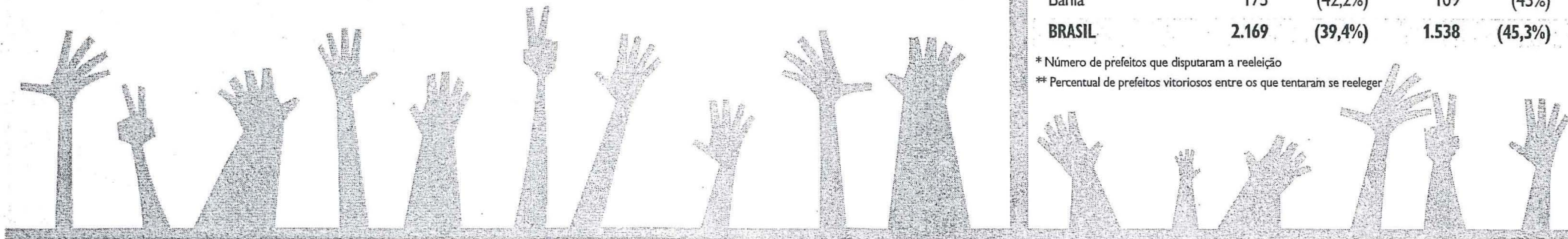
	1998	2002	2006
Que disputaram a reeleição	21	14	19
Reeleitos	14 (66,6%)	10 (71,4%)	14 (73,7%)

PREFEITOS

	2000		2004	
	*	**	*	**
São Paulo	193	(29,9%)	201	(44,4%)
Minas Gerais	313	(36,7%)	198	(36,6%)
Rio de Janeiro	20	(26%)	22	(37,9%)
Espírito Santo	42	(46,2%)	28	(56%)
Paraná	160	(40,1%)	88	(36,8%)
Santa Catarina	94	(32,1%)	90	(45,2%)
Rio Grande do Sul	159	(34%)	156	(46,2%)
Mato Grosso do Sul	31	(40,3%)	18	(39,1%)
Mato Grosso	50	(39,7%)	46	(51,6%)
Goiás	71	(29,3%)	75	(42,8%)
Rondônia	18	(34,6%)	10	(29,4%)
Acre	8	(36,4%)	7	(50%)
Amazonas	25	(40,3%)	23	(62,1%)
Roraima	6	(40%)	2	(22,2%)
Pará	60	(42%)	40	(48,1%)
Amapá	1	(6,3%)	3	(20%)
Tocantins	58	(41,7%)	38	(46,9%)
Maranhão	102	(47%)	47	(40,8%)
Piauí	113	(51,4%)	68	(62,3%)
Ceará	100	(54,3%)	47	(55,9%)
Rio Grande do Norte	89	(53,6%)	53	(67,9%)
Paraíba	108	(48,7%)	63	(54,7%)
Pernambuco	95	(51,6%)	55	(61,7%)
Alagoas	52	(51,5%)	26	(52%)
Sergipe	26	(34,7%)	25	(51%)
Bahia	175	(42,2%)	109	(45%)
BRASIL	2.169	(39,4%)	1.538	(45,3%)

* Número de prefeitos que disputaram a reeleição

** Percentual de prefeitos vitoriosos entre os que tentaram se reeleger



Judiciário começa a reforma política

LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO

Advogado criminalista, mestre e doutor pela USP, é presidente da OAB-SP

Ao confirmar o entendimento do Tribunal Superior Eleitoral de que os mandatos pertencem aos partidos e não aos parlamentares, o Supremo Tribunal Federal praticamente dá curso à tão aguardada reforma política, infelizmente esquecida pelo Congresso Nacional. O estatuto da fidelidade partidária — resgatado pela histórica decisão — pode ser considerado o núcleo de uma reforma necessária para a moralização dos costumes políticos. Era vergonhoso assistirmos à liturgia canhestra do troca-troca partidário, pela qual os atores políticos, induzidos a sair das siglas que os abrigaram no processo eleitoral, procuravam outros espaços, levando consigo um patrimônio que não lhes pertence.

A fidelidade partidária, sozinha, não provocará a revolução que se espera na seara política, razão pela qual outros mecanismos e instrumentos deverão ser

implantados para que possamos, efetivamente, melhorar a representatividade dos agentes, qualificar os quadros, robustecer os partidos, enfim, conferir transparência e maior equilíbrio ao sistema político. Imaginamos que a cláusula de barreira — que impedirá a criação de siglas de aluguel — seja o próximo recurso a se incorporar à política, dando seqüência à idéia de partidos fortes e doutrinários, capazes de expressar demandas e expectativas de grupamentos sociais. Da mesma forma, o sistema de votação precisa ganhar um novo formato, apontando-se o voto distrital — puro ou misto — como forma mais adequada para aproximar a representação das camadas sociais. O voto dado ao representante do distrito resultará em maior eficácia política, eis que os eleitores poderão acompanhar de perto a trajetória dos eleitos.

Chega a ser incompreensível a inação do Congresso Nacional no que diz respeito à reforma política. Até porque o parlamento está no fundo do poço, amargando o índice de 2% de

confiança pública, de acordo com pesquisas de opinião. E, para borrar mais ainda a imagem, as duas casas congressuais permanecem a reboque do Poder Executivo, que continua a produzir intensa ação legiferante, seja por meio do abuso de medidas provisórias seja por meio de projetos de sua autoria com o selo de urgência. A imensa maioria das MPs carece dos critérios de urgência e relevância exigidos pela Carta Magna. O parlamentarismo às avessas que se instalou no país — o Executivo legisla e executa ao mesmo tempo — é uma afronta à instituição parlamentar. Ademais, a crise que assola a Câmara Alta — envolvendo a imagem de seu presidente, que insiste em continuar no posto, apesar dos apelos e do clamor da opinião pública — rebaixa a representação política e atinge a própria instituição.

A seccional paulista da Ordem dos Advogados do Brasil cumpre o dever de convocar os 250 mil advogados sob sua égide para que, dentro de seus espaços sociais e profissionais,

integrem-se à sua campanha permanente pela moralização dos costumes políticos, fazendo ecoar sua indignação, mantendo postura crítica e exercitando a cobrança junto aos corpos parlamentares de suas regiões.

A quadra em que vive o país exige de cada um de nós engajamento e participação no processo político. Não podemos permanecer de braços cruzados diante de tanta inércia, da incúria, do desleixo, da insegurança social e violência crescente, das políticas de cunho meramente populista-assistencialista, da escola pública desqualificada, dos milhões de brasileiros que ainda permanecem fora do sistema educacional, das cenas que retratam a deterioração do sistema de saúde. Precisamos nos dar as mãos na batalha pelos avanços em todas as esferas da vida institucional. Recordemo-nos da lição que John Kennedy deu ao seu povo: "Não pergunte o que seu país pode fazer por você, mas o que você pode fazer pelo seu país". Precisamos, todo tempo, fazer a mesma pergunta.

CORREIO BRAZILIENSE

19 OUT 2007

7 Reforma política

Desafios para a reforma política

MARCO MACIEL

Senador e membro da Academia Brasileira de Letras

Governabilidade e governança tornaram-se termos e conceitos generalizados nos últimos anos tanto pela necessidade de adotarmos critérios aplicáveis à prática da política quanto pela necessidade de identificar mecanismos que favorecem ou perturbam a estabilidade institucional em quase duas centenas de Estados existentes no mundo.

Sociedades cada vez mais diversificadas em seus interesses e em sua estrutura social tiveram que continuar convivendo com os instrumentos clássicos da organização política. Voto universalizado e eleições livres, competitivas e não manipuladas continuam a ser o principal fator de legitimação da democracia representativa. O instituto da representação, por isso mesmo, continua peça essencial de todo sistema político democrático. É por meio dele que suprimos dois requisitos essenciais de qualquer Estado: assegurar a governabilidade e garantir a diversidade.

Naturalmente, não se pode pensar democracia sem diversidade. Mas também não se pode pensar governabilidade ou governança sem que as instituições estejam habilitadas a dar respostas às demandas da sociedade. Daí por que temos de buscar um um justo meio-termo, ou seja, uma posição de equilíbrio que torne possível atender a esses dois requisitos, para que o país possa avançar não somente no campo político, mas, também, e sobretudo no campo econômico, social, cultural e das relações externa, entre outros.

Eis aí um dilema a ser decifrado antes que sejamos devorados, como no desafio mitológico. Devemos admitir que esses requisitos não podem ser maximizados simultaneamente, na medida em que ambos dependem de um mecanismo, o da representação. Aumentando a governabilidade, diminuímos, na mesma proporção, a diversidade. Privilegiando a diversidade, prejudicamos proporcionalmente a governabilidade. Sem definirmos precisamente em que medida equilibrar os dois fatores, não se pode alterar, se não de forma inconseqüente, a engenharia política de qualquer sistema.

Países com acentuado pluralismo étnico ou de grande diversidade cultural e religiosa têm que privilegiar a diversidade para assegurar a governabilidade. Estados de grande diversidade geopolítica, mas dotados de unidade lingüística e sem divisões que ocasionem conflitos, podem priorizar a governabilidade sem comprometer a diversidade.

Faço tais considerações por nos encontrarmos às vésperas da instalação da 53ª legislatura e haver, no Brasil, não sem razão, grande debate acerca da necessidade de uma reforma político-institucional. Muitos problemas brasileiros que pendem de solução — a maioria deles de natureza econômica e social — pressupõem, antes, a existência de instituições sólidas, hígdas, com mecanismos capazes de resolvê-los.

No mundo em que Daniel Bell anunciou o fim das ideologias desde a década de 50 do século passado e Francis Fukuyama, o da história, no início dos anos 90, que sentido tem privilegiar o pluralismo ideológico quando o peso das ideologias diminuiu enormemente seu significado? As concepções políticas defrontam-se hoje cada vez menos com ideologias antinômicas e cada vez mais com divisões antitéticas fundadas nas diferenças sociais e econômicas que ameaçam cindir as sociedades que não lograram divisão de renda justa, equânime e equilibrada, capaz de superar a pobreza e banir a miséria.

Num artigo de outubro de 1987, Mário Henrique Simonsen, numa antevisão do que poderia vir a ser o texto constitucional de nosso país, advertiu que “não é preciso ler sobre as condições subumanas dos trabalhadores no século passado para se ter uma visão da miséria absoluta. Basta ir a uma janela do Rio”. As condições que, entre nós, geraram as desigualdades sociais e econômicas das últimas décadas, podem ser as mesmas que provocaram as fraturas violentas de hoje, decorrentes do aumento descontrolado da criminalidade. E isso pode ser um indício de que tenhamos, sem prejuízo da diversidade, de centrar as atenções na conquista da governabilidade. Pois, como afirmou Norberto Bobbio, em seus últimos escritos, não se fala mais de governo máximo e mínimo, mas de governabilidade e de ingovernabilidade.

Reforma política

Reforma ou remendo político?

ODED GRAJEW

Presidente do Conselho Deliberativo do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e membro do Conselho Internacional do Pacto Global

A cada novo escândalo envolvendo políticos, a cada campanha eleitoral, a cada discurso de vitória eleitoral e de posse, desde que o Brasil reconquistou a democracia, reaparece o tema da reforma política. Muitas mudanças foram feitas no nosso sistema político, mas nenhuma delas inibiu a corrupção nem impediu a degradação da imagem dos nossos políticos e a descrença crescente da população nas nossas instituições e na democracia. A promessa da reforma política acabou resultando num remendo que procurava deixar intocáveis os fundamentos do nosso sistema político. Por exemplo, a última tentativa de reforma resultou na proibição dos showmícios.

Tudo isso por duas simples razões: os nossos governantes, que têm o poder de fazer a reforma, chegaram ao poder e o exercem graças ao atual sistema político. Qualquer mudança mais profunda pode representar grande ameaça às suas carreiras. Por seu lado, a sociedade ainda não tomou consciência dos péssimos impactos sociais e econômicos causados pelo atual sistema, e, portanto, não se mobiliza para exigir uma reforma para valer.

Para que não tenhamos novamente um remendo político diante das novas promessas de uma reforma política, é necessária

uma profunda reflexão sobre os objetivos que queremos atingir. Creio que nossa meta deveria ser inibir a corrupção na política e ter um sistema que coloque o interesse público em primeiro lugar, promovendo a justiça, os direitos humanos e o desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, se não quisermos novamente nos enganar, duas medidas são fundamentais.

A primeira delas é o financiamento público de campanhas. É evidente que os candidatos que chegam ao poder têm que atender prioritariamente seus financiadores, por compromissos assumidos e já de olho nas próximas eleições. Geralmente as políticas resultantes não são de interesse público, mas atendem principalmente o interesse dos financiadores, na sua quase totalidade pertencentes à camada mais rica da população. O assunto é tão delicado que, no último remendo eleitoral, os parlamentares não quiseram obrigar os candidatos a revelar, no decorrer da campanha, a lista dos doadores.

Atender os financiadores e a preocupação em garantir os recursos para as campanhas são também um enorme incentivo à corrupção. Alguns dirão, com razão, que apenas o financiamento público não inibe o aparecimento de financiamento privado clandestino. O financiamento público, destinando um valor fixo para a campanha relativa a cada cargo, a publicação diária dos gastos pela internet (o que possibilita o controle por parte da justiça, dos adversários e da sociedade, de-

nunciando qualquer abuso que possa ultrapassar o limite) e o estabelecimento de punições pesadas aos infratores tornariam a fraude muito arriscada e quase impossível.

A segunda medida importante é a substituição dos milhares de cargos de confiança, a nível federal, estadual e municipal, por funcionários de carreira admitidos por concurso público, a exemplo do que ocorre nas democracias avançadas no mundo. O preenchimento dos cargos, renovado a cada eleição por critérios geralmente partidários, pessoais e familiares, tornam a máquina pública extremamente ineficiente (o que geralmente prejudica os pobres que dela dependem) e facilita a corrupção (não é à toa que os cargos que controlam os maiores orçamentos são os mais disputados).

Claro que é preciso determinar a fidelidade partidária, debater a forma do voto (distrital, distrital misto ou outro qualquer), mas, se não colocarmos o dedo na ferida promovendo as duas medidas citadas, estaremos novamente nos iludindo com novo remendo. Certamente a resistência da classe política será, como sempre foi, enorme (o que apenas confirma a essencialidade dessas medidas). Tomara que a indignação com a corrupção e com a péssima qualidade dos serviços públicos (por isso, quem tem recursos, inclusive a maioria dos nossos políticos, usa serviços privados) se transforme numa ampla mobilização e pressão por uma reforma política de verdade.

CORREIO BRAZILIENSE

10 NOV 2006

Barreira contra a democracia

FLÁVIO DINO

Ex-juiz federal, ex-presidente da Associação dos Juizes Federais (Ajufe), é deputado federal pelo PCdoB do Maranhão

Anuncia-se para 2007 a aplicação da "cláusula de barreira". Segundo a Lei 9096/95, só tem direito a funcionamento parlamentar o partido que, em cada eleição para a Câmara, receber, no mínimo, 5% dos votos, distribuídos em pelo menos um terço dos Estados, com um mínimo de 2% de cada um deles. O objetivo da norma é o estreitamento do quadro partidário, supostamente para facilitar a formação de maiorias parlamentares e reforçar a governabilidade. Os defensores da regra dizem que não há justificativa para tantos partidos, já que não existem tantas ideologias a serem representadas. Assim, formou-se nas últimas semanas uma idéia de que a tal cláusula de barreira significa aperfeiçoamento do nosso sistema político. Será mesmo?

A importação acrítica de modelos de outros países não oferece a melhor resposta. Por exemplo, a experiência alemã ocorre no âmbito de um regime parlamentarista, no qual a fragmentação do quadro partidário afeta a governabilidade, de maneira imediata. O mesmo não ocorre no regime presidencialista, em que os governos não são constituídos pelo parlamento, mas por vontade direta do povo. É preciso olhar para o Brasil e refletir sobre características dos nossos processos históricos. Não são os pequenos partidos que dificultam a formação de maiorias parlamentares no Congresso, mas a inexistência de uma clara hegemonia política em uma sociedade desigual e complexa.

Não obstante, todos os governos, após a redemocratização, construíram maiorias parlamentares, ressaltados momentos de crises, as quais jamais derivaram da ação exclusiva de pequenos partidos. Logo, a pluralidade partidária está pagando uma conta que não lhe pertence. De seu lado, também não resiste o argumento embasado na suposta correlação entre grandes correntes ideológicas e partidos políticos. Afinal, em termos programáticos o que distingue o PFL do PSDB? Na verdade, em vários países admitem-se partidos que não se articulam mecanicamente com ideologias como o socialismo ou o liberalismo, por exemplo agremiações "verdes" ou defensoras de interesses regionais.

Condenar tais legendas à clandestinidade seria uma barreira contra a democracia, sobretudo em nações em processo de construção institucional como o Brasil. Portanto, é urgente a mudança da Lei nº 9096/95, no contexto de uma reforma política mais ampla, que reveja as opções adotadas na Constituinte de 1988. Mesmo que a mudança não ocorra, a aplicação da cláusula de barreira não pode tolher o exercício dos mandatos obtidos nas urnas. Não há em nosso sistema constitucional amparo para a criação de deputados de "segunda classe" ou "zumbis".

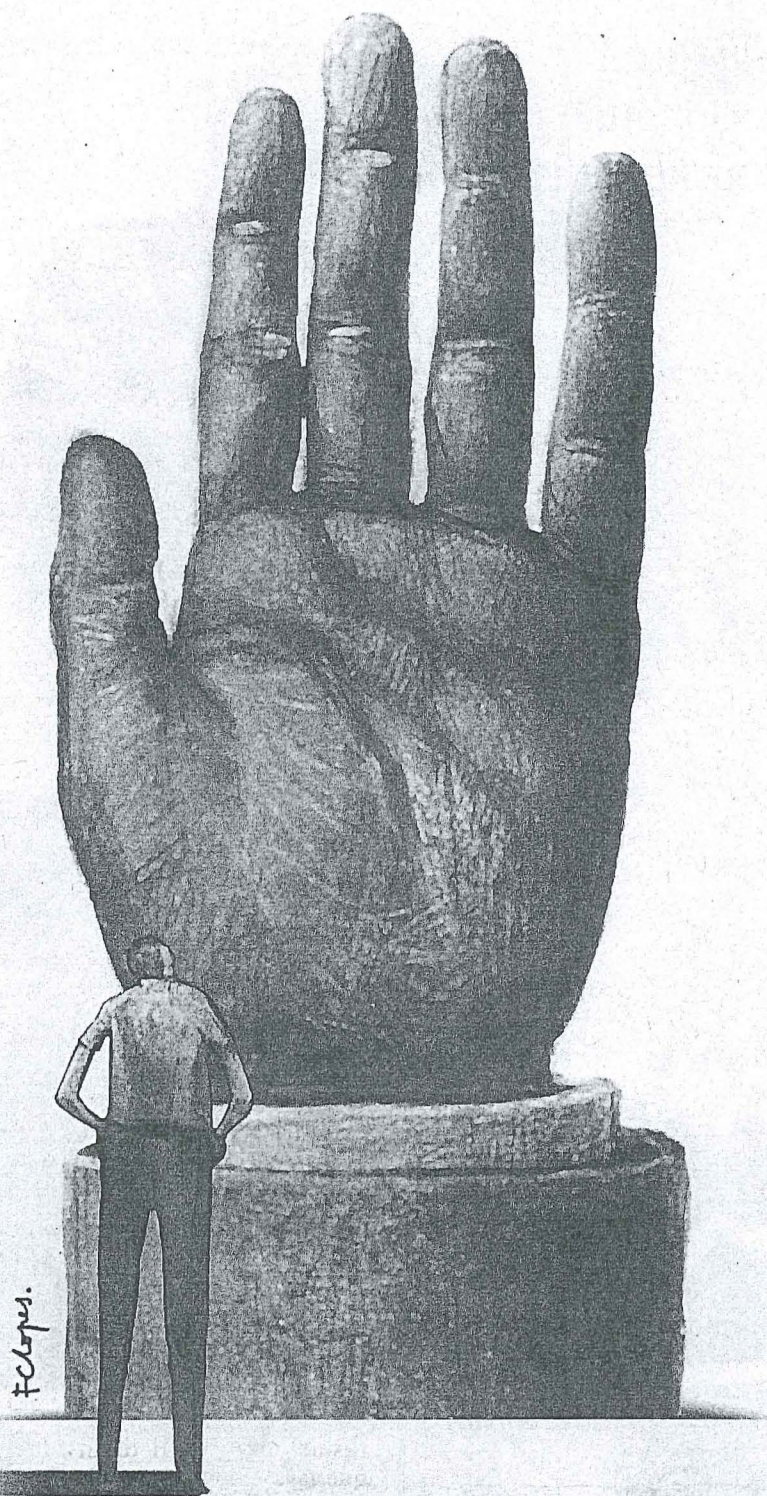
Basta que se analisem os artigos 44 e seguintes da Constituição. Destacamos o art. 58, § 1º, o qual assegura, na composição das Mesas e das comissões, a proporcionalidade entre os vários partidos presentes nas Casas Par-

lamentares. O cerceamento dos mandatos de parlamentares enfrenta duas ordens de obstáculos: seria antidemocrático, na medida em que desrespeitaria a vontade popular, e antieconômico, pois deputados seriam remunerados igualmente para trabalharem menos que os demais. Ademais, a privação total do funcionamento parlamentar levaria a uma insustentável contradição: um partido não poderia atuar no Congresso, mas manteria a legitimidade para atuar perante o STF, provocando ações de inconstitucionalidade, ou para exercer a chefia do Poder Executivo.

Ou seja, um partido seria menos representativo do que os demais no âmbito interno do Parlamento, e igualmente representativo no que se refere ao controle de constitucionalidade ou ao exercício do governo. Tudo isso se

resume na conclusão de que "funcionamento parlamentar de acordo com a lei" (art. 17, IV, da Constituição) jamais pode ser interpretado como proibição ao dito funcionamento. Finalmente, lembramos que regras restritivas de direitos devem ser submetidas ao princípio constitucional da proporcionalidade, bannindo-se limitações sem razoabilidade.

Vejamos o caso do PCdoB. O nosso partido foi fundado há mais de 84 anos, período em que teve intensa participação na vida brasileira apesar dos longos anos de cerceamento. Temos uma atuação destacada nos movimentos sindical, popular e da juventude. Representamos uma parcela específica do pensamento político contemporâneo — razão pela qual não admitimos a hipótese de extinção ou fusão com outros partidos.



Reforma Política Lista pré-ordenada e fidelidade partidária

WLADIMIR GRAMACHO

Cientista político, mestre pela Universidade de Brasília, faz doutorado na Universidade de Salamanca (Espanha)

A reforma política sugerida pelo programa de governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva inclui duas mudanças estruturais no funcionamento dos partidos políticos: a adoção de listas pré-ordenadas de candidatos nas eleições proporcionais e a criação de instrumentos que garantam a fidelidade partidária. São inovações cujas consequências não podem ser integralmente antecipadas. Entretanto, seu potencial é maior do que pode parecer à primeira vista.

As listas pré-ordenadas viriam em substituição à regra existente no Brasil, de listas abertas. A legislação atual (Lei 9.504) permite a qualquer partido político registrar candidatos até uma vez e meia o número de vagas em disputa para a Câmara dos Deputados. Em caso de coligação, o conjunto de partidos pode registrar até duas vezes o número de vagas em disputa.

Como a lei facilita a criação de partidos políticos, há no Brasil

5.413 candidatos disputando as 513 vagas na Câmara dos Deputados. Trocando em miúdos, as listas abertas mantêm também abertas as portas do poder a sanguessugas, vampiros e afins. Além disso, como cabe a cada candidato, e não ao partido, obter financiamento eleitoral e correr atrás de votos para se eleger, os partidos perdem poder sobre seus candidatos. Eleitos, esses deputados votam, em geral, segundo seus interesses pessoais. Muito pouco os obriga a votar de acordo com os interesses do partido pelo qual foram eleitos. Isso dificulta as condições de governabilidade do presidente eleito e tende a vulgarizar a relação entre Executivo e Legislativo.

Já com listas pré-ordenadas, os partidos passam a influenciar diretamente as chances de eleição de seus candidatos, pois os primeiros da lista teriam vantagem sobre os últimos. O programa de Lula não explica se as listas pré-ordenadas seriam flexíveis ou fechadas. Com listas flexíveis, o eleitor pode votar no partido e aceitar a ordenação feita anteriormente pelo partido, ou votar num candidato mal colocado na lista fazendo com que ele suba posições e tenha maiores chan-

ces de ser eleito. Com listas fechadas, a única opção do eleitor é votar no partido e aceitar a ordem pré-estabelecida.

Seja qual for o sistema de listas pré-ordenadas a ser proposto, os dirigentes partidários ganhariam poder sobre a seleção dos candidatos e teriam maior responsabilidade sobre a qualidade dos deputados eleitos. Por que os partidos devem ter mais poder? Porque em qualquer democracia consolidada, são os partidos que estruturam as preferências dos eleitores e, com suas gestões no Executivo e posições no Legislativo, constroem sua reputação junto à opinião pública.

Alguns diriam que um aspecto negativo na adoção de listas pré-ordenadas é que o eleitor perderia liberdade de escolha. Na verdade, para evitar esse risco os partidos deveriam criar mecanismos de eleição interna para a elaboração das listas de candidatos. Com isso, abre-se mais uma oportunidade de participação política do cidadão verdadeiramente interessado em influenciar o resultado da eleição. Sob esse sistema, o eleitor ganharia uma chance anterior à eleição de participar em

votação interna para ordenar a lista do partido.

A fidelidade partidária é um complemento coerente com a adoção de listas pré-ordenadas. Pode assumir várias formas. Em sua versão mais comum, essa regra impede o parlamentar de trocar de partido uma vez eleito. Se estiver insatisfeito com as orientações dos líderes, seu único caminho é a renúncia ao mandato. Nesse caso, sua vaga seria ocupada pelo primeiro nome na "lista de espera" do partido.

Um alerta importante, porém, deve ser feito. A reforma política que virá não pode ser confundida com uma Panacéia, a deusa que tinha a cura para todas as doenças que afligiam os gregos da Antiguidade. Os males do sistema político brasileiro são fruto das leis (as regras formais do jogo democrático), mas também resultam da cultura política do país (a tradição e os costumes que determinam o comportamento dos atores políticos, entre os quais o eleitor). Uma reforma política, portanto, só pode atuar sobre a primeira causa. A solução da segunda causa depende do amadurecimento da sociedade e da elite política, o que leva tempo e exige compromisso de todos.

CORREIO BRAZILIENSE 05 SET 2006

Pluralidade e voto proporcional

Wladimir Gramacho

O Programa de Governo recém-lançado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva aponta os elementos centrais da reforma política a ser proposta em seu segundo mandato, se confirmado nas urnas em outubro. Este artigo ocupa-se da pluralidade dos partidos políticos e do voto proporcional, dois dos pilares enunciados no programa.

A pluralidade dos partidos políticos é, ao mesmo tempo, uma fortaleza da democracia brasileira e sua principal fraqueza. O Brasil é um país complexo, com importantes diferenças regionais e sociais. Reconhecer essas diferenças implica admitir que distintos partidos políticos podem firmar-se como os mais legítimos representantes de cada segmento eleitoral.

Na Alemanha, o Partido Verde (Die Grünen) foi fundado na década de 1980, após o crescimento dos movimentos de defesa do meio ambiente e sua agenda pós-materialista. Na França, a Frente Nacional (Front National) foi fundada na década de 1970 pelo direitista radical Jean-Marie Le Pen para representar os anseios dos franceses mais conservadores. A democracia brasileira, como qualquer outra, não deve fechar suas portas ao surgimento de futuras demandas eleitorais, que podem ver-se representadas em novos partidos, estejam

eles à esquerda ou à direita.

Entretanto, a pluralidade dos partidos também não deve dar-se às custas da governabilidade. Na década de 1990, a Câmara dos Deputados no Brasil teve média de 7,3 partidos políticos efetivos (uma medida-padrão de fragmentação política usada na ciência política). O índice brasileiro é muito maior do que o dos países vizinhos (no Chile, por exemplo, essa média foi de 5,1 e no Uruguai de 3,2) e o de outras democracias mais consolidadas (como na França, que teve média de 3,6 para todo o período 1945-1981; na Itália, média de 3,5; e no Japão, de 2,5).

A melhor forma de assegurar a pluralidade dos partidos políticos é a preservação do voto proporcional, uma das mais antigas instituições eleitorais brasileiras. O voto proporcional rateia um determinado número de cadeiras (à Câmara dos Deputados, por exemplo) entre os partidos ou as coligações que obtiveram mais votos numa determinada unidade da federação. O voto proporcional, vale lembrar, pode coexistir perfeitamente com o sistema distrital misto, como o alemão.

O aspecto positivo do voto proporcional é que um número maior de partidos políticos pode obter representação legislativa. Com isso, seus eleitores podem se sentir melhor representados. O aspecto negativo é que essa regra tende a

aumentar o número de partidos e isso, o Brasil sabe bem, dificulta as condições de governabilidade porque gera muitos atores com poder de veto (veto players), dificultando mudanças no status quo.

Se o governo Lula quiser combinar a pluralidade dos partidos e o voto proporcional com uma condição ao menos razoável de governabilidade, precisa estabelecer um contraponto, como uma cláusula de barreira que só permita aos partidos relevantes terem cadeiras na Câmara dos Deputados. Quais são os partidos relevantes no Brasil? Um indicador razoável para responder a essa questão é a porcentagem de eleitores que diz ter simpatia por algum partido político. Em diversas pesquisas de opinião, só quatro partidos têm obtido mais que meros 4% em declarações de simpatia partidária desde os anos 1990. São eles: PT, PMDB, PSDB e PFL.

A reforma política a ser proposta pode preservar a pluralidade dos partidos políticos, como previsto no Programa de Governo, mas essa pluralidade não deve ser assegurada às custas da governabilidade, sobretudo nas relações entre o Executivo e o Legislativo. Hoje, o país tem muitas lendas. Precisa de mais partidos.

■ Wladimir Gramacho é cientista político e faz doutorado na Universidade de Salamanca (Espanha).

Reforma Política como aprimoramento

Sigmaringa Seixas

Há 22 anos, um clima de comoção invadia o Brasil. Homens e mulheres, negros e brancos, patrões e empregados, católicos e evangélicos saíam às ruas para gritar, num só coro: "Diretas Já!". Mais do que um grito na garganta, uma necessidade de mudança. O meu grito ecoou entre milhares de gritos das mais diversas correntes políticas e de pensamento. Agora, o mesmo sentimento se prolifera pelo País. Ou o Brasil reforma seu sistema político-partidário e eleitoral ou vamos para uma crise institucional.

Devemos estar conscientes que a Reforma Política precisa nascer do interesse público. Ela tem de ser construída pelo engajamento da sociedade civil organizada, com o intuito de recuperar as instituições públicas e consolidar a democracia e não apenas mudar as regras do processo eleitoral. É fato que precisamos reestruturar a campanha política como um todo, mas não podemos nos deter a isso. Defendo uma Reforma Política que vá além do lugar comum defendido por bandeiras eleitoreiras.

Atualmente, 177 projetos sobre reforma política tramitam no Congresso Nacional. Em síntese, defendem três pontos principais: financiamento público de campanha, fidelidade partidária e voto na legenda. Entrelaçados, são pontos defensáveis. Fora de contexto, são alvos fáceis da crítica. Hoje, são gastos aproximadamente R\$ 12 bilhões a cada eleição legislativa. Com o financiamento público, este gasto seria reduzido para R\$ 812

milhões. A essência dessa medida é tornar a disputa mais justa, freando o poder econômico, enxugando as despesas de campanha e diminuindo os acordos ilícitos, até mesmo com o narcotráfico. Com a distribuição de recursos pelo Estado, o comprador de deputados e o deputado que se vende para um grupo seriam banidos do cenário político brasileiro. Embora a idéia central seja de boa fé, temos de adotar outras medidas para evitar um crescimento desordenado do número de candidatos, em razão da distribuição de recursos, e o caixa 2.

Ao tomar posse, o parlamentar torna-se dono de seu mandato, ignorando os ideais do partido que o elegeu. Com a fidelidade partidária, o mandato passa a ser do partido. Mas essa não pode ser uma idéia absoluta a ponto de obrigar alguém a ficar na legenda para sempre. Podemos impedir a troca de partido num determinado período, como das eleições de outubro até fevereiro, quando é eleita a mesa da Câmara e se faz o cálculo da proporcionalidade nas comissões. Podemos implantar também a quarentena política para quem mudar de legenda sem uma justificativa plausível. Nessa hipótese, o parlamentar ficaria inelegível por um determinado tempo. Avançando ainda mais nesse campo, devemos criar um sistema que dê legitimidade ao eleitorado para propor a perda do mandato do representante, caso sua atuação viole os preceitos constitucionais e legais.

Seguindo as regras atuais, o eleitor vota no candidato. Esse sistema, que só acontece no Brasil e na Finlândia, en-

fraquece os partidos e o Congresso. Com a implantação da lista partidária, o eleitor votará na legenda. O partido apresenta uma lista de candidatos na ordem de sua preferência e as cadeiras são distribuídas de acordo com o número de votos. Em busca da lista mais justa possível, defendo uma maior democracia interna dentro dos partidos.

Embora essenciais, podemos e devemos ir além desses três pontos. Precisamos defender, entre outros temas, a representação proporcional parlamentar correta, para assegurar que os votos tenham pesos iguais; o fim dos suplentes no Senado e a redução do mandato de senador de 8 para 4 anos; a redução do número de deputados federais, valorizando os deputados eleitos e enxugando as despesas da União; e o fim da imunidade parlamentar fora da tribuna do Congresso.

A Reforma Política é só o primeiro passo para aprofundarmos as conquistas da representação representativa e caminhar rumo à representação participativa. Precisamos compreender a democracia como um processo que não se conclui e que precisa avançar para além das esferas públicas e políticas e institucionais. A democracia participativa terá a participação de todos, independentemente de classe, credo, cor, sexo, idade e origem. A igualdade política abolirá a delegação e todos poderão participar ativa e diretamente, pois todos terão uma cadeira em um novo Congresso Nacional. Reforma Política Já!

■ Sigmaringa Seixas, é advogado e deputado federal pelo PT-DF.

Reforma política

FOLHA DE S. PAULO 29 AGO 2006

A crise é institucional

LUIZ CARLOS SANTOS

O PROFESSOR americano Douglas North, Prêmio Nobel de economia em 1993, afirma que só vão progredir os países que desenvolverem instituições sólidas. O alerta vale para o Brasil. Nos últimos 50 anos, o país sofreu diversas crises político-institucionais: Getúlio Vargas se suicidou, Jânio Quadros renunciou e João Goulart, seu vice, quase não conseguiu assumir — e depois foi deposto —, e Juscelino Kubitschek foi para o exílio. Houve, ainda, um longo período de ditadura e um presidente (Collor) que sofreu impeachment.

O nosso modelo político, partidário, eleitoral e institucional está falido, agonizante, mas resiste. É necessário readequar os termos do relacionamento entre Executivo e Legislativo. Já não é mais possível suportar um sistema em que o governo tem de fazer a maioria e ser responsável pela base parlamentar, em vez de a maioria fazer o governo.

Esse é o principal fator indutor da corrupção. A maioria para permitir mudanças constitucionais é de, no mínimo, 308 deputados. Como não existe fidelidade partidária, as maiorias conquistadas são eventuais e administradas por “mensalões”, emendas e cargos no governo.

A fragilidade partidária é assustadora. Só no ano passado, 192 deputados mudaram de partidos, somando 363 mudanças, já que alguns mudaram mais de uma vez. O Legislativo é vulnerável por causa das medidas provisórias, que atentam contra sua soberania e suas prerrogativas, praticamente imobilizando o Poder. Neste ano, 84% das sessões deliberativas estiveram bloqueadas por medidas provisórias, e só houve 11 sessões livres.

Para mudar esse quadro, não bastam modificações no sistema eleitoral ou no sistema político-partidário. É absolutamente necessária uma refor-

Não bastam modificações nos sistemas eleitoral ou político-partidário. É preciso fazer uma reforma profunda do Estado brasileiro

ma profunda do Estado brasileiro. Ou seja: sua reconstrução institucional.

Foi com esse pensamento que apresentei, no início desta legislatura, uma proposta de revisão constitucional com a missão específica de corrigir rumos, adequar as instituições e eliminar artificialidades e pormenores, revitalizando o primado do Estado de Direito e a governabilidade, sem a qual não é possível promover o desenvolvimento e a justiça social.

A revisão propõe: 1) deputados e senadores que assumem em 1º de fevereiro de 2007 terão poderes revisores por 12 meses; 2) as alterações serão aprovadas por maioria absoluta, em votação unicameral; 3) ficam preservadas as cláusulas pétreas e o capítulo 2º, com os direitos sociais; 4) o texto final terá de ser aprovado em um referendo nacional (sugestão do relator na Comissão de Constituição e Justiça, deputado Michel Temer).

As matérias passíveis de revisão são as constantes do art. 3º da proposição, nos termos apresentados pelo relator na Comissão de Mérito, deputado Roberto Magalhães. (“Art.3º. A revisão constitucional terá por objetivo as seguintes matérias: I - a organização dos Poderes; II - o sistema eleitoral e partidário; III - o sistema tributário nacional e as finanças públicas; IV - a organização e as competências das unidades da federação; V - o sistema financeiro nacional.”) A partir disso, é possível vislumbrar os principais temas e questões a serem enfrentados

pela Assembléia revisora:

1) A organização dos Poderes. Esse ponto, talvez o principal da revisão constitucional, permitirá a reformulação de questões como o sistema de governo, o processo legislativo e o Poder Judiciário, além do relacionamento entre Executivo e Legislativo. Nosso sistema de governo é indefinido. “Não é parlamentarista, nem presidencialista, nem uma mistura razoável dos dois sistemas”, como disse o saudoso professor Miguel Reale.

2) Os sistemas eleitoral e partidário. Aqui, serão redefinidos todos os itens da chamada reforma política.

3) Sistema tributário e finanças públicas. O regime tributário, por exemplo, precisa ser racionalizado para reequacionar a carga tributária e as parcelas da arrecadação a serem destinadas a Estados e municípios. Cabe também rediscutir as normas de mediação da chamada guerra fiscal, para impedir que prejudique o desenvolvimento econômico do país, assim como rediscutir as regras de elaboração e execução do Orçamento.

4) A organização e as competências das unidades da Federação. Cuida de dar novos contornos ao pacto federativo, distribuindo encargos e competências entre as unidades federativas em sintonia com a reforma tributária.

5) O sistema financeiro nacional. O texto constitucional originário foi excessivamente detalhista com o sistema financeiro nacional, abrindo espaço para imprudências — como o limite de juros reais, que, até hoje, se debate nas vias judiciárias.

Hoje, o destino nos empurra para o resgate da oportunidade perdida em 1993, o qual se traduzirá no grande pacto social que temos de construir.

A luta é entre o Brasil arcaico e o Brasil moderno. Resta-nos escolher.

LUIZ CARLOS SANTOS, advogado e administrador de empresas, é deputado federal pelo PFL-SP.

PACTO ■ Tarso Genro propõe união de partidos para reforma política e provoca polêmica

Na última hora, o acordo nacional

SERGIO LIMA/FOLHA IMAGEM - 24/08/2006

Israel Tabak

O sistema político vigente chegou ao limite. Está esgotado, tal a quantidade de escândalos em série nos últimos tempos. Para esse ponto convergem não só o ministro das Relações Institucionais, Tarso Genro, quanto a maioria dos estudiosos. A divergência explode quando se discute o próximo passo. O ministro voltou a pedir ontem um grande acordo nacional interpartidário em torno da reforma política e da mudança do sistema orçamentário, identificados por ele como a origem dos principais males que afligem a política brasileira.

A oposição tem reagido com desconfiança, identificando no movimento do governo manobra oportunista para dar uma resposta atrasada à sociedade. Afinal, antes da posse, em 2003, a proposta de união nacional já era lançada por Lula, e recrudesciu, também sem sucesso, no meio do mandato. Os cientistas políticos costumam perguntar se as mesmas forças políticas que navegaram tanto tempo no mar de escândalos estariam interessadas em mudanças moralizadoras.

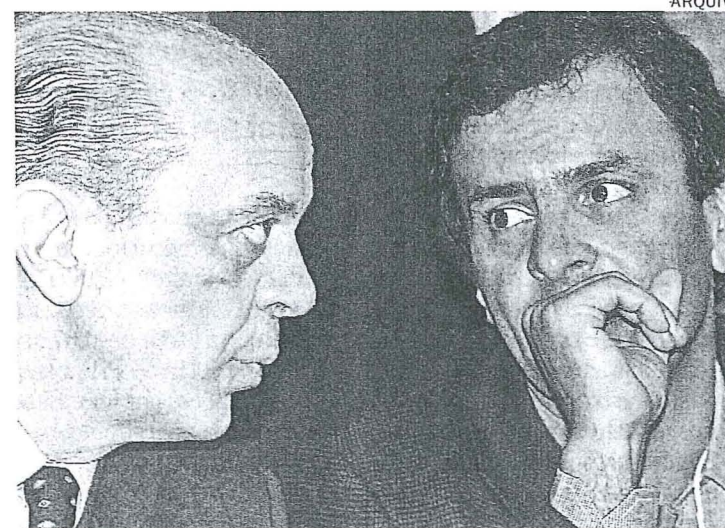
— O sentido de autopreservação é mais forte. O atual sistema, sem mudanças, representa um suicídio para as instituições políticas — sentencia Genro ao **JB**. — Ficar como está seria fatal para os partidos, incluindo o PT — completa.

A crítica de que, em nome da governabilidade, o PT estava fazendo alianças discutíveis com partidos sem consistência ideológica não é hoje contestada pelo ministro.

— A renovação do sistema implica alianças mais programáticas — argumenta. — Ninguém governa sem fazer aliança com o centro, mas a verdade



Tarso Genro afirmou que “o atual sistema, sem mudanças, representa um suicídio para as instituições políticas”



Aliança com PSDB, de Serra e Aécio, é vista com simpatia

é que ainda não temos um forte e autêntico partido de centro.

O PMDB, segundo Genro, ainda não passa de uma soma de líderes regionais. O ministro veria com simpatia a hipótese de uma aliança com o PSDB, hoje o principal adversário do PT e ao mesmo tempo o que está mais próximo da linha programática do partido.

— Há sinais de que está em gestação uma nova hegemonia interna no PSDB, mas ainda não

se sabe se o partido continuará fazendo alianças mais à direita ou se mudará de posição.

Genro deixa claro que a sua proposta nada tem a ver com algum acordo de alternância de partidos no poder, como ocorreu em outros países.

— Não se pretende diluir o jogo democrático entre oposição e governo. O que se quer é um consenso que permita, também, um desenvolvimento mais acelerado.

Agenda Nacional de envolvimento.

Opinião do Leitor ■ QUEDA DOS CACIQUES PETISTAS

Como diz o ditado popular: “A melhor defesa é o ataque”. O ex-ministro da Saúde Humberto Costa tenta se justificar das acusações sobre a participação na máfia dos vampiros. (...) Mas a Polícia Federal não indiciou ninguém sem provas. No início foi assim com todos os outros caciques petistas do governo que caíram: sempre se disseram inocentes — espero que este realmente seja. Senão, qual a nova explicação que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai dar? Que também não viu nem não ouviu? Ou, ainda, que ele também é mais um inocente?

Valdemiro Dielle,
Rio

Aluizio Alves Filho, professor de ciência política da UFRJ, analisa a proposta como um paliativo, “o mesmo que dar uma aspirina a uma pessoa que está na UTI”.

— A sinceridade da proposta só ficará comprovada se, antes, os políticos punirem exemplarmente todos os colegas envolvidos nos últimos escândalos. A política, no país, chegou ao limite da desmoralização.

A proposta do governo, na

visão de Aluizio Alves Filho, é tardia, pois teria de ser implementada no início do governo, como estava inicialmente previsto.

— Enquanto aumenta o número dos que aderem ao voto nulo, os envolvidos em escândalos desfilam no palanque de Lula. Parece tentativa de reformar um prédio em areia movediça.

■ Leia e opine no **JB Online**.
www.jb.com.br/24horas

Reforma Política Por onde começar a reforma?

Gaudêncio Torquato

Se a cláusula de barreira vingar, o Congresso Nacional, mesmo com remanescentes viróticos, poderá abrir a reforma política. Descartemos, logo, a probabilidade de reforma abrangente, contendo propostas como financiamento público de campanhas, proibição de coligações proporcionais, fidelidade partidária, voto facultativo, ajuste na proporção das representações estaduais, extinção da suplência de senador, restrição às pesquisas eleitorais, eleições separadas para representações federais e estaduais e voto distrital. Mesmo vivendo grave crise, o Parlamento nacional coloca venda nos olhos. Por isso não se deve esperar passos largos.

O quadro partidário mais concentrado dará transparência aos atores políticos, aclarando divergências e convergências e diminuindo as distâncias entre Poderes. E terá melhores condições de aprovar a fidelidade partidária, fundamental para a homogeneidade parlamentar. Com essa textura o terreno estará apto a receber a principal semente da reforma: o voto distrital. O que ele significa? Que os deputados serão eleitos por distritos. Os mais votados ganharão os assentos. Os distritos são unidades territoriais compostas a partir de critérios como extensão, densidade populacional/eleitoral e número de representantes que lhes cabe eleger. Cada distrito tem uma magnitude.

O voto distrital oferece a vantagem de aumentar o poder de fiscalização sobre os representantes. O candidato torna-se pró-

ximo ao eleitor e este, na eleição seguinte, poderá mudar de voto caso não aprove a atuação de seu deputado. Hoje, 75% dos eleitores não lembram em que votaram na última eleição. A distritalização propicia distribuição mais rigorosa, equitativa e operacional das circunscrições eleitorais. Como se sabe, o atual sistema de eleições proporcionais é injusto. Nas eleições de 1994 e 1998, 61 dos 100 maiores colégios do País não elegeram nenhum representante, como atestou Nelson de Carvalho, do Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, em tese de doutorado. O voto distrital num único nome multiplica os legisladores focados nos problemas locais, deixando em plano inferior representantes de interesses mais difusos das coletividades. Critica-se esse voto por incentivar o paroquialismo, tornando o representante um despachante federal. Mas isso já é comum, basta ver a composição da representação.

Não se pode, todavia, deixar de examinar as tendências do processo democrático, entre as quais a democracia participativa — apontando para maior presença da comunidade no processo político — e a forte inclinação pela macropolítica, cujo esteio abriga as demandas cotidianas das regiões. Ambas as vertentes têm alto grau de convergência com o voto distrital. Nos EUA o voto distrital puro joga a política na seara das localidades. Na França o voto também é distrital puro, mas há dois turnos na eleição para deputados, quando um candidato não consegue, no primeiro turno, mais da metade dos votos.

Há quem defenda o voto distrital misto, do tipo alemão, onde parte dos deputados é eleita pelos distritos e parte pelo sistema de lista (voto na legenda) preparada pelo partido. Combina-se, neste caso, o voto majoritário com o proporcional. Reserva-se um espaço para as elites políticas — deputados de voto de opinião — exercitarem o pensamento político. Quem garante, porém, que as listas não serviriam para fortalecer cúpulas partidárias, perpetuando seu domínio? Existe até proposta de voto distrital misto à brasileira, pelo qual os candidatos concorrem em cada distrito, com os mais votados assumindo a vaga majoritária distrital e os menos votados se classificando para as vagas que couberem ao partido pelo sistema proporcional.

Muitas questões aparecerão, como, por exemplo, a definição dos tamanhos dos distritos. Vejamos o caso de São Paulo, com 28 milhões de eleitores e 70 deputados. Comportaria 70 distritos, cada um com 400 mil votos, enquanto em Roraima, com 250 mil eleitores e oito deputados, o distrito teria 31.250 eleitores. Seria esse um critério justo? Boa alternativa seria usar o conceito de distrito de média magnitude, como se usa na Espanha, em Portugal e na Grécia, onde são eleitos entre cinco a oito parlamentares, e não apenas um. Seria mais equânime.

Urge abrir o debate e avançar sobre o blablablá de Assembleia Constituinte exclusiva.

■ Gaudêncio Torquato é jornalista.

A reforma das reformas

ROBERTO BUSATO

Presidente nacional da OAB

Em recente reunião em Brasília, no último dia 7, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil decidiu instalar o Fórum da Cidadania pela Reforma Política. O objetivo é fornecer ao futuro Congresso Nacional, a ser eleito em outubro próximo, subsídios a uma reforma que, por seu caráter regenerador, tem sido chamada de "a mãe de todas as reformas". A reforma das reformas.

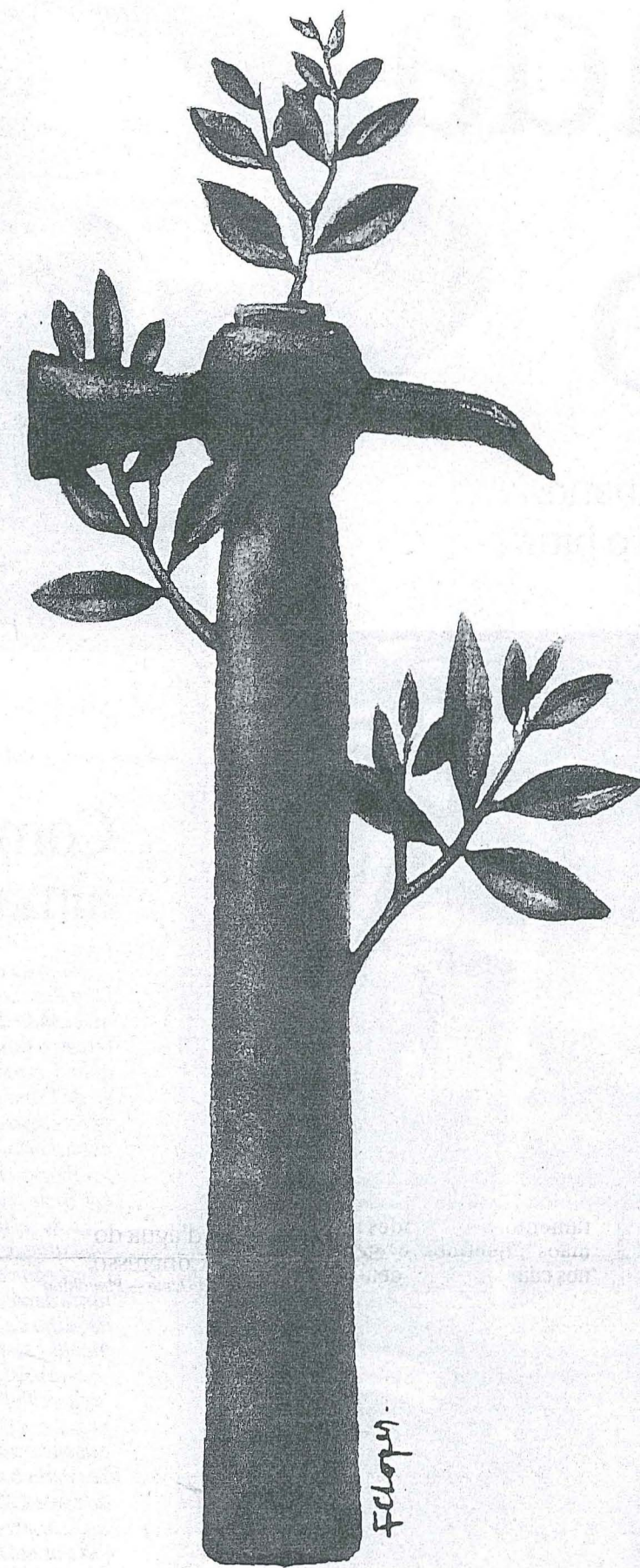
De fato, se feita em profundidade, sob a supervisão da sociedade civil e levando em conta sua natureza plural, a reforma política confere respeitabilidade ao processo e aos próprios legisladores. E é essa respeitabilidade, que deriva do fator confiança, que hoje está em falta. Sem ela, o processo político não se sustenta, e o Estado democrático de Direito corre riscos. Sérios riscos.

O Brasil, desnecessário dizer, vive hoje circunstância perigosíssima, do ponto de vista institucional. O cidadão médio nutre profunda ojeriza aos políticos, sem distingui-los. Não acredita mais no próprio processo político, como se fosse, em si, perverso e perversor. Não há caldo de cultura mais favorável aos aventureiros e aos candidatos a tiranos, que se nutrem exatamente do desencanto geral.

A história nesse sentido é farta em exemplos. De onde surgiu Hitler senão do desencanto absoluto do povo alemão consigo mesmo e com sua elite dirigente? O ovo da serpente é chocado num ambiente de descrédito generalizado, em que o cidadão comum prefere abdicar de sua liberdade em troca de uma hipotética segurança. Prefere a sombra ilusória de um pai protetor: o ditador.

O povo brasileiro, que tanto lutou para restabelecer o regime democrático, não pode descrever de sua eficácia. E isso, se nada for feito, não estará longe de ocorrer. Daí a necessidade inadiável de implementar desde já a reforma política — reforma que restaure a confiança nos partidos e no processo eleitoral, estabelecendo formas eficazes, isonômicas e transparentes de financiamento das campanhas e que comprometa os candidatos com suas promessas.

Assim como há a Lei de Responsabilidade Fiscal, que só permite ao administrador gastos devidamente lastreados por



recursos previstos no orçamento, é preciso que se crie também uma espécie de Lei de Responsabilidade Política, que impeça o logro eleitoral, em que candi-

datos prometem absurdos, entusiasмам o eleitor e depois o frustram, dada a impossibilidade de cumprir o prometido.

Tudo isso e muito mais é ma-

téria de reforma política. Para fazê-la, no entanto, devemos nos valer do próprio Congresso Nacional. Com todas as restrições que possa vir a ter, é o que dispomos. É a instância legítima, eleita pelo povo, para legislar.

O esclarecimento, mesmo óbvio, tem razão de ser. Há dias, em encontro com um grupo de 10 juristas, no Palácio do Planalto, o presidente Lula propôs a convocação de uma miniassembléia nacional constituinte exclusiva, não restrita em sua composição aos partidos políticos, para empreender essa reforma.

Funcionaria paralelamente ao Congresso. Alguns dos juristas acharam a idéia interessante. Como em meio a eles havia quatro ex-presidentes da OAB, parte da mídia vinculou a idéia à nossa entidade. Mas o Conselho Federal, na supramencionada reunião em Brasília, fez questão de dissociar-se da iniciativa. Já o havia feito há cerca de um ano, quando a idéia foi proposta a seu plenário.

O Conselho quer a reforma política, sim, e a quer em profundidade. Mas a quer sem recurso a qualquer tipo de expediente perturbador da legalidade do processo político. Considera que Constituinte — plena ou parcial, exclusiva ou derivada — só se justifica quando há ruptura institucional. Não é o caso. Em que pesem as múltiplas denúncias envolvendo agentes públicos que abalaram — e ainda abalam — o país nos últimos meses, as instituições funcionam e estão em condições de fornecer os remédios necessários à preservação da governabilidade, na plenitude do Estado democrático de Direito.

O Fórum da Cidadania pela Reforma Política somar-se-á ao da Reforma Eleitoral, instalado recentemente em parceria com a Associação dos Juizes Federais (Ajufe), Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), além de diversas outras entidades da sociedade civil, sob a coordenação do professor e jurista Fábio Konder Comparato. São matérias correlatas, embora a reforma política tenha amplitude mais abrangente.

Nosso propósito é, já nos primeiros dias de funcionamento do futuro Congresso, estar em condições de remeter-lhe denso anteprojeto, que expresse os anseios da sociedade civil nessa matéria. O país não tolerará novo adiamento de questão tão vital.

REFORMA POLÍTICA

POLÊMICA ■ Especialistas suspeitam da fórmula como saída para a reforma política

Juristas condenam Constituinte

Bruno Garschagen e
Paula Barcellos

O debate sobre a proposta de reforma política, mediante convocação de Assembleia Nacional Constituinte ou de emenda constitucional, traz à tona duas questões cruciais: a falta de confiança na atual legislatura e o desejo do governo de agir sem dialogar com o Congresso.

De um lado, representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) acham que é preciso convocar uma Constituinte ou propor a emenda. De outro, um governo que vê na medida a possibilidade de avançar em reformas difíceis de negociar. A simpatia do presidente Lula por uma via alternativa é mais um capítulo no histórico de abuso de edição de medidas provisórias.

Foram 190 as MPs em três anos e seis meses, uma média de 4,5 edições por mês, segundo levantamento feito pelo Depar-

tamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap). O que mais se aproximou da marca foi o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que editou 365 MPs em oito anos, uma média de 182,5 em cada mandato.

O polêmico tema foi levantado em reunião anteontem entre o presidente Lula e representantes da OAB.

Carlos Roberto Siqueira de Castro, advogado, professor de direito constitucional, na Uerj, e um dos juristas que assessoraram a Constituinte de 1988, é radicalmente contra as propostas.

“Essa proposta nada mais é do que uma jogada pirotécnica do governo Lula

José Arthur Giannotti,
filósofo e pesquisador

Considera, por exemplo, a mini-constituinte uma heresia.

— Nada justifica a convocação. Isso é diletantismo político.

Nesse caso, a convocação é vedada pelas cláusulas pétreas da Constituição, segundo parecer da assessoria jurídica da Câmara. Assim, nem o Congresso pode reformar a Carta magna.

A melhor forma de fazer as reformas, segundo Siqueira de Castro, é a proposta de emenda constitucional, seguindo o artigo 60 da Constituição. Para aprovar a emenda é necessário quorum qualificado, ou seja, 3/5 dos presentes na Câmara (308) e 3/5 do Senado (49), maior do que a aprovação da Constituinte, que exige maioria absoluta — 257 deputados e 41 senadores.

As críticas à convocação da Constituinte não se limitam ao aspecto jurídico. O filósofo e pesquisador do Cebrap José Arthur Giannotti classifica a proposta como uma jogada pirotéc-

nica, num momento em que o presidente acha que vai ser reeleito com grande maioria.

— A Constituição é capenga. Mas quem vai reformular? O atual Congresso não tem legitimidade para convocar nada. Tampouco uma Assembleia, que reproduziria a crise do sistema político — completa o filósofo, que não tem dúvidas da existência de interesses políticos por trás da sugestão. — Lula joga areia nos olhos de todos, inclusive no Congresso. Não tem projetos e esconde o que pode ser o segundo mandato.

“Não há qualquer fato que justifique a convocação de uma Constituinte

Siqueira de Castro, jurista
que assessorou a
Constituinte de 1988

Alessandra Aldé, do Iuperj, não entende qual benefício o presidente-candidato terá ao lançar a proposta. Acredita, no entanto, que Lula quer mostrar, antes de ser reeleito, o desejo de reformular o Estado.

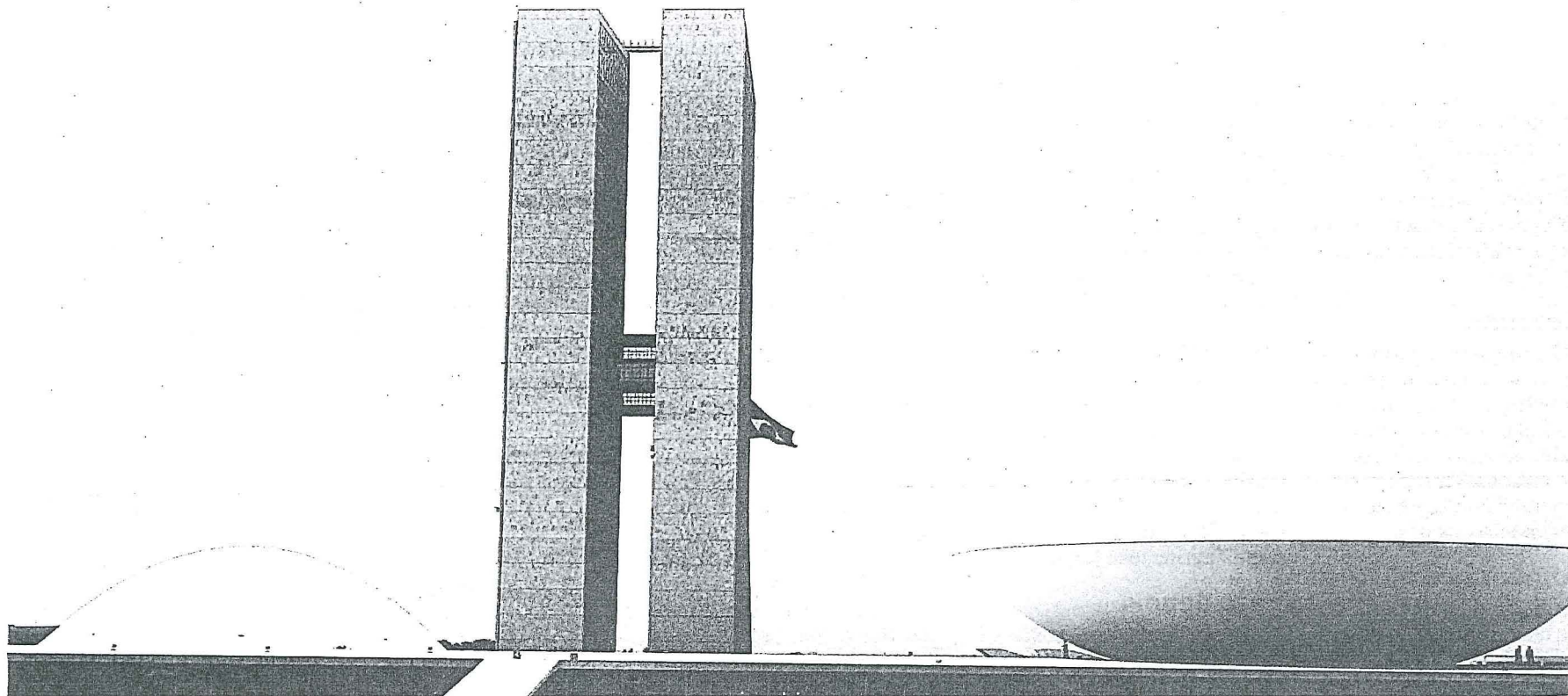
O senador Marco Maciel (PFL-PE) acha que não é o momento para discutir a questão.

— A proposta serve para tirar o foco do debate sucessório.

Tasso Jereissati (PSDB) diz que a idéia conduz a uma visão negativa do Congresso. — Há intenção de desmoralizar e de dar carga negativa ao Congresso, que não vai tratar do assunto.

O advogado e membro do Conselho da Ordem, Reginaldo Oscar de Castro, que estava na reunião com Lula, é favorável à Constituinte. Acha que os interesses dos parlamentares impedem a votação das reformas.

■ Leia e opine no **JB Online**.
www.jb.com.br/24horas



■ Conversa paralela abriu discussão

Luiz Orlando Carneiro

■ BRASÍLIA. A idéia da convocação de uma Constituinte exclusiva, a fim de tratar fundamentalmente de uma ampla reforma política, surgiu a partir de uma conversa paralela entre os advogados e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva na audiência de anteontem com os integrantes da comissão de juristas. O encontro era para discutir um estudo encomendado pelo ministro da Coordenação Política, Tarso Genro, com o objetivo de propor a atualização e modernização das normas legais de funcionamento das CPIs.

A versão é de Reginaldo Castro, ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (1998-2001), um dos participantes do encontro, ao fim do qual foi entregue ao presidente Lula — na presença dos ministros

Tarso Genro e Márcio Thomaz Bastos — um documento de uma página e meia, intitulado *Carta pela valorização das CPIs*.

O advogado Roberto Caldas — integrante da Comissão de Ética Pública da Presidência — relata que, depois de receber as sugestões relativas à reforma da legislação sobre CPIs, Lula iniciou uma conversa sobre vários temas, principalmente a

Lula iniciou conversa sobre a necessidade de se fazer uma “profunda reforma política no país”

necessidade de uma “profunda reforma política”.

Reginaldo de Castro disse que Lula ficou interessado ao ouvir falar sobre a possibilidade de se convocar uma Constituinte exclusiva para fazer a reforma. Ao final do encontro, o presidente convidou os juristas para uma conversa mais longa a respeito.

“Essa proposta serve apenas para tirar o foco do debate sucessório

Marco Maciel, senador da
República (PFL-PE)

“Não sei se os que legislam em causa própria podem fazer as reformas

Luiz Inácio Lula da Silva,
Presidente da República

■ Lula volta a defender Assembleia

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante visita ao estaleiro Brasfels, em Angra dos Reis, voltou a defender a proposta de uma Assembleia Constituinte.

Depois de falar da necessidade de uma reforma política profunda, questionou a honestidade dos parlamentares:

— Não sei se as pessoas que estão legislando em causa própria podem fazer as reformas que a sociedade precisa. A polêmica é boa, a idéia é genial.

Lula disse que caberia ao governo ser o indutor da proposta de criação de uma Constituinte.

— Essa idéia poderia ser discutida e não precisa ser pelo poder Executivo. Pode partir do Congresso, de um partido político ou da sociedade. O importante é ter algo para dar à sociedade brasileira para conseguirmos a reforma política.

Opinião do Leitor ■ CONSTITUINTE

Primeiro, o presidente Lula e seus comissários tentaram emplacar a canhestra Lei da Mordaca contra o Poder Judiciário, com direito a sugerir o controle externo por “representantes da sociedade civil”. Em seguida, atacaram a produção cultural brasileira, com a Ancinav, incluindo o mesmo artifício de controle pelos “representantes da sociedade civil”. Sem esquecer o Conselho Nacional de Jornalismo e a gana de controle por “representantes da sociedade civil”. Agora, o governo do mensalão se vê com moral para propor a Constituinte exclusiva? Que será feita por quem? Não pelo Congresso, mas pelos representantes da sociedade civil, que sabemos que tipo de representação esse governo espera e orienta ideologicamente. Quando iremos acordar para a bisonha pseudo-revolução bolivariana de Lula e sua teimosia em implantar uma ditadura branca?

Paulo Cesar Carlos

Que reforma política queremos?

José Pimentel – Deputado federal (PT-CE)

A cada crise política nos deparamos com uma realidade nua e crua: o País necessita urgentemente de uma profunda reforma política. Há muito tempo essa demanda existe, mas nunca foi concretizada porque depende de um amplo debate na sociedade e da vontade política da maioria dos parlamentares no Congresso Nacional.

Além do mais, uma reforma política relevante para o País, necessariamente, levará à valorização da instituição partidária, em detrimento de personalidades – o que encontra resistência no atual sistema de representação. Não há dúvida! Estamos num momento oportuno para realizar a discussão. É verdade que corremos o risco de que a reforma seja incompleta e nem tão profunda assim. Mas estamos preparados para enfrentar o debate, na busca da melhor solução para o país, diante da correlação de forças que hoje vigora no cenário político da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Um dos principais problemas existentes na legislação eleitoral diz respeito ao financiamento de campanha. Acredito que a democracia brasileira deva prescindir do financiamento privado e implantar o financiamento público nas campanhas eleitorais. O histórico de doações financeiras da iniciativa privada para candidaturas eleitorais em todo o país ocasiona na sociedade uma sensação de suspeita.

Mais que isso, esse sistema mostrou-se eticamente vulnerável a pressões econômicas no pós-eleitoral. Aos olhos de cidadãos e cidadãs, observa-se uma difícil relação entre doador e candidato eleito. Mesmo que não existam provas, recai sobre os agentes envolvidos a grave suspeição de favore-

cimento político ou de uma relação promíscua entre as partes, muitas vezes difícil de explicar.

Diante de tal realidade, torna-se imprescindível a implantação do financiamento público de campanha que custaria ao País aproximadamente R\$ 800 milhões, por pleito. Todos os partidos políticos, legalmente constituídos, receberiam recursos públicos, dentro de critérios justos e objetivos de repartição. Em compensação, teriam responsabilidade maior na prestação de contas que seria mais rigorosa e com apresentação de parciais da contabilidade para facilitar o acompanhamento da Receita Federal e da Justiça Eleitoral. O financiamento privado ficaria abolido das campanhas eleitorais e infrações nesse sentido seriam qualificadas como ato criminoso, punido na forma da lei.

Outro aspecto importante para uma reforma política diz respeito ao prazo de filiação partidária. A legislação atual exige que o candidato comprove, no mínimo, um ano de filiação ao partido político pelo qual disputará as eleições. É importante ampliar este prazo para três anos a fim de reduzir o troca-troca de partidos que contamina o período precedente à eleição.

No âmbito do Legislativo, é necessário modificar o Regimento Interno. O objetivo é considerar o tamanho das bancadas, eleitas no último pleito, para fins de representação partidária proporcional nas instâncias do Poder. Isso evitará troca-troca partidário de caráter oportunista, com o único objetivo de aumentar o poder político diante das instâncias de decisão legislativa.

Considero também oportuno que se redefina o modelo e o formato das campanhas eleitorais.

É preciso reduzir os custos e redimensioná-las dentro de um padrão mais compatível com os recursos destinados aos partidos políticos. Então não cabem grandes estruturas com shows, superproduções de material, gravações externas para os programas de TV e outras peças que extrapolam os limites suportáveis de recursos.

Como um dos objetivos da reforma é fortalecer os partidos políticos, defendo que as eleições no Brasil passem a adotar as listas de candidatos. O voto passaria a ser na legenda do partido político. Seriam eleitos os candidatos que compusessem uma lista pré-ordenada pela Convenção Partidária (precedência determinada pelo número de votos dos convencionais). Em compensação, ao mudar de partido, o parlamentar perderia o seu mandato que seria do partido e não da personalidade.

Destaco a necessidade de separar as contas normais do partido das despesas eleitorais que devem ter contabilidade própria.

E, por último, ressalto a importância de aumentar o poder do eleitor que, atualmente, se restringe à hora do voto. Está na hora de ampliar os instrumentos de participação. É preciso regulamentar o artigo 14 da Constituição Federal para dar consequência ao plebiscito, referendo e à iniciativa popular.

Todas essas questões, evidentemente, não são fáceis e exigem um grande esforço de discussão na sociedade e no parlamento. É importante que haja mobilização em torno da reforma política. Afinal, uma resposta à sociedade somente terá valor se, de fato, alguma coisa no sistema eleitoral mudar para melhor.

Reforma política no Brasil hoje

Ricardo Wahrendorff Caldas – Professor do Instituto de Ciência Política da UnB

Entende-se por reforma política o conjunto de propostas que visam alterações no sistema político ou eleitoral. Em geral, o objetivo dela é aproximar a vontade do eleitor aos resultados que emergem das urnas (e os políticos e os partidos a serem eleitos), fato que nem sempre ocorre.

Na Nova República, a discussão sobre reforma política vem logo após a primeira eleição direta para presidente, em 1989, após 21 anos de regime militar – a primeira sob a égide da Constituição de 1988. Desde o impeachment de Collor, a partir de 1992/1993, ficou claro para os observadores e cientistas políticos que o método de financiamento de campanha, tal como utilizado por PC Farias, seria insustentável a longo prazo.

No entanto, a primeira reforma política de peso ocorrida após a Constituição de 1988 não tratou desse tema e sim da duração do mandato e da possibilidade de reeleição do presidente da República (e chefes do Poder Executivo estaduais e municipais). Tal reforma, realizada durante a gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso, foi mais motivada pelo desejo pessoal do então presidente de se reeleger (o que não era previsto pela Constituição de 1988) do que uma preocupação genuína com a duração de mandato. A ques-

tão do financiamento nem sequer foi discutida e o mandato presidencial foi reduzido de cinco anos para quatro anos.

Assistimos agora a mais uma crise política, novamente motivada, entre diversos fatores, pela questão do financiamento de campanha e pela existência de Caixa 2 (e de mensalões). Entre as diversas propostas para tratar da crise política, foi apresentado pelo senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) um Projeto de Lei que busca minorar algumas das falhas do nosso sistema eleitoral, notadamente relacionadas ao financiamento das campanhas.

O projeto contém os seguintes pontos básicos: redução da Campanha Política de 90 para 45 dias; obrigação de filmagens das campanhas políticas apenas em estúdios, com a proibição de gravações de cenas externas (para reduzir gastos com marketing); proibição de showmícios nas campanhas; proibição de artistas na campanha; tetos para doações (R\$ 150 mil para empresas e R\$ 50 mil para pessoas físicas); e proibição de doações de empresas que tiverem contratos com o governo.

A proposta sofreu algumas alterações durante sua tramitação pelas comissões do Senado. Em linhas gerais, é correta em sua

essência – reduzir gastos eleitorais por meio das proibições de gravações externas e pela redução do tempo de campanha à praticamente a metade do atual.

Alguns juristas argumentam, por outro lado, que a proibição de utilização de artistas é inconstitucional, pois proíbe a livre manifestação de opiniões, assegurada pela Constituição. No que diz respeito à proibição de doações de empresas contratadas pelo governo, a proposta foi alterada no Senado sob o argumento que ela estimulava o Caixa 2.

No entanto, a maior crítica que pode ser feita a tais modificações é que elas não representam realmente uma proposta de reforma política, mas apenas uma mera proposta (ainda tímida) de reforma eleitoral. Como se sabe, fazem parte da agenda da reforma política: alterações no sistema eleitoral, no sistema político-partidário (cláusulas de desempenho), nos mecanismos de representação política, mudança do sistema de governo, entre outras, que fazem parte do conjunto de mecanismos que formam o sistema político.

Em grande medida, as mudanças propostas por Bornhausen, ainda que importantes e necessárias, mal tocam em tais questões. Os sistemas eleitorais se apresentam como os mecanismos pelos quais a po-

pulação manifesta sua vontade política, delegando poder de decisão aos seus representantes, ou atuando diretamente, por meio de mecanismo de democracia direta, como os referendos e os plebiscitos.

A proposta de Bornhausen não possui nenhum item, porém, com o intuito de adequar o sistema político às necessidades do nosso período, como, por exemplo, às demandas por um aumento da participação popular, por meio de referendos e de legislação participativa, uma vez que os mecanismos existentes não funcionaram adequadamente.

A tarefa de fazer as reformas no sistema político brasileiro deve ser dividida com toda a sociedade, principalmente os partidos políticos, as universidades, os sindicatos, as organizações não-governamentais, o empresariado, a sociedade civil e inclusive as Forças Armadas. Quanto maior for a participação desses atores, entre outros, no processo, maior será a legitimidade das mudanças em curso.

O Congresso Nacional brasileiro, e o senador Bornhausen, em particular, ficam devendo uma proposta que estimule a participação popular, aumente a transparência do nosso sistema político, que vá além de uma reforma eleitoral.

Reforma política

Tolerância zero na reforma política

MARCOS CINTRA

P. A3

A seguir, algumas sugestões capazes de remodelar os parâmetros comportamentais da classe política brasileira

USO DISCORDAR do ilustre senador Marco Maciel, que afirmou, em artigo publicado nesta Folha em 22 de julho ("A reforma política deve esperar"), que "somente depois da apuração dos fatos será o momento de o Congresso centrar seus cuidados na adoção de medidas voltadas para aprimorar as instituições, aprovando a reforma política". Na atual crise, a reforma é medida imprescindível, independentemente das conclusões a que o Congresso chegar. Há que se exigir um tratamento de choque a ser aplicado à classe política e às instituições eleitorais.

Maior responsável por este fétido lodacal, o PT tenta juntar os cacos, buscando uma saída institucional que preserve o que resta de credibilidade nesta administração. Nesse cenário, um grande acordo político, no estilo proposto pelo senador Jefferson Péres no artigo "Uma saída à chilena", publicado nesta Folha no último dia 21, assume papel estratégico na superação de uma crise que ninguém se arrisca a dizer como pode acabar. E tal acordo não prescinde da reforma política.

Discutia-se, antes da eclosão da crise, o fim da reeleição para cargos executivos e a coincidência das eleições. Essas medidas, além de significarem uma saída honrosa para o presidente não pleitear sua reeleição, pois já vinha desde então sofrendo forte desgaste, poderia conceder ao atual governo a autoridade e a oportunidade para efetuar mudanças institucionais de grande significado para o país. Agora, após a revelação do "mensalão" e da "operação Paraguai", essa solução torna-se ainda mais oportuna. Dependendo da coragem e da ousadia do presidente, seria uma grande oportunidade para resgatar sua biografia e reafirmar sua dignidade pessoal.

A política brasileira tem sua história marcada por episódios de lamentável continuísmo. Velhas e novas oligarquias vêem a vida pública como se fosse uma carreira profissional e se perpe-

tuam no poder. Certamente o fim da reeleição para cargos executivos é uma urgente necessidade.

Mas há outras facetas desse problema a exigirem providências sistêmicas. É inaceitável que, em um regime presidencialista, o Executivo desenvolva relações de promiscuidade com o Legislativo, como ocorre hoje, implicando perda de autonomia entre os Poderes. A rotatividade e a independência no exercício do poder, portanto, devem ser desideratos prioritários também nas funções legislativas, como está a provar a atual crise, na qual os protagonistas encontram-se em todas as esferas de poder, além do setor privado. A hora, de fato, exige um tratamento de choque.

A seguir, são apresentadas algumas sugestões capazes de remodelar os parâmetros comportamentais da classe política brasileira. Parte-se do pressuposto de que o exercício de funções públicas eletivas deve ser uma contribuição que cidadãos oferecem temporariamente à coletividade e jamais deve ser transformado em atividade profissional nem substituir os meios de sobrevivência das pessoas envolvidas. Um político que tenha perdido sua condição de sustentação em sua profissão e que passe a depender da política para se manter torna-se capaz de tudo e de qualquer coisa para sobreviver. Aí reside o perigo.

São estas as sugestões:

1-) financiamento exclusivamente público de campanhas eleitorais, para evitar a cobrança de favores dos eleitos;

2-) voto distrital (de preferência, misto), para aproximar eleitor e eleito e permitir mecanismos mais eficientes de mútuo conhecimento e fiscalização;

3-) radical redução dos cargos em comissão de livre provimento na administração pública, para formar e fortalecer uma burocracia profissional e estável;

4-) eliminação da remuneração para o exercício de cargos eletivos no Legislativo (vereadores, deputados e senadores), aceitando-se tão-somente o reembolso de custos incorridos no exercício da função, para evitar a profissionalização da política;

5-) proibição de reeleições sucessivas também para o Poder Legislativo (vereadores, deputados estaduais, deputados federais e senadores), para estimular a rotatividade e evitar a acomodação dentro da atividade pública eletiva;

6-) impedimento ao exercício de funções executivas por detentores de mandatos legislativos, para garantir a plena independência entre os Poderes;

7-) obrigatoriedade de abertura automática dos sigilos fiscal e bancário de todos os candidatos a cargos políticos e de administradores públicos, independentemente de autorização judicial, para coibir a corrupção e inibir os que adentram a política por razões infamáveis ou com passados duvidosos.

Poder-se-á dizer que tais propostas representam uma visão política utópica, incompatível com a complexidade e com as dimensões do mundo moderno. Responderia afirmando que não se trata de ignorar tais características evidentes nas modernas democracias, mas sim de uma mudança de ênfase, deslocando parte considerável da função administrativa, hoje exercida pelos políticos, para uma burocracia profissional e estável.

Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, 59, doutor pela Universidade Harvard (EUA), professor titular e vice-presidente da FGV, é secretário das Finanças de São Bernardo do Campo (SP). Foi deputado federal (1999-2003). É autor de "A Verdade Sobre o Imposto Único" (LCTE, 2003).

TENDÊNCIAS/DEBATES

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.
E-mail: debates@uol.com.br

A reforma política deve esperar

MARCO MACIEL

LI, QUANDO jovem, a "Oração aos Moços", de Rui Barbosa. Nela, o autor observa haver patrocinado a causa de três verdades — a democrática, a republicana e a eleitoral —, lamentando não terem elas conseguido, no tribunal da política, melhor tratamento do que Deus Vivo no julgamento de Pilatos.

Sem ter a veleidade nem a pretensão de aproximar-me do estuante jurista e político, ousou proclamar haver consumido longos tempos de minha vida pública a refletir sobre esses temas e a propor a efetivação de medidas para questões tão transcendentais para as instituições brasileiras.

Faço essas observações em virtude do instante em que o Brasil é alcançado por grave crise política, conquanto não deva sua intensidade afetar as nossas instituições, hoje robustas, mercê dos avanços obtidos nos últimos tempos, mormente após a Constituição de 1988.

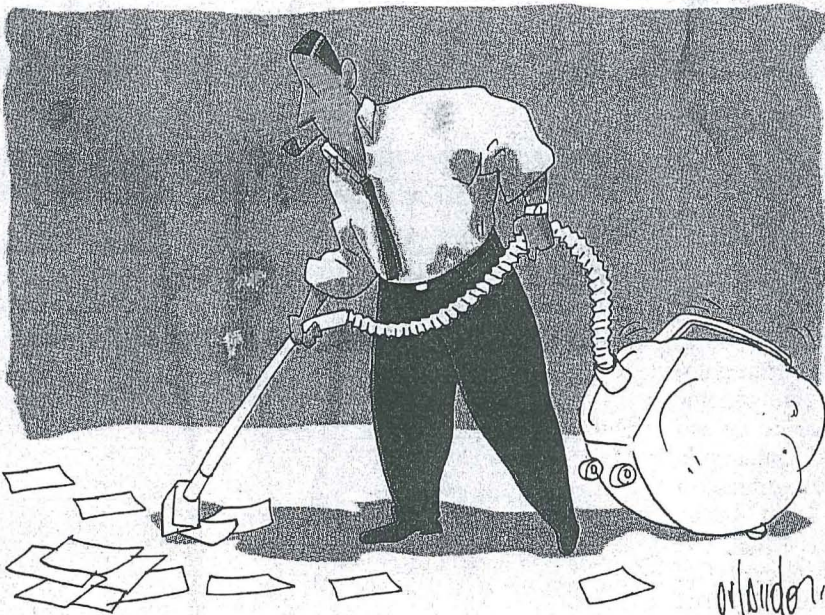
Os tempos, portanto, parecem indicar ser este o instante de apurar os fatos, como está fazendo com diligência o Congresso Nacional, e, após sua conclusão, adotar as medidas cabíveis estatuídas na Constituição, nas leis e nos regimentos da Câmara e do Senado, corrigindo desvios e prevenindo a repetição de condutas não-republicanas.

É de supor que — uma vez que o Parlamento, além de órgão legislativo e fiscalizador, é igualmente grande fórum do debate das questões nacionais — brotem, entre outras, sugestões também para melhorar o desempenho de nosso sistema político.

Considero que somente depois da apuração dos fatos será o momento de o Congresso centrar seus cuidados na adoção de medidas voltadas para aprimorar as instituições, aprovando a reforma política, aliás fundamental para restaurar a credibilidade e a legitimidade de que carecem os Poderes da República. Aliás, o Velho Testamento, na sabedoria do Eclesiastes, lembra que "para tudo tem o seu tempo". Não convém colocar o depois antes do antes.

"As coisas políticas têm por principal condição a oportunidade", lecionou Nabuco de Araújo, em discurso em 1870, para acrescentar: "As reformas, por pouco que sejam, valem muito na ocasião, não satisfazem depois, ainda que sejam amplas".

Ora, discutir questões institucionais em períodos eleitorais pode parecer um convite à nociva prática de casuismo. E tanto mais inconveniente será proceder a mudanças em período de instabilidade como o que atravessamos. Configuraria atitude, mais que arriscada, temerária. A administração do tempo é cer-



Somente após a apuração dos fatos deve-se aprovar a reforma política.

Não convém colocar o depois antes do antes

tamente o maior desafio para o homem público: cabe-lhe saber que o momento oportuno não é qualquer momento.

Por isso, se pensamos em soluções que não sejam precárias e ocasionais, a reforma política há de ser pautada para um instante que permita fazê-la de forma refletida — para que não venha a nação, em seu discernimento, nos apodar de procedimento ousado ou precipitado. Ousadia e precipitação não são boas companheiras, especialmente no sáfaro território da política. Receio até que a antecipação desse tema finde por converter uma mera crise política — conjuntural, portanto — numa crise sistêmica, com viés institucional.

Há mais de três décadas, tanto no exercício de mandatos legislativos e de funções nos órgãos de direção partidária como no desempenho de cargos que ocupei no Executivo — estadual e federal —, venho me dedicando ao cumprimento de agenda que concorra para o aggrionamento de nosso modelo institucional. A persistência com que tenho abordado as questões dessa natureza se quadra na convicção de que a reforma política — sempre preconizada, nunca priorizada — é a mais relevante das transformações de que necessita o país, pois indispensável à governabilidade,

da qual depende, em última análise, o sucesso de todas as demais. A governabilidade, em nosso país, como em qualquer outro, insista-se, será, pois, decorrência direta e imediata da racionalidade da engenharia política adotada.

Embora tenhamos avançado em alguns itens dessa agenda, constata-se que as mudanças institucionais brasileiras têm sido historicamente mais fruto de nossas dificuldades conjunturais do que de nossas deficiências estruturais.

Em que pesem as conquistas alcançadas, as transformações que temos logrado obter resultam insuficientes. Daí a importância das reformas políticas, que têm um espectro bem mais abrangente do que se cogita. Na concepção orgânica de governo, os sistemas políticos — o eleitoral-partidário, o de governo, o federativo e o republicano — devem ser mecanismos capazes de produzir, permanentemente, decisões que atendam às demandas da sociedade, de forma racional e tempestiva.

A capacidade de tomar decisões articuladas e congruentes que, como tal, venham a ser efetivamente aplicadas, é o que modernamente se denomina governabilidade. Enfim, as reformas políticas, que optaria por designar como institucionais, são imprescindíveis — sob pena de o país mermar, adiando o nosso querer coletivo de viver em nação democrática, desenvolvida e socialmente justa. Para isso, é necessário ter plena convicção de que a realização de nosso destino não é algo que se deva esperar, mas algo que se deve alcançar.

Marco Maciel, 65, é senador pelo PFL de Pernambuco. Foi vice-presidente da República (1995-1998 e 1999-2002), ministro da Educação (governo Sarney) e governador do Estado de Pernambuco (1978-82).

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.
E-mail: debates@uol.com.br

Ampla e profunda reforma

HELIO JAGUARIBE

Ester Grinspum

NA MEDIDA em que avançam as investigações ora em curso no Congresso e no âmbito do Executivo, vão se avolumando as indicações de que são procedentes as denúncias que vêm sendo formuladas pelo deputado Roberto Jefferson. Nada seria mais nocivo para a respeitabilidade do Brasil e do governo do que o intento de neutralizar essas investigações, como buscam fazê-lo alguns insensatos líderes governistas. É imprescindível, como oportunamente afirmou o presidente Lula, e reiterou recentemente o senador Pedro Simon, levar essas investigações às suas últimas consequências, doa a quem doer.

Sem prejuízo da relevância do que já foi revelado, ainda há muito a apurar, tanto no que se refere aos detalhes das diversas operações ilícitas que estão vindo à tona como no que diz respeito aos responsáveis por elas. Não obstante, já se dispõe de um quadro alarmante do atual sistema político brasileiro e de indicações mais do que suficientes para se empreender, urgentemente, uma ampla e profunda reforma política.

Em síntese, o quadro político que se tornou evidente revela gravíssimas limitações da legislação que regula o regime eleitoral, o sistema dos partidos e o funcionamento dos Poderes Legislativo e Executivo em nosso país, conduzindo a uma abominável mercantilização da vida pública. Privado de condições para assegurar uma responsável maioria parlamentar, o presidente da República é compelido, para poder governar, a entabular as mais esdrúxulas alianças.

No governo Fernando Henrique Cardoso, esse objetivo foi satisfatoriamente atingido por meio de uma aliança entre dois partidos razoavelmente sérios, um partido de centro-esquerda, o PSDB, e um partido de centro-direita, o PFL. O resultado foi uma aceitável margem de governabilidade —ao preço, porém, de uma política econômica neoliberal, nitidamente contrária aos ideais do próprio presidente e aos interesses nacionais.

Chegando ao poder após a quarta tentativa, Luiz Inácio Lula da Silva optou, para assegurar condições de governabilidade, por se aliar a pequenos partidos fisiológicos, destituídos de qualquer significado público, como o PTB, o PP e o PL. Para que esses “partidos anões” dispusessem da necessária massa crítica, tudo indica que o governo (leia-se: ex-ministro Dirceu) e a liderança do PT —Genoino et alia— introduziram um altamente ilícito ingrediente: a “compra” de deputados mediante o pagamento de “luvas”, que se estima da ordem de R\$ 1 milhão, e de um “mensalão”, suposto na ordem de R\$ 30 mil.

Para viabilizar esse procedimento, altos cargos das empresas públicas foram mercantilmente loteados entre os partidos da “base aliada”, independente-

A reforma política em andamento dá só parcial atendimento àquilo de que necessita o país. Importa aperfeiçoá-la

mente de qualquer critério de competência, de sorte a permitir formas ilícitas de apropriação de recursos públicos, destinados ao financiamento da compra de votos e às campanhas eleitorais.

Ante os fatos que vêm sendo revelados, a opinião pública brasileira e, o que não é menos grave, a internacional, estão convictas de que esse sistema foi aplicado e está em vigor. Encontra-se o Brasil ante um gravíssimo dilema. Um dilema, importa sublinhar, cuja seriedade ultrapassa o casuismo de maiores provas e conduz a uma escolha nacional: opção pela convivência com uma situação infame ou seu enérgico repúdio e correspondente regeneração pública.

É compreensível e lícito que o presidente Lula, profundamente vulnerado por tudo o que está sendo revelado, procure assegurar novas condições parlamentares de governabilidade. Entendo, pessoalmente, que uma séria opção por um ministério de competências, independentemente de vínculos partidários, lhe seria atualmente mais favorável do que o recrutamento de parlamentares de um partido como o PMDB, que não dispõe de nenhum compromisso programático e, ademais, adere (oportunisticamente) ao governo pela metade.

Muito mais importante que o intento de recompor bases parlamentares é o de recuperar bases de respeitabilidade pública. É hora de ocorrer uma ampla e profunda reforma do sistema político,

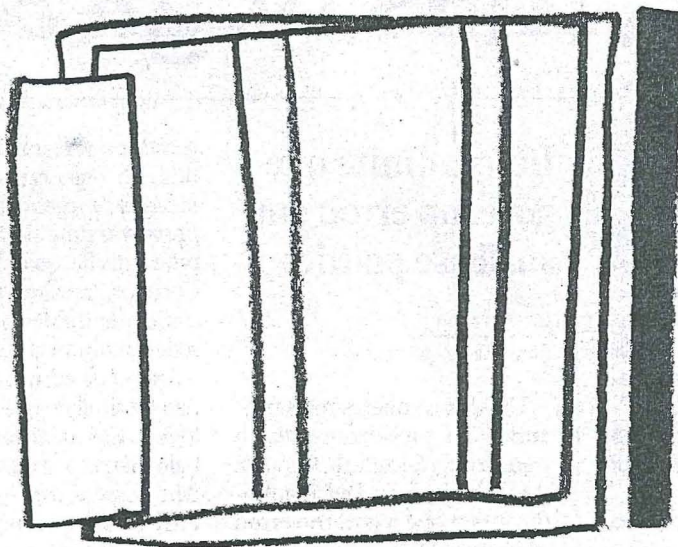
da qual dependem todas as demais reformas requeridas para a retomada do desenvolvimento econômico e social.

O atual regime eleitoral é extremamente vicioso. É praticamente inexistente uma apropriada regulamentação dos partidos políticos. É inevitável, dentro do atual sistema, que o presidente da República, seja qual for seu partido, fique privado de condições parlamentares de governabilidade e, assim, compelido a arranjos programaticamente de má qualidade, como ocorreu com o governo Cardoso, ou eticamente de péssima, como ocorreu com o governo Lula.

A reforma política em andamento no Congresso dá só parcial atendimento àquilo de que necessita o país. Importa aperfeiçoá-la. Há ampla concordância, entre os estudiosos da questão, no que se refere à adoção do regime distrital misto e ao financiamento exclusivamente público das eleições. Idem no que diz respeito à necessidade, para um partido subsistir, de alcançar o mínimo de 5% (não 2%) da votação em quase todos os Estados da Federação.

Importa, finalmente, agregar dois outros dispositivos. O da fidelidade partidária, em cada legislatura, sob pena de perda do mandato. E o da adoção de medidas que importem, também para cada legislatura, na formação, se necessário por coligação de partidos, de uma maioria parlamentar estável, com programa e liderança únicos, pelo curso de toda a legislatura. Apenas assim se proporcionará ao presidente uma maioria parlamentar estável que lhe poderá ser favorável ou não, como no caso francês da “co-habitação”. Isso, porém, num ou noutro caso, assegurará confiabilidade parlamentar ao Poder Executivo.

Helio Jaguaribe, 82, sociólogo, é decano emérito do Instituto de Estudos Políticos e Sociais (RJ) e autor de, entre outras obras, “Um Estudo Crítico da História” (Paz e Terra).



06 JUL 2005

OPINIÃO



Léo de Almeida Neves*

Uma reforma política radical (II)

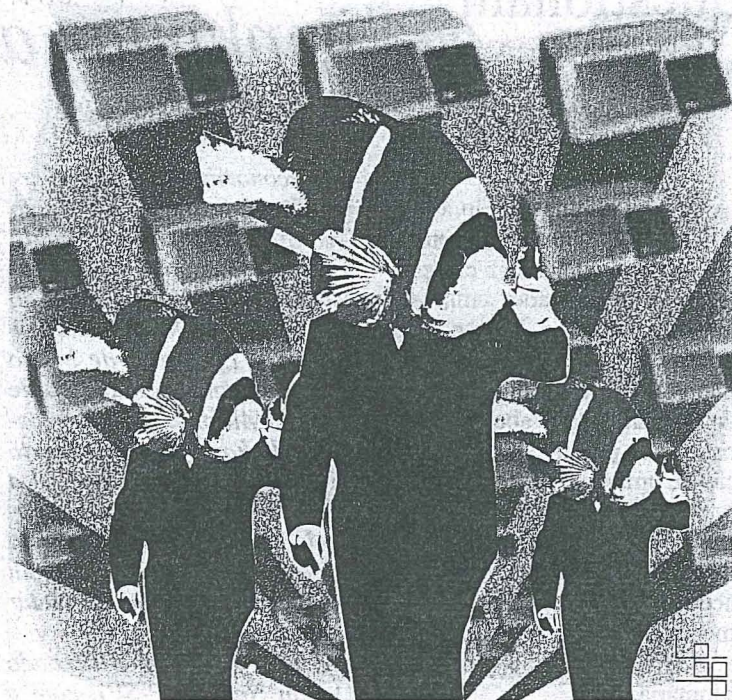
Impõem-se o voto distrital misto e a manutenção da cláusula de barreira

As grandes crises podem gerar grandes soluções. O vigente sistema de representação proporcional está comprometido, porque exacerba a disputa entre os próprios membros do partido, fragilizando a unidade e facilitando futura troca de legenda. Ademais, a busca de eleitores por toda a extensão territorial encarece a campanha e dilui a representatividade, que aliás mostra outros inconvenientes, bastando dizer que o 1º suplente de deputado federal, estadual ou vereador dos partidos mais fortes geralmente obteve mais sufrágios que um terço dos eleitos, favorecidos em legendas menores. Acresça-se que, somados os votos dos eleitos divididos pelo quociente eleitoral, verificar-se-á que pelo menos 20% da população e das regiões não têm presença no Legislativo.

Para coibir essa anomalia, impõe-se o voto distrital misto, metade da representação eleita pelo distrito e a outra em "lista partidária", com o eleitor tendo direito a dois votos para o Legislativo. Esta tese é defendida por ex-chefes da Nação, presidentes de partidos, governadores, editoriais da imprensa e por personalidades preeminentes, mas não é implementada porque os deputados federais escolhidos pelos atuais critérios são refratários à mudança, e somente forte pressão da sociedade poderá convencê-los.

Os detentores de mandatos concorrerem nos distritos, pois têm prestígio e conhecimento da luta eleitoral, enquanto as "listas" seriam reservadas aos militantes do partido e figuras de destaque da sociedade (cientistas, professores, advogados, médicos, jornalistas, que viessem a ser convidados a integrá-las) para gabaritar e enaltecer o nível da chapa.

Na eleição distrital cada grei lança um candidato e haverá segundo turno com os dois



mais votados, se ninguém conseguir maioria absoluta (meta-de mais um) de votos no 1º turno. Com este procedimento, todas as regiões estariam presentes no Legislativo.

A cláusula de barreira deve ser mantida, isto é, o partido para ter bancada parlamentar necessitaria alcançar pelo menos 5% dos votos válidos, permitida a federação de partidos, para garantir a sobrevivência dos partidos ideológicos (PDT, PPS, PV, PSB, PCdoB, PCB).

A fidelidade partidária seria exigida, sob pena de perda de mandato. É relevante o financiamento público, que atingiria valores pequenos, desde que aprovada drástica redução de custo das campanhas. Se for irresistível a reação popular a esta idéia, poder-se-ia admitir contribuição privada a candidatos e partidos apenas de pessoas físicas, com recibo padrão da Justiça Eleitoral, teto de 5% da renda anual líquida, dedutível do Imposto de Renda. Seria proibida doação provinda de administradores e sócios com mais de 10% do capital de companhias concessio-

nárias e prestadoras de serviços públicos, empreiteiras, bancos, fornecedores de bens e mercadorias e de empresas fiscalizadas e normatizadas pelos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, todas elas portanto sem vínculos de natureza alguma com governos e estatais.

Os programas e inserções nas TVs e rádios seriam proibidos de veicular culto à personalidade de ocupantes de cargos executivos, com divulgação de suas obras, circunscrevendo-se a transmitir questões programáticas da agremiação e análises pontuais de interesse coletivo.

Como ocorreu no passado, as convenções partidárias terão que ser acompanhadas por gente designada pela Justiça Eleitoral, para evitar ilegalidades e coerções comumente exercidas pelas cúpulas.

Se transformadas em lei as proposições aqui expostas, agora assegurada a transparência e a legitimidade democrática, os partidos sairiam fortalecidos e poderão ser restabelecidos os princípios vigorantes até o advento do regime militar de que

compete às direções partidárias, e não aos parlamentares, as indicações para composição dos governos, como acontece nos países da Europa e nos EUA, onde são aproveitados quadros técnicos filiados às agremiações e, ao mesmo tempo, mantidas inalteradas as equipes profissionais permanentes do funcionalismo.

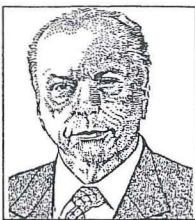
Cabe crítica acerba ao excesso de cargos de confiança criados após a redemocratização (nos últimos 20 anos) nas esferas dos poderes Executivo e Legislativo – federal, estadual e municipal –, que devem ser reduzidos em 50% pelo menos, e proibido desconto em folha de pagamentos a partidos.

Se a mobilização da sociedade resultar em reforma política radical, poder-se-á nutrir a esperança de voltarem a compor o Congresso Nacional figuras exponenciais (período de 1946 a 1968) do quilate de Adauto Lúcio Cardoso, Alberto Pasqualini, Luiz Carlos Prestes, Aliomar Baleeiro, Tancredo de Almeida Neves, Ulysses Guimarães, Otávio Mangabeira, Plínio Salgado, San Thiago Dantas, Bilac Pinto, Gustavo Capanema, Fernando Ferrari, Carlos Lacerda, Bento Munhoz da Rocha Neto e tantos de igual expressão.

Finalmente, convém fixar os próximos mandatos executivos por 6 anos e acabar com a excrescência da reeleição de presidente, governador e prefeito, casuísmo que contraria nossa tradição democrática e contribui para conspurcar ainda mais o panorama político.

O povo brasileiro merece iniciativas corajosas e criativas para superar a decadência moral e política em que vive, descontinuar novos caminhos que levarão o Brasil a cumprir sua predestinação de potência mundial e de uma sociedade fraterna, alegre e feliz.

* Ex-diretor do Banco do Brasil.



Léo de Almeida Neves*

Uma reforma política radical (I)

Impõe-se tolerância zero com a coleta de dinheiro para fins eleitorais

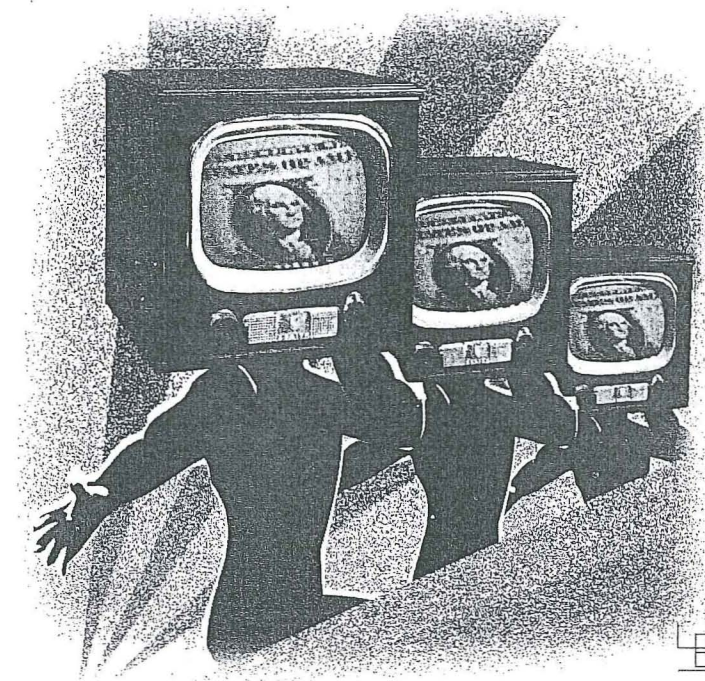
A Nação está estarecida e perplexa com a corrupção endêmica que contaminou parte do Legislativo desde o Congresso Nacional, passando pelas assembleias legislativas até as câmaras de vereadores, e exige imediata reforma política. O Executivo não foge a essa onda de descrédito das instituições republicanas.

O cerne da questão é o elevado custo das campanhas e o viciado sistema de representação proporcional, que afasta das disputas muitas pessoas idealistas e com vocação para a vida pública e atrai mal intencionados, que vislumbram a possibilidade de se locupletarem e fazerem negócios no exercício dos mandatos.

O momento é agora de a sociedade erguer-se através da OAB, CNBB, entidades patronais e de trabalhadores, imprensa escrita, rádio e televisão, homens públicos patriotas, que felizmente ainda remanesçam no Executivo, Legislativo e Judiciário, para compelir nossos parlamentares a procederem modificações radicais na legislação vigente.

Impõe-se tolerância zero com coleta de dinheiro para fins eleitorais, terreno fértil para descambar na corrupção. Têm que ser varridos os "esquemas" de fraudes nas licitações e concorrências para obras, fornecimento de bens e produtos e prestação de serviços aos governos e estatais, com atenção redobrada aos perniciosos reajustes de preços, muitos pleiteados com a desculpa de arrecadar fundos.

Como cortar gastos? — Hoje, a contratação de marqueteiros e a produção de programas televisivos constituem a maior rubrica de despesa, facilmente removível, bastando eliminar a farsa enganosa dos efeitos especiais, cenários maravilhosos, reportagens e os tele-prompters



(texto posto na frente do candidato para ser lido sem percepção do telespectador), que transforma o despreparado em formulador de soluções. A apresentação será sem disfarces, permitido levar textos para leitura. Nas rádios, poderiam utilizar gravações. Seria obrigatória a veiculação igualitária de todos os concorrentes ao Legislativo, conforme o alcance das TVs e rádios, cabendo-lhes pelo menos metade do tempo e o restante aos cargos majoritários e aos integrantes das listas.

Os out-doors seriam substituídos pela instalação de painéis pela Justiça Eleitoral, de acordo com as prefeituras, onde os partidos colocariam suas propagandas, dividindo-se-lhes os espaços consoante os percentuais de votação da última manifestação das urnas.

Outra providência saneadora será proibir no período pós-convenções a doação aos eleitores de brindes de qualquer natureza, tais como caneta, lápis, régua, sapato, roupa, material de construção, consulta médico-odontológica ou jurídica,

etc. Camisas, bonés e calças com nome de candidatos não poderiam ser entregues a eleitores, admitida a compra por militantes e o fornecimento aos ativistas devidamente nominados à Justiça Eleitoral.

Da mesma forma, ficaria vedada aos partidos e candidatos a oferta de dinheiro, bens e mercadorias, troféus, chuteiras, uniformes e outros às associações esportivas, sociais, comunitárias e religiosas.

A Justiça Eleitoral faria inserções educativas nos meios de comunicação, sobre essas diretrizes moralizadoras, enfatizando que os eleitores teriam que escolher seus representantes pelas idéias e qualificações, e não por vantagens, favores ou promessas de empregos.

Ademais, seriam aprofundados os atuais dispositivos que proíbem transferências de recursos a estados e a municípios para obras não iniciadas, festas de inauguração, e todo uso da máquina administrativa para objetivos políticos, aditando-se que não poderá ser ampliada a distribuição de programas as-

sistenciais diretos, tipo Bolsa-Família e Cheque-Cidadão.

Haveria restrições à participação em showmícios de locutores e artistas, salvo se filiados aos partidos há mais de cinco anos. A Justiça Eleitoral ficaria incumbida também do transporte de eleitores no dia da eleição, servindo-se de veículos cedidos por prefeituras, estados ou União, claramente identificados. Assim, os candidatos e partidos ficariam livres do dispendioso encargo de disponibilizar transporte.

Trabalho de boca de urna já é e continuaria expressamente proibido. A divulgação de pesquisas de preferência de voto antes das convenções de lançamento de candidatos e nos 15 dias anteriores ao dia da eleição seriam proibidas. Elas estariam liberadas posteriormente às convenções e logo que encerrassem as votações.

A nova lei atribuiria à Polícia Federal e à Justiça Eleitoral rito sumário para instauração e julgamento de processos de uso de dinheiro, brindes, órgãos de governo e outras infrações, possibilitando a cassação antecipada de candidaturas.

Uma reforma política que abrangesse as normas aqui elencadas, e outras com o mesmo intuito, certamente minimizariam os fatores que contaminam as disputas, ludibriam os eleitores e maculam a pureza do embate democrático. Quem ainda persistisse em práticas desonestas e antidemocráticas teria que ser submetido a severo julgamento e punição.

Falta abordar mudanças estruturais na legislação, imprescindíveis e necessárias para tornar as eleições mais transparentes e fidedignas da expressão da vontade popular, salvaguardando as excelsas virtudes e predicados da democracia.

* Ex-diretor do Banco do Brasil.

Nº A3

TENDÊNCIAS/DEBATES

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.
E-mail: debates@uol.com.br

Reforma para consolidar a democracia

RONALDO CAIADO

A REFORMA política volta ao noticiário. No entanto, precisamos mesmo dela? Para alguns cientistas políticos, os atuais arranjos institucionais asseguram a governabilidade. Os partidos políticos, por exemplo, apesar da crença de senso comum, votam disciplinadamente no Congresso Nacional e o "presidencialismo de coalizão" parece prover o governo do necessário para fazer andar sua pauta política com apoio parlamentar. Por que mexer em time que está ganhando?

Esse otimismo tem sido posto em cheque pela presente crise, que expõe a vulnerabilidade de nossa política à corrupção de toda sorte, com graves danos à sua eficiência e legitimidade. E corrupção é apenas um dos problemas a enfrentar. O time não está ganhando, se não perdendo. E, talvez, de goleada.

Na verdade, a Constituição Federal de 1988 ousou pouco na matéria política e, ao constitucionalizar assuntos como o sistema eleitoral, dificultou a busca de soluções. Foi conservadora e pouco pragmática.

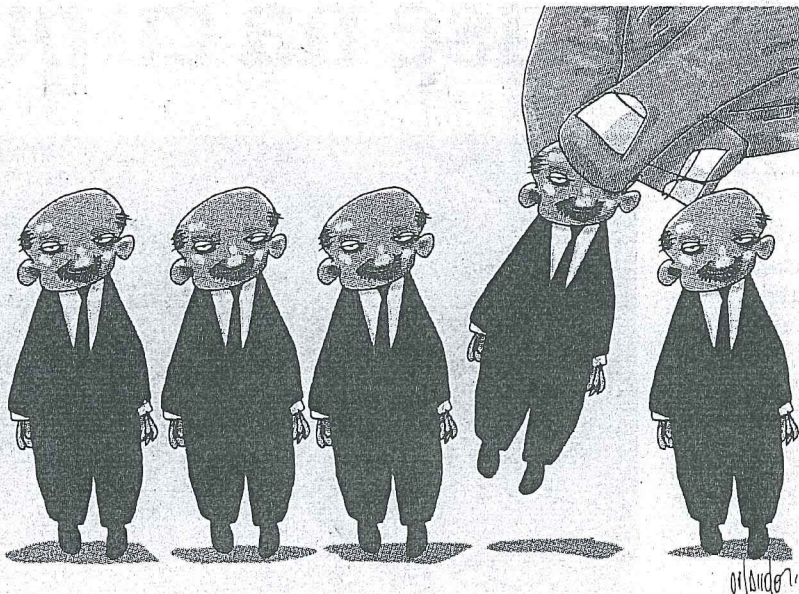
A Comissão Especial de Reforma Política, criada no começo de 2003, da qual fui relator, aprovou alguns projetos, sendo o principal deles o de nº 2.679, aprovado também pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Está pronto, pois, para o plenário.

Durante o funcionamento da comissão especial, examinamos à exaustão as proposições em trâmite no Congresso Nacional desde a promulgação da Carta. Ouvimos, entre outros, cientistas políticos, membros do Judiciário, representantes da sociedade civil, pesquisadores e especialistas em crimes eleitorais. Houve amplo espaço para os próprios representantes de partidos políticos exporem suas opiniões.

A proposta de reforma, nunca é demais lembrar, não é obra de uma só pessoa. Não é, tampouco, o "ato institucional" de uma junta revolucionária ou decreto de um "Comité de Salut Publique", com seus iluminados dispondo de todos os graus de liberdade para fazer e acontecer e impondo pela força sua visão de mundo. É produto, isto sim, do consenso possível, num ambiente pluripartidário, com decisão democrática pelo voto, com amplo apoio do PT, PFL, PMDB, PSDB, PSB, PPS, PDT, PC do B e PV, e oposição do PP, do PTB e do PL.

Como amplamente divulgado, visouse, em particular, ao reforço dos partidos e à democratização e moralização do financiamento partidário, sobretudo nas campanhas.

A presente crise fala por si da necessidade de revermos o financiamento da atividade política. Sem dúvida, o caixa



Qualquer mudança tem custo. A reforma proposta também, mas o status quo funciona mal e justifica o anseio por mudanças

dois continuará possível mesmo com o financiamento público. Contudo, o risco será minimizado com sua adoção. A fiscalização das prestações de contas, hoje uma ficção, vai se tornar factível, porque, passando elas a ser partidárias (temos 28 partidos registrados no TSE) em vez de individuais (em 2004, foram mais de 300 mil candidatos a vereador e mais de 15 mil a prefeito), seu número será reduzido brutalmente, aliviando a carga da Justiça Eleitoral e, assim, dando-lhe condições de eficácia.

Quanto aos partidos, imperfeitos que sejam, não têm substituto à altura para o seu papel nas modernas democracias de massa. Entre nós, o voto parlamentar disciplinado —nem sempre obtido por métodos legais e legítimos, como agora se vê— não significa termos partidos com funcionamento satisfatório. Afinal, com mais de 200 mudanças de partido somente nestes dois anos e meio da presente legislatura, o que vem a ser o partido político entre nós? Uma agremiação que dobrou de tamanho nesse período continua sendo a mesma entidade?

O voto em lista fechada, que propomos para reforçar os partidos, tem seus problemas. Vejo-o, contudo, neste momento, como um "freio de arrumação" para dar fisionomia partidária ao processo eleitoral. Lembremo-nos, sobretudo, que o voto personalizado, como o

praticamos, perde muito de suas agora propaladas virtudes. Boa parte dos eleitores não se lembra do candidato escolhido poucos meses depois do pleito. O voto dado a A, que pode não se eleger, vai ajudar a eleger B, detestado pela eleitora, ou até C, de um partido coligado que ela desconhece por inteiro. Onde ficou a decantada liberdade de escolher o candidato?

Tampouco se impute ao voto em lista fechada a criação do caciquismo. Se este existe, e a lista fechada ainda não, que se busque sua raiz em outra freguesia. Eleições democráticas internas, como prevê o projeto, poderão produzir listas com pluralismo, as quais os partidos inteligentes ostentarão como trunfo eleitoral. E a lista fechada permite o financiamento público, parte essencial do projeto.

A proibição das coligações na eleição proporcional é outro avanço do projeto de lei nº 2.679. Quem quer unir-se para disputar o pleito, que permaneça junto durante a legislatura, sob a forma da federação partidária, na verdade um protopartido. Antes do casório, que se conheça bem o parceiro, pois a união deverá ser duradoura e, quem sabe, gerar um partido viável, enxugando o quadro partidário.

Qualquer mudança tem custo. A reforma proposta não é diferente. Mas o status quo funciona mal e justifica o anseio por mudanças. Se implantada, esta não será a última reforma, mas uma etapa numa caminhada. Que se avaliem seus resultados e se façam, no futuro, novas rodadas de ajustes, afinando melhor os instrumentos. É a forma razoável de proceder, em vez de nos conformarmos com a ruindade do presente.

Ronaldo Caiado, 55, médico e produtor rural, é deputado federal pelo PFL-GO.

A reforma política

02 JUL 2005

ESTADO DE SÃO PAULO

Miguel Reale



É deveras deplorável a eclosão da maior crise ética de nossa vida democrática, como a que ainda estamos vivendo, para se tornar a falar em reforma política. No entanto, a maioria de nossos juristas e politólogos tem advertido que essa era a reforma primordial cronológica e constitucionalmente necessária, uma vez que está na base de todo o sistema representativo.

Tudo depende, porém, de determinar com segurança o que se deve entender por "reforma política", a qual pressupõe, antes de mais nada, algumas diretrizes no sentido do sistema de poder, ou forma de governo.

Infelizmente, nesse ponto a Constituição de 1988 foi de uma infelicidade total, em razão de vários fatores que impediram de fazer uma distinção válida entre parlamentarismo e presidencialismo, ou uma solução mista razoável.

No meu entender, no mundo atual não se pode mais fazer uma distinção nítida entre parlamentarismo e presidencialis-

mo, porquanto cada um desses sistemas atuou sobre o outro, exigindo composições mistas em função das circunstâncias reinantes em cada país.

ECOMELA, A REFORMA ELEITORAL E A LEI DE ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA

mo, porquanto cada um desses sistemas atuou sobre o outro, exigindo composições mistas em função das circunstâncias reinantes em cada país.

No Brasil, por exemplo, há necessidade de se comporem as duas formas de governo, de tal maneira que possa existir maior conexão entre o governo e o Congresso Nacional, sem necessidade dos malefícios das medidas provisórias, só admissíveis em casos excepcionais, admitida a sua apreciação pelo Senado no prazo máximo de 30 dias úteis, e sem interferir no desenvolvimento do processo legislativo. Partindo desse ponto, já temos algumas soluções sobre as quais existe a maioria de consenso, não sendo demais lembrar esses pontos básicos.

Em primeiro lugar, devemos reconhecer a conveniência de abandonar o sistema atual de representação proporcional, dadas as grandes diferenças entre os Estados, demográfica e culturalmente, preferindo-se a representação distrital, ou seja, segundo um quadro de diversificadas regiões em cada Estado.

Nem se diga que essa distribuição regional apresenta dificuldades insuperáveis, porquanto caberá ao Tribunal Eleitoral determinar as diversas zonas eleitorais, em função do número de eleitores e de seu re-lacionamento geográfico.

Apesar de algumas observações merecedoras de apreço, a

opinião geral é ainda no apontado sentido de representação distrital, cuja maior vantagem consiste em estabelecer maior conhecimento entre quem vota e aquele que recebe um mandato político.

Se, como diz Sartori, a democracia hoje é uma "partidocracia", é natural que os partidos interfiram no resultado dos pleitos, muito embora haja risco de privilégios na composição das "listas especiais" de representantes.

Realçado esse ponto, voltamos a apreciar outros aspectos do tema. Entre eles, lembro logo a conveniência do chamado "princípio de barreira", pelo qual não farão jus à representação política os partidos que tiverem, por exemplo, menos de 5% dos votos do eleitorado, pois é sinal que ainda não constituem força expressiva da vontade popular. Pelas mesmas razões não se deve admitir o reconhecimento de agremiações políticas sem que tenham votos correspondentes a pelo menos 5% da votação de cinco Estados da Federação.

Por outro lado, devem perder o mandato os deputados que, sem justa causa, deixarem de comparecer a 20 sessões seguidas da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal. Afinal, trata-se de missão das mais altas essa de legislar, que exige saber e dedicação. E a mesma razão pela qual deve prevalecer o *dever de fidelidade à legenda*, com as imprescindíveis sanções a quem trai seus eleitores.

Outra questão delicada é a do financiamento das eleições, que, em princípio, deveria caber, notadamente, ao Poder Público, exigindo-se rigorosa comprovação da origem dos recursos voluntários, conforme aprovação da Justiça Eleitoral.

Além disso, deve-se rever a legislação no concernente ao di-

reito de se candidatar, que não pode ficar a critério estritamente pessoal, a fim de evitarmos candidatos caricatos a presidente da República, governador dos Estados e prefeito, sendo destituídos manifestamente de aptidão para tão relevantes atribuições. Desse modo, ficaremos poupados de ver na televisão ou ouvir no rádio, em programas políticos, pronunciamentos ridículos que nada justifica.

Dir-se-á que estou fazendo exigências em demasia, mas nada deve ser mais rigoroso do que as condições de escolha dos representantes da Nação. Se essa é uma verdade geral, ela ainda mais se impõe num país, como o nosso, reconhecemo-lo honestamente, onde ainda não existe um eleitorado dotado de alto preparo e discernimento, quando um menino de 16 anos e um quase analfabeto podem fazer uso do voto.

Democracia é o melhor dos regimes exatamente porque tem como pressuposto a deliberação da maioria, que se supõe dotada de um mínimo de capacidade seletiva.●

Miguel Reale, jurista, filósofo, membro da Academia Brasileira de Letras, foi reitor da USP.
E-mail: reale@miguelreale.com.br.
Home pages: www.miguelreale.com.br e www.realeadvogados.com.br

posteriormente os partidos para estabelecerem, em nível estadual, coligações diferentes das firmadas em nível nacional. Estamos, agora, diante de duas alternativas. Aprovar a PEC 548, derrubando a regra da verticalização, ou manter o entendimento expresso pelo TSE. Há, porém, um risco comum a ambas. Decidir sobre um específico artefato das instituições sem considerar o conjunto da reforma política. A decisão restrita a uma parte das regras eleitorais é não só insuficiente mas inconveniente. Não se revoga a realidade.

Falar sobre verticalização é falar sobre o papel dos partidos no jogo democrático. Sabemos que, ao longo de sua história, a democracia representativa já enfrentou opositores de peso, oriundos de diversos naipes ideológicos. De Rous-

SEU 548 e quanto às demais proposições que versam sobre coligações partidárias hoje tramitando no Congresso.

A pergunta que nos devemos fazer é, portanto, se a verticalização contribui ou não para fortalecer os partidos políticos, para conferir coerência ao processo democrático. Os estudos sobre a reforma política apontam para a necessidade de debater questões de maneira articulada: financiamento das campanhas, sistema eleitoral, cláusulas de desempenho, obrigatoriedade do voto, divulgação de pesquisas e, é claro, a fidelidade partidária.

Detendo-se especificamente sobre a questão da fidelidade, podemos perceber o quão inócua foi a verticalização: adotada como medida isolada, não produziu nenhum avanço no fortalecimen-

to eleitoral simplesmente quem se beneficia politicamente com a manutenção ou com a derrubada da verticalização é cometer o mesmo equívoco de outrora. Somos contrários a dissociar a verticalização da agenda mais ampla da reforma política porque tal medida gera mais problemas do que resolve.

Por que não fazer, então, a reforma política? Essa é uma pergunta ao presidente da República, que tantas vezes disse que a queria. Se não houve avanço na discussão é porque o governo e a sua base aliada não têm permitido que o Congresso cumpra o seu dever básico: trabalhar, votar e aprimorar as instituições políticas brasileiras.

José Carlos Aleluia, 57, deputado federal pelo PFL-BA, é o líder do partido na Câmara.

www.deputadoaleluia.com.br

SIM

Marmita eleitoral

JOÃO ALMEIDA

O ELEITOR tem a liberdade de escolher a que lhe permite fazer uma “marmita eleitoral” a seu gosto. O nosso sistema de governo presidencialista, com o voto proporcional unipessoal, determina esse comportamento.

Os partidos e os seus candidatos devem ter, no entanto, a responsabilidade de, em campanha, propor políticas públicas coerentes e apresentar agregação de força para as executar após a vitória nas eleições, seja no plano estadual ou federal. Daí nasce, de parto natural, a verticalização, que de tanto exercida e pregada pelo sistema político leva à sua assimilação e prática pelos eleitores.

Ao eleitor, que busca sempre o salvador que há de o levar a uma situação melhor —toda vez que vota com muito orgulho no candidato, e não no partido—, não importa a verticalização, não faz diferença, o voto continua livre.

Aos candidatos, especialmente os que disputam governo e Senado, e aos partidos, a esses sim faz muita diferença. Pois impõe aos primeiros a obrigatoriedade de fortalecer, nas eleições proporcionais, o partido a que são filiados e, moralmente, buscar votos para o candidato presidencial do seu partido, o que limita o campo das suas barganhas para se elegerem; e impõe aos segundos a obrigação de só fazer coligação estadual igual à que tenha feito no plano federal.

É importante observar que a verticalização não obriga o partido a se ligar nos Estados, deixando aos que valorizam mais a eleição estadual a opção de, em não fazendo coligação nacional, fazer as suas coligações de modo diferente com todos os que tenham feito a mesma opção. Isso desmente tudo o que se queira dizer sobre a ofensa da verticalização aos fundamentos federativos da nossa Constituição.

Por que tanta celeuma, então? Porque os partidos querem para si o direito conferido ao eleitor: fazer sua “marmita eleitoral” à conveniência de cada grupo que controla o partido no Estado ou mesmo do grupo que detém o controle nacional, posto que alguns partidos não conferem sequer autonomia às sessões estaduais, mantendo-as em situação provisória.

E qual a moeda que circula nas transações de formação das famosas coligações que se quer preservar e que se desvaloriza com a verticalização? O tempo de rádio e TV, chamado gratuito, que, na verdade é pago pelo Tesouro Nacional —ou seja, por você, infeliz contribuinte. Aí está o erro que, corrigido, talvez tire o interesse na briga pela desverticalização.

A lei —e confesso que fui um dos autores desse crime— assegura aos partidos políticos o tempo de rádio e TV, ainda que não tenham candidatos ao pleito. Esse tempo, que é um bem público, tem a finalidade de garantir aos partidos, de forma equilibrada, o acesso ao eleitor para o debate democrático de idéias, propostas e planos de governo. Devia, pois, ser distribuído apenas aos partidos que tenham candidatos aos pleitos nacional, estadual, majoritário ou proporcional. A lei errou e atribuiu tempo de rádio e TV a todos os partidos com direito a participar das eleições, mesmo que não tenham candidato a nenhum pleito, podendo cedê-lo, trocá-lo ou vendê-lo, como fazem muitos.

O tempo para propaganda eleitoral gratuita só deve ser atribuído ao partido que tiver candidato ao pleito, que seja capaz de elaborar uma proposta de governo ou ação parlamentar genuína. Nunca aos que, incapazes disso, imis-

cuem-se nos outros, através das famosas coligações, barganhando com a moeda “tempo de rádio/TV”. Ora, se não têm propostas, idéias ou, ainda que as tenham, não possuam candidatos com elas identificadas para as verbalizar e buscar implementar, não devem ter o direito cartorial —legal, se preferirem— de vender, trocar ou ceder um bem público tão valioso e importante para assegurar a pluralidade política, partidária e ideológica.

O cochilo da lei —e volto a me penitenciar por ter sido dela relator— estimula a fragmentação partidária e possibilita a realização de transações que até nas relações mercantis são condenáveis. A coligação para fim meramente eleitoral, com distribuição das cadeiras em eleições proporcionais pela votação atribuída a cada candidato, é excentricidade do sistema eleitoral brasileiro. Não há no mundo outro exemplo, e é reconhecida pela larga maioria dos partidos que têm representação parlamentar eleita como inconveniente, estando seu fim admitido e anunciado; para quando é o que se negocia.

Pois bem, em tempo em que se discute uma reforma política verdadeira que altera o sistema eleitoral —este sim modelador das relações e ações dos parlamentares—, vale-se a Câmara dos Deputados de uma proposta de emenda constitucional que, à guisa de acabar com a verticalização, constitucionaliza a insepulta coligação. É lamentável, mas nesta matéria, como se diz, é sempre possível ficar pior.

João Almeida, 58, geólogo, deputado federal pelo PSDB-BA, é vice-líder da bancada na Câmara e membro da Executiva Nacional do partido.

dep.joaualmeida@camara.gov.br

Reformar a política pela base

Reforma Política

RUBENS APPROBATO MACHADO

As dimensões dos sistemas partidários, segundo a ciência política, levam em consideração duas variáveis: o número de partidos relevantes, dentre os quais aqueles com capacidade de formar coalizões, e o grau de polarização ideológica. No Brasil, das 27 siglas que participam do processo político, pouco mais de meia dúzia agrega condições para formar uma coalizão e menos ainda denota um nível de polarização ideológica expressivo a ponto de gerar fortes correntes de opinião. Estudos recentes do prof. Scott Mainwaring, da Universidade de Notre Dame, nos EUA, indicam que, entre 39 países pesquisados, o Brasil está em 31º no aspecto da escolha eleitoral por ideologia. No que diz respeito à taxa de coesão ideológica dos eleitores dos três maiores partidos, em cada um desses países, o Brasil fica com o 37º lugar, quase na ponta. Significa que até o PT, tido como partido exemplar no campo da ideologia, mudou de faixa.

Esse pano de fundo explica as recentes movimentações de saídas e entradas de parlamentares nos partidos brasileiros, dentro da estratégia de adensamento partidário para efeito de luta pelo comando da sigla. A mudança partidária não apenas solapa a noção de representação, base da democracia liberal, como contribui para destroçar a imagem já desgastada de partidos e políticos. Não é à toa que um quarto do eleitorado não se lembre em quem votou para deputado federal ou estadual, logo após as eleições, índice que aumenta para mais de 50% após quatro anos.

A caótica radiografia do sistema partidário brasileiro sugere a necessidade de priorizarmos a reforma política. A questão é: essa reforma, nos moldes como está sendo apregoada, virá equacionar a desorganização partidária? Será vetor de moralização? Nossa convicção é a de que estatutos como o da fidelidade partidária ou o financiamento público de campanha, instrumentos que começam a fazer consenso nas casas congressuais, não conseguirão, por si só, reforçar o sistema partidário e moralizar o processo político. Nenhuma reforma vingará, caso não se volte para as causas da deterioração do sistema político. A mudança de partido ganha força em função da alta taxa de rotatividade no Parlamento. Cerca de 60% dos deputados são trocados a cada legislatura. Quadros parlamentares em constante mutação acabam não fixando raízes profundas no partido pelo qual foram eleitos, tornando-se massa de manobra de grupos e partidos. A renovação dos representantes mostra que os compromissos do eleitor com o partido são tênues. No Brasil, vota-se na pessoa. Aqui está a causa central da infidelidade. O voto aos fulanos decorre de campanhas de marketing que privilegiam a forma e não o conteúdo. O que se vê são jogos de cena que geram prejuízos para o conceito das siglas. Por isso, a reforma política deve começar pela propaganda eleitoral, cujo foco deve ser o debate entre candidatos, eliminando-se os desfiles de perfis.

A quase nula identificação entre político e partido se deve ao fato de não haver mecanismos que vinculem os atores a mínimos compromissos partidários. Os debates eleitorais deverão privilegiar os escopos, dando-se transparência aos temas e demandas sociais. Na Irlanda e na Inglaterra, por exemplo, políticos que contrariem o ideário de um partido não podem nele permanecer. A coesão partidária deve ocorrer com a identificação doutrinária. A reforma política não pode se limitar à obrigação de permanência do parlamentar na sigla pelo período para o qual foi eleito. Urge criar um pensamento político nas bases sociais, motivando grupos e núcleos a se identificarem com as siglas. Para fechar o conceito, resta inserir o sistema de votação em lista fechada, fortalecendo os partidos.

O financiamento público não é remédio para nivelar as campanhas. Haverá sempre um grupo ou um candidato com mais recursos. Se os programas eleitorais gratuitos se voltarem efetivamente aos debates, teremos campanhas mais sérias, simples e não perdulárias. Siglas sem representação social significativa precisam ser contidas. Partido com um único parlamentar não pode ter os mesmos direitos de outro com grande representação. Ao final, o que se conseguirá é a identificação do eleitor com o partido e o Legislativo. Partidos fortes terão condições de influir nas políticas públicas, deixando de ser caudatários do Executivo. Ajudarão a pôr ordem na vida legislativa. Garantirão força à governabilidade. Serão respeitados pela sociedade. Se a reforma for paliativa, continuaremos a ter partidos repartidos, indisciplinados, individualistas e caóticos. Cria-se o pano de fundo para o jogo autoritário, onde "o trunfo é a carta de paus".

RUBENS APPROBATO MACHADO, advogado, é ex-presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e ex-presidente da OAB-SP.

Reforma fatiada

JORNAL DE BRASÍLIA

Reforma Política

17 MAR 2005

MAURO BENEVIDES

A reforma política há sido objeto de seguidas discussões nos últimos quatro anos. Ensejou a elaboração de projeto definitivo – como ocorreu em 2004 – com a indicação de itens reputados essenciais. A aprovação da matéria poderia verificar-se por maioria simples, dispensando o quórum qualificado de três quintos, uma vez que nenhuma das proposituras envolvia modificação da Carta Magna.

Recentemente, coordenada pelo senador Renan Calheiros, novo presidente do Congresso, a tentativa voltou a ser apreciada pelas quatro maiores agremiações, representadas por José Genoíno (PT), Michel Temer (PMDB), Eduardo Azeredo (PSDB) e Jorge Bornhausen (PFL). Todos inclinaram-se por soluções consensuais, sem lugar a maiores desencontros, o que tornaria o encaminhamento em plenário mais fácil de ser conduzido pelas lideranças.

A grande surpresa, contudo, foi a processualística recomendada. O *modus faciendi* proposto viabilizaria a aceitação por senadores e deputados, desejosos de oferecer explicações ao público, pela inação até aqui registrada em torno do polêmico assunto.

Na projeção definida pelos líderes, chegar-se-á a 2010 para atingir-se o

elenco de tudo quanto fora pactuado, desprezando-se, imediatamente, o financiamento público de campanha e as listagens preordenadas – previstas, apenas, para vigorar no pleito de 2008.

A fidelidade partidária, cuja reimplantação se caracterizou impenhorosa, por força do recente troca-troca de legenda, tornou-se inadiável prioridade. Seria a forma de resguardar a imagem dos partidos, transformados em meras siglas de aluguel, propensos a conluíolos emergenciais, de péssima repercussão midiática e junto aos segmentos mais conscientizados da comunidade.

Com o término expresso da verticalidade, implantada pela via normativa, atribuída ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), presidido, na época, por Nelson Jobim, as coligações poderão diversificar-se no País e em cada estado, sem os constrangimentos que a iniciativa trouxera às facções, na última refrega.

Resta saber se a Comissão Especial da Câmara, que estruturou o projeto Ronaldo Caiado, aceitará a nova diretriz, ou se reagirá ao entendimento pela força individual que, muitas vezes, prevaleceu em rumores e recentes deliberações.

Entende-se que, depois de haver votado as reformas tributária e pre-

videnciária, o parlamento não tem como procrastinar a reformulação das sistemáticas eleitoral e partidária, mesmo que ela se faça sem o aprofundamento pretendido pela grande legião de interessados.

Comandando, no seu estilo, a Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti não compôs a moldura decisória, permanecendo à margem de um acontecimento que obteve larga ressonância na imprensa. Tal postura o isolou no palco de uma cena de cúpula, ao arrempio do que poderia pensar a respeito o sucessor de João Paulo Cunha.

Abstraída a questão das listagens preordenadas, havia concordância generalizada de que tanto o financiamento quanto o modelo de coligação poderiam prevalecer como fora delineado, sem mudanças capazes de gerar novas interpretações, e os consequentes pontos de vista antagônicos.

Demais disso, o retalhamento das inserções combinadas talvez sofra restrições imprevisíveis, pela descaracterização do que estava anteriormente estabelecido entre as diversas bancadas, na Câmara dos Deputados.

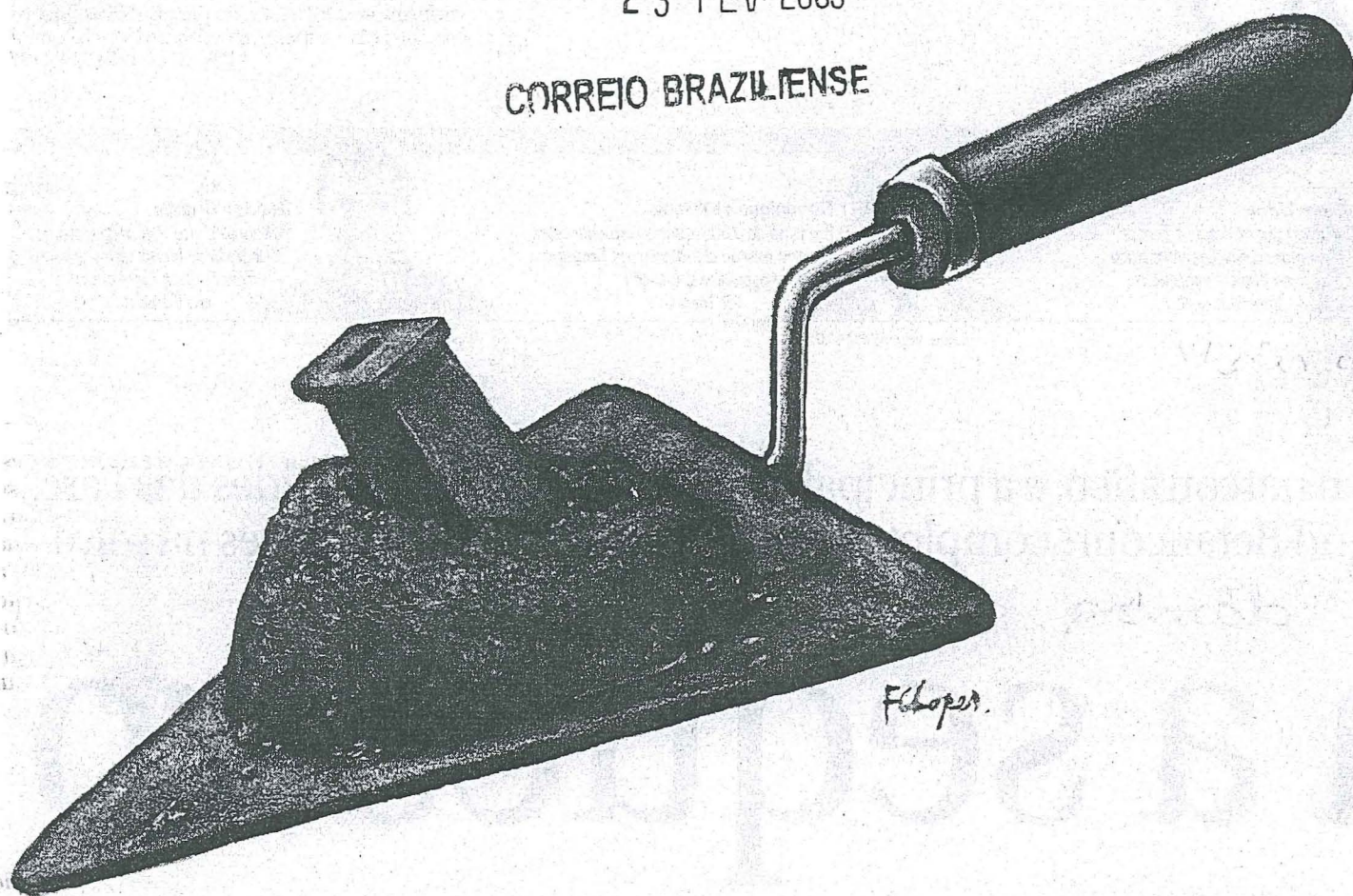
Já existe quem se filie à corrente do "ou tudo ou nada".

MAURO BENEVIDES, jornalista, é deputado federal pelo PMDB do Ceará.

23 FEV 2005

OPINIÃO

CORREIO BRAZILENSE



Reforma política ou reforma da política?

OCTACIANO NOGUEIRA

Historiador e cientista político

As reformas aprovadas nos dois primeiros anos do atual governo, a da Previdência e a do Judiciário, tramitaram no Congresso durante mais de uma década. A do Judiciário é uma reforma permanente. Remonta à que foi proposta por Geisel em 1976 e rejeitada pelo Congresso, dando origem ao Pacote de Abril, que levou à decretação do recesso do Legislativo por quinze dias para que pudesse ser decretada por ato institucional.

As tentativas de materializá-la, porém, perdem-se nas brumas do Império, quando começou a ser tentada por Nabuco de Araújo, ministro da Justiça do Gabinete de 6 de setembro de 1853, presidido pelo Marquês do Paraná, o gabinete da Conciliação. Então, como hoje, o processo legislativo era lento e conflituoso. Joaquim Nabuco, na monumental biografia do pai, lembra com muita propriedade: “Essa demora tinha grandes vantagens, deixava amadurecer a reforma, mas em muitos casos era verdadeira perda de tempo, pura indolência legislativa”.

A promessa da reforma política esteve na ordem do dia da eleição e posse dos presidentes do Senado e da Câmara. Foi referida nos discursos de Sarney, do seu sucessor, Renan Calheiros, e até na parolagem do deputado Severino Cavalcanti.

As tentativas são muitas e velhas, tramitando no Congresso desde 1995, quando foi instituída comissão especial no Senado de que foi relator o então senador Sérgio Machado, jejuno na matéria. Enviada à Câmara, perdeu-se nos desvãos da burocracia parlamentar e foi substituída pelas propostas de duas comissões especiais. A primeira é o Projeto de

Lei 5.268, de 2001, de autoria da comissão especial presidida pelo deputado Olavo Calheiros e que teve como relator o deputado João Almeida. A segunda é o Projeto de Lei 2.679, de 2003, oriundo da comissão especial presidida pelo deputado Alexandre Cardoso, tendo como relator o deputado Ronaldo Caiado. Ambas foram apreciadas pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, em que o relator, deputado Rubens Otoni, apresentou um substitutivo que, em caso de votação pelo plenário, terá preferência regimental.

O que há de comum nas quatro propostas? Apenas um item, o financiamento público das campanhas, ao custo adicional de cerca de R\$ 840 milhões por eleição, o que dá R\$ 1,68 bilhão a cada quatro anos. Outro aspecto das alternativas propostas é a mudança do sistema eleitoral. O projeto vindo do Senado adotava aquele impropriamente chamado pelo baixo clero de “sistema distrital misto”, que vem a ser o modelo que vigorava na Alemanha Ocidental antes da reunificação. O substitutivo do deputado Rubens Otoni, por sua vez, propõe a adoção de listas fechadas e bloqueadas. Por fim, um terceiro aspecto: todos os projetos buscam uma forma de contornar a cláusula de desempenho para atender ao desejo do deputado Roberto Freire. Providência, por sinal, que vem sendo proposta e adiada desde a Emenda Constitucional nº 11, de 13 de outubro de 1978, que, entre outras medidas, revogou os atos institucionais e pôs fim ao bipartidarismo instituído pelo AI-2, em 1966.

Como se vê, não se trata de reforma política, mas de mais uma reforma eleitoral que o saudoso professor José Honório Rodrigues chamava, depreciativamente, de “reforminhas de ocasião”. É uma espécie de facilitário para que tudo continue como es-

tá. Reforma do sistema eleitoral é apenas um item — secundário por sinal — dessas impropriamente chamadas “reformas políticas”. O que o país reclama e necessita não é disso, mas de uma reforma da política. Reformas eleitorais vêm sendo feitas desde 1846, quando o 1º decreto reformou o sistema até então utilizado desde 1821. Melhoraram o sistema representativo, mas não o sanaram de seus vícios imemoriais. Necessitamos é de uma revolução na cultura política, essencial para a vitalidade da cultura cívica do país. E isso tem que ser feito com alterações no sistema eleitoral, no sistema partidário, no sistema de governo, onde impera a promiscuidade entre os poderes, e sobretudo no sistema federativo, que transformou o regime republicano naquilo que, no Império, se chamava de “poder pessoal”. Dele desfrutava o monarca, titular ao mesmo tempo dos poderes executivo e moderador, uma aberração da genial idéia de Benjamin Constant.

Os autores de todas as propostas só têm em comum o financiamento público das campanhas, sob o especioso argumento de que isso tornará mais “transparente” — algo que quer dizer tudo, mas também não diz nada — as eleições. Segundo eles, no sistema atual, partidos e candidatos fingem que prestam contas e a Justiça Eleitoral finge que as examina. Para acabar com esse método, que uma simples auditoria independente, inclusive das organizações civis da sociedade poderia resolver, suas Excelências querem espetar em nosso bolso a continha de R\$1,68 bilhão, além de quantia igual à do Fundo Partidário, com o qual o povo brasileiro já sustenta os partidos a título de dar-lhes independência. O tema merece mais. Fica, porém, para o próximo artigo.